



PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE

**SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA, DEPENDÊNCIA E
MARGINALIDADE: ENSAIO SOBRE O EXCEDENTE DE MÃO DE
OBRA NO BRASIL**

**CAMPINAS -
2015**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE

**Superpopulação relativa, dependência e marginalidade:
ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil**

Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Economia Social e do Trabalho, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Economia Social e do Trabalho.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO PEDRO
HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE E ORIENTADA
PELO PROF. DR. CARLOS ALONSO BARBOSA DE
OLIVEIRA.

Orientador

CAMPINAS
2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

D85s Duarte, Pedro Henrique Evangelista, 1984-
Superpopulação relativa, dependência e marginalidade : ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil / Pedro Henrique Evangelista Duarte. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Economia marxista. 2. Economia marxista - América Latina. 3. Teoria do trabalho como base no valor. 4. Dependência - Teoria. 5. Marginalidade social. I. Oliveira, Carlos Alonso Barbosa, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Relative surplus population, dependency and marginality : an essay on the the surplus labour in Brazil.

Palavras-chave em inglês:

Marxist economics

Marxist economics - Latin America

Labour theory based on value

Dependency - Theory

Social marginality

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira [Orientador]

Alexandre de Freitas Barbosa

Nilson Araújo de Souza

Denis Maracci Gimenez

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Data de defesa: 30-04-2015

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



TESE DE DOUTORADO

PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE

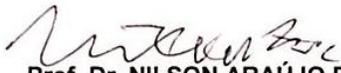
Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil

Defendida em 30/04/2015

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof. Dr. ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA
Universidade de São Paulo / USP


Prof. Dr. NILSON ARAÚJO DE SOUZA
UNILA


Prof. Dr. DENIS MARACCI GIMENEZ
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof. Dr. PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR
Instituto de Economia / UNICAMP

Negros, escravos, capitães do mato, mucamas, domésticas, pobres, mendigos, homossexuais, transexuais, prostitutas, favelados, mulheres, camelôs, deficientes, doentes, idosos, presidiários. Trabalhador brasileiro.

Dedico este trabalho a todos vocês, filhos da pátria amada Brasil, que histórica e diariamente são marginalizados, em prol da construção do país do futuro.

AGRADECIMENTOS

Tudo começa num ponto. Talvez tenha começado assim, em março de 2009, quando resolvi me mudar para Campinas, após ter sido aceito como aluno especial no Instituto de Economia da Unicamp, para viver o sonho utópico de estudar no "centro-mãe" do pensamento econômico heterodoxo brasileiro. Deixou de ser sonho, virou realidade; deixou de ser utópico, e virou crítica. No meio do caminho, e mediante a oportunidade quase única de fazer uma tese "fora da bolha", tive um cem número de ótimos encontros, os quais não poderia passar esse momento - o ponto final de uma trajetória de quase 12 anos de formação acadêmica - sem realizar os devidos agradecimentos.

A minha família - meus pais, Divina e José Adalto, e meus irmãos, Renata e Vitor Hugo - por terem comprado minha inexplicável escolha de ser economista e, mais que isso, um professor de economia. Hoje o sou, e devo tudo isso a vocês. A presença, o apoio, o incentivo e o impulso são sempre mais intensos quando vindo "dos nossos". Obrigado por serem parte de mim, por serem parte dessa vitória. Agradeço também aos meus cunhado e cunhada, Rodrigo Tibau e Larissa Monteiro, parte da nossa família. Eu amo vocês.

Ao meu orientador, Professor Carlos Alonso Barbosa, que de forma muito gentil e imediata aceitou assumir minha orientação, de maneira quase cega e no meio de um furacão. Agradeço imensamente pela oportunidade de ter trabalhado com você, pelos poucos mas intensos encontros, e por todos os caminhos que me apresentou - sem os quais essa tese jamais seria uma tese. Acima de tudo isso, agradeço pelo respeito às minhas escolhas teóricas, nem sempre convergentes com as suas, que me permitiu a devida liberdade na construção do meu texto e nos caminhos que me foram apresentados. Essa, talvez, seja a grande lição que um intelectual, e não um mero professor, deixa para seus alunos. Serei eternamente grato a você.

Aos professores das disciplinas que cursei no IE-Unicamp, por instigarem o pensamento crítico, por promoverem o debate, e por reforçarem a ideia - muito cara a minha formação - de que a economia não se resume a um banco de dados e meia dúzia de gráficos e

equações, mas sim um complexo conjunto de relações sociais. Apesar do consenso e abertura à crítica nem sempre serem uma realidade pude, neste espaço, ter acesso a ótimos interlocutores e a um debate rico, heterogêneo e construtivo. Agradeço especialmente àqueles cujos temas apresentados me ajudaram na proposição e desenvolvimento do tema trabalhado nesta tese. Meu agradecimento a Wilson Cano, Maria Alejandra Madi, José Carlos Braga, Simone de Deos, Plínio Sampaio Jr., Ricardo Carneiro, José Dari Krein, Paulo Baltar, Waldir Quadros e Cláudio Dedecca. Agradeço também à Profa. Marina Ivanova, cujo curso tive a oportunidade de assistir durante minha breve estadia na Universität Kassel.

A toda equipe do CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, minha casa dentro do IE. Agradeço à confiança em meu trabalho e todas as oportunidades que me foram dadas. Faço um agradecimento especial ao Professor José Dari Krein, certamente o responsável por eu ter feito parte dessa equipe, que ao longo desses anos deixou de ser professor se tornou um grande amigo. A Suzete e Helena, pela dedicação e disposição em resolver todos os nossos problemas - especialmente os de cunho burocrático! E também aos Professores Carlos Salas, Eugênia Troncoso e Anselmo Luiz, com os quais tive a oportunidade de uma convivência mais próxima.

Ainda no IE, agradeço imensamente ao Professor Mariano Laplane, pelo apoio e suporte nos momentos mais difíceis dessa trajetória. Aos Professores Carlos Etulain, Ana Rosa, Pedro Ramos, Marcelo Proni e Bastiaan Reydon, meus tutores durante os dois (longos) anos de estágio docente. A toda equipe da secretaria - Cida, Fátima, Marinete, Pedro Biffi, Regina e Andrea - pelo sempre ótimo trabalho. Quem dera toda secretaria tivesse uma equipe como a de vocês!!! E também ao Sérgio da cantina, pelo café (as vezes de graça!) e pelo ótimo papo nas tranquilas tardes no bosque do IE.

Ao ICDD - International Center for Development and Decent Work, pela mais incrível de todas as oportunidades nestes cinco anos. Não só a bolsa de doutorado foi provincial (apesar de seu valor nem sempre suficiente...), mas particularmente a oportunidade de correr o mundo e estar em permanente contato com sete culturas completamente distintas. Nada foi tão enriquecedor quanto fazer parte deste grupo. Obrigado a todos vocês, por terem me mostrado que, muitas vezes, é na diferença e no conflito que encontramos as

respostas de muitas perguntas, inclusive as mais óbvias. Agradeço em especial ao nosso tutor, Professor Christoph Scherrer, pelo voto de confiança no brasileiro que nem ao menos sabia falar inglês... Ao Christian Möllmann, pela sua plena dedicação ao centro de pesquisa. E a todos os colegas e professores - hoje espalhados mundo afora - que fizeram e fazem parte dessa incrível viagem. Em especial, a Luiz Eliezer (México), Luciana Hachmann (Brasil/Alemanha), Kateryna Yarmolyuk (Ucrânia/Alemanha) e Abhishek Sawant (Índia).

Aos membros permanentes e vitalícios do "Desenvolvimento 2010". Essa, certamente, foi a melhor parte de todas: o encontro com os amigos. Tive a sorte de um raro encontro com um grupo de pessoas que, não tenho dúvidas, quero carregar para minha vida. Seria talvez necessário uma tese só para agradecer a esses grandes e queridos amigos, que se tornaram minha "família campineira" e estavam ali, dia a dia, nos piores e melhores momentos. Ingrato e difícil agradecer a vocês num espaço tão curto. Bruno Marchetto, Victor Young (e família), Ana Luiza, Patrícia "Xuxu" Andrade, Samantha Cunha, Ana Elisa, Pedro Miranda, Beatriz Miotto, Paulo Ricardo, Valter Palmieri, Lygia Fares, Ulisses Rubio, Edinalva Felix e Miguel Tipacti (e família); aos agregados, Fernanda Fernandes, Carlos Penha, Bruno Martini, Jamile Coleti e Marília Bassetti. Ao querido Paul Hecker, ótima companhia e amizade no Brasil e na Alemanha. Em especial a Caroline Pereira e Hugo Pinheiro, a melhor de todas as minhas parcerias; ao Régis Borges, companheiro e irmão de longa data; e ao Francisco Lima Jr, por ter sido amigo, parceiro, irmão, pai e avô; dívida eterna com você, Lima. Meu muito obrigado a todos vocês !!!

A Fernando Abib, Everson Almeida e Enrico Romanielo, irmãos que a vida me deu de presente; a Rodolfo Begiatto, Paula Igneri e suas respectivas famílias, que foram também um pouco da minha família no circuito Barão Geraldo - Jundiaí; a Marcilio Lucas, Victor Kanashiro e Bruna Martinelli, inefáveis companheiros de boemia; a Camilo Teixeira, Tiago Burgo e Elias Zayek, os companheiros de república; a Graziela Baruco, Bianca Imbiriba, Hugo Corrêa, Vanessa Val, Thiago Callado, Letícia Michelotto e Letícia Scofield, pelo carinho e torcida de sempre.

E, em especial, a Marisa Amaral, que é não apenas a minha melhor amiga, mas se tornou, ao longo desses anos, uma das minhas principais referências. Obrigado por me permitir fazer parte da sua vida, da forma como faço. Obrigado por ser parte da minha. Você é, por

certo, minha grande conquista ao longo desses anos. Espero um dia poder me tornar algo próximo da pessoa e da profissional que você é.

Impossível não fazer um agradecimento a Edilson Graciolli, meu orientador nos idos tempos da Universidade Federal de Uberlândia, alguém que me ensinou quase tudo do pouco que ainda sei sobre a função que hoje exerço. Me sinto um privilegiado por ter trabalhado com você e por lhe ter como espelho de professor e orientador. Mas nenhum privilégio é maior que o de poder te chamar de amigo hoje. Muito obrigado.

Em Goiânia, agradeço aos membros da FACE - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, em especial aos professores do curso do qual faço parte. Achei que o desafio "dar aula/escrever tese" seria intransponível, mas com o apoio e ajuda de vocês, minha função certamente ficou mais crível. Agradeço ao Sandro Monsueto e Priscila Casari que, na condição de coordenadores, se esforçaram para criar as condições necessárias para que eu conseguisse terminar essa tese. Agradeço pessoalmente a Everton Sotto, Paulo Scalco, Waldemiro Neto, Cleyzer Adrian, Tiago Camarinha e Anderson Mutter pelo bom clima de trabalho e pelo debate - quase sempre dialético!!! - que temos tido a oportunidade de travar. Em especial a André Bastos e Priscila Casari (mais uma vez), pela importância da sua presença e amizade.

Não poderia deixar de citar o feliz encontro que tive, nessa terra, com Caio Antunes e Renato de Paula, certamente os únicos interlocutores com os quais tenho uma plena convergência na ideologia e na política.

Aos amigos "não acadêmicos", que me mostraram o quão Goiânia pode ser um lugar interessante de se viver, e que muitas vezes foram o contrapeso das dificuldades diárias que o universo acadêmico (e a tese!!!) nos impõe. Régis Guimarães, Abner Neto, Luiz Tioffi, Norhanne Anielle, Ana Júlia, Marcos Antônio, Thiago Araújo e Luciana Leão, muito obrigado!! E aos meus primos Mônica e Valfrido (e família), que por uma vida inteira tem tido uma irrestrita dedicação a nossa família.

Aos Professores Anselmo Luiz e Paulo Baltar, pelos instigantes comentários na banca de qualificação da tese. E, juntamente com Baltar, agradeço de antemão aos Professores

Nilson Araújo, Alexandre Barbosa e Denis Maracci, por terem, de forma tão simpática, aceito o convite para a banca de defesa.

Termino agradecendo a você que, porventura, um dia irá ler essa tese. Espero que este trabalho possa inspirar algum tipo de reflexão crítica. E espero um dia também, se possível, ouvir suas críticas. A todos vocês: minha gratidão e meu muito obrigado !!!

*Vamos trabalhar sem fazer alarde
Pra pisar com força o chão da cidade
A vida não tem segredo*

*Quem sentado espera a morte é covarde
Mas quem faz a sorte é que é de verdade
É só acordar mais cedo*

“O Canto do Trabalhador” – João Nogueira e Paulo César Pinheiro

RESUMO

Entendendo o excedente de mão de obra como um dos elementos estruturais que caracterizam a economia brasileira, o presente estudo pretende investigar os elementos históricos que fundamentam a origem do excedente de mão de obra no Brasil, a partir das categorias desenvolvidas em dois aportes teóricos: de um lado, a teoria do valor desenvolvida por Karl Marx, especificamente as categorias superpopulação relativa e exército industrial de reserva; de outro lado, a teoria da marginalidade, que procurou entender, a partir das especificidades do capitalismo periférico e dependente, como se formava o excedente de mão de obra, ou a chamada massa marginal. O objetivo central da tese se desdobra em três aspectos a serem analisados. Em primeiro lugar, quais são os fatores históricos que determinaram a formação do mercado de trabalho no Brasil no momento de consolidação do setor industrial, e como se forma, junto a este mercado, um excedente de mão de obra. Em segundo lugar, quais são as características e dinâmica desse excedente num momento de expansão de um conjunto de atividades econômicas urbanas e decadência de uma série de outras atividades, em especial aquelas ligadas aos setores agrícolas. Em terceiro lugar, em que medida as categorias assumidas para tal análise são capazes ou não de explicar o comportamento do excedente de mão de obra no Brasil. A hipótese central que norteia o trabalho é de que o excedente de mão de obra no Brasil tem origem nos problemas decorrentes da transição do trabalho escravo ao trabalho livre, que acabou por determinar não apenas a dificuldade de integração do negro, mas também resultou na entrada maciça de imigrantes, compondo uma força de trabalho com excesso de oferta em relação à demanda dos setores produtivos. Quando da crise de 1929, que determinariam a expansão dos investimentos industriais, parte substancial da população migraria em direção à região economicamente dinâmica, compondo o mercado de trabalho urbano - que, nesses termos, já surgiria com excedente de mão de obra.

Palavras-chave: Teoria do valor; superpopulação relativa; teoria da marginalidade; teoria da dependência; excedente de mão de obra; relações de trabalho.

ABSTRACT

Considering the surplus labor as one of the structural aspects which characterize Brazilian economy, the aim of this thesis is investigate the structural aspects which explain the surplus labor in Brazil, from the theoretical framework proposed by two theories: in one hand, Karl Marx's value theory, and the categories relative surplus population and industrial reserve army; in another hand, marginality theory, which tried to explain, considering the specificities of the peripheral and dependent capitalism, the economics and social processes which results in the emergence of the surplus population, also so called "marginal mass" in that kind of economies. To develop this main aim, we propose analyze of three aspects. Firstly, point out the historical aspects which determine the formation of labor market, at the moment of the consolidation of industrial sector; and also what explain the origin of surplus labor in that market. Secondly, explain the dynamic and characteristics of that surplus labor, at the moment in which grows a set of urban economics sectors, while some regions are in economic decay, especially those specialized in agricultural sectors. Thirdly, how the categories taken from the theoretical framework could explain the dynamic of the surplus labor in Brazil. The hypotheses is that the surplus labor in Brazil is a result of problems arising from the transition from slavery to free labor, which determined the difficulties of black workers' integration in the labor market and the huge influx of immigrant workers, resulting in a surplus workforce when compared with the possibilities of job offers in the economy. When the 1929 crisis, which determine the expansion of industrial investments, a substantial part of the population migrate towards the economically dynamic region, forming the urban labor market - which, in these terms, as would arise with labor surplus.

Keywords: Value theory, relative surplus population, marginality theory, dependency theory, surplus labor, labor relations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Brasil: População por Unidades Federativas (1872-1920)	79
Tabela 2.2 – Brasil: População por Unidades Federativas – em porcentagem (1872-1920)	80
Tabela 2.3 – Brasil: População por regiões (em porcentagem e em milhares de pessoas) ..	81
Tabela 2.4 – Brasil: População por regiões/setores produtivos.....	81
Tabela 2.5 – Brasil: Crescimento populacional e renda per capital (1872).....	81
Tabela 2.6 – População total (em milhares de pessoas)	92
Tabela 2.7 – Migrações externas – total de imigrantes no Brasil (1820-1929).....	99
Tabela 3.1 – Importação de bens de capital.....	126
Tabela 3.2 – Relação entre renda do setor governo, renda gerada pela produção física e renda total interna (1939)	129
Tabela 3.3 – População total e rural, segundo as regiões geoeconômicas – 1940, 1950 e 1960 (em pessoas)	139
Tabela 3.4 – População total e rural, segundo as regiões geoeconômicas - 1940, 1950 e 1960 (índices em porcentagem).....	139
Tabela 3.5 – População total e rural: regiões Sudeste, Sul e Nordeste – 1940, 1950 e 1960 (em pessoas)	142
Tabela 3.6 – População total e rural: regiões Sudeste, Sul e Nordeste – 1940, 1950 e 1960 (índice em porcentagem)	143
Tabela 3.7 – População urbana e semiurbana, segundo as regiões geoeconômicas – 1940, 1950 e 1960 (em pessoas).....	146
Tabela 3.8 – População urbana e semiurbana, segundo as regiões geoeconômicas - 1940, 1950 e 1960 (índice em porcentagem)	146
Tabela 3.9 – Migração interna líquida de brasileiros nativos, por estado, durante os períodos intercensitários - 1920-1960	151
Tabela 3.10 – Índice de migração interna líquida de brasileiros natos como porcentagem da população no início do período – 1920-1960	152
Tabela 3.11 – Discriminação dos incrementos natural e imigratório da população das 8 maiores capitais estaduais – 1940-1950	155
Tabela 3.12 – Discriminação dos incrementos relativos natural e imigratório da população das 8 maiores capitais estaduais – 1940-1950	156
Tabela 3.13 – Razão entre os incrementos imigratório e o incremento natural da população das 8 maiores capitais estaduais – 1940-1950	156

Tabela 3.14 – Incremento natural e imigratório da população da cidade de São Paulo – 1920-1960.....	157
Tabela 3.15 – Índices de migração e alterações nos diferenciais de renda relativa para estados selecionados – 1940-1960.....	158
Tabela 4.1 – População residente, por grandes regiões.....	175
Tabela 4.2 – População em Idade Ativa.....	176
Tabela 4.3 – PEA, população ocupada e taxa de crescimento	176
Tabela 4.4 – PEA ocupada, segundo as grandes regiões.....	177
Tabela 4.5 – PEA ocupada, segundo o setor de atividade.....	178
Tabela 4.6 – PEA ocupada, segundo posição na ocupação.....	181
Tabela 4.7 – Pessoas de 10 anos e mais - Condições inativas e serviço doméstico não remunerado.....	184
Tabela 4.8 – Serviços pessoais e atividades mal definidas	184
Tabela 4.9 – Pessoas de 10 anos e mais - Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.....	184
Tabela 4.10 – Mercado de trabalho no Brasil.....	186
Tabela 4.11 – Mercado de trabalho no Brasil (I).....	188
Tabela 4.12 – Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.....	190
Tabela 4.13 – Mercado de trabalho no Brasil (II)	191
Tabela 4.14 – Valor da produção industrial segundo as classes e gêneros da indústria (em Cr\$ 1000 de 1939, segundo deflator implícito do PIB).....	197
Tabela 4.15 – Índices anuais da indústria de transformação segundo as classes e gêneros da indústria (base: 1939 = 100).....	198
Tabela 4.16 – Valor da transformação industrial, segundo as classes e gêneros da indústria (em Cr\$ 1000 de 1939, segundo deflator implícito do PIB)	199
Tabela 4.17 – Estabelecimentos industriais, segundo as classes e gêneros da indústria....	201
Tabela 4.18 – Razão valor do produto industrial e número de estabelecimentos industriais	202
Tabela 4.19 – Pessoal ocupado na indústria de transformação	203
Tabela 4.20 – Salários pagos ao pessoal ocupado na indústria de transformação (em Cr\$ 1000 de 1939, segundo deflator implícito do PIB).....	205
Tabela 4.21 – Razão salários e pessoas ocupadas na indústria de transformação (em Cr\$ 1000 de 1939, segundo deflator implícito do PIB).....	206
Tabela 4.22 – Razão entre salários e valor da transformação industrial	207

Tabela A.1 – Brasil: População por cor ou raça (porcentagem).....	247
Tabela C.1 – PEA ocupada, segundo a posição na ocupação.....	251
Tabela C.2 – PEA ocupada, segundo as grandes regiões	252
Tabela C.3 – PEA ocupada, segundo os grupos de idade.....	252
Tabela C.4 – PEA ocupada - Serviços pessoais e atividades mal definidas.....	252
Tabela C.5 – PEA ocupada, segundo o setor de atividade	253
Tabela C.6 – Pessoas de 10 anos e mais, segundo o ramo da atividade principal exercida.	254
Tabela C.7 – Pessoas de 10 anos e mais - Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.....	254
Tabela C.8 – Pessoas de 10 anos e mais - Condições inativas e serviço doméstico não remunerado	255
Tabela C.9 – Mercado de trabalho	255
Tabela C.10 – Deflator implícito do PIB.....	256
Tabela C.11 – Salários mínimos estabelecidos para os municípios das capitais e demais localidades (em Cruzeiros de 1939, segundo o deflator implícito do PIB).....	257
Tabela C.12 – Estabelecimentos agropecuários segundo a propriedade das terras e a condição do proprietário.....	258
Tabela C.13 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários recenseados, segundo sexo e a categoria.....	258
Tabela C.14 – Valor da produção industrial, segundo as classes e gêneros de indústria (em Cr\$1000 de 1939, segundo o deflator implícito do PIB).....	259
Tabela C.15 – Salários pagos a pessoas ocupadas na indústria, segundo as classes e gêneros de indústria (em Cr\$1000 de 1939, segundo o deflator implícito do PIB).....	260
Tabela C.16 – Salários pagos ao pessoal ocupado ligado à produção industrial, segundo as classes e gêneros de indústria (em Cr\$1000 de 1939, segundo o deflator implícito do PIB)	261
Tabela C.17 – Índice do custo de vida nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (base 1939 = 100).....	262
Tabela C.18 – Pessoal ocupado na indústria, segundo as classes e gêneros de indústria...	263
Tabela C.19 – Pessoa ocupado ligado à produção industrial, segundo as classes e gêneros de indústria	264
Tabela C.20 – Índices anuais da produção industrial, segundo as classes e gêneros da indústria (ano base: 1949=100)	255

LISTA DE ABREVIATURAS

c - Capital constante

CLT - Consolidação das leis do trabalho

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

f - Valor da força de trabalho

FT - Força de trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM - Imposto sobre circulação de mercadorias

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI - Imposto sobre produto industrializado

ISS - Imposto sobre serviços

M - quantidade de mais-valia

m - Mais-valia média, por trabalhador

MP - Meios de produção

n - Número de trabalhadores empregados

PEA - População economicamente ativa

PIA - População em idade ativa

V - Soma total do capital variável

v - Capital variável

t'/t - Grau de exploração da força de trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I – SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA, DEPENDÊNCIA E MARGINALIDADE: O DEBATE TEÓRICO	11
Introdução	11
1. A teoria do valor em Karl Marx e a categoria superpopulação relativa	13
2. Superpopulação relativa nas economias periféricas	29
2.1 A teoria marxista da dependência	30
2.2 A teoria da marginalidade	45
2.2.1 A teoria da marginalidade em José Nun	47
2.2.2 A teoria da marginalidade em Fernando Henrique Cardoso	53
2.2.3 A teoria da marginalidade em Aníbal Quijano	56
Considerações finais	61
CAPÍTULO II – DA ABOLIÇÃO AO TRABALHO LIVRE: A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	65
Introdução	65
1. Aspectos gerais sobre o trabalho escravo no Brasil.....	67
2. A dinâmica regional da oferta de trabalho	76
3. A transição do trabalho escravo ao trabalho livre.....	83
4. A alternativa da imigração	91
5. A transição ao trabalho assalariado.....	102
Considerações finais	109
CAPÍTULO III – A EXPANSÃO INDUSTRIAL E OS MOVIMENTOS POPULACIONAIS: ÊXODO RURAL E MIGRAÇÕES INTERNAS	113
Introdução	113
1. Aspectos gerais sobre a expansão da indústria no Brasil.....	115

2. A concentração industrial na região Sudeste	122
3. Os fatores populacionais: êxodo rural e migrações internas.....	137
Considerações finais	160
CAPÍTULO IV – DO "DESENVOLVIMENTO" À MARGINALIDADE: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E O EXCEDENTE DE MÃO DE OBRA	165
Introdução	165
1. O mercado de trabalho no Brasil no período 1940-1950.....	167
1.1 Notas metodológicas.....	170
1.2 O mercado de trabalho no Brasil	174
1.3 Indústria e emprego industrial no Brasil.....	195
1.4 Para uma caracterização do mercado de trabalho no Brasil	208
Considerações finais	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
1. Acerca da retomada do debate sobre a dependência e marginalidade	219
2. Sobre as relações de trabalho no Brasil: conclusões sobre o excedente de mão de obra e marginalidade.....	222
3. Sobre a relação entre superpopulação relativa e superexploração do trabalho: para a proposição de desdobramentos desta pesquisa	226
REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229
Sítios virtuais	229
Documentos	229
Livros e artigos científicos	230
ANEXO	247
Anexo (A)	247
Anexo (B)	248
Anexo (C)	251

INTRODUÇÃO

O processo histórico de conformação do modo de produção capitalista, a partir do estabelecimento dos mecanismos de apropriação dos meios de produção e do valor excedente, e da imposição da força de trabalho como mera mercadoria, se constituiu fundamentado na consolidação de relações de exploração capital-trabalho. A produção do valor, resultado final do trabalho no interior do processo produtivo, e a apropriação de parte do mesmo pela classe detentora dos meios de produção, se tornou o elemento fundante sobre o qual se estruturou não apenas a reprodução do capital mas, para além disso, a própria reprodução ampliada do sistema, que se desdobra num esquema onde a intensificação da exploração do trabalho se firma como elemento predominante desse processo.

Ao elaborar uma interpretação sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, calcada na crítica à teoria do valor desenvolvida por Adam Smith e David Ricardo, Karl Marx discorreu sobre a forma pela qual se estabelece a relação entre capital e trabalho no interior do capitalismo – relação essa circunscrita à compra e venda de força de trabalho e à produção de valor – de tal modo que, ao se consolidar como detentor dos meios de produção, as forças capitalistas determinavam não apenas o ritmo da produção de mercadorias em si, mas o próprio ritmo de produção e reprodução da força de trabalho. Assim, ao impor a subordinação do trabalho ao capital – na medida em que o trabalhador, não mais proprietário dos meios de produção, deveria vender sua força de trabalho como garantia de sua reprodução – as relações capitalistas de produção determinaram a forma e o sentido da reprodução da força de trabalho que, da mesma forma, se dariam em função das demandas do capital.

É a partir desse enfoque que ganha corpo as teses da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva. A ideia introduzida por Marx se fundamenta na lógica de que, à medida que o sistema capitalista se desenvolve e complexifica as relações de produção, em especial a partir da introdução de técnicas e métodos produtivos mais avançados, é modificada a *composição orgânica do capital* – relação que expressa, da perspectiva do

valor, a proporção em que o capital se reparte entre o valor dos meios de produção e o valor da força de trabalho - conduzindo a um processo de decréscimo relativo da parte variável do capital em relação ao capital total. Em outras palavras, com o progresso da acumulação e da concentração de capital que o acompanha, e que conduz à ampliação da produtividade social do trabalho, uma proporção cada vez menor de trabalhadores seria agregada ao processo produtivo, em relação a proporções cada vez mais crescentes de capital constante. Levando em conta a manutenção da taxa de crescimento da população que resulta, em cada período, na inclusão de contingentes populacionais no mercado de trabalho, a tendência de elevação da produtividade no sistema capitalista provocaria a redução relativa da massa de trabalhadores absorvidos no processo produtivo, reduzindo a proporção do capital variável em relação ao capital constante e, em consequência, dando origem à *superpopulação relativa*.

Assim, a superpopulação relativa, entendida enquanto parte da mão de obra não empregada ou empregada de maneira irregular, e que está permanentemente à disposição das necessidades de expansão do capital, é resultado de um movimento contraditório do capital, porque é somente através da exploração do trabalho que o capital pode se reproduzir ou, em outras palavras, é apenas o trabalho vivo que pode produzir mais-valia, e que se expande em uma espiral, na medida em que se estende a cada etapa do desenvolvimento capitalista. Para além de resultado do avanço do sistema capitalista, a existência da superpopulação relativa seria condição relevante para as consecutivas etapas de reprodução do capital, dado que a existência de um contingente populacional cada vez mais extenso não só condiciona uma permanente disponibilidade de mão de obra a ser explorada, mas também cria constantemente pressões sobre o nível de remuneração da classe trabalhadora.

Assim, o surgimento da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva, enquanto resultado dos desdobramentos do processo de acumulação e reprodução do capital, e que se estabelece como lei geral da acumulação capitalista, se coloca como lei de tendência do modo de produção capitalista, a qual ganha novas formas de manifestação à medida que a própria lógica de reprodução do capital se reestrutura no seu movimento dinâmico de expansão.

Tendo em mente a categoria delimitada no âmbito da teoria do valor de Marx, o debate sobre a formação da superpopulação relativa ganhou eco na análise do desenvolvimento capitalista periférico latino-americano através da *teoria da marginalidade*. Partindo da ideia de que os trabalhadores e os meios de produção são os fatores fundamentais de todas as formas sociais de produção, e a forma pela qual se opera a combinação de tais fatores estabelece, de um lado, a distinção entre as diferentes épocas econômicas pelas quais atravessa a estrutura social, e de outro, o tamanho da população que pode-se considerar adequada para determinada estrutura produtiva, a *marginalidade* decorreria de um processo inserção de parte da massa trabalhadora excedente em formas peculiares de trabalho, vinculadas ou não ao setor capitalista de produção.

O debate central da análise empreendida pela teoria da marginalidade se trata do esforço de compreensão da determinação de uma superpopulação relativa em condições específicas do desenvolvimento capitalista – no caso, o capitalismo periférico e dependente. Dito de outra forma, ainda que a superpopulação seja uma lei de tendência do modo de produção capitalista, ela se expressa de distintas formas, mantendo sua essência, a depender da forma pela qual o sistema capitalista se consolida. Nesses termos, assumindo as especificidades do desenvolvimento capitalista latino-americano, marcado pela dependência no plano externo e pela heterogeneidade estrutural no plano interno, a superpopulação relativa se manifestaria a partir de uma crescente exclusão social de parte relevante da população, ou seja, de uma marginalização direta de parte da população do processo produtivo. Assim, o fenômeno da marginalidade diz respeito às formas de inserção peculiares de grupos marginais na divisão social do trabalho, tendo como categoria explicativa principal a dinâmica da acumulação de capital.

A ideia postulada pela teoria da marginalidade é de que os entraves colocados à superação da condição periférica e dependente criaram espaço para um tipo de desenvolvimento que fosse predominantemente marcado por ser superexcludente, dado de um lado pela fraca potencialidade do sistema em articular a força de trabalho nas estruturas produtivas de cunho moderno, características dos setores dinâmicos da economia, e de outro por ser articulado à manutenção e reprodução de relações de produção não tipicamente capitalistas. A condição de dependência, ao submeter a economia interna à dinâmica das trocas

internacionais e ao domínio dos setores econômicos pelos grupos monopolísticos internacionais, fez com que as modalidades produtivas que se tornaram hegemônicas no processo de acumulação não resultassem de um desenvolvimento orgânico, previamente maturado nas formações sociais latino-americanas, mas decorresse de enxertos advindos da dinâmica econômica predominante dos países centrais.

De modo que a noção de marginalidade - partindo da constatação de que o capitalismo periférico generaliza processos de acumulação onde formas econômicas mais “evoluídas” se combinam com as mais “arcaicas”, originando um único modo de produção – se refere ao conjunto da força de trabalho que não é absorvida pelas formas típicas que o capitalismo, no seu processo de acumulação, tende a generalizar. Em outras palavras, conjuga os trabalhadores que participam de unidades produtivas cujo arcaísmo tecnológico e das relações de trabalho dificilmente permitem defini-las como tipicamente capitalistas. Nesse sentido, a força de trabalho pertencente à massa marginal seria aquela não vinculada aos setores tipicamente capitalistas – enquadrados tanto pelo nível do avanço tecnológico quanto das relações de trabalho estabelecidas – mas que, por estarem agregados dentro de um modo único de produção capitalista, seriam de modo direto e indireto subordinados ao setor capitalista. Do que se quer dizer que, de um lado, a expansão desses setores estaria vinculada à própria dinâmica expansiva do setor capitalista, e de outro, que dada a mobilidade existente entre as massas marginal e não-marginal, aquela estaria permanentemente disponível nos momentos de crescimento do setor capitalista.

Partindo do debate teórico para a análise das relações concretas, e tomando o caso particular da economia brasileira, é possível apontar que, no processo conjunto de industrialização e formação do mercado de trabalho urbano, houve uma clara consolidação de um extenso excedente estrutural de mão de obra, que respondia basicamente a três aspectos: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a não modificação da estrutura fundiária e eclosão de um processo de industrialização com heterogeneidade estrutural. Assim, a economia brasileira manifestaria as determinações não apenas da formação de uma superpopulação relativa – a partir do aumento da composição orgânica do capital – mas também de uma massa marginal – resultado dos elementos específicos próprios de sua característica dependente e periférica.

Historicamente, o que se verifica é que o mercado de trabalho brasileiro, na esteira da eclosão da atividade industrial, se forma e se consolida tendo como característica marcante a existência de um excedente estrutural de força de trabalho. Nesses termos, a argumentação é de que o excedente estrutural de mão de obra no Brasil, expressão do desemprego estrutural – ou de sua superpopulação relativa – é resultado da conjunção de dois fatores: de um lado, os desdobramentos do modo capitalista de produção periférico que, ao não criar as condições para a integração da massa trabalhadora aos setores capitalistas, trouxe à tona o surgimento de um conjunto de atividades que, subordinadas ao setor capitalista, matinha parte desse conjunto de trabalhadores vinculados a atividades instáveis, precárias e marginalizadas; e de outro, o próprio desenvolvimento dos setores onde predominavam as atividades capitalistas que, na lógica das leis de tendência apontadas por Marx, reduziam a porcentagem relativa de absorção da mão de obra na medida da ampliação da composição orgânica do capital. De modo que, em economias periféricas como a brasileira, o conjunto de desempregados estruturais está para além daqueles que, diretamente, estão à procura de trabalho; ela também se refere ao conjunto que, pela própria imposição das forças capitalistas, se vincula às atividades marcadas pela precarização e pela instabilidade.

Com base nos elementos apresentados anteriormente, o objeto da presente tese é a análise dos elementos determinantes e característicos da formação do excedente de mão de obra no Brasil, que ganham corpo com a formação efetiva de um mercado de trabalho no país. A interpretação proposta é que o mercado de trabalho tipicamente capitalista surge e se consolida a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil - portanto, a partir da década de 1920 -, dado que é apenas com a instalação da indústria nas áreas urbanas, e a atração de mão de obra das mais diversas regiões, que se organiza um mercado de compra e venda de força de trabalho, tal como em qualquer forma de organização do sistema capitalista. Assim, o que se pretende é entender como ocorreu no Brasil - cuja estrutura econômica e social é típica de uma economia capitalista periférica e dependente - a formação do mercado de trabalho urbano, como essa formação se consolidou com a conseguinte formação de um excedente estrutural de mão de obra, e qual é a dinâmica desse excedente na primeira metade do século XX.

Para a concretização de tal objetivo, adotamos como suporte teórico a teoria do valor de Karl Marx, especificamente sua tese sobre a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva. Como partimos do pressuposto de que o Brasil possui uma economia periférica e dependente, assumimos a abordagem da teoria marxista da dependência como forma de analisar, a partir das categorias marxistas, as especificidades e particularidades deste tipo de economia. Nesse sentido, além das categorias propostas por Marx, tomamos por base a teoria da marginalidade - particularmente a tese da massa marginal desenvolvida por José Nun e a tese do polo marginal desenvolvida por Aníbal Quijano - como forma de entender a formação da superpopulação relativa em economias dependentes. A partir dessa análise, pretende-se não apenas lançar os olhos, à luz da teoria marxista, sobre a estrutura das relações de trabalho no Brasil no momento da formação do mercado de trabalho brasileiro, mas também verificar a funcionalidade da existência de um exército de trabalhadores desempregados ou subempregados para o avanço do capitalismo periférico.

Nesse sentido, a proposta central da tese se desdobra em três aspectos a serem analisados. Em primeiro lugar, quais são os fatores históricos que determinaram a formação do mercado de trabalho no Brasil no momento de consolidação do setor industrial, e como se forma, juntamente a este mercado, um excedente de mão de obra, que historicamente se torna estrutural na economia brasileira. Em segundo lugar, quais são as características e dinâmica desse excedente num momento de expansão de um conjunto de atividades econômicas urbanas e decadência de uma série de outras atividades, em especial aquelas ligadas à atividade agrícola, ou seja, como se comporta o desemprego no Brasil, e quais as possibilidades que se abrem a essa mão de obra sobrando. Em terceiro lugar, em que medida as categorias assumidas para tal análise são capazes ou não de explicar o comportamento do excedente de mão de obra no Brasil.

A proposta delimitada neste trabalho se vincula a uma pesquisa mais ampla, cujo mote central é a análise dos determinantes e da dinâmica do excedente de mão de obra ao longo da história do Brasil - particularmente a partir da consolidação da indústria até o período atual - buscando compreender como os fatores conjunturais políticos, sociais e econômicos de cada período influíram nessa dinâmica, de modo a se permitir qualificar o excedente de mão de obra do Brasil como um excedente estrutural e, portanto, como manifestação do

desemprego estrutural. Nesse sentido, a análise aqui delimitada é centrada no período inicial dessa pesquisa e, mais propriamente, na investigação de fatores históricos que, da nossa perspectiva, são fundamentais para se compreender aspectos relevantes das relações de trabalho e da conformação social do Brasil. A partir da pesquisa aqui desenvolvida, pretende-se a delimitação de um conjunto de caminhos e questões que ampliem a percepção dos desdobramentos do capitalismo no Brasil, especificamente das determinações deste sobre as relações de trabalho, a partir das categorias analíticas apreendidas da teoria marxista do valor e da teoria da marginalidade.

De modo que o estudo aqui proposto se encaminha no sentido lançar uma contribuição para o entendimento das questões histórico-estruturais acerca das relações de trabalho no Brasil, partindo do entendimento que os aspectos históricos dos eventos são essenciais para o melhor entendimento de suas características, dinâmica e desdobramento ao longo do avanço do sistema capitalista. Assim, pretende-se a elaboração de um estudo que ofereça informações e registros históricos acerca das relações e do mercado de trabalho no Brasil que permitam um melhor entendimento dos aspectos estruturais e conjunturais que influenciam permanentemente em sua dinâmica, dando suporte à avaliação de aspectos relativos a emprego, desemprego, remuneração e precariedade no mercado de trabalho.

A hipótese central que norteia o trabalho é de que o excedente de mão de obra no Brasil, diferentemente do caso clássico inglês analisado por Marx, tem origem nos problemas decorrentes da transição do trabalho escravo ao trabalho livre, que acabou por determinar não apenas a dificuldade de integração do negro na nova forma de estrutura produtiva que se organizava, mas também resultou na entrada maciça de imigrantes, compondo uma força de trabalho com excesso de oferta em relação à demanda dos setores produtivos. Quando da crise da produção cafeeira e dos entraves na economia internacional decorrentes da crise de 1929, que determinariam a expansão dos investimentos industriais, especialmente no Sudeste, parte substancial da população migraria em direção a essa região, compondo o mercado de trabalho urbano - que, nesses termos, já surgiria com excedente de mão de obra. E seria a partir desse momento que seriam operados os mecanismos clássicos de formação da superpopulação relativa, a partir do gradual aumento da composição orgânica do capital. Nesses termos, o excedente de mão de obra no mercado de trabalho no Brasil

seria formado não apenas a partir da absorção em frações cada vez menores da força de trabalho, mas já teria, na sua origem, tal excedente.

A pesquisa será focada entre as décadas finais do século XIX até os anos 1950. A justificativa para a escolha deste período está no fato de que é durante os anos finais do século XIX que se intensifica as migrações estrangeiras para o Brasil, como alternativa à reposição da mão de obra escrava, de modo que será formada uma elevada oferta de mão de obra no país. A partir dos anos 1930, por conta dos efeitos da crise externa e de seus reflexos na economia nacional, ocorre a expansão do desenvolvimento industrial, o qual impactará de forma decisiva na formação do mercado de trabalho urbana e com características tipicamente capitalistas; tal período se estende até meados da década de 1950, quando se inicia nova fase da indústria no Brasil. Assim, pretende-se com a análise desse período a compreensão da formação do excedente de mão de obra no Brasil a partir da constituição do mercado de trabalho, nesse que pode ser considerada, de forma concreta, a primeira fase da expansão do capitalismo industrial no Brasil.

Para a concretização dos objetivos propostos, será investigado os dados referentes ao mercado de trabalho brasileiro nos anos 1940 e 1950 apresentados nos censos dos respectivos anos, para analisar o comportamento dessas variáveis, em especial as relativas à desocupação e às atividades marginais, as quais nos permitirão observar a dinâmica do mercado de trabalho no momento de crucial expansão e consolidação da indústria no Brasil. Para tanto, será também proposta uma tentativa de articulação dessas variáveis ao comportamento da indústria, para investigar em que medida essa dinâmica mantém ou não relação com o comportamento das atividades industriais.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentado o debate da teoria marxista do valor e da categoria superpopulação relativa, bem como seu desdobramento para a análise do capitalismo latino-americano, consubstanciado em dois aportes teóricos, quais seja, a teoria marxista da dependência, dedicada ao debate das especificidades do capitalismo dependente e periférico, e a teoria da marginalidade que, a partir dos diagnósticos propostos pela teoria marxista da dependência, propôs uma interpretação a respeito das formas de manifestação da categoria superpopulação relativa na região. Particularmente à teoria da marginalidade, são

considerados o debate elaborado por José Nun, Fernando Henrique Cardoso e Aníbal Quijano.

Os capítulos II e III se dedicam ao debate sobre a formação do mercado de trabalho brasileiro, discutindo os três principais aspectos que nortearam sua constituição: em primeiro lugar, a transição do trabalho escravo ao trabalho livre, em especial o debate sobre a integração do negro nessa nova sociedade do trabalho; em segundo lugar, os debates referentes à imigração externa e sua escolha como alternativa à reposição da mão de obra após o fim do trabalho escravo; e em terceiro lugar, o debate sobre a dinâmica interna da mão de obra, discutindo os fatores referentes ao êxodo rural e as migrações entre regiões. Todo esse debate tem como pano de fundo o processo de expansão e consolidação da indústria no Brasil, e sua relação estrita às crises da economia internacional e a consequente perda da dinâmica do setor agroexportador, então o setor mais dinâmico da economia brasileira.

O capítulo IV se dedica a análise do mercado de trabalho urbano nas décadas de 1940 e 1950, tentando entender como sua dinâmica se vincula, de um lado, aos elementos analisados anteriormente e, de outro lado, como eles se articulam à expansão das atividades urbanas, em especial as atividades industriais. É a partir desses aspectos, e na observação específica da dinâmica dos desocupados e dos trabalhadores marginais, que pretendemos elaborar algumas observações a respeito dos determinantes do excedente de mão de obra no Brasil e da constituição dos grupos marginalizados à luz das teorias que compõe nossa base teórica, que serão apresentados nas considerações finais.

CAPÍTULO I

SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA, DEPENDÊNCIA E MARGINALIDADE: O DEBATE TEÓRICO

La historia del subdesarrollo latinoamericano es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial. Su estudio es indispensable para quien desee comprender la situación a la que se enfrenta actualmente este sistema y las perspectivas que se le abren. Inversamente, sólo la comprensión segura de la evolución y de los mecanismos que caracterizan a la economía capitalista mundial proporciona el marco adecuado para ubicar y analizar la problemática de América Latina.

"Subdesarrollo y Revolución" - Ruy Marini

Introdução

A teoria do valor elaborada por Karl Marx, a partir da crítica às percepções da economia política clássica e tendo como pano de fundo o desenvolvimento do capitalismo industrial inglês, procurou apresentar uma interpretação do funcionamento do modo de produção capitalista, fundamentada na elaboração de leis de tendência e categorias que explicassem a organização e os desdobramentos deste sistema. Dentre essas categorias, Marx formulou as noções de “superpopulação relativa” e “exército industrial de reserva”, as quais representavam a formação de um excedente de mão de obra cuja funcionalidade se

vinculava diretamente às necessidades e possibilidades de expansão do processo de acumulação de capital.

Ainda que essas categorias representassem leis de tendência do modo de produção capitalista – de modo que, onde quer que houvesse capitalismo, haveria superpopulação relativa e exército industrial de reserva – tal sistema se desenvolveu de maneira não homogênea em diferentes regiões, de tal forma que o capitalismo era caracterizado por particularidades, a depender das condições gerais de funcionamento de cada uma dessas economias. É a partir dessa noção, do desenvolvimento do capitalismo dotado de certas particularidades, que é elaborada a teoria marxista da dependência. O objetivo central dessa teoria era a compreensão do desenvolvimento do modo de produção capitalista em regiões marcadas por serem estruturalmente dependentes e periféricas, fator que condicionava a dinâmica interna aos movimentos gerais do capitalismo internacional.

Partindo da noção de que o capitalismo se desenvolve em determinadas regiões com particularidades, pode-se assumir que as categorias características do mesmo podem, em cada caso, também apresentar suas especificidades. É a partir dessa ideia que são elaboradas as distintas interpretações da chamada teoria da marginalidade. De modo geral, a teoria da marginalidade se voltou à tentativa de compreensão das especificidades da formação do excedente de mão de obra em economias capitalistas periféricas, a partir da percepção de que as condições gerais dessas economias impediam uma permanente absorção nos setores mais avançados de parte importante da oferta de trabalho, pressionando esse contingente populacional a se vincular a formas precárias, instáveis e vulneráveis de trabalho – e, por isso, formas de trabalho marginais.

Considerando esses aspectos, o objetivo deste primeiro capítulo será a apresentação dessas teses, mostrando como a teoria da marginalidade é elaborada a partir das análises anteriormente formuladas tanto na teoria marxista do valor quanto na teoria da dependência, no intuito de entender as particularidades da formação do mercado de trabalho, e especificamente do excedente de mão de obra, em economias periféricas. Com o debate acerca dessas teorias, pretende-se construir os argumentos teóricos que, posteriormente, serão utilizados para análise do caso brasileiro, a ser desenvolvida nos próximos capítulos.

1. A teoria do valor em Karl Marx e a categoria superpopulação relativa

O processo histórico de conformação do modo de produção capitalista, a partir do estabelecimento dos mecanismos de apropriação dos meios de produção e do valor excedente, e da imposição da força de trabalho como mera mercadoria, se constituiu fundamentado na consolidação de relações de exploração capital-trabalho. A produção do valor, resultado final do trabalho no interior do processo produtivo, e a apropriação de parte do mesmo pela classe detentora dos meios de produção, se tornou o elemento fundante sobre o qual se estruturou não apenas a reprodução do capital mas, para além disso, a própria reprodução ampliada do sistema, que se desdobra num esquema onde a intensificação da exploração do trabalho se firma como elemento predominante desse processo.

Ao elaborar uma interpretação sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, calcada na crítica à teoria do valor desenvolvida na economia política clássica por Adam Smith e David Ricardo, Karl Marx discorreu sobre a forma pela qual se estabelece a relação entre capital e trabalho no interior do capitalismo – relação essa circunscrita à compra e venda de força de trabalho e à produção de valor – de tal modo que, ao se consolidar como detentor dos meios de produção, as forças capitalistas determinavam não apenas o ritmo da produção de mercadorias em si, mas o próprio ritmo de produção e reprodução da força de trabalho. Ao impor a subordinação do trabalho ao capital, as relações capitalistas de produção determinaram a forma e o sentido da reprodução da força de trabalho, bem como sua sociabilidade que, da mesma forma, se dariam em função das necessidades do capital. De modo que

[a] força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode librar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado. (MARX, 1980:714).

Tal enfoque se estabelece a partir dos mecanismos da divisão do trabalho no processo produtivo e da formação da mais-valia como valor apropriado pelo capitalista na sua relação permanente de exploração com o trabalho. Para explicar o sentido da superpopulação relativa, categoria que nos interessa diretamente, faz-se necessário o resgate desses aspectos da teoria marxista do valor. O ponto de partida dessa análise é especificamente a compreensão de como opera a formação da mais-valia na jornada de trabalho, e a apropriação, pelo capitalista, dos valores produzidos pelos trabalhadores, porém não convertidos em formas de remuneração. É a formação da mais-valia e sua reconversão em capital que dá sentido ao processo produtivo e à reprodução ampliada do capital. No entanto, assumindo que apenas a mercadoria força de trabalho é dotada de capacidade criadora de valor, a reprodução do capital requer a elaboração de mecanismos cada vez mais complexos de exploração, os quais permitam extrair, da classe trabalhadora, frações adicionais e crescentes de valor¹.

De modo geral, Marx diz que, em sendo uma mercadoria, a força de trabalho tem, conseqüentemente, um determinado valor. O valor da força de trabalho, assim como de toda e qualquer mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção². Para garantir essa produção, o indivíduo precisa ter acesso a determinada quantidade de meios de subsistência, suficientes para mantê-lo em um nível considerado normal de vida. Nesse sentido, o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho se traduz no tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias cujo valor seja equivalente às mercadorias necessárias à subsistência. Considerando que as trocas se realizam no mercado através de um equivalente comum – e que, portanto, o indivíduo não produz as mercadorias que necessita para garantir sua subsistência, mas as adquire diretamente no mercado –, pode-se colocar que o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessário à manutenção do indivíduo possuidor da mesma. O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma soma determinada de meios de subsistência e,

¹ O objetivo da presente seção não é apresentar de maneira pormenorizada toda a discussão referente à mercadoria e seus desdobramentos para a produção capitalista, mas tão somente explorar os aspectos da discussão em Marx fundamentais para a compreensão da categoria chave a ser discutida, no caso, a superpopulação relativa.

² Marx considera um tempo de trabalho social médio, na medida em que diferentes trabalhadores possuem diferentes capacidades para realizar trabalho, ou seja, possuem diferentes produtividades. Assim, para ser utilizado como parâmetro de valorização, é preciso definir um tempo de trabalho médio em relação às diferentes capacidades de trabalho.

nesse sentido, varia de acordo com a magnitude do tempo de trabalho exigido para sua produção³.

A possibilidade de se criar mais valor está na conjugação dos elementos representados pelo processo produtivo e pela força de trabalho. Marx mostra que, dada uma determinada jornada de trabalho, o trabalhador leva apenas uma parte desta para produzir o valor equivalente a sua força de trabalho. No entanto, o trabalhador executa sua função durante toda a jornada. Considerando que o valor das mercadorias produzidas agrega o valor dos meios de produção necessários para produzi-la, e que o valor correspondente ao salário do trabalhador é produzido apenas em uma parte da jornada de trabalho, pode-se inferir que parte das mercadorias produzidas durante a jornada de trabalho agrega a seu valor parte do valor da força de trabalho, mas esse valor não é repassado ao trabalhador, em forma de salários.

Nesses termos, a mais-valia é o valor gerado como resultante de um processo que agrega mercadorias convertidas em matérias-primas com a mercadoria especial, a força de trabalho⁴, e que torna possível a transformação de um determinado valor inicial (D) em um valor maior ($D' = D + \Delta D$) ao final deste mesmo processo. Esse acréscimo de valores só é permitido pela presença da força de trabalho que, ao produzir o equivalente a seu valor em um determinado tempo, permanece produzindo valores, os quais não serão revertidos em salários, mas irão compor os ganhos do capitalista. Como dito anteriormente, ao adiantar capital e adquirir os meios de produção, o capitalista passa a ser o proprietário das mercadorias finais. Na medida em que as mercadorias produzidas por cada trabalhador têm

³ A força de trabalho precisa, como toda mercadoria, ser repostada. Por isso, como mostra Marx, mais que garantir a produção da força de trabalho (ou seja, a garantia de vida do trabalhador), seu valor deve garantir também sua reprodução. Ou seja, o vendedor da força de trabalho deve perpetuar-se, através da procriação. Assim, na determinação do valor da força de trabalho, Marx admite como variável os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores. Essa questão levanta uma dupla discussão. De um lado, a *reprodução* da força de trabalho se circunscreve como elemento que faz variar o seu valor – assim como o são a qualificação/educação, a cultura, as condições climáticas da região onde o trabalhador vive, entre outros fatores. De outro lado, parece considerar-se que as crianças, enquanto substitutas dos atuais componentes da classe trabalhadora, não podem se transformados em força de trabalho. Essa impressão é diluída ao longo d’*O Capital*, à medida que Marx aprofunda a discussão sobre a exploração da classe trabalhadora, na qual inclui o trabalho infantil e feminino.

⁴ Marx (1980:197) define a capacidade de trabalho ou força de trabalho como “o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie”. Uma vez que, ao produzir valores de uso, o trabalhador produz também valores de troca, a força de trabalho ganha seu caráter especial, enquanto única mercadoria dotada de capacidade de criar valor.

um valor superior ao salário pago aos mesmos, então tem-se que o valor produzido para além dos salários – a mais-valia – é de propriedade do capitalista.

Dado que o trabalhador leva apenas parte da jornada de trabalho para produzir o correspondente ao valor dos seus meios de subsistência, é possível equacionar a jornada em dois tempos distintos: o primeiro, o *tempo de trabalho necessário*, corresponde ao tempo que o trabalhador leva para produzir a quantidade de mercadorias cujo valor corresponda ao valor mínimo de sua cesta de subsistência; e o segundo, o *tempo de trabalho excedente*, no qual o trabalhador produz mercadorias que, ainda que agreguem seu valor, não resultam em pagamento sob a forma de salários, de tal forma que o trabalhador produz um valor a ser apropriado pelo capitalista. A divisão da jornada de trabalho nesses distintos tempos apresenta a ideia de que o objetivo do capitalista, para além de comandar a produção de mercadorias cujo valor seja superior ao valor por ele adiantado, é de ampliar o máximo possível o tempo de trabalho excedente, em detrimento do tempo de trabalho necessário, uma vez sendo esse o período de produção da mais-valia⁵.

O fundamental a se apreender desta discussão é que, nos marcos do processo capitalista de produção de mercadorias, o trabalhador, usurpado dos meios de produção, possui apenas sua força de trabalho que, transmutada em mercadoria, é capaz de garantir sua subsistência e sua reprodução. Ao ser vinculado ao processo produtivo, e se enquadrar como um tipo especial de mercadorias, acaba por produzir um valor que, sendo superior ao seu salário, é transferido para as mãos do capitalista, comprador dos meios de produção, da mão de obra,

⁵ Além de mais-valia, Marx apresenta outras duas noções importantes. A primeira, a taxa de mais-valia, definida a partir da relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, ou da relação entre a mais-valia e o capital variável, expressa o grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista, ao mostrar não apenas o quanto mais elevado é o tempo de trabalho excedente em relação ao trabalho necessário (e, portanto, o quanto a mais se produziu para o capitalista em relação à remuneração do trabalhador), mas também o quanto, para além de seu valor, a força de trabalho (capital variável) foi capaz de produzir. O segundo trata do conceito de massa de mais-valia, que é dada pela magnitude do capital variável adiantado multiplicada pela taxa de mais-valia, ou igual ao valor de uma força de trabalho multiplicado pelo grau de sua exploração e pelo número de forças de trabalho simultaneamente exploradas. Em outros termos, a massa de mais-valia corresponde à somatória de toda a mais-valia gerada durante um processo produtivo, considerando que, em cada processo, há uma quantia não-unitária de força de trabalho empregada. Supondo que M é a quantidade de mais-valia; m a mais-valia diariamente fornecida, em média, pelo trabalhador individual; v o capital variável adiantado diariamente para a compra e uma força de trabalho individual; V a soma total do capital variável; f o valor de uma força de trabalho; t'/t o grau de exploração da força de trabalho; e n o número dos trabalhadores empregados, temos:

$$M = \frac{m}{v} \times V \text{ ou } M = f \times \frac{t'}{t} \times n$$

e portanto, dono da mercadoria. Assim sendo, o trabalhador, enquanto mercadoria, trabalha, sofre os impactos do desgaste físico e emocional, para produzir um valor que, ao final, irá para as mãos daquele que apenas compra os meios de produção e coordena o processo produtivo. Diz Marx (Ibidem:230):

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista de produção de mercadorias.

A possibilidade de modificar a jornada de trabalho a fim de ampliar o excedente a ser apropriado pelo capitalista condiciona o surgimento de duas formas distintas de mais-valia: a *mais-valia absoluta* e a *mais-valia relativa*. A mais-valia absoluta se refere àquela produzida pelo efeito do prolongamento da jornada de trabalho; a mais-valia relativa é decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre as partes componentes da jornada de trabalho. As duas formas de mais-valia são gestadas dentro do processo produtivo a partir do próprio desenvolvimento das forças capitalistas, principalmente no que diz respeito à evolução dos métodos produtivos. A introdução da maquinaria, por exemplo, provoca transformações nas formas de se produzir e nas relações de trabalho que, de forma indiscutível, se voltam para ampliação da reprodução do capital. Assim, a maquinaria não teria a função de aliviar o trabalho diário do homem mas, ao contrário, baratear as mercadorias, encurtar o período do dia de trabalho no qual o trabalhador se volta à produção de valores equivalentes a seu salário, e por fim, de ampliar a parte na qual se gera valores repassados gratuitamente ao capitalista. Dessa forma, o desenvolvimento das forças produtivas não representa outra coisa a não ser um meio para se produzir mais-valia.

Os desdobramentos dessas relações recaem no que Marx chamou de “lei geral da acumulação capitalista”, no interior do qual ocorre a formação da superpopulação relativa. Antes de entrar nos meandros dessa lei, é mister destacar e diferenciar as duas formas de

reprodução do capital, definidas por Marx no processo de produção capitalista: a *reprodução simples* e a *reprodução ampliada*.

O processo de produção capitalista, independente de sua forma social, percorre de forma contínua determinadas fases. Isso faz com que esse processo de produção seja também um processo de reprodução, ambos determinados pelas mesmas condições. Uma determinada sociedade só pode manter sua riqueza no mesmo nível substituindo durante certo período os meios de produção consumidos durante a produção; parte determinada da produção anual pertence à produção, e deve se converter em novos materiais para que o processo tenha continuidade. Se o processo de produção é o meio através do qual o trabalho se transmuta em instrumento capaz de criar valor, a reprodução nada mais é que o meio de reproduzir e de expandir o valor antecipado como capital. Se o capitalista utiliza todo o rendimento gerado em forma de mais-valia para seu consumo pessoal, consumindo-o no mesmo período em que o ganha, tem-se então uma *reprodução simples*. A reprodução simples, que esquematicamente envolve um departamento produtor de meios de produção e um departamento produtor de bens de consumo, diz respeito a uma mera repetição do processo de produção na mesma escala, já que toda a mais-valia apropriada pelo capitalista é gasta em consumo improdutivo, ou em bens de consumo. Nesse caso, todos os valores gerados são convertidos em forma de consumo individual - especificamente para subsistência, no caso dos trabalhadores, e também em consumo supérfluo, no caso dos capitalistas.

A *reprodução ampliada*, por sua vez, parte de uma lógica oposta: se a reprodução simples permite a visualização da origem da mais-valia a partir do capital, a reprodução ampliada parte do processo de acumulação de capital, originário da transformação da mais-valia em capital. Aqui, a mais-valia não é convertida totalmente em consumo individual ou improdutivo, mas parte dela é transformada em capital para o início de um novo ciclo do processo produtivo. Esse novo ciclo terá uma quantidade de capital superior ao ciclo anterior, com o que se permite adquirir mais meios de produção e, conseqüentemente, ampliar a produção, a qual resulta em uma mais-valia superior. Ainda que esse esquema seja composto pelos mesmos departamentos do esquema anterior, em se mantendo as demais condições, cada novo ciclo terá uma quantidade de capital maior, e por isso, uma mais-valia maior. Diferentemente do primeiro, aqui os valores gerados são convertidos

tanto em consumo individual quanto em consumo produtivo, o qual permite a transformação de meios de produção em uma massa de produtos de valor maior que o desembolsado pelo capitalista.

Importa destacar que a efetivação do processo de reprodução só é possível mediante a ocorrência da apropriação, pelo capitalista, de trabalho não pago, ou seja, da alienação do trabalhador de parte dos valores produzidos por este. No mesmo sentido, a apropriação do valor em escala crescente, a partir do processo de reprodução ampliada, só é possível pela propriedade sobre o trabalho passado não pago. Nesses termos, a relação de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que mistifica o processo de circulação, uma vez que a parte do capital que se troca por força de trabalho é apenas parte do produto do trabalho alheio do qual o capitalista se apropriou, a qual o trabalhador permanentemente reproduz, acrescentando o excedente e a acumulação.

A magnitude da acumulação depende sempre da proporção em que a massa de mais-valia se divide em fundo de consumo do capitalista e em fundo de acumulação. Por sua vez, a quantidade de mais-valia é determinada pelo número de trabalhadores simultaneamente explorados, número que corresponde, em proporção variável, à magnitude do capital. Por essa razão, quanto mais cresce o capital em virtude de acumulações sucessivas, tanto mais aumenta o valor global que se reparte em fundo de consumo e em fundo de acumulação.

Nesse sentido, a lei geral da acumulação capitalista se apresenta como o esforço de Marx em apresentar como se estabelece o processo de acumulação de capital, a partir do estudo sobre a composição do capital e as modificações que ele experimenta no decorrer do processo produtivo, bem como seus impactos, efeitos e determinantes sobre as relações de trabalho. Para tanto, parte da ideia de que, mantida constante a composição do capital, a procura por força de trabalho aumenta à medida que amplia a acumulação.

Em termos de sua composição, o capital pode ser apreciado sobre duas esferas. A primeira, do ponto de vista do valor – chamada de *composição valor* ou *composição orgânica do capital* - é determinada pela proporção na qual o capital se divide em constante (valor dos

meios de produção, *c*) e variável⁶ (valor da força de trabalho empregada, ou soma global dos salários, *v*). A segunda, do ponto de vista da matéria utilizada no processo produtivo – chamada de *composição técnica do capital* – é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados (*MP*) e a quantidade de força de trabalho (*FT*) necessária para empregar esses meios de produção, expressão do quanto de força de trabalho é necessária para acionar determinada quantidade de meios de produção.

Supondo a não alteração da composição orgânica do capital, ou seja, mantendo fixa a proporção na qual o capital se reparte em constante e variável, sempre que houver um acréscimo de capital, haverá também uma ampliação da procura de trabalho e do fundo de subsistência dos trabalhadores (seus salários) na mesma proporção, e tanto mais rápido será esse acréscimo quanto mais intenso for o processo de acumulação. Como, a cada período produtivo, o capital produz determinada massa de mais-valia que sempre se converte em uma fração de capital, e acréscimo de capital necessariamente se converte em acréscimo de força de trabalho, haverá sempre uma demanda crescente por trabalho. Ocorre que, a depender das necessidades de acumulação do capital, pode-se chegar ao ponto no qual a procura por força de trabalho seja maior que sua oferta. Havendo uma demanda por trabalho superior a sua oferta, o salário pago àqueles que efetivamente estão trabalhando tende a se elevar, de tal forma que os salários passam a ser função do ritmo de crescimento do capital. Tudo isso dentro das condições iniciais: mantendo fixas as proporções entre capital constante e capital variável.

Não é função do capitalista adquirir força de trabalho para se satisfazer com os serviços passíveis de serem prestado por esta, e muito menos deixar que ocorra naturalmente uma elevação dos salários, pelo mecanismo apresentado acima. O objetivo do capitalista é ampliar seu capital, produzir mercadorias que contêm um valor superior ao adiantado no início do processo produtivo. A lei absoluta do modo de produção capitalista é produzir mais-valia; e na medida em que a mais-valia nada mais é que trabalho não-pago, a lei da produção capitalista, que relaciona capital, acumulação e salários, se expressa na relação entre o trabalho gratuito transformado em capital, de um lado, e o trabalho adicional

⁶ O capital variável, segundo Marx, é a forma histórica particular em que aparece o fundo dos meios de subsistência ou fundo do trabalho, do qual precisa o trabalhador para manter-se ou reproduzir-se e que ele mesmo tem que produzir e reproduzir em todos os sistemas sociais de produção. Por isso trata-se do fundo de remuneração do trabalho.

necessário para acionar o capital expandido, de outro. O que se quer dizer então é que, dentro daquilo que cabe como função e objetivo dos capitalistas, os salários, enquanto trabalho pago, devem ser restritos a um limite no qual os fundamentos da reprodução ampliada do capital fiquem resguardados. Se cresce a quantidade de trabalho não-pago, conseqüentemente cresce a quantidade de trabalho pago, na medida em que um maior capital se reverterá em maior capital variável e, portanto, maior demanda por força de trabalho e uma maior massa de salários pagos. Se a demanda por força de trabalho cresce para além de sua capacidade de oferta, haverá necessariamente uma elevação dos salários, decrescendo a quantidade de trabalho não-pago. Do lado oposto – mas consecutivamente – se a queda do salário não-pago é suficiente para se atingir um nível no qual ou o capitalista não tem mais trabalho excedente do qual se apropriar, ou não possui mais o capital suficiente para adquirir a quantidade de trabalho excedente mínima para a reprodução e ampliação, o processo de acumulação perde sua força, num movimento que leva à queda da demanda por mais trabalho e à pressão decrescente sobre os salários.

Tais movimentos seriam os responsáveis pela variação dos salários, se mantida a condição inicial de não se alterar a composição do capital. No entanto, são outros os motivos que levam à modificação relativa dos salários.

À medida que o sistema capitalista avança, o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa força impulsionadora do processo de acumulação, tomando o lugar antes ocupado pela incorporação da força de trabalho. O acréscimo da produtividade do trabalho se respalda, nesse sentido, na redução da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento. As condições dadas inicialmente são, desse modo, alteradas. O aumento da produtividade do trabalho traz em si, como condição, a modificação da composição técnica do capital, ao aumentar a massa dos meios de produção comparativamente à massa de força de trabalho que o aciona. Tal modificação se expressa na composição do capital, com o aumento da parte constante às custas da parte variável. Essa modificação se opera na medida em que há, porventura, a introdução de nova maquinaria ou técnicas produtivas que, ao incrementar a produtividade do trabalho, permitem a substituição de mão de obra por esses novos equipamentos. Ou seja, com o aumento da produtividade do trabalho, é possível que a repartição do capital em

meios de produção e força de trabalho se altere em favor dos primeiros - para frações adicionais de capital, requer-se uma proporção decrescente de força de trabalho. E, desde que a magnitude relativa da fração que representa o valor dos meios de produção consumidos (a parte constante do capital) está na razão direta do progresso da acumulação, ao passo que a magnitude relativa da fração que representa o valor pago à força de trabalho (a parte variável do capital) está na razão inversa desse progresso, a produtividade do trabalho necessariamente traz um efeito positivo ao processo de acumulação⁷.

A produtividade do trabalho, nesses termos, possui uma tênue capacidade de provocar uma pressão baixista tanto sobre a massa de salários quanto dos salários em si. Primeiramente, porque a simples modificação na divisão do capital em constante e variável, com a ampliação do primeiro em proporção maior que a do segundo, faz com que uma menor quantidade relativa de trabalhadores seja contratada e, por isso, uma menor massa de salários seja despendida, reduzindo relativamente a soma do trabalho não-pago. Observando do ponto de vista da composição técnica, se um único trabalhador é capaz de modificar uma quantidade maior de meios de produção no mesmo período de tempo com o aumento da produtividade do trabalho, um menor número de trabalhadores será necessário durante o processo produtivo. Com uma menor demanda relativa por trabalho, há uma distribuição desproporcional entre trabalho pago e trabalho não-pago, sempre favor do segundo.

Posto isso, fica determinado que a lógica do aumento da produtividade traz, em si, a redução da parte variável do capital. Se a procura de trabalho é determinada não pelo capital global, mas sim pela sua parte variável, uma ampliação do capital resulta, então, ou na redução de sua parte variável - pela maior destinação de capital para a composição da parte constante - ou em sua incorporação, mas em proporções cada vez menores - no caso de parte do capital se converter em novas plantas produtivas. De uma forma ou de outra, é

⁷ Importante destacar que Marx (Ibidem:726) aponta que a mudança na composição do valor do capital só revela de maneira aproximada a alteração ocorrida na composição técnica. Isso porque, com o aumento da produtividade do trabalho, não só aumenta o volume dos meios de produção consumidos, mas também cai o valor desses meios de produção em relação a seu volume. O valor dos meios de produção aumenta em termos absolutos, mas não em proporção à ampliação do volume utilizado. Assim, o aumento da diferença entre capital constante e capital variável é menor que o aumento da diferença entre a massa dos meios de produção em que se converte o capital constante e a massa da força de trabalho que se converte em capital variável, ou seja, a variação na composição do capital é menor que a variação na composição técnica do capital.

sempre necessário que a acumulação de capital global seja acelerada para absorver tanto um número adicional de trabalhadores quanto para manter ocupados os que já estavam empregados. Isto, no entanto, não exclui o fato de que possa existir uma população trabalhadora excedente.

De um modo geral, o aumento do capital variável está sempre associado à sua contraposição, representada seja na repulsão de trabalhadores empregados, seja na dificuldade de absorção da população trabalhadora adicional. Ainda que o aumento do capital global possa se converter em aumento do capital variável – e isso sempre acontece no decorrer do desenvolvimento capitalista -, esse aumento se dá coadunado com a redução do número de trabalhadores em outros setores, pela incorporação de tecnologias e pela ampliação da produtividade do trabalho. Ao mesmo tempo, o crescimento populacional inevitavelmente resulta em aumento do contingente de trabalhadores. É assim que, na média, amplia-se a escala na qual a atração maior de trabalhadores está ligada à maior repulsão deles. E é assim que “a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”. (Ibidem:733). E todo esse processo se amplia à medida que o capitalismo se desenvolve e a estrutura produtiva, por sua vez, se modifica e moderniza. Vale dizer, à medida que avança o sistema capitalista, amplia-se a relação entre capital constante e capital variável (c/v) e, conseqüentemente, a produtividade e o excedente produzido, ao mesmo tempo em que se amplia a exploração sobre a massa de trabalhadores.

É a partir desse enfoque que ganha corpo a tese da formação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva⁸, como resultado dos desdobramentos do modo de produção capitalista. A ideia introduzida por Marx se fundamenta na lógica de que, à medida que o sistema capitalista se desenvolve e complexifica as relações de produção, a partir da introdução de técnicas e métodos produtivos mais avançados, é modificada a composição orgânica do capital, conduzindo a um processo de decréscimo relativo da parte variável do capital em relação ao capital total. Em outras palavras, com o progresso da

⁸ Como estamos tratando do desenvolvimento da categoria superpopulação relativa tal como exposta por Marx, não faremos a distinção, por hora, entre tal categoria e a noção de exército industrial de reserva. A diferenciação dessas duas noções será apresentado tal como na teoria da marginalidade, que será discutida nas próximas seções.

acumulação e da concentração de capital que o acompanha, e que conduz à ampliação da produtividade social do trabalho – representada no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um determinado tempo e com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto –, uma proporção cada vez menor da força de trabalho seria agregada ao processo produtivo, em relação a proporções cada vez mais crescentes de capital constante.

Isso ocorreria porque, sendo a procura de trabalho determinada não pela magnitude do capital global, mas pela magnitude de sua parte variável, a modificação da composição orgânica do capital resultaria numa queda progressiva da procura de trabalho com o aumento do capital global. De outra maneira, à medida em que incorpora capital, cresce também sua parte variável, ou a força de trabalho que se incorpora no processo produtivo, mas em proporções cada vez menores. Levando em conta a manutenção da taxa de crescimento da população que resulta, em cada período, na inclusão de contingentes populacionais no mercado de trabalho, a tendência de elevação da produtividade no sistema capitalista, a partir da introdução de métodos produtivos modernos, traria em si a tendência à redução relativa da massa de trabalhadores incluídos dentro do processo produtivo – e, portanto, de redução do capital variável em relação ao capital constante – e, em consequência, ao surgimento de uma *superpopulação relativa*, ou *exército industrial de reserva*.

Assim, a *superpopulação relativa*, entendida enquanto a fração da mão de obra não empregada e permanentemente à disposição do capital, ou empregada de maneira irregular, é resultado do movimento cíclico e contraditório do capital: cíclico porque se estende a cada etapa do desenvolvimento das forças capitalistas, e contraditório porque é somente através da exploração do trabalho que o capital pode se reproduzir – ou, dito em outras palavras, é apenas o trabalho vivo que pode produzir mais-valia. Para além de resultado do avanço do sistema capitalista, a existência de uma superpopulação relativa seria condição relevante para as consecutivas etapas de reprodução do capital, dado que a existência de um contingente populacional cada vez mais extenso não só condiciona uma permanente disponibilidade de mão de obra a ser explorada pelo capital nos momentos de ampliação de sua base técnica, mas também cria constantemente pressões sobre os salários. De modo que

a população trabalhadora excedente, enquanto produto necessário da acumulação do capital, passa ela própria a ser um elemento fundamental para essa acumulação. Não só se firma como elemento que cria uma pressão baixista sobre os salários, ampliando a parte do trabalho não-pago, como se porta como reserva constante para um capital que está sempre em expansão. A toda e qualquer necessidade de expansão do capital, o exército industrial de reserva se apresenta como a fonte crescente de trabalho produtivo a baixos custos. Por isso, “não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível, fornecida pelo incremento natural da população. Para funcionar à sua vontade, precisa ela de um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural”. (Ibidem:738)⁹.

De acordo com a análise empreendida por Marx, a superpopulação relativa se manifestaria a partir de diversos matizes, de modo que, dentro das fases alternadas do ciclo industrial, todo trabalhador faria parte dela durante o tempo em que estivesse *desempregado ou parcialmente empregado*. Continuamente, a categoria assumiria três principais formas¹⁰:

1. *Forma flutuante*: Composta pelos trabalhadores que, nos centros da indústria moderna, fábricas, manufaturas, etc., seriam ora repelidos, ora extraídos em quantidade maior, de modo que, em seu conjunto, aumentaria o número de empregados, mas em proporção decrescente em relação ao aumento da escala de produção. Assumindo que a necessidade de trabalho humano é proporcionalmente menor ao gradual incremento de capital, a parte da população despedida em decorrência da menor necessidade de homens na indústria seria parte dessa forma de superpopulação.
2. *Forma latente*: Parte da população rural que encontra-se na iminência de transferir-se para os centros urbanos, quando a produção capitalista se apodera da agricultura

⁹ O ponto central do debate sobre a superpopulação relativa não se refere à formação de um contingente de mão de obra a ser empregada pelo capital - a qual pode ter origem na própria reprodução natural da população - mas sim na existência de um excedente que reforça as amarras através das quais a força de trabalho se submete e se subordina ao capital. Por essa razão Marx se referencia à superpopulação relativa como a "alavanca da acumulação", porque ela cria as condições sobre as quais o capital pode se reproduzir de maneira ampliada.

¹⁰ "A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação. Mas, além dessas formas principais que se reproduzem periodicamente, assume ela, continuamente, as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnada" (MARX, 2009:744).

ou nela vai penetrando, diminuindo a procura absoluta da população trabalhadora rural à medida que se acumula o capital que nela funciona. A repulsão não contrabalanceada da classe trabalhadora rural condiciona sua permanente possibilidade de transferência para as fileiras do proletariado urbano, de modo que esse fluxo constante pressupõe, no próprio campo, uma população supérflua sempre latente - elemento essencial na explicação do baixo nível de remuneração dos trabalhadores rurais.

3. *Forma estagnada*: Parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupações totalmente irregulares, os quais se tornaram supérfluos na grande indústria, na agricultura e nos ramos em decadência, situando-se como reservatório inesgotável de força de trabalho disponível submetida a condições de duração máxima de trabalho e mínima de salários. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio da classe trabalhadora, e justamente isso torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Sua base se amplia à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número dos trabalhadores supérfluos, sendo o componente da classe trabalhadora que tem, no crescimento global dela, uma participação relativamente maior que a dos demais componentes.

Além dessas três formas, Marx ainda chama a atenção para a esfera do pauperismo, cuja lógica de circunscreve ao *mais profundo sedimento da superpopulação relativa*, composto pelos aptos ao trabalho, órfãos e filhos de indigentes, e os degradados, desmoralizados e incapazes de trabalhar. O pauperismo seria o *asilos dos inválidos* do exército ativo de trabalhadores – para o conjunto daqueles com uma possibilidade de inserção precária - e o *peso morto* do exército industrial de reserva – para o conjunto de marginalizados cuja inserção seria impossível. De modo que, mesmo considerando sua não funcionalidade enquanto mão de obra disponível para o sistema, ainda constituiria condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza, enquanto elemento resultante da acumulação e reprodução ampliada do capital.

O que se percebe da análise de Marx é que a constituição da superpopulação relativa é fator intrínseco ao avanço do modo de produção capitalista, e fundamental para a sustentação

deste. Em suas diversas formas, manifesta ser não apenas o resultado da substituição direta de capital por trabalho no processo produtivo, mas principalmente da difusão deste modo de produção pelo conjunto do sistema, capaz de provocar, pela introdução de novas técnicas e sistemas produtivos, a mobilização de trabalhadores entre setores e regiões e, por fim, a formação de uma massa de trabalhadores que, mesmo não estando desocupados, se vinculam a formas produtivas que orbitam em torno da produção capitalista. E tal configuração se consolida não pela incapacidade do sistema, na sua forma típica de operação, de absorver o conjunto da mão de obra disponível, mas porque a existência dessa mão de obra é condição da reprodução e ampliação do sistema.

E é a partir da relação estabelecida entre o desenvolvimento das forças capitalistas e o surgimento de uma superpopulação excedente que se concretiza a lei geral da acumulação capitalista:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* (Ibidem:748).

E mais:

Patenteia-se a insanidade da sabedoria do economista que prega aos trabalhadores adaptarem seu número às necessidades de expansão do capital. O mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente esse número a essas necessidades. O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e ao fim, a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso morto do pauperismo. (...) [*Quanto*] maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a

saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital. (Ibidem:748).

Por fim, cabe chamar atenção para o fato de que, para Marx, a origem ou formação de um excedente de mão de obra não é exclusivo do incremento da composição orgânica do capital e, por isso, efeito próprio ao desenvolvimento do capitalismo industrial, mas sim elemento primordial e fundamental do modo de produção capitalista. Ao ilustrar a lei geral da acumulação capitalista a partir da experiência do capitalismo inglês, o autor pontua elementos a respeito das transformações do trabalho agrícola - modificação do regime de propriedade, como a demarcada pela lei dos cercamentos, e precárias condições de trabalho¹¹, que expulsava os trabalhadores do campo - e da população nômade - camada da população de origem rural, mas inserida nas mais diversas formas de ocupação - que ajudam a compreender o exército de trabalhadores que estão desocupados ou subocupados. Importa destacar esses fatores para deixar claro que, de modo geral, o desemprego é elemento característico ao modo de produção capitalista, mas não necessariamente criado ou ampliado pelo desenvolvimento industrial e pela conseqüente ampliação da composição orgânica do capital. No entanto, a percepção de Marx à época era de que, dado o avanço da industrialização, bem como as externalidades setoriais provocadas por dito crescimento, todo esse excedente, em algum sentido, seria mão de obra disponível para os setores produtivos hegemônicos.

Em resumo, o surgimento da superpopulação relativa, ou do exército industrial de reserva, enquanto resultado dos desdobramentos do processo de acumulação e reprodução do capital – de modo que a força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital -, e que se estabelece como lei geral da acumulação capitalista, se coloca como lei de tendência do modo de produção capitalista, a qual ganha novas formas de manifestação à medida que a própria lógica de reprodução do capital se reestrutura no seu movimento dinâmico de expansão. Para além disso, ganhará outras

¹¹ “A proporção em que o salário pago pelo arrendatário e o déficit coberto pela paróquia revela duas coisas: primeiro, a queda do salário abaixo do mínimo. segundo, o grau em que o trabalhador agrícola é um composto de assalariado e indigente, ou o grau em que foi transformado em servo de sua paróquia. (...) De todos os animais mantidos pelo arrendatário, o trabalhador, o único que pode falar, foi, desde então, o mais atormentado, o mais mal alimentado e o mais brutalmente tratado” (ibidem: 781-782).

formas de manifestação, vinculadas ao estágio de avanço e às particularidades que o sistema capitalista assume nas diferentes regiões. Elemento que será fundamental, na América Latina, para a formulação das teorias da marginalidade.

2. Superpopulação relativa nas economias periféricas

Ao propor uma análise que fundamenta a categoria superpopulação relativa, Marx objetivou expressar, de forma abstrata, a formação de uma massa de trabalhadores desocupados, em ocupações irregulares ou ainda incapacitados, por razões diversas, para a realização de quaisquer atividades, a partir da experiência do capitalismo industrial inglês. Assumindo tal categoria como um dos aspectos das leis de tendência do modo de produção capitalista, a observação de sua ocorrência se daria onde quer que o capitalismo se desdobrasse como modo de produção. No entanto, a difusão do capitalismo industrial a nível internacional trouxe diferenciações e especificidades na organização da produção e na forma própria de estruturação da sociedade capitalista, que respondia às particularidades de cada uma dessas regiões. Por essa razão, a formatação do mercado de trabalho também apresenta especificidades, inclusive no que diz respeito à formação da massa de trabalhadores desocupados.

No caso dos países latino-americanos, a especificidade se apresenta na forma de articulação de suas economias com os países centrais, a partir do estabelecimento de relações de dependência comercial, produtiva, tecnológica e financeira, que resulta na consolidação de um tipo específico de capitalismo, cuja dinâmica responde mais a estímulos externos que à articulação das forças produtivas internas. Essa articulação depende com os países capitalistas centrais, ao determinar a forma de organização em cada uma dessas regiões, acaba também por determinar a forma da relação capital-trabalho que se estabelece nas mesmas. É por isso que diz-se que a relação de dependência não apenas conduz a um tipo específico de capitalismo, mas também a todo um arranjo das estruturas sociais internas que refletem, assim, nas características das relações de trabalho.

O tratamento dessas especificidades, para o caso das economias latino americanas, foi realizado por dois aportes teóricos que, articulados entre si, procuraram analisar e descrever, de um lado, a estrutura produtiva do capitalismo periférico a partir de sua articulação dependente aos países centrais, e de outro, a formação da massa de trabalhadores urbanos, especificamente aqueles que, em decorrência da forma própria de desenvolvimento das forças capitalistas, se situavam fora das atividades produtivas hegemônicas. Passamos, a seguir, ao tratamento de tais aportes - a teoria marxista da dependência e a teoria da marginalidade. Para os objetivos propostos neste trabalho, importa o tratamento mais específico das teses da marginalidade, uma vez que, como será exposto, trata-se de uma tentativa de expor a formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas. A abordagem da teoria da dependência, a despeito de sua importância para a compreensão do capitalismo latino-americano, se dará como forma de apresentar as razões de ser e as características desse tipo específico de capitalismo, que condiciona particularidades à formação do mercado de trabalho.

2.1 A teoria marxista da dependência

A teoria da dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento sócio-econômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Essa corrente teórica se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

A teoria da dependência nasce, então, enquanto um corpo teórico que, ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, busca “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída

sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (SANTOS, 2000:26).

A ideia do desenvolvimentismo, na América Latina, ganhou destaque com a tese elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) no final dos anos 1940, responsável pelo pioneirismo na análise das especificidades do desenvolvimento capitalista na periferia¹². O objetivo da comissão, vinculada à Organização das Nações Unidas, era a proposição de políticas de desenvolvimento que permitissem, a partir da compreensão das especificidades da região, a superação da condição subdesenvolvida. Partindo do diagnóstico sobre o intercâmbio desigual e a transferência de renda dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos, a proposição da CEPAL era de que esses países deveriam internalizar a produção de bens industrializados, como forma de romper as relações de dependência estabelecidas com os países detentores de tecnologias e métodos produtivos industriais. Dado a ausência de mecanismos eficientes de formação de poupança, bem como de incentivos suficientes à expansão do investimento privado, tal processo deveria ser conduzido pelo Estado, único agente capaz de conduzir um processo amplo e setorialmente articulado de industrialização. A efetivação desse processo que permitira às economias subdesenvolvidas a transição à condição de desenvolvimento de suas forças produtivas. Tais diagnóstico e análise foram fundamentais na elaboração de uma série de políticas implementadas ao longo dos anos 1950 e 1960 nos países latino-americanos, a despeito da história dessas economias terem mostrado que a implantação do setor industrial não seria suficiente para o rompimento do caráter subdesenvolvimento dessas economias¹³.

¹² Para um debate mais detalhado a respeito da CEPAL, consultar Bielschowsky (2000).

¹³ Dentro da tese desenvolvimentista da CEPAL, ganhou especial relevância a análise realizada por Celso Furtado, cuja percepção crítica acerca das possibilidades e limites da industrialização como caminho para o desenvolvimento destoa da avaliação geral feita pelos teóricos da agência. Furtado não apenas realiza uma profunda crítica à tentativa de se consolidar a ideia de que o desenvolvimento econômico, a partir de conjunção de uma série de determinantes, é passível de ser alcançado por todas as nações do globo, mas também apresenta as relações intrínsecas e determinantes entre as condições estruturais de dependência e desenvolvimento. Nesses termos, o esforço do autor se direciona no sentido de elucidar a forma pela qual a literatura sobre o desenvolvimento econômico é a clara expressão da condução analítica orientada pela construção de um mito, fundamentado na ideia de que os complexos esquemas de acumulação de capital, nos quais o impulso dinâmico é dado pelo progresso técnico e que foram experimentados pelos países que lideraram a Revolução Industrial, podem ser universalizados para todo o conjunto da economia, sem ser levado em consideração as especificidades de cada região e o efeito a nível global que tal universalização provocaria, em termos físicos e culturais. O autor tão logo refuta essa noção, mostrando que aceitar a tese de repetição dos padrões dos países avançados na “busca do desenvolvimento” é deixar de reconhecer a especificidade própria da situação de subdesenvolvimento, que não tem a ver com a idade de uma nação, mas tão somente com o grau de acumulação de capital aplicado ao processo produtivo e com o

Além da tese cepalina, ganhou também relevância institucionalismo conservador elaborado por Rostow (1978). Ainda que a tese de Rostow não tenha sido elaborada especificamente para o caso dos países latino-americanos, exerceu profunda influência no pensamento econômico da região. De acordo com o autor, as diferenças político-econômico-sociais dos países poderiam ser enquadradas em uma escala evolutiva de desenvolvimento. Essa escala evolutiva era composta por cinco etapas sequenciais: (i) *a sociedade tradicional*, cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em ciência, tecnologia e atitudes pouco desenvolvidas; (ii) *as pré-condições para o arranco*, caracterizado como um período de transição, no qual a sociedade tradicional se molda para poder explorar os frutos da ciência e da tecnologia modernas, para afastar os rendimentos decrescentes e para desfrutar da acumulação de juros compostos; (iii) *o arranco*, intervalo no qual a superação de antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular acabava fazendo com que o desenvolvimento passasse a ser uma situação normal; (iv) *a marcha para a maturidade*, que se constituía em um longo intervalo de progresso continuado, no qual a economia em firme ascensão procura estender a tecnologia moderna a toda sua atividade econômica; e por fim, (v) *a era do consumo em massa*, estágio mais alto de desenvolvimento passível de ser atingido. Sendo assim, seu modelo iniciava nas indiferenciadas economias e sociedades tradicionais e terminava nas também indiferenciadas sociedades pós-industriais, a “era do consumo em massa”, à qual ele reduzia o futuro da humanidade. Dentro dessa escala evolutiva, toda e qualquer economia poderia ser enquadrada, e a passagem de uma etapa à outra dependia da reunião de determinadas características, que não se dariam por modificações estruturais operadas por políticas de planejamento, mas apareceriam naturalmente, à medida que as sociedades

acesso a bens finais, que caracterizam o “estilo de vida moderno”. Pontua ainda a necessidade de se considerar o contexto internacional diferenciado no qual essas economias periféricas se industrializaram, no momento de integração das economias avançadas, de expansão dos instrumentos financeiros e da substituição dos sistemas nacionais pela grande firma oligopólica na condução das decisões econômicas a nível mundial, ao mesmo tempo em que ocorre uma reorientação da atividade política, centrada na reconfiguração da hegemonia e do poder norte-americano que, com o respaldo dos demais países, permitiu a montagem de uma superestrutura política que deu cabo de todo tipo de barreira imposta pelo Estado Nacional. Se o diferencial de renda entre o centro e a periferia - configurado a partir das discrepâncias na estrutura de acumulação, produtiva, de geração de renda e de consumo -, já eram amplas, ele se expande mais nessa nova fase do capitalismo. A transição dos grandes grupos oligopólicos para a periferia, na busca de menores custos de produção, ademais permitirem a internalização de uma estrutura com determinado nível tecnológico, não foi capaz de modificar o tipo de produção voltada ao mercado externo, mantendo a importação de ampla pauta de produtos com elevado nível tecnológico. Por outro lado, ampliou ainda mais a concentração de renda na periferia, na medida em que fração mínima da população que tem acesso aos produtos de elevado valor agregado importados expandem e diversificam sua demanda por esses produtos. Assim, não só não se criava uma produção pouco diversificada internamente, como também era reforçado o caráter da concentração de renda interna. Para uma análise mais detalhada da interpretação do autor, ver Furtado (1974; 1985; 1986).

tradicionais fossem crescendo e desenvolvendo-se. Os países avançados se encontrariam nos extremos superiores dessa escala, que se caracterizava pelo pleno desenvolvimento do aparelho produtivo, de forma que o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu seria um fenômeno de ordem geral, pelo qual todos os países que se esforçassem para reunir as condições adequadas para tal deveriam passar. Enquanto isso, as nações atrasadas se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de sua incipiente industrialização.

É partir da crítica ancorada em tais noções de desenvolvimentismo que se formula a teoria da dependência, cuja análise não interpreta subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas, de modo que propõe superar a compreensão de subdesenvolvimento enquanto uma situação de desenvolvimento pré-industrial ou, em outros termos, desarmar a noção desses aspectos enquanto etapas de um *continuum* evolutivo. Segundo Marini (1992:74), de acordo com a concepção desenvolvimentista,

(...) o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno (quando já se completou o desdobramento setorial), existindo entre os dois o momento da decolagem – do *take off*, para usar o jargão da época – no qual a economia em questão ostentaria já todas as condições para assegurar um desenvolvimento auto-sustentado.

Superada essa ideia, desenvolvimento e subdesenvolvimento passavam a ser vistos, dentro dessa nova corrente teórica, como um par dialético, ou seja, o subdesenvolvimento tomava a forma de um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo.

Os pontos centrais¹⁴ na discussão elucidada pela teoria da dependência se definem em quatro ideias principais, e se estreitam com a concepção de desenvolvimento adotada por

¹⁴ Essas ideias foram apresentadas pela primeira vez em um resumo feito pelos autores Magnus Blomström e Bjork Hettne (1990).

Marx¹⁵. A primeira seria que a visão de subdesenvolvimento está ligada de maneira muito próxima com a expansão dos países industrializados. A segunda abarca a noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento como aspectos distintos do mesmo processo universal. A terceira ressalta que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como um ponto de partida de um processo evolucionista ou etapista. E por fim, a quarta inclui o fato de a dependência contemplar não somente fenômenos externos, mas também diferentes aspectos da estrutura interna, como as relações sociais, políticas e ideológicas. Tais pontos justificam a percepção de que a produção capitalista é inerentemente desigual e excludente, e por isso possui características que produzem, ao mesmo tempo e na mesma medida, desenvolvimento e subdesenvolvimento em distintas regiões.

Do ponto de vista estritamente econômico, a nova teoria entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis – como acreditavam os teóricos desenvolvimentistas – se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos diretos estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, somava-se o imperialismo que, na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas socioeconômicas. Era a conjunção desses distintos mecanismos que integrava, de forma subordinada, a economia latino-americana à economia internacional.

Estas seriam, de forma geral, as concepções do desenvolvimento capitalista e das relações de dependência comum a todas as correntes teóricas que surgiram dentro da teoria da dependência¹⁶. A partir dessa base teórica, passamos à análise da sua corrente marxista, cujo método analítico teórico-histórico preocupou-se em compreender o surgimento e consolidação da condição dependente a partir dos aspectos históricos da América Latina, ou

¹⁵Marx propõe uma noção de desenvolvimento que passe pela ideia de processualidade, no sentido de que, na totalidade do sistema, novos elementos surgem e, ao serem incorporados, modificam sua forma de operação. Especificamente sobre o sistema capitalista, ressalta que seu desenvolvimento não traz características positivas para o todo mas, ao contrário, provoca pobreza e desigualdade em todos os sentidos. Nesses termos, não trabalha com uma visão positiva acerca do desenvolvimento capitalista, no sentido que não visualiza este desenvolvimento como um estado ótimo a ser alcançado. Para um debate mais detalhado acerca desse tema, ver Bonente (2011) e Amaral (2006).

¹⁶ Além da corrente marxista, que será apresentada na próxima seção, é também definida uma corrente weberiana, representada na obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1970). Essa corrente defendia o *capitalismo dependente-associado*, segundo o qual seria possível um desenvolvimento capitalista periférico, associado a regimes políticos liberais e democráticos, que amenizassem os efeitos da dependência com políticas sociais compensatórias. Os verdadeiros entraves ao desenvolvimento periféricos seriam, nesse caso, as forças internas, que impediam a economia periférica de aproveitar as oportunidades de associação ao ciclo econômico do centro do sistema.

seja, como tal condição se construiu a partir do tipo de colonização a qual os países da região foram submetidos, que condicionou sua forma de inserção subordinada no comércio internacional e, ao mesmo tempo, determinou os elementos que impediram o desenvolvimento autônomo de suas forças produtivas e a superação de seus problemas de ordem estrutural – pobreza, concentração de renda, heterogeneidade e desemprego estrutural e dinâmica determinada pelo ciclo do capitalismo internacional.

O ponto de partida da vertente marxista¹⁷ é a noção de que, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresentava certas peculiaridades que impediam que o capitalismo aqui se desenvolvesse da mesma forma como se desenvolveu nas economias consideradas avançadas. Por isso, ressalta que a compreensão do desenvolvimento capitalista latino-americano, e sua especificidade periférica, só ganhavam sentido se investigadas tanto a nível das relações política, econômica e social nacionais quanto internacionais¹⁸.

Segundo essa corrente, a dependência pode ser entendida como uma situação na qual a economia de certos países – os periféricos - está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias a que está subordinada – as centrais -, de tal forma que os países centrais poderiam se auto sustentar, enquanto que os países periféricos só poderiam

¹⁷ A visão apresentada neste texto segue basicamente o debate proposto por Ruy Marini em seu texto clássico, *A Dialética da Dependência*. Além desta, importa destacar as contribuições teóricas de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, que superaram várias das limitações presentes tanto nas análises desenvolvimentistas quanto dos dependentistas weberianos, em especial por avançar em termos da definição de um conceito de dependência. Assim, as análises de Santos e Bambirra constituem um importante passo no direcionamento da teoria da dependência dentro do quadro dos estudos sobre o imperialismo. Apesar dessa importante contribuição, e de suas análises terem fundamento na obra de Marx, é somente com a interpretação de Marini que se pode falar em uma teoria marxista da dependência. De certa forma, a obra de Florestan Fernandes também apontou para elementos nesse campo.

¹⁸ Além de se voltar para a compreensão das especificidades do capitalismo periférico, a teoria marxista da dependência compreendia uma crítica teórica e prática às políticas de aliança dos Partidos Comunistas latino-americanos. Como apontou Marini em sua “Memória”: “Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a vêem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da CEPAL, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a nova esquerda - particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru - elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas. A CEPAL só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas, que se haviam dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, que eles haviam herdado da Terceira Internacional. Contrapondo-se a isso, a nova esquerda caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando a idéia do predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta anti-imperialista. Foi no Brasil da primeira metade dos 60 que essa confrontação ideológica assumiu perfil mais definido e que surgiram proposições suficientemente significativas para abrir caminho a uma elaboração teórica, capaz de enfrentar e, a seu tempo, derrotar a ideologia cepalina - não podendo ser, pois, motivo de surpresa o papel destacado que nesse processo desempenharam intelectuais brasileiros ou ligados, de alguma forma, ao Brasil.”

expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros. Por isso, a condição de subdesenvolvimento estaria conectada estreitamente à expansão dos países centrais e, ainda que fosse a representação de uma subordinação externa, teria manifestações internas nos arranjos político, social e ideológico. Dentro disso, uma economia periférica, ou dependente, é considerada como o país ou região que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas-correntes – fragilidade financeira -, baixa capacidade de resistência diante de choques externos – vulnerabilidade externa – e elevados níveis de concentração de renda e riqueza (CARCANHOLO, 2009:251)¹⁹.

Nesses termos, o objeto de estudo da teoria marxista da dependência é a compreensão do processo de formação socioeconômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Dentro desse processo, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros, dividendos e *royalties* – dos segundos para os primeiros. Ou seja, essa relação é desigual em sua essência porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras.

Carcanholo (2004b:09) identifica três condicionantes histórico-estruturais da situação de dependência. O primeiro seria a deterioração dos termos de troca, ou seja, a redução do preço dos produtos exportados pelas economias dependentes – produtos primários e de baixa composição de capital – em relação ao preço dos produtos industriais, de maior composição do capital²⁰, importado dos países centrais, -, cujo resultado recai no intercâmbio desigual e no conseqüente processo de transferência de valores²¹. O segundo

¹⁹ “[A] dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. (MARINI, 2000:109)

²⁰ Aqui, faz-se referência à noção de “composição orgânica do capital” apresentada por Marx, como forma de expressão de bens cuja produção está na base de elevada introdução de maquinário e tecnológicas avançadas.

²¹ De acordo com Marini (1977), tais mecanismos de transferência de valor podem ser explicados por duas vias. De um lado, pelos mecanismos internos a uma mesma esfera de produção. Como as mercadorias tendem a ser vendidas pelo valor de mercado, dado por sua produtividade média, e os países dependentes possuem padrões de produtividade inferiores aos países do centro, ocorre transferência de valor da periferia para o centro por conta do processo de concorrência entre os capitais externos e internos, dentro de uma mesma esfera de produção. De outro lado, pelos mecanismos de concorrência entre distintas esferas de produção. A entrada e saída de capitais de várias esferas, com diferentes taxas de lucro, tende a

seria a remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e *royalties*, pelo fato de os primeiros serem importadores de capitais dos segundos. Por fim, o terceiro seria a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando em elevadas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes periféricos, e colocando os mesmos à mercê do ciclo de liquidez internacional.

Nesse sentido, a teoria marxista da dependência busca na expansão comercial do capitalismo nascente no século XVI, e na forma como a economia latino-americana se desenvolve em estreita consonância com essa dinâmica, a configuração da situação de dependência, que viria a determinar todo o posterior desenvolvimento da região, definida a partir da divisão internacional do trabalho. Fornecedores de bens naturais num primeiro momento, os países da região se articulam comercialmente a partir da produção e exportação de produtos primários em troca de bens manufaturados, quando já consolidados seus processos de independência política. De imediato, essa relação comercial se converteu em déficits no balanço de pagamentos dos países latino-americanos, os quais eram cobertos por empréstimos externos, que garantiam a capacidade de importação. Quando o fluxo comercial se reverte em superávit para esses países, o saldo positivo era transferido para a “metrópole” como forma de pagamento dos empréstimos. “É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região” (MARINI, 2000: 109). E é em decorrência disso que estabelece a relação de dependência entre essas regiões.

Considerando essa forma de inserção na economia internacional, a América Latina se firma como elemento fundamental no desenvolvimento industrial dos países centrais. De fato, a especialização pela qual os países centrais necessitaram passar, em seu processo de industrialização, pressupunha, de um lado, o bloqueio da produção agrícola, como forma de canalizar seus recursos e esforços para a nascente indústria, e de outro, encontrar meios de ter acesso a bens primários – alimentos e matérias-primas -, sem os quais a industrialização

igualar essas taxas. Só que o monopólio da produção de mercadorias com elevado valor agregado no centro faz com que os capitais externos possam vender suas mercadorias a um preço que supera aquele que prevaleceria com iguais taxas de lucro, definindo também um mecanismo de transferência de valor.

não tinha formas de se realizar. É dessa forma que os países latino-americanos participaram da industrialização dos países centrais, movimento que levou ao aprofundamento não só da divisão do trabalho, mas também da especialização dos países centrais como produtores mundiais de manufaturas. Logo, à sua função de criar uma oferta mundial de alimentos, foi acrescentada a função de formar um mercado de bens manufaturados. É assim que, mais do que responder às necessidades físicas induzidas pela acumulação nos países industriais,

(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (Ibidem:112-113).

Esse deslocamento da predominância da produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa não se dá somente pelo fato dos países capitalistas centrais serem pioneiros na utilização de técnicas de produção mais avançadas – ou seja, pelo fato de possuírem uma composição orgânica do capital mais complexa. O simples domínio dessas técnicas mais desenvolvidas não permite uma maior cota de mais-valia relativa, para o que é essencial a modificação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. A ampliação da mais-valia passa, então, pela redução do valor da força de trabalho, ou do seu equivalente, o salário. Por sua vez, a redução dos salários só é possível se for reduzido o valor necessário à garantia da subsistência e reprodução da classe trabalhadora, para o que é necessário reduzir o valor da cesta de consumo da classe trabalhadora, composta pelos bens-salários. Na medida em que os bens-salários são compostos basicamente por produtos primários, e considerando que a oferta mundial desses alimentos era garantida pela periferia latino-americana, fica expressa a forma pela qual as exportações da região se firmam como de fundamental importância não só para a modificação do eixo de acumulação nos países centrais e para a passagem da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, mas também para a consolidação da situação de dependência e para o surgimento daquilo que se convencionou chamar, nesse aporte teórico, de superexploração da força de trabalho.

A ampliação conjunta da oferta de bens primários e da depressão de seus preços no comércio internacional conduziram à redução do valor da força de trabalho nos países industrializados, permitindo que o incremento de sua produtividade se convertesse em cotas cada vez mais elevadas de mais-valia. No entanto, se de um lado há um claro movimento de redução dos preços dos produtos primários, o mesmo não pode ser dito em relação aos bens manufaturados, que ou mantêm seus preços estáveis ou, no limite, o reduzem lentamente. Ao estabelecer uma troca entre produtos que tem seus preços reduzidos gradativamente e outros que mantêm seus preços estáveis, compõe-se um intercâmbio desigual que, ao ser reflexo da própria depreciação dos preços dos bens primários, conduz a um processo de intensificação da deterioração dos termos de troca.

Ou seja, mediante o estabelecimento de um tipo de troca que necessariamente leva à transferência de valor da nação desfavorecida para a nação detentora do monopólio, a primeira necessita criar mecanismos que compensem essa transferência, uma vez que, ao transferir o valor, o processo de realização e reprodução interna do capital é parcialmente interrompido. Esse tipo de capitalismo, que não se “completa²²” pela não realização interna do capital – que Marini chama de capitalismo *sui generis* –, é o tipo de capitalismo que caracteriza as nações latino-americanas, enquanto participantes de um intercâmbio desigual que troca bens primários por bens manufaturados. Nesse sentido, observa-se que o capitalista da nação desfavorecida, mais que tentar corrigir os desequilíbrios entre os preços e os valores de suas mercadorias exportadas, busca compensar a perda da renda gerada pelo comércio internacional – ou seja, as perdas ocasionadas a nível do comércio internacional são corrigidas a nível das relações internas de produção. E é por isso que vão se consolidar, no interior dessas economias, os mecanismos de compensação fundados na maior exploração do trabalho.

²² Nesse ponto, quando se diz em um “*capitalismo que não se completa*”, não estamos querendo dizer que o capitalismo nos países periféricos é um tipo de capitalismo que ainda não se desenvolveu por completo. Ao contrário disso, consideramos que o sistema capitalista nessas regiões possui seus mecanismos de valorização exacerbados, o que faz com que sejam, certamente, mais voltados aos atendimentos das demandas do capital – e por isso, poderiam até ser considerados *mais* capitalismo que em outras regiões. O termo utilizado é apenas uma alusão ao fato de que, como a renda que deveria ser realizada internamente é transferida para os países centrais, a reprodução ampliada do capital interno é interrompida. E é exatamente para permitir que o capitalismo periférico faça prevalecer sua lógica é que são utilizados os mecanismos de superexploração da força de trabalho.

Seriam três os principais mecanismos, atuando de forma isolada ou combinada, através dos quais as nações periféricas conseguiriam ampliar a mais-valia como forma de efetivar o processo de acumulação capitalista. O primeiro seria o *aumento da intensidade do trabalho*, através do qual o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir, em uma mesma jornada de trabalho, uma quantidade de bens superior ao que produzia antes²³. O segundo seria a *prolongação da jornada de trabalho* sem o correspondente aumento salarial que, como o próprio termo já revela, trata-se da extensão do tempo de trabalho, de forma a acrescentar o tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário – ou seja, amplia-se o período de produção dedicado à consecução de valor não apropriado pelo trabalhador, sem modificação na remuneração. O terceiro se trata da *apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador*, com o que se reduz o fundo necessário para o trabalhador garantir sua subsistência, em favor da ampliação do fundo de acumulação do capital. Um quarto mecanismo envolveria a ideia de que o valor da força de trabalho é histórica e socialmente determinado. Sendo assim, quando, com o passar do tempo, o valor da força de trabalho se eleva sem que haja correspondente elevação dos salários, podemos dizer que se configura uma nova forma de superexplorar a força de trabalho²⁴.

Esses mecanismos, adotados prioritariamente em países com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, alienariam ao trabalhador as condições mínimas para garantir sua subsistência. No primeiro e no segundo caso, porque a ele é imposto um

²³ Aqui é importante destacar que a produção de uma maior quantidade de bens em uma mesma jornada de trabalho pode se dar tanto pela intensificação do trabalho (que resulta em maior desgaste da força de trabalho) quanto pela incorporação de nova tecnologia, mecanismos estes que conduzem a um aumento da produtividade do trabalho. Nesse caso, caberia analisar se esse aumento resulta em ampliação da massa de mais-valia (e não apenas no aumento da mais-valia extraordinária, como mostrado anteriormente), e se ela resulta em redução do trabalho necessário ou do valor pago ao trabalhador. Quando Marini aponta o aumento da intensidade do trabalho como forma de criar novo valor e compensar o valor transferido no âmbito do comércio internacional, sua intenção é de mostrá-lo enquanto mecanismo que amplia a fração do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário, o que acaba por levar a uma maior superexploração do trabalhador. Isso porque o aumento da produtividade leva à redução do valor individual das mercadorias, resultando na redução do valor da força de trabalho, tal como no mecanismo definido por Marx. O ponto é que, mesmo ocorrendo uma redução do valor da força de trabalho – resultando, nesse caso, no fato de que a redução salarial não se converteria em pagamento abaixo do valor, mas sim no valor menor a ser definido pela redução do tempo de trabalho necessário -, ou aumento da intensidade do trabalho resultante desse processo acaba conduzindo a novas necessidades para que o trabalhador consiga se reproduzir – um vez sendo seu desgaste maior, seja pela intensificação do trabalho, seja pela imposição de um ritmo mais frenético, ditado pela máquina -, o que, necessariamente, leva ao aumento de seus gastos de subsistência. Por isso, ao passo que o valor da força de trabalho se reduz na medida da redefinição entre tempo de trabalho necessário/tempo de trabalho excedente, o valor para o cumprimento de suas necessidades se amplia. Ou seja, nesse caso, há um claro pagamento do trabalhador por debaixo do valor de sua força de trabalho, e por isso, há superexploração. Esses detalhes, em suma, ajudam a compreender as diferenças entre uma maior exploração do trabalho e aquilo que Marini chama de superexploração.

²⁴ Para um debate mais detalhado sobre os mecanismos contemporâneos da superexploração da força de trabalho, bem como a possibilidade de sua ocorrência nos países centrais, ver Carcanholo (2013) e Amaral e Duarte (2014).

ritmo de trabalho superior ao normal, fazendo com que ocorra um maior dispêndio de energia que, conseqüentemente, intensifica seu processo de desgaste e esgotamento. No terceiro caso, porque dele é retirado o mínimo necessário para que tenha condições que garantir sua subsistência e reprodução. Aplicados de modo isolado ou conjuntamente, esses mecanismos representariam um pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, fosse pela redução direta de sua remuneração, fosse pelo não incremento salarial que compensasse, proporcionalmente, o aumento do desgaste físico promovido pela intensificação do ritmo de trabalho. Assim, na medida em que esses mecanismos se baseiam no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, fundamenta-se um modo de produção estruturado na maior exploração do trabalhador, e não no aumento de sua capacidade produtiva. Tais são os mecanismos que conformam a superexploração da força de trabalho.

A ocorrência da superexploração da força de trabalho acaba sendo fortalecida, na região, pela extensão do exército industrial de reserva. Como não se desenvolve uma indústria capaz de produzir bens com valor agregado suficiente para permitir um intercâmbio equitativo com os países centrais, e que ao mesmo tempo absorvam a massa de trabalhadores desempregados, a pressão sobre essa classe, através da imposição de cargas de trabalho cada vez mais excessivas e de baixos salários, acaba por se apresentar como a alternativa mais viável para a geração do excedente necessário à transferência de valor. É dentro dessa lógica que Marini aponta para o fato de que o processo de acumulação na periferia se deu baseado prioritariamente com base na produção de mais-valia absoluta²⁵.

Considera-se que, com essa análise, a teoria marxista da dependência permite uma compreensão fundada em aspectos históricos, da estrutura econômica e social dos países latino-americanos, e porque a mesma, ainda que possa ser atenuada, não pode ser superada nos marcos do sistema capitalista – o que condena à América Latina um tipo de capitalismo que, pela forma da sua inserção no comércio internacional e pela sua associação ao capital imperialista, é estruturalmente dependente, excludente e concentrador.

²⁵ O tema do exército industrial de reserva, especificamente sobre sua manifestação em economias dependentes e periféricas, será tratado de maneira mais detalhada na próxima seção.

Assumindo, assim, as especificidades que permeiam a formação do capitalismo periférico, marcado pela dependência no plano externo e pela heterogeneidade estrutural no plano interno, assume-se que tais particularidades se refletem também na formação da estrutura social a qual, por sua vez, será fundamental para a compreensão da forma de articulação dos setores sociais à estrutura produtiva. De modo que essa estrutura econômica e produtiva, ao determinar a existência de um conjunto de entraves colocados à superação da condição periférica e dependente, criaram as condições para um tipo de desenvolvimento que fosse predominantemente marcado por ser *superexcludente*, dada de um lado pela fraca potencialidade do sistema em articular a força de trabalho nas estruturas produtivas de cunho moderno, características dos setores dinâmicos da economia, e de outro por ser articulado à manutenção e reprodução de relações de produção não tipicamente capitalistas. A condição de dependência, ao submeter a economia interna à dinâmica das trocas internacionais e ao domínio dos setores econômicos pelos grupos monopolísticos internacionais, fez com que as modalidades produtivas que se tornaram hegemônicas no processo de acumulação não resultassem de um desenvolvimento orgânico, previamente maturado nas formações sociais latino-americanas, mas decorresse de enxertos advindos da dinâmica econômica predominante dos países centrais.

Tal processo teria se intensificado com a industrialização, cujo impacto na estrutura do mercado de trabalho promoveu um duplo efeito sobre a formação do excedente de mão de obra: num primeiro plano, a modernização do setor agrícola, conjugado à rigidez da estrutura fundiária, expulsou grande contingente de trabalhadores para as cidades; num segundo plano, a instalação de indústrias com elevada densidade de capital promoveu a elevação da composição orgânica do capital, reduzindo a capacidade de absorção de mão de obra. No entanto, organiza-se ao redor dos setores modernos, e subordinados a estes de maneira direta ou indireta, um espectro de atividades cuja expansão se apoia na utilização extensiva da força de trabalho, o que caracteriza de modo particular as ocupações autônomas – que, ao contrário de serem destruídas, foram recriadas. Assim,

[os] fatores que conduzem de modo inevitável à marginalização da população (...) não são somente as tendências reativas do mercado de trabalho das novas

empresas industriais, mas também a relativa marginalização de certos ramos de produção dentro do novo esquema de industrialização dependente. *[De modo que]* os esquemas interpretativos antes analisados equacionam a dependência enquanto um problema estrutural, ou seja, enquanto uma forma que vincula os países periféricos aos centrais, onde aqueles não aparecem como meros reflexos mecânicos da dinâmica operada nos países dominantes. (...) A problemática da marginalidade deve ser elaborada em estreita conexão com estes processos, na medida em que a situação de dependência é central na forma de acumulação que marca os países latino-americanos. (KOWARICK, 1985:74-75).

É nesse contexto que se constata que o capitalismo periférico generaliza processos de acumulação onde formas econômicas mais “evoluídas” se combinam com as mais “arcaicas” - gerando a heterogeneidade estrutural - originando um único modo de produção, de modo que o conjunto da força de trabalho que não é absorvida pelas formas típicas que o capitalismo, no seu processo de acumulação, tende a generalizar, forma uma massa de trabalhadores marginalizados. Em outras palavras, essa massa de trabalhadores conjuga aqueles que participam de unidades produtivas cujo arcaísmo tecnológico e das relações de trabalho dificilmente permitem defini-las como tipicamente capitalistas. Nesse sentido, a força de trabalho pertencente à massa marginal seria aquela não vinculada aos setores tipicamente capitalistas, enquadrados tanto pelo nível do avanço tecnológico quanto das relações de trabalho estabelecidas, mas que, por estarem agregados dentro de um modo único de produção capitalista, seriam de modo direto e indireto subordinados ao setor capitalista. Do que se quer dizer que, de um lado, a expansão desses setores estaria vinculada à própria dinâmica expansiva do setor capitalista, e de outro, que dada a mobilidade existente entre as massas marginal e não-marginal, aquela estaria permanentemente disponível nos momentos de crescimento do setor capitalista.

Seriam esses aspectos que determinariam a forma particular de desdobramento das leis gerais do desenvolvimento capitalista nas economias periféricas. Marini (2005:183-184) pontua que, no seu processo de desenvolvimento, as economias dependentes se encontram inteiramente subordinadas à dinâmica da acumulação nos países industriais, de tal modo que é a partir da forma como nesses países se expressa a acumulação de capital - a partir da tendência à queda na taxa de lucros - que o desenvolvimento dependente pode ser explicado. Em outras palavras, é apenas na medida em que a economia dependente se

converte num centro produtor de capital que se manifesta nela suas leis de desenvolvimento, as quais representam uma expressão particular das leis gerais que regem o sistema em seu conjunto. É assim que o fenômeno da circulação que se apresenta na economia dependente deixa de corresponder a problemas de realização da nação industrial a que está subordinada para se converter em problema de realização referido ao ciclo do capital.

Portanto, ao constatar o divórcio que se verifica entre produção e circulação na economia dependente (e sublinhar as formas particulares que assume esse divórcio nas distintas fases de seu desenvolvimento), se institui: a) no fato de que esse divórcio se gera a partir das condições peculiares que adquirem a exploração do trabalho em dita economia - as que denominei superexploração; e b) na maneira como essas condições fazem brotar, permanentemente, desde o seio mesmo da produção, os fatores que agravam o divórcio e o levam, ao se configurar a economia industrial, a desembocar em graves problemas de realização. (Ibidem: 184).

Pontua-se, portanto, a ocorrência das leis de tendência do modo de produção capitalista nas economias dependentes, mas a partir das particularidades determinadas pela sua vinculação à dinâmica das economias centrais, as quais resultam na permanente transferência de renda periferia-centro, e na reprodução dos mecanismos de superexploração da força de trabalho como elementos centrais da reprodução do capital nas economias dependentes, os quais, por sua vez, se desdobram no aprofundamento das relações de dependência - resultando numa espiral ascendente onde mais desenvolvimento gera mais dependência.

Em síntese, o reflexo da consolidação do capitalismo periférico na formação das relações e do mercado de trabalho se daria em duas frentes. Em primeiro lugar, na implementação de mecanismos que, por resultar na remuneração do trabalho abaixo do seu valor num esquema de permanente transferência de mais-valia aos países capitalistas avançados, conduzem a uma intensificação da exploração do trabalho, sendo essa a forma primordial de estabelecimento das relações de trabalho nas regiões do capitalismo periférico. Em segundo lugar, a formação de um massa de trabalhadores que, não vinculados as formas de trabalho tipicamente capitalistas, ou se mantinham desocupados, ou se vinculavam a

atividades cuja dinâmica era direta ou indiretamente vinculada a tais atividades capitalistas. E tais elementos se reforçam mutuamente: quando mais intensa a massa de trabalhadores desocupados e marginais, maiores as possibilidades de pressões permanentes sobre o conjunto de trabalhadores empregados; quanto maior o desenvolvimento desse capitalismo na lógica periférica, tão mais travada as possibilidades de absorção de contingentes de mão de obra nos mais diversos setores produtivos.

2.2 A teoria da marginalidade²⁶

A difusão do sistema capitalista e sua consolidação como modo de produção predominante na economia mundial não se deu de forma uniforme e homogênea, passando por um conjunto de distintas etapas que, em diferentes regiões, resultaram na formação de “tipos específicos de capitalismo”, dotados de especificidades, as quais refletiam não apenas nas relações de produção, mas também na organização da sociedade. A teoria marxista da dependência, abordada na seção precedente, tratou de determinar, no plano dos intercâmbios entre países periféricos e centrais, a formação de um capitalismo que reproduzia, em escala crescente, as relações de dependência entre essas diferentes regiões. O capitalismo dependente, por sua vez, tem como um de seus elementos centrais o fato de ser superexcludente, ou seja, de ser incapaz de absorver no sistema produtivo e social, por razões distintas, o conjunto da população disponível no mercado de trabalho. É dessa característica central do capitalismo periférico que se ocupou os diferentes aportes teóricos da chamada teoria da marginalidade.

²⁶ Além da teoria da marginalidade, importa destacar duas teses, desenvolvidas fora do campo marxista, que ganharam relativa importância na análise da dinâmica de desenvolvimento em regiões com excedente de mão de obra. Em primeiro lugar, a tese do desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra, elaborada por Arthur Lewis, fundamentada na relação de transferência de mão de obra entre setores com diferentes níveis de produtividade, típicos em países caracterizados pela dualidade estrutural, os quais provocariam impactos permanentes sobre as condições de remuneração. Em segundo lugar, a tese da determinação de salários e emprego em economias atrasadas, de Paulo Renato de Souza, cujo argumento parte da noção de que a dinâmica econômica e, portanto, as condições gerais de emprego e remuneração nos setores produtivos, são sempre determinados pelos setores modernos da economia, caracterizados por suas relações de produção tipicamente capitalistas. Para uma análise detalhada dessas teses, consultar Lewis (1969) e Souza (1980a).

De modo geral, a teoria da marginalidade²⁷ analisa as formas de integração do conjunto da população no sistema produtivo e, em consequência, na estrutura social. Em outras palavras busca, de um lado, compreender os fatores que condicionam a não absorção de parte da mão de obra disponível, em economias caracterizadas pela heterogeneidade estrutural, nos setores produtivos tipicamente capitalistas e, de outro, como essa fração da população se articula produtiva e socialmente para garantir suas condições de reprodução. Nesse sentido, a teoria da marginalidade trata da formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas, e como essa superpopulação ganha contornos específicos, seguindo às especificidades da forma de organização da produção dessas economias.

É, então, a partir da teoria da marginalidade que se empreende um esforço teórico no sentido de tentar compreender a formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas e dependentes, onde o desenvolvimento industrial, dada sua incompletude e a convivência com setores de baixa composição orgânica do capital e, em consequência, de baixa produtividade, limita a capacidade de integração da massa trabalhadora aos setores dinâmicos, de modo que esta, para garantir sua condição de reprodução, se vincula a formas de trabalho marginais – caracterizados especialmente pelas elevadas intensidade e jornada do trabalho, pela instabilidade e pelos baixos níveis de remuneração – que orbitam e se submetem à dinâmica própria dos setores hegemônicos da economia. Assim, ainda que seja demarcada a existência da superpopulação relativa enquanto tendência geral do modo de produção capitalista, a teoria da marginalidade ressalta a especificidade do capitalismo dependente e periférico, pontuando que a população excedente não apenas é resultado da ampliação da composição orgânica do capital, mas também é um resultado dos próprios limites do desenvolvimento periférico – e, nesse sentido, se coloca enquanto população excedente já no início do desenvolvimento industrial. De tal maneira que o mercado de trabalho dessas economias nasce com o excedente estrutural de mão de obra.

²⁷ Aqui, nos referimos à teoria da situação social marginal, e não à teoria da personalidade marginal. Segundo esta, a marginalidade se apresenta como um fenômeno de desorientação psicológica dos indivíduos submetidos a uma situação de conflito cultural, sendo assim um fenômeno psicológico e individual, que consiste no conjunto de tensões e conflitos entre os elementos que, provenientes de culturas antagônicas, estão incorporados à personalidade de um indivíduo numa situação de mudança e de conflitos culturais, e por tal razão o indivíduo é incapaz de orientar-se coerentemente frente aos problemas de participação na cultura. A abordagem que será tratada aqui se refere à marginalidade enquanto forma de integração social. Sobre a teoria da personalidade marginal, consultar Park (1928) e Stonequist (1937).

Nesse sentido, a noção de marginalidade social se refere a uma situação social caracterizada por problemas de integração no resto da estrutura geral da sociedade, ou de um modo não completo de integração, mais do que por uma ausência de integração. Dessa forma, se fundamenta num modo particular de pertencimento e participação na estrutura geral da sociedade de um conjunto de elementos. Formalmente,

a marginalidade social consistiria em um modo limitado e inconsistentemente estruturado de pertencimento e de participação na estrutura geral da sociedade, seja a respeito de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes ou básicas, seja a respeito do conjunto destas, em todos ou em parte de seus setores institucionais. As dimensões analíticas principais deste conceito genérico de marginalidade social são: 1) a limitação no pertencimento e na participação na estrutural geral da sociedade; 2) a inconsistência da estruturação da situação resultante. (QUIJANO, 1978:43).

A partir dessa noção geral de marginalidade, que tem no estruturalismo histórico seu marco de referência, passamos às distintas análises realizadas dentro desse escopo teórico, e que buscaram reinterpretar, a partir dessa ideia central, a categoria da superpopulação relativa para as economias capitalistas periféricas. Trataremos da abordagem de três principais autores que se dedicaram ao tema: José Nun, Fernando Henrique Cardoso e Aníbal Quijano.

2.2.1 A teoria da marginalidade em José Nun

No debate acerca da marginalidade social, ganhou especial destaque a tese desenvolvida por José Nun, cujo ponto de partida foi a análise desenvolvida por Karl Marx nos *Grundrisse* (2011). De acordo com essa análise, trabalhadores e meios de produção são fatores fundamentais de todas as formas sociais de produção, e a forma pela qual se combinam é que distingue as diferentes épocas econômicas e estruturas sociais. É a forma específica dessa combinação que estabelece, em cada caso, o tamanho da população que se

considera adequada aos esquemas vigentes de produção, de modo que seus limites dependem da elasticidade da forma determinada dessa produção, e variam de acordo com suas condições. A parte da população que excede esses limites permanece como fator virtual, uma vez não conseguindo se vincular aos meios de sua reprodução; esta seria a parte da população denominada de “superpopulação”. Assim, uma vez tendo em comum a base que as determina, os limites da superpopulação seriam delimitados pela população adequada, sendo o excedente da população sempre relativo ao modo vigente de sua produção.

O olhar minucioso a respeito da constituição da superpopulação relativa se assenta na necessidade de sua diferenciação, para o autor, da noção de exército industrial de reserva. Enquanto o primeiro é resultado dos processos específicos do modo de produção capitalista, o segundo se referencia aos efeitos que o primeiro provoca no sistema – em outras palavras, o conceito de exército industrial de reserva corresponde ao exame dos efeitos e das relações da superpopulação relativa com a estrutura global. “Posto em termos mais simples: nesta forma produtiva, nem toda superpopulação constitui necessariamente um exército industrial de reserva, categoria esta que implica uma relação funcional desse excedente com o sistema em seu conjunto.” (NUN, 1978:82).

La propia lógica del enfoque hace, entonces, que el fenómeno de la superpoblación no sea estudiado en sí mismo sino en términos de sus consecuencias equilibradoras para el sistema, es decir, en tanto “ejército industrial de reserva”. Este está claramente llamado a cumplir dos funciones en el mercado de trabajo: por una parte, intensifica la competencia entre los obreros y deprime los salarios a nivel del mínimo fisiológico de subsistencia, condición indispensable para la explotación – entendida como “consumo destructivo” de la mano de obra – que promueve “la formación y el acrecentamiento del capital”; por otro lado, mantiene constantemente disponible una masa de trabajadores para que la industria pueda en los meses de mayor actividad, producir en el mercado la cantidad de mercancías requeridas (NUN, 1996: 188).

Para Nun, o objeto da obra de Marx era a instância do modo de produção capitalista em sua fase competitiva, constituído enquanto um negócio formado de empresários individuais, operando em pequena escala e subordinado aos aspectos do mercado. No entanto, tal como

pontuado por Pesenti (1965), o ingresso do capitalismo numa nova fase implica na modificação do conjunto de suas características e de suas manifestações, ainda que se mantenha as leis econômicas sobre as quais o sistema se apoia. De modo que, apesar da verificação da lei da superpopulação relativa tanto na fase competitiva quanto na fase monopolista, mudam seu caráter e seu efeito, trazendo à tona a necessidade de repensar a categoria exército industrial de reserva. Se, na fase competitiva do capitalismo, a superpopulação relativa exerce de maneira plena suas funções diretas - constituição de uma reserva de mão de obra pronta a responder a quaisquer aumentos na demanda por força de trabalho devido a processos de expansão do capital - e indiretas - permanente pressão para que os trabalhadores ocupados se submetam às pressões do capital - e, portanto, se instala como exército industrial de reserva, o mesmo não pode ser dito para o caso do desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista.

Assim, o ponto central da análise do autor centra-se na fase monopolista do capitalismo - momento no qual os países latino-americanos iniciam seus respectivos processos de industrialização - quando o aumento da apropriação do excedente pelas grandes empresas via inovação tecnológica e retornos de escala, associado à difusão restringida de tecnologias, ao avanço da mecanização e da demanda por trabalho qualificado, e ao estancamento da demanda industrial de trabalho, resultaram na criação de uma barreira permanente entre os desempregados e os ocupados, de modo que a massa dos não qualificados não apenas se tornou estancada, mas perdeu sua função social, tornando-se um aglomerado de pessoas "socialmente inúteis". Como consequência, essa população excedente perderia tanto sua função direta, de promoção da demanda por trabalho nos momentos de expansão do capitalismo - dado que o aumento da composição orgânica do capital faz com que uma quantidade relativamente menor de trabalhadores seja necessária para uma quantidade crescente de capital - quanto sua função indireta, de pressões sobre o nível dos salários e a intensidade do trabalho - uma vez que o aumento da produtividade permitiria um aumento da exploração do trabalho com melhorias relativas na remuneração.

É desse conjunto da população, que perderia sua função social no esquema produtivo, que surgiria o que o autor chama de "massa marginal", ou seja, a parte afuncional ou disfuncional da superpopulação relativa, conceito que se situa no nível das relações que se

estabelecem entre a superpopulação relativa e o setor produtivo hegemônico. Tal relação implicaria em uma dupla referência ao sistema que, por um lado, gera esse excedente, e por outro, não necessita dele para seu funcionamento. De modo geral, na fase monopolista, a superpopulação relativa estaria, então, dividida entre um conjunto de trabalhadores desocupados que mantém as funcionalidades típicas da fase competitiva - o exército industrial de reserva - e uma massa de trabalhadores que perde sua função nessa nova fase - a massa marginal. Assumindo que na fase monopolista o aumento da racionalidade das empresas se converte numa permanente redução da racionalidade do sistema, onde a fixação do preço das mercadorias segue mais o critério da máxima extração de benefícios do que os custos de produção, uma parte cada vez maior da superpopulação relativa tende a se tornar massa marginal, cuja ausência de funcionalidade não é um aspecto requerido pelos agentes econômicos, mas sim um efeito da contradição fundamental entre as relações de produção predominantes e o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas.

Nesse sentido, o autor pontua que a parcela da classe trabalhadora vinculada à massa marginal se trata de uma fração da população que está fora dos esquemas formais de produção, fator que condiciona a noção de que tal grupo perde sua função perante a sociedade. Não haveria, do ponto de vista produtivo, uma participação da massa marginal na organização da sociedade, e não haveria porque a estrutura que se consolida o faz de forma a tornar tal população supérflua, ou não mais adequada.

Levando em conta as especificidades do desenvolvimento capitalista latino-americano, dois fatores teriam condicionado o surgimento da massa marginal. Em primeiro lugar, as descontinuidades do processo de acumulação primitiva de capital. A não ocorrência de uma "revolução agrária" na América Latina, que demarcasse as bases da transição dos regimes de acumulação, e a inserção dependente dos países no comércio internacional, com o não direcionamento do excedente interno para a consecução de um processo industrial, resultaram em restrições no processo de formação de um trabalhador livre, de forma que se perpetuaram, historicamente, formas e mecanismos pré-capitalistas de exploração da mão de obra, com os quais se conecta, de forma proveitosa, o setor hegemônico da economia. Em segundo lugar, a industrialização feita a partir do processo de substituição de importações e sem considerar as características específicas das relações sociais de

produção, dentre elas as relações de trabalho, levou à efetivação de um plano de industrialização montado com tecnologias poupadoras de mão de obra, criando um mercado de fatores particularmente imperfeito.

De acordo com Nun (1978: 129-130), seriam três os tipos básicos de implicação marginal no processo produtivo. O *tipo A* compreende os diferentes modos de fixação da mão de obra e subsume quatro categorias principais: a) *Rural por conta própria*, agregando as comunidades indígenas, minifundiários de subsistência, pequenos mineiros e outros; b) *Rural "sob patrão"*, formado por colonos semi-servis de fazendas tradicionais, comunidades "dependentes" ou "cativas", trabalhadores vinculados por métodos coercitivos mais ou menos manifestos e outros; c) *Urbano por conta própria*, formado por pequenos artesãos pré-capitalistas; e d) *Urbano "sob patrão"*, formado trabalhadores, especialmente em serviços domésticos, adstritos a um fundo de consumo e que não recebem salário em dinheiro. O *tipo B* compreende a mão de obra livre de qualquer forma de enraizamento pré-capitalista, mas que fracassa em seu intento de incorporar-se de maneira estável ao mercado de trabalho, no qual se inclui os trabalhadores que são parte do desemprego aberto ou a ocupações refúgio em serviços puros, trabalhadores ocasionais, intermitentes e/ou por temporada. Por fim, o *tipo C* abrange os assalariados dos setores menos modernos, onde as condições de trabalho são mais rigorosas, as leis sociais tem escassa aplicação e as remunerações oscilam em torno do nível de subsistência, sendo permanentemente afetados pela insegurança básica dos subsistemas econômicos que os provêm.

Considerando as diversas formas de manifestação da marginalidade, e compreendendo que seu único componente não é a desocupação, mas também um conjunto de atividades instáveis e vulneráveis, cabe destacar que, a despeito do critério de sua definição ser a predominância do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, esta não é a única forma de organização da produção existente na economia periférica, dada sua convivência com um contingente mais ou menos amplo de pequenas e médias empresas que operam em termos similares a uma economia competitiva. A convivência dessas formas distintas de organização da produção e de processos de acumulação resultam em uma diferenciação crescente no mercado de trabalho, a respeito das quais variam a funcionalidade do excedente da população.

De esta manera, los desocupados pueden ser, a la vez, un ejército industrial de reserva para el sector competitivo y una masa marginal para el sector monopolístico. Pero, además, la mano de obra sobrante en relación a este último no necesariamente carece de empleo ya que puede estar ocupada en el otro sector. Es decir que una baja tasa de desocupación resulta compatible con la existencia de una superpoblación relativa a la gran industria, categorizable como ejército de reserva y/o como masa marginal. En este sentido, su funcionalidad dependerá del grado de satelización del sector competitivo que, en muchos casos, puede estar trabajando para las grandes corporaciones: aparecería así una nueva forma de "putting out system" y, de hecho, las pequeñas y medianas empresas estarían contribuyendo a reducir los costos salariales del sector monopolístico.(NUN, 1996:202).

O que se percebe então é a interconexão desses dois setores, de modo que há um certo "deslocamento" da mão de obra entre os mesmos, sempre limitado por determinados fatores, em especial os ditados pela qualificação da mão de obra. Nesse sentido, o fato de se pontuar como mão de obra marginal para o setor monopolístico, não encontrando formas de absorção neste, não impede que a força de trabalho se vincule a outros setores, sejam aqueles caracterizados pelos elementos do setor competitivo, sejam os setores marcados pela elevada instabilidade. Do que se pode concluir que o fundamento da análise não se assenta exclusivamente no critério da funcionalidade ou não do excedente, especialmente quando este se encontra vinculado, ou ainda subordinado, ao movimento mais geral do capital.

Em síntese, ao descrever a formação dessa população que orbita à margem do sistema produtivo formal, Nun parte para uma diferenciação de aspectos que, em tese, possuem equivalência na teoria do valor de Marx, qual seja, a possível igualdade entre superpopulação relativa e exército industrial de reserva. Para Nun, tomando a estrutura do capitalismo nos países periféricos, tal equivalência não seria possível, uma vez que a superpopulação relativa se dividiria em exército industrial de reserva - aqueles permanentemente disponíveis a serem absorvidos pelo sistema produtivo - e a massa marginal - agregando os trabalhadores vinculados a atividades marginais do sistema produtivo. Assim, seria incluído um componente de uma teoria da população na tese de Marx, resultando na formulação do conceito de "população adequada". E será exatamente este o ponto de partida para a crítica empreendida por Fernando Henrique Cardoso à tese da massa marginal de José Nun.

2.2.2 A teoria da marginalidade em Fernando Henrique Cardoso

Ainda que não tenho dedicado sua obra teórica à teoria da marginalidade, Fernando Henrique Cardoso empreendeu importante análise ao ressaltar determinados aspectos da concepção elaborada por José Nun, em especial aqueles que considerava grandes equívocos do autor. Para Cardoso (1973), o problema central da tese de Nun se referia ao fato do autor se apegar a aspectos de modos de produção anteriores ao capitalismo para fazer a distinção entre, de um lado, uma teoria geral da população e dos excedentes, e de outro, o exército industrial de reserva.

A rigor, a ideia central presente no debate sobre a relação entre acumulação, exército industrial de reserva e crescimento da população era a de que o capitalismo criaria seu próprio excedente necessário, independente do crescimento absoluto da população, de modo que seria a criação desse exército de trabalhadores o que liberaria o capitalismo do crescimento natural da população e das barreiras sociais que caracterizam outros modos de produção. Essa noção seria formulada a partir da própria análise realizada por Marx, segundo o qual quanto maior a riqueza social, a magnitude absoluta do trabalho e o aumento da força produtiva do trabalho, maior o exército industrial de reserva, que seria incrementado pela gradual absorção da classe trabalhadora em proporções constantemente decrescentes, à medida que crescesse a quantidade absoluta do capital, e pela renovação da base técnica sobre a qual se assenta a produção capitalista, que diminui a quantidade de trabalhadores requeridos para a expansão do capital.

Assim, ressalta que

Para Marx, essas variações [quantidade de trabalhadores empregados no tempo] obedecem à dinâmica da acumulação, que provoca mudanças periódicas ou reparte, simultaneamente, o capital em distintas órbitas da produção: 1) as vezes a acumulação se dá por simples concentração - sem afetar a composição do capital, nem portanto o emprego; 2) outras vezes o aumento do capital vai unido à diminuição à diminuição absoluta do capital variável ou da força de trabalho absorvida por ele; 3) outras, ainda, o capital cresce sobre a mesma base técnica anterior, ocupando força de trabalho sobrando, em proporção ao seu crescimento;

4) outras vezes, por fim, existe uma mudança na composição orgânica, que faz com que o capital variável se contraia. Apesar dessas variações (...) a tendência para Marx era nítida: quanto mais maduro o capitalismo, mais repulsão de trabalhadores. (Ibidem: 116-117).

A partir da análise de Marx, três conclusões seriam possíveis. Em primeiro lugar, que a superpopulação relativa é relativa aos meios de produção e não à população operária contabilizada no período anterior, de modo que sua quantificação não deve necessariamente passar pela comparação da superpopulação operária ao restante da população. Em segundo lugar, essa superpopulação, ou exército de reserva, é composta de trabalhadores - desempregados, ex desempregados ou aqueles consolidados na situação de desemprego - e não do conjunto da população que não está empregada pelo capital. Por fim, que a magnitude do exército de reserva cresce em proporção com o progresso da acumulação social, apesar das variações tópicas dessa tendência.

Nesse sentido, é possível perceber que, a partir da construção de uma crítica à noção de massa marginal, Cardoso está buscando afastar a tese da superpopulação de Marx de uma teoria da população, indicando que, independente da estrutura do capitalismo, a superpopulação - ou exército industrial de reserva, levando em conta a equivalência, para o autor, das duas categorias - é fruto das condições de acumulação, e não das condições gerais da população, que poderiam levar à formação de uma população não adequada ao sistema produtivo. De modo que o excedente da população, algo próprio à teoria da população, não constituiria necessariamente o exército industrial de reserva; este segundo diria respeito apenas à classe operária da população, ou a parte dela, sendo a outra parte componente do exército de trabalhadores em atividade. Mas o restante da população, quando não incluída na classe operária, não seria parte do exército de reserva. Em síntese, a classe operária estaria dividida em exército de trabalhadores em atividade e exército de trabalhadores em reserva, sendo essa reserva a superpopulação relativa.

Objetivamente, o que há de distinto nas teses de Nun e Cardoso parece ser tão somente o rigor na aplicação da tese originalmente elaborada por Marx. Enquanto Nun parte para uma tentativa de compreensão mais ampla da categoria, considerando a possibilidade de que a superpopulação tivesse formas distintas de manifestação a depender da estrutura do sistema

capitalista - e, no caso, a extensão da superpopulação nas regiões periféricas responderia não apenas pelos esquemas da acumulação do capital, tal como em Marx, mas também pela inadequação tecnológica da estrutura produtiva às estruturas sociais, levando à formação de uma massa marginal não adequada a esse sistema produtivo -, Cardoso se preocupa em sua aplicação original, o que não recai na desconsideração dos elementos apontados por Nun, mas sim na sua vinculação a elementos de outra natureza - como à teoria da população - que não à lógica da formação de uma superpopulação relativa.

Independente das divergências no debate, importa destacara partir da teoria da marginalidade, e enquanto elemento convergente na leitura dos autores, o esforço empreendido no sentido de tentar compreender a formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas, onde o desenvolvimento industrial, dada sua incompletude e a convivência com setores de baixa composição orgânica do capital e, em consequência, de baixa produtividade, limita a capacidade de integração da massa trabalhadora aos setores dinâmicos, de modo que esta, para garantir sua condição de reprodução, se vincula a formas de trabalho marginais – caracterizados especialmente pelas elevadas intensidade e jornada do trabalho, pela instabilidade e pelos baixos níveis de remuneração – que orbitam e se submetem à dinâmica própria dos setores hegemônicos da economia. Assim, ainda que seja demarcada a existência da superpopulação relativa enquanto tendência geral do modo de produção capitalista, a teoria da marginalidade ressalta a especificidade do capitalismo dependente e periférico, pontuando que a população excedente não apenas é resultado da ampliação da composição orgânica do capital, mas também é um resultado dos próprios limites do desenvolvimento periférico – e, nesse sentido, se coloca enquanto população excedente já no início do desenvolvimento industrial.

Formalmente, a tese de Nun se vincula de maneira mais estreita, a despeito de suas diferenças e particularidades, à noção empreendida por Aníbal Quijano, que desenvolve sua tese da marginalidade tendo em vista as diferentes formas de integração da sociedade.

2.2.3 A teoria da marginalidade em Aníbal Quijano

Tal como na tese formulada por José Nun, Aníbal Quijano parte da noção de que o capitalismo periférico é caracterizado por determinadas particularidades, as quais se convergem no aspecto da dependência. Segundo o autor, a formação socioeconômica latino-americana é demarcada por uma permanente combinação de relações de produção capitalistas e pré-capitalistas, sempre sob o domínio da primeira. Na produção capitalistas, a introdução de novos setores produtivos nunca seria resultado do desenvolvimento orgânico dos setores precedentes, a partir das necessidades e características dessas economias, mas sim de formações dominantes do sistema global, de modo que sua incorporação, feita sempre de forma fragmentada, seria fruto das decisões dos agentes econômicos que dominam o sistema, bem como resultado de processos que ocorrem no interior das formações sociais dominantes. Assim, a transição de etapas no processo de expansão do capitalismo na América Latina teria um caráter abrupto, que não apenas impediria sua generalização para o conjunto da estrutura produtiva, mas excluía a possibilidade de eliminação das estruturas anteriores - dentre as quais as não capitalistas - conformando um novo nível dentro de cada setor da estrutura produtiva. Nesses termos, à medida em que avança o sistema capitalista a nível global, a incorporação desses elementos na matriz produtiva latino-americana se faz de modo crescente, conduzindo à conformação precária e inconsistente das estruturas de relações de produção e poder político e, por fim, determinando o caráter dependente dessas economias.

A noção de dependência proposta pelo autor vai além daquela delimitada pelo escopo teórico da teoria marxista da dependência, ou seja, reflete não apenas a relação de subordinação entre países centrais e periféricos, mas também a articulação entre estruturas econômico-sociais de distintos níveis de desenvolvimento, dentro um sistema econômico. Ao propor essa noção, Quijano busca na articulação dos elementos internos os fatores característicos da situação dependente.

Para outra corrente, la dependencia es un modo de articulación estructural entre las formaciones económico-sociales de América Latina y las que caracterizan a los países de mayor desarrollo dentro del orden capitalista internacional. Aquí, por lo tanto, no se trata solamente de una subordinación que se organiza por presiones desde fuera, sino de un modo de dominación que se ejerce también desde dentro, es decir, desde el interior de las estructuras económicas latinoamericanas. Por eso, se denomina "dependência estructural" a ese modo de articulación entre estructuras económicas-social de distinto nível de desarrollo dentro de un sistema común. (QUIJANO, 1971:7-8).

Duas seriam as transformações ocorridas na estrutura econômica latino-americana responsáveis pela convivência permanente de setores com distintos níveis de desenvolvimento. Em primeiro lugar, a generalização da produção industrial de bens e serviços como setor hegemônico; em segundo lugar, a emergência do monopólio como modalidade da organização da atividade econômica. Como essas transformações ocorrem não como parte do processo de expansão e modificação dos setores antes dominantes, mas sim pela incorporação de processos ocorridos nos países centrais, impede-se uma generalização para o conjunto dos setores produtivos da economia, determinando a existência de heterogeneidade estrutural. De modo que se há uma tendência de homogeneização histórica da estrutura global das relações de produção, com a eliminação dos elementos pré-capitalistas que se mantêm nas estruturas econômicas e sociais, o mesmo não se replica para a economia latino-americana.

Em síntese, a tendência é que em cada um dos setores básicos da atividade econômica ocorra uma expansão e, em certa medida, uma diferenciação, de um nível de atividades e de mecanismos de organização econômica, que vão perdendo gradualmente toda a capacidade de acesso estável aos meios básicos de produção e aos mercados de rendimentos significativos para as possibilidades de incremento da acumulação de capital. A produção artesanal e o pequeno comércio de bens e serviços, as atividades agropecuárias de baixo nível de produtividade, não apenas não desaparecem, mas tendem a se expandir, configurando um nível de atividade econômica. Este "nível deprimido" da economia contém um conjunto característico de formas de organização do trabalho e, portanto, de ocupações, que empregam recursos residuais de produção, se estruturam de modo instável e precário, geram lucros reduzidos, e que servem a um mercado formado pela própria

população incorporada a esse nível de atividade. Esse seria o conjunto de atividades componentes do chamado "pólo marginal":

(...) aquí se propone el concepto de "polo marginal" de la economía, para caracterizar este nivel nuevo de la actividad económica latinoamericana, producto de los cambios recientes en el modo de articulación de ésta a partir de la injertación de nuevas modalidades y medios de producción, y en curso de expansión y de diferenciación. (...) Frente a ese modo de considerar el problema, el concepto de "polo marginal" pone de relieve la presencia de un lógica histórica común a todos los niveles de la estructura económica latinoamericana, que produce al mismo tiempo los niveles centrales y los niveles periféricos, y de ese modo articula a ambos en una misma trama estructural, en posiciones distintas. (Ibidem:17-18).

Essa configuração das formas produtivas, a sua vez, impõe modificações na quantidade e na qualidade requerida de mão de obra na economia. Do ponto de vista da utilização dos recursos produtivos, tem-se a prevalência na utilização de novas tecnologias nos setores monopolistas, provenientes da revolução científico-tecnológica. Do ponto de vista dos interesses sociais que controlam os recursos produtivos, há a concentração da acumulação de capital nas mãos dos grupos cujo ação se vincula aos interesses dos grupos hegemônicos dos países centrais, e quem impedem a livre utilização de tecnologias e recursos em favor dos interesses econômicos e sociais da sociedade dependente. O resultado da combinação desses dois fatores é a concentração da tecnologia apenas nos estratos mais altos da economia, a concentração de seus produtos nas mãos de reduzidos grupos dominantes, o incremento e a concentração da acumulação de capital nas mãos de poucas empresas monopolistas e a transferência da maior parte do excedente aos centros metropolitanos do sistema.

Essa configuração traria uma série de implicações sobre as relações de trabalho. Em primeiro lugar, reduziria o volume relativo de força de trabalho requerida para os níveis produtivos da tecnologia dominante, fator que acarretaria, juntamente com o incremento da produtividade, um aumento da taxa de exploração do trabalho. Em segundo lugar, dado a modificação dos requerimentos qualitativos da força de trabalho, há uma modificação no

mercado de trabalho para tais níveis produtivos, que se torna reduzido, rígido, excludente e concentrado em poucos centros urbanos da sociedade. Por fim, como não há a difusão da tecnologia e dos ganhos de produtividade para o conjunto da economia, é gerada uma concentração de recursos nos setores monopolísticos, bem com uma redução na possibilidade de absorção de mão de obra. Como a imposição de determinadas necessidades qualitativas da força de trabalho não tem aderência às experiências prévias da maior parte da população, ao mesmo tempo em que ocorre simultaneamente ao crescimento da população em seu conjunto, é engendrado uma nova estrutura do mercado de trabalho.

Nestas condições, a mão de obra que é deslocada tanto das atividades rurais quanto das atividades urbanas se vê imersa numa problemática cuja tendência é se intensificar: de um lado, pela permanente expulsão de trabalhadores dos setores primários, seja pelo esgotamento de seus recursos produtivos, seja pela dominação de seus esquemas produtivos pelos setores dominantes, cuja lógica é a implantação de métodos produtivos intensivos em capital; de outro lado, pela consolidação de um setor produtivo urbano que limitam suas exigências quantitativas e qualitativas de mão de obra, reduzindo portanto sua capacidade de absorção. De modo que forma-se um mercado de trabalho em cuja estrutura os setores de mais elevado nível de desenvolvimento tem um caráter excludente de mão de obra, e seus níveis intermediários não têm estabilidade e capacidade de expansão necessária para absorver de modo estável a mão de obra disponível. Produz-se então um setor crescente de mão de obra que, em relação aos setores de atividade hegemônicos, organizados pela grande empresa monopolista, é *sobrante*; e em relação aos setores intermediários, organizados a partir da lógica competitiva, é *flutuante*, uma vez podendo estar, intermitentemente, ocupada, desocupada ou subocupada, seguindo as contingências que afetam esse nível de atividade econômica. Essa mão de obra que ora assume o caráter de sobranter, ora de flutuante, é o que o autor qualifica como mão de obra marginalizada.

Posto isso, fica clara a necessidade de proposição de um novo conjunto de categorias que vá para além dos limites teóricos propostos pela noção de exército industrial de reserva. Como já apresentado, o exército industrial de reserva, que responde aos movimentos cíclicos de expansão do capital, exerce uma dupla função no desenvolvimento capitalistas, quais seja, a de oferta permanente mão de obra disponível às necessidades de expansão do

capital, e de pressão sobre o nível das remunerações do trabalho. Com tais funções, o exército industrial de reserva seria elemento predominante para a possibilidade de expansão da acumulação de capital. No entanto, segundo Quijano, outros elementos passavam a determinar a acumulação de capital no momento de predominância da empresa monopolista. Em primeiro lugar, o fato de que o incremento da produtividade do trabalho se torna crescentemente independente da concorrência entre os trabalhadores por emprego e salário, sendo mais produto das capacidades dos meios de produção. Em segundo lugar, e em consequência, o fato de que a produção industrial não depende mais, fundamentalmente, da quantidade de mão de obra disponível no mercado, mas sim da qualidade das inovações tecnológicas absorvidas na indústria. Desse modo, a mão de obra disponível no mercado não mais se constitui como reserva para os níveis hegemônicos da produção industrial, mas sim uma mão de obra excluída, que conforme avança as mudanças na composição técnica do capital, perde de modo permanente, e não transitório, a possibilidade de ser absorvida na produção urbano industrial. No entanto, essa mão de obra sobrando ao setor hegemônico se mantém vinculada a outras atividades - seja de forma empregada ou em situação flutuante para o setor competitivo, seja vinculada ao conjunto de atividades do polo marginal. Por essa razão, assume a forma de mão de obra marginalizada.

A existência do polo marginal, nesses termos, acarretaria em dois processos que se consolidam como estruturais para a sociedade periférica. Em primeiro lugar, a intensificação da heterogeneidade estrutural e o aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência, uma vez que os avanços do setor monopolístico não se estendem ao conjunto dos setores produtivos. Em segundo lugar, a existência de uma mão de obra marginalizada, com aprofundamento e agudização das diferenciações sociais, e com taxas gradualmente mais elevadas de uma fração da população submetida a processos de pauperização econômica, social e cultural.

Por fim, é preciso considerar que esses processos não ocorrem de maneira estável, sendo próprio a ele a ocorrência de conflitos sociais. Tais conflitos, que refletem sobre a forma de organização das burguesias nacionais, recaem no que o autor chama de "posição de sanduíche": acima deles, a concentração e monopolização do capital, que impede incessantemente seu acesso a determinados recursos; abaixo, a pressão reivindicativa dos

trabalhadores, que repercute nesses estratos burgueses com mais impacto que sobre os grupos monopolistas. Sob essas condições, esses grupos tendem para posições que os vincula de maneira mais concreta à burguesia imperialista como escudo defensivo, para enfrentar o embate reivindicativo e político do trabalhadores (QUIJANO, 1976). Posições essas que, ao abrir espaço para a dominação do capital imperialista, criam a permanente tendência de reprodução dos elementos da economia periférica e dependente.

Em resumo, a tese da marginalidade de Quijano aponta para a consolidação de aspectos da estrutura econômica das regiões periféricas que, pela absorção de esquemas produtivos elaborados fora de sua realidade social, e por terem sido adotados de maneira abrupta, impediram a plena difusão de tecnologias para o conjunto do sistema produtivo, acarretando, de um lado, a convivência de setores produtivos com diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas, e de outro, uma permanente dificuldade de absorção da mão de obra que, frente as dificuldades de adequação ao setor monopolístico, se vincula aos setores componentes do chamado pólo marginal, se qualificando, portanto, como mão de obra marginalizada.

Considerações finais

As categorias superpopulação relativa e exército industrial de reserva foram elaboradas por Marx para explicar a formação do excedente de mão de obra nas economias onde prevalece o modo de produção capitalista. A lógica proposta pelo autor era de que, à medida em que se desenvolve esse modo de produção, e há integração de frações de capital crescentes em relação à fração de mão de obra, ou seja, mediante o crescimento da composição orgânica do capital, seria formado um excedente de mão de obra, permanentemente à disposição do capital frente as suas necessidades de expansão. Ao ser pontuado como lei de tendência do modo de produção capitalista, a superpopulação relativa é assumida como fator central no processo de ampliação da acumulação de capital, seja por dar as condições de expansão desse capital, seja por criar pressões sobre a produtividade, a exploração e a remuneração

do trabalho. Tal categoria teria diferentes formas de manifestação, a depender do vínculo setorial da mão de obra e das razões que transformavam uma mão de obra ocupada em mão de obra excedente ou precariamente empregada.

Nos debates realizados no campo marxista, a superpopulação relativa ganhou uma série de diferentes interpretações, dentre as quais as apresentadas pela chamada teoria da marginalidade. O aspecto central da teoria da marginalidade era explicar as particularidades da formação da superpopulação relativa em economias periféricas e dependentes, ou seja, economias que não possuem um desenvolvimento capitalista autônomo, e cuja dinâmica é determinada pelas relações político-econômicas mantidas com os países do centro. Tais relações determinam a consolidação das forças produtivas internas, nem sempre desenvolvidas e implementadas de acordo com os recursos e/ou necessidades dessas economias, mas permanentemente por uma lógica de absorção de tecnologias obsoletas, implementadas em setores específicos e seguindo os interesses de expansão do capital imperialista internacional.

Essa forma de consolidação das relações produtivas, ao não se estenderem para o conjunto dos setores produtivos, acabam resultando na formação de economias caracterizadas pela heterogeneidade estrutural, de um lado, e pela dificuldade de absorção de mão de obra nos setores mais dinâmicos da economia, por outro. É a partir dessa noção que José Nun e Aníbal Quijano desenvolvem suas respectivas teses da marginalidade. Pondo de lado as especificidades de cada tese, o ponto convergente em ambos autores é a tentativa de explicar as particularidades de um mercado de trabalho que ganha forma numa situação de heterogeneidade estrutural e que resulta num caráter de permanente exclusão para parte da mão de obra: no caso dos setores primários, por sua baixa produtividade e por terem seus recursos dominados pelos setores hegemônicos; no caso dos setores de elevada produtividade, tanto por seu nível tecnológico quanto pelas exigências de qualitativas e quantitativas em relação à mão de obra. Nesse sentido, parte da mão de obra se vê excluída dos esquemas produtivos centrais, tornando-se afuncional - no caso de Nun - ou sobranter - no caso de Quijano. Para ambos, uma mão de obra marginalizada, vinculada a setores instáveis, vulneráveis, de baixa produtividade e remuneração e que, por isso, transitam à margem dos setores produtivos hegemônicos.

Efetivamente, importa destacar dois aspectos. Em primeiro lugar, o esforço dos autores no sentido de compreender as especificidades da formação de um mercado de trabalho em economias que, similarmente, apresentam particularidades, a despeito de serem economias capitalistas. Visivelmente, essa mão de obra se reproduziu ao longo da história das economias capitalistas periféricas, por vezes assumindo outras feições - como o trabalho por conta própria, o informal, o subocupado e o desempregado oculto - mas sempre mantendo o elemento central que a caracteriza: o fato de ser alijada dos esquemas produtivos formais e, por isso, ter que se vincular a formas de trabalho instáveis como forma de garantir sua reprodução. Lógica essa que conduz uma série de outros fatores, como pobreza, desigualdade de renda, e para além dos aspectos econômicos, de marginalização social, política e cultural.

Em segundo lugar, e em decorrência do primeiro aspecto, a necessidade de um rigor teórico no tratamento destas distintas categorias que, a despeito de serem complementares, possuem diferenças do ponto de vista da definição do excedente de mão de obra. Ao tratar da superpopulação relativa, Marx chama a atenção para a formação de uma população excedente, a partir do incremento da composição orgânica do capital, que está permanentemente à disposição das necessidades de expansão do capital e que, por isso, se expande e se contrai a depender da dinâmica do primeiro. O que não quer dizer que a formação do excedente seja exclusivo do desenvolvimento da indústria; é, antes de mais nada, fator próprio ao modo de produção capitalista, e se constituiu nos esquemas dinâmicos de expulsão, repulsão e absorção de trabalhadores entre setores e regiões produtivas. A teoria da marginalidade, por sua vez, trata de um excedente que extrapola as necessidades de expansão do capital e, por isso, está para além da superpopulação relativa. Os trabalhadores marginais, nesse caso, se enquadram como trabalhadores sem funcionalidade direta para o desenvolvimento capitalista, ou mão de obra sobrando para as atividades hegemônicas, para as quais ainda está disponível a fração da superpopulação relativa que lhe é funcional, ou seja, o exército industrial de reserva. O que condicionaria a formação desse excedente adicional seriam, como já posto, as características específicas dessas economias, em especial o descolamento de sua estrutura produtiva com sua estrutura social. De toda forma, assim como em Marx, fica claro que a origem do excedente não está, necessariamente, na expansão da indústria, ainda que seja parte dele.

A partir dos elementos teóricos debatidos neste capítulo, passemos a análise do caso brasileiro. O objetivo central da discussão a que se dedica este trabalho é a tentativa de entender o processo de formação do excedente de mão de obra urbano no Brasil, analisando como tal processo se desdobra historicamente. Do ponto de vista teórico, o foco central será analisar como as categorias apresentadas aqui servem de escopo teórico para a compreensão dos aspectos que caracterizam o mercado de trabalho brasileiro, no momento onde a indústria passa a ser o motor da dinâmica econômica. Como o objetivo perpassa pela tentativa de entender a construção histórica desse processo, a análise passará pelo processo de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre no Brasil, buscando nos elementos da migração externa e interna, bem como num possível incremento da composição orgânica do capital no período, os fatores explicativos da formação do excedente urbano de mão de obra.

CAPÍTULO II

DA ABOLIÇÃO AO TRABALHO LIVRE: A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital e, de outro, seres humanos que nada têm para vender além da sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda a resistência; a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio capitalista sobre o trabalhador.

"O Capital" - Karl Marx

Introdução

O estudo da formação da sociedade brasileira passa, necessariamente, pela compreensão dos movimentos históricos que conduziram, na idade moderna, à expansão ultramarina e a constituição dos complexos coloniais. Formadas com o objetivo explícito de servir aos interesses da expansão do capitalismo europeu, as colônias não possuíam uma dinâmica econômica própria, tendo por isso seus mecanismos de funcionamento determinados pelos

interesses do capital internacional. Especificamente sobre o caso brasileiro, o complexo colonial estruturado para atender aos interesses comerciais de Portugal, e posteriormente, da Inglaterra, foi articulado em torno do tripé monocultura, latifúndio e trabalho escravo. E tal forma de articulação é fundamental para o entendimento, de um lado, das características socioeconômicas mais gerais do Brasil – como a concentração de terras e a desigualdade de renda, dentre outros – e, de outro, dos elementos que serão base para a constituição das relações de trabalho.

Uma vez sendo nosso objetivo a compreensão tanto dos fatores que conduziram a formação do excedente de mão de obra no Brasil, quanto a constituição de um complexo de relações de trabalho marginais, parte-se da hipótese de que esse conjunto de fatores foram historicamente determinados – vale dizer, ainda que diretamente permeado por fatores conjunturais, a forma própria das relações de trabalho no Brasil, assim como a constituição de um vasto excedente de mão de obra, encontra sua explicação nas relações econômicas e sociais estabelecidas ao longo da formação da sociedade brasileira, de modo que tem vínculo estreito com o tipo específico de relação de trabalho estabelecido nos primórdios dessa sociedade, qual seja, o trabalho escravo.

Lançar mão dessa hipótese é considerar, em primeiro lugar, que o tecido social construído no Brasil reproduziu, ao longo de sua história, os mecanismos sociais estabelecidos no regime de trabalho escravo. O preconceito com a figura do negro, que se configura, em grande medida, na sua posição social, é reflexo direto da transição de mecanismos sociais que não foram superados, mesmo com a modificação de sua figura jurídica. Em segundo lugar – e, de forma concreta, mais importante para o estudo que aqui se pretende realizar – considera-se também que a natureza da relação de trabalho estabelecida com o escravo é fator base para o entendimento de sua inserção na sociedade pós-abolição que, ao ter como consequência o incentivo estatal e privado à imigração, explicam diretamente a formação do excedente de mão de obra no Brasil. Assim, conjuntamente, esses dois elementos explicam, num primeiro movimento, a constituição de relações de trabalho historicamente precárias; e num segundo movimento, onde repousa a origem do excedente de mão de obra no Brasil, fator então fundamental para a constituição de um sistema capitalista na região.

Partindo dessas considerações é que se lança os olhos sobre as características gerais da escravidão, e como e porque sua abolição conduziu à opção pelo trabalho imigrante.

1. Aspectos gerais sobre o trabalho escravo no Brasil

O sistema produtivo baseado no trabalho escravo foi o regime de produção prevalecente no Brasil no período que se estendeu da economia colonial a finais do século XIX. Coluna central de um tripé formado em conjunto com o latifúndio e a monocultura, cuja estrutura era a base da expansão mercantilista europeia, o regime de trabalho escravo, então fator comum nas economias coloniais, era sustentado pelo tráfico negreiro internacional, que anualmente conduzia centenas de africanos a serem explorados na produção agrícola no mundo colonial, tal como era o caso do Brasil. Ainda que se tratasse de uma forma de trabalho cuja lógica era determinada pela exploração exaustiva do escravo, tal regime não se enquadrava numa relação de trabalho propriamente capitalista, fosse pelo fato de não haver, entre proprietário e escravo, mecanismos de compra e venda de força de trabalho, fosse porque a incipiente dinâmica da economia brasileira, então determinada pela demanda externa de produtos primários, carecia de elementos que a permitissem ser caracterizada já como uma economia tipicamente capitalista²⁸. O regime de trabalho escravo tratava-se tão somente da compra de indivíduos que, enquadrados como “coisa” ou objetos de direito e

²⁸ Por *relação de trabalho propriamente capitalista* nos referenciamos às formas de trabalho típicas do sistema de produção capitalista, particularmente tendo como referência a interpretação de Marx acerca dessa relação, estabelecida a partir momento em que se constitui um sistema produtivo e uma forma de organização social cujo objetivo é a reprodução ampliada do capital, na qual se promove a completa cisão entre o trabalhador e os meios de produção, determinando a estes a necessidade de venda da sua força de trabalho, que passa a ser vista como simples mercadoria, como forma de garantir as condições de sua reprodução. A dificuldade de estabelecer essa relação para o caso da economia brasileira se pontua no fato de que, a despeito de sua estrutura econômica e produtiva na segunda metade do século XIX já apresentar elementos típicos de uma economia capitalista, as relações de trabalho escravistas se mantiveram até 1888, não sendo, portanto, um mercado de trabalho nos moldes pontuados por Marx, o que poderia, no mesmo sentido, contestar o fato da economia brasileira já ser, naquele momento, uma economia capitalista plenamente constituída. É apenas com a instituição do trabalho livre que pode-se, de forma mais rigorosa, se falar num mercado de trabalho propriamente capitalista, onde há efetivamente uma compra e venda de força de trabalho livre. Nesses termos, e em contraposição, uma economia não tipicamente capitalista seria aquela que não apresenta, de maneira plena, as características típicas do sistema produtivo e/ou das relações de trabalho, o que não exclui, formalmente, que tais estruturas pudessem estar vinculadas a sistemas tipicamente capitalistas, como é o caso das relações da economia brasileira com o comércio internacional.

destituídos da categoria legal de sujeitos de direito, eram submetidos ao extenuante trabalho nas lavouras brasileiras.

Antes, no entanto, de analisar os elementos do regime de trabalho escravo, é mister entender porque, no caso específico das economias coloniais, tal relação de trabalho não poderia ser enquadrada como forma capitalista de exploração, ainda que a economia colonial, enquanto sustentáculo e apêndice das economias europeias, já se inserisse numa lógica própria de reprodução do capital, em sua fase comercial.

Seguindo a análise realizada por Marx (1985), três seriam as condições para, num regime capitalista de produção, ocorrer a reprodução do capital e sua valorização. Num primeiro plano, a existência de trabalho livre, e em consequência, da venda do mesmo no mercado de trabalho, em troca de remuneração monetária, ou seja, sua troca livre por dinheiro. Num segundo plano, o trabalho ser consumido pelo dinheiro, como valor de uso para o dinheiro. Por fim, a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação, dos meios e do material de trabalho. Para a ocorrência desses fatores, era fundamental a dissolução das formas de pequena propriedade livre e da propriedade comunal da terra, onde o homem, em sua relação direta com a natureza e, portanto, com as condições objetivas de produção, poderia de forma autônoma garantir a sua reprodução.

Apesar de focar sua análise na transição das sociedades primitivas para a sociedade capitalistas, Marx apresenta elementos que permitem a compreensão da natureza de regimes de trabalho não tipicamente capitalista, e uma formação social cuja dinâmica é determinada pelo processo de reprodução do capital, tal como entende-se a economia brasileira no interregno que vai desde a colônia à constituição da grande lavoura cafeeira, com a adoção não apenas do trabalho escravo, mas também dos sistemas de colonato e parceria, que serão analisados mais adiante²⁹. Do ponto de vista da relação escravista, não havendo a livre compra e venda da força de trabalho, por indivíduos social e legalmente

²⁹ Como será discutido nas próximas páginas, os sistemas de colonato e parceria, teoricamente introduzidos como forma de atrair mão de obra estrangeira para as plantações de café, também não poderiam ser considerados formas capitalistas de relações de trabalho, uma vez que fundamentados em relações típicas de servidão entre proprietários e colonos – concessão de terras em troca de trabalho nas lavouras, com base num sistema de endividamento do colono para com o proprietário. Assim, não se tratava de livre compra e venda de força de trabalho, mas de estabelecimento de contratos mediante a concessão de ambas as partes. No entanto – de forma similar ao trabalho escravo – foi introduzido em uma sociedade capitalistas em constituição, demarcando, portanto, mais uma vez, a especificidade da organização social e produtiva do Brasil no final do século XIX e início do século XX.

livres, o que se tem, na figura do escravo, é uma forma de capital imobilizado – e, portanto, uma forma de investimento por parte do empresário capitalista – cujo valor é parte do capital total empregado, no caso, predominantemente na produção cafeeira. Nesses termos, e entendendo a colônia como parte integrante de um sistema capitalista de produção, o que se configura no Brasil, antes do estabelecimento de uma sociedade tipicamente capitalista, é uma convergência de formas capitalistas e não-capitalistas de produção, cujos elementos conformam uma sociedade caracterizada por um conjunto de particularidades que, do ponto de vista estrutural, foi moldada exclusivamente para atender aos interesses da metrópole e, mais adiante, dos países capitalistas hegemônicos.

Franco (1983) apresenta elementos que se contrapõe a essa interpretação, do ponto de vista das relações de trabalho. Partindo de uma leitura crítica à análise de Marx, e apesar de não ver as sociedades coloniais como um composto de formações socioeconômicas diversas – umas pré-capitalistas e, outras, capitalistas – a autora entende a colônia, dentro das determinações particulares da organização social do trabalho (trabalho escravo e livre) e das unidades de produção (latifúndio monocultor), e mais especificamente, dentro de seu tempo histórico, como um momento do processo que inaugurou o modo de ser das sociedades ocidentais. Modo de ser esse que, em si, é parte componente do modo capitalista de produção. Nessa formação social, o trabalho escravo compreenderia uma relação onde o indivíduo escravo teria a posse de sua força de trabalho – identidade existente entre a força de trabalho e o ser vivo que a põe em movimento -, mas não sua propriedade, a qual daria, ao indivíduo capitalista, a condição de sujeito de deveres e direitos juridicamente estabelecidos, inclusive de compra e venda da força de trabalho. De modo que seria a propriedade, e não a posse, que implicaria no poder legal de dispor da força de trabalho livremente e, portanto, de realizar sua venda.

Assim, a lógica da existência de um mercado de trabalho, onde livremente seria realizado o processo de compra e venda da mesma, se estabeleceria não apenas na ocasião da existência de um mercado de trabalho, onde indivíduos jurídica e legalmente livres dispõem sua força de trabalho à venda, ou seja, de haver uma equivalência entre posse e propriedade, mas sim na ocasião da existência de um proprietário dessa força de trabalho. De modo que a relação de trabalho escravo já encerraria a existência de um mercado de

trabalho. A perspectiva adotada por Marx, então, seria tão somente a descrição de um caso particular – quando posse e propriedade pertencem ao mesmo indivíduo; mas, no caso geral, do ponto de vista das relações produtivas, a transformação da força de trabalho em mercadoria seria uma relação estabelecida entre seu proprietário legalmente habilitado a vendê-la e um comprador, independente de quem detivesse a propriedade dessa força de trabalho.

Adotando tal perspectiva, a autora concluiu que, em primeiro lugar, para que a força de trabalho apareça como mercadoria, não seria estritamente necessário o trabalhador ser livre, mas tão somente haver algum tipo de comercialização sobre a capacidade de realização de trabalho; em segundo lugar, em sendo requisito para a geração de mais valia que a força de trabalho seja mercadoria, a reprodução de capital seria compatível com outros regimes de trabalho, desde que realizada essa condição. Assumindo que os processos econômicos que se desenrolaram na colônia não apenas foram subordinados ou dependentes dos ocorridos no centro do sistema, mas que colônia e metrópole são desenvolvimentos particulares do modo de produção capitalista, carregando ambos, na sua natureza, o conteúdo essencial que percorre todas as suas determinações – a formação do lucro – o regime de trabalho escravo não apenas não seria incompatível com um sistema produtivo capitalista, mas seria ele mesmo, partindo da lógica da comercialização da força de trabalho, uma forma de trabalho capitalista.

A apresentação sucinta da perspectiva elaborada por Marx, bem como da crítica proposta por Franco, permite lançar olhos sobre a compreensão, mais do que dos elementos gerais do regime de trabalho prevalente no Brasil até finais do século XIX, da natureza das relações de trabalho no Brasil. Para além de se considerar o regime de trabalho escravo como forma capitalista ou pré-capitalista, cabe chamar a atenção para os fatores que tal regime transporta, do ponto de vista histórico-estrutural, para a consolidação das relações de trabalho no Brasil. Do que se permite dois apontamentos importantes. Em primeiro lugar, a própria natureza do regime de trabalho escravo – caracterizado essencialmente por ser compulsório, extenuante e, principalmente, imposto por um processo de dominação – retiraria dele seu suposto elemento de forma de trabalho típico do sistema capitalista, dado a ausência de um processo de escolha autônoma pela comercialização da força de trabalho,

ainda que do ponto de vista concreto o tráfico negreiro representasse um processo de compra e venda de trabalho. Em segundo lugar, é exatamente essa natureza própria do trabalho escravo que irá imprimir, quando da efetivação de um mercado de trabalho propriamente dito, elementos que serão historicamente reproduzidos nas relações de trabalho no Brasil, ainda que com outras roupagens – como remuneração a nível de subsistência, jornadas elevadas, ritmo de trabalho intenso, entre outras. Ou seja, é exatamente seu caráter compulsório e de dominação, e não a lógica simples de compra e venda a partir de uma contraposição entre “posse” e “propriedade”, que determinará uma cultura de trabalho no Brasil, como será visto, mais adiante, nos diversos regimes de trabalho adotados.

Com isso não quer-se dizer que, uma vez consolidado o mercado de trabalho livre, a elevada exploração não seria sua característica típica. O entendimento, mesmo porque fundado na tese marxista, é de que a intensificação da exploração do trabalho é elemento intrínseco no modo de produção capitalista. O que se quer chamar atenção nesse aspecto é para fato de que, como pretende-se analisar com mais detalhes ao longo do capítulo, é exatamente a conjugação de formas de produção e relações de trabalho capitalistas e não-capitalistas - ou, em outras palavras, do trabalho livre e do trabalho escravo, bem como as formas intermediárias, tal com o colonato - que irão imprimir particularidades nas relações de trabalho no Brasil, dentre as quais as formas de trabalho marginal.

No entanto, o ponto fulcral do debate não está exatamente na percepção se o trabalho escravo é ou não forma de trabalho tipicamente capitalista, mas sim na compreensão de suas características dentro do sistema produtivo brasileiro e de como essas características irão se refletir no mercado de trabalho pós-abolição, em especial no que tange à formação do excedente de mão de obra. Nesse aspecto, dois elementos ganham relevo. Em primeiro lugar, a permanência, difusão e consolidação de aspectos próprios à forma de trabalho escravo para o conjunto do mercado de trabalho livre, mesmo após sua completa abolição e a solidificação do capitalismo industrial brasileiro. Elevadas jornadas de trabalho, condições precárias de trabalho e excedente de mão de obra, juntamente à exclusão social e política de importante conjunto da população negra, serão fatores proeminentes nas relações de trabalho brasileira, mesmo quando suas características já forem

predominantemente determinadas pela lógica de um mercado de trabalho institucionalizado, que apenas se concretizará a partir da década de 1940. Em segundo lugar, e em decorrência do primeiro aspecto, o fato de que a conjugação de elementos próprios a uma economia propriamente capitalista - como o sistema produtivo articulado ao comércio internacional - e do que poderia-se considerar uma economia não-típicamente capitalista - como as relações de trabalho ou mesmo a dinâmica de acumulação do capital - irão refletir nas características centrais do capitalismo periférico brasileiro, em especial no seu caráter dependente, os quais, por sua vez, possuem vinculação direta na determinação da dinâmica produtiva, da autonomia política e das relações capital-trabalho³⁰. Uma vez entendendo que é desses aspectos que resultam as relações de trabalho, assume-se então que a capacidade de absorção de mão de obra e, por sua vez, a formação do excedente de mão de obra, se vinculam de forma estreita a esse conjunto de características.

Voltando à análise das questões relativas ao trabalho escravo, e à parte a importância de um debate esmiuçado sobre o regime escravista e suas implicações históricas sobre a economia e sociedade brasileira – cuja temática não é foco central do presente trabalho – aqui será abordado tão somente os elementos concernentes à transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, e como, internamente a esse processo, foram gestados os elementos que, se não determinaram univocamente, foram centrais na formação do excedente de mão de obra no Brasil. Para analisar os elementos dessa transição, é necessário investigar as

³⁰ Ao propor uma tipologia para o estudo da dependência, Theotônio dos Santos (2000) distingue três formas históricas de dependência, as quais correspondem a situações que condicionam não somente as relações internacionais dos países periféricos, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política, bem com as relações de trabalho. A dependência *colonial* é caracterizada pela tradição na exportação de produtos naturais e na qual o capital financeiro, em aliança com os Estados colonialistas, domina as relações entre a metrópole e a colônia. Essa dependência colonial tem sua fundamentação na forma primeira de inserção da América Latina no cenário internacional, na qual ela se firmou enquanto grande empresa exportadora, comandada e explorada de acordo com os interesses externos ao continente. A dependência *financeiro-industrial* se consolidou ao final do século XIX, sendo caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se deu por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo. Consequentemente, a produção nos países dependentes é destinada à exportação, isto é, a produção é determinada pela demanda por parte dos centros hegemônicos, sendo a estrutura produtiva interna caracterizada pela rígida especialização e pela monocultura em algumas regiões. A partir dos anos 1950 se consolida a terceira forma de dependência, a *tecnológico-industrial*, baseada no investimento, por parte das corporações transnacionais, nas indústrias voltadas ao atendimento do mercado interno dos países subdesenvolvidos. Nesse caso, a possibilidade de gerar novos investimentos dependia da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de maquinaria não produzida internamente, compra esta que era limitada por duas vias: os recursos gerados pelo setor exportador e as restrições dos monopólios e patentes. Com isso, o fluxo de capitais se tornou fortemente desfavorável para os países periféricos, já que os recursos que saíam na forma de remessa de lucros e pagamentos de *royalties* eram bem superiores aos recursos que neles entrava. Ao citar os elementos que, tratados conjuntamente, irão refletir sobre a estrutura econômica e social do Brasil, estamos nos referenciando especialmente aos aspectos das duas primeiras formas de dependência.

condições sobre as quais tal processo foi se consolidando, desde a proibição do tráfico negreiro em 1850³¹, até o decreto que proibiu a escravidão, através da Lei Áurea, de 1888. Ao longo desses 38 anos de permanência do trabalho escravo, foi sendo articulada uma série de condicionantes que, ao final desse período, viria a oferecer importantes traços para a compreensão da formação das condições de trabalho no Brasil.

Do ponto de vista externo, cabe considerar a posição da Inglaterra a respeito do fim da escravidão, o qual tem vínculo direto às pressões exercidas por parte importante dos empresários ingleses, frente os prejuízos causados pelo protecionismo e pelo monopólio conferido à Companhia das Índias Ocidentais. Em verdade, enquanto tal lógica foi favorável ao desenvolvimento industrial, pouca oposição se fez ao escravismo. No entanto, na medida em que ocorria a expansão da produção e o acirramento da concorrência, os privilégios determinados pelo exclusivo colonial concedido às Índias Ocidentais, e os problemas de precificação de bens provocados pelo protecionismo, conduziram o empresariado britânico a se opor a escravidão, partindo da ideia de que uma oposição à escravidão, e sua efetiva destruição, significaria a destruição deste monopólio.

Num quadro de pressões de ambos os lados, o debate acerca do fim da escravidão não encontrava unicidade na Inglaterra. Se de um lado havia o reconhecimento dos prejuízos que começavam a surgir em decorrência das vantagens comerciais conferidas às Índias Ocidentais, de outro lado havia a percepção de que a eliminação do tráfico de maneira brusca não apenas era uma política financeiramente cara aos ingleses, mas também que a economia de várias regiões, dentre as quais o Brasil, dependia diretamente do trabalho escravo. Nesse sentido é que surgiram as defesas de que o tráfico deveria ser deixado à sua própria sorte e, gradualmente, perder sua força, e de que o discurso humanitário seria uma via de apelo social, conduzido por um conjunto de políticos e intelectuais, ao fim do tráfico.

³¹ A proibição do tráfico negreiro foi instituída, na legislação brasileira, a partir da Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 4 de Setembro de 1850, a qual colocou um limite estrutural ao regime escravista, ao esgotar sua principal fonte de renovação. A criação da lei se deveu, fundamentalmente, às pressões então exercidas pela Inglaterra que, mediante seus novos objetivos imperialistas, não via mais no trabalho escravo um elemento condizente com a lógica de expansão dos mercados a nível internacional. De toda forma, mesmo que a lei tenha, através da ação do Estado, promovido a liberação paulatina da força de trabalho da sua condição de “não-mercadoria”, sua implementação efetiva não conseguiu travar completamente o tráfico de escravos, de um lado pela permanência do tráfico ilegal – dado esta ainda ser uma atividade altamente rentável -, e de outro pelo tráfico inter regiões.

Mas esse posicionamento, direcionado num primeiro momento à desarticulação do monopólio das Índias Ocidentais, não se desdobrou sem contradições aparentes. Em primeiro lugar, ao mesmo tempo em que denunciava a escravidão como forma de acabar com dito monopólio, os britânicos continuavam a lucrar com o tráfico no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos. Em segundo lugar, era clara a percepção de que, dada a extrema dependência de algumas regiões em relação ao trabalho escravo, sua abrupta abolição poderia prejudicar produção e comércio, parte fundamental dos quais controlado pela Inglaterra. Assim, o apoio ao fim da escravidão não era unívoco e, ao menos num primeiro momento, não se estendia a todas as regiões onde prevalecia esse tipo de trabalho. De modo que a lógica era mais de desarticular os monopólios concedidos pela Inglaterra a comerciantes vinculados à Companhia, do que de por um fim ao trabalho escravo em si.

Foi no centro desse debate que surgiram os movimentos abolicionistas, fundados no argumento humanitário, e que se preocupava tanto com a exploração do homem negro quanto com as condições do homem branco que trabalhava no comércio do tráfico. Embora já existisse desde o início do século XIX, é apenas a partir de 1833, quando o trabalho escravo definitivamente fica proibido nas Índias Ocidentais, que esse movimento ganha força, a partir do debate sobre as condições de trabalho nas colônias sul-americanas. No entanto, mesmo seguindo posições semelhantes às anteriores, de tentativa de conclamar contra a exploração dos negros e o boicote aos bens produzidos nas regiões de trabalho escravo, o movimento abolicionista também tinha suas contradições: eram também sensíveis aos possíveis impactos econômicos do fim do trabalho escravo, e os consequentes prejuízos para a Inglaterra. Os abolicionistas, antes tão aguerridos em relação ao tráfico de escravos, tornaram-se pacifistas, e deixaram em segundo plano a luta pelo fim do trabalho escravo; passaram a ser contra o tráfico, e não contra a escravidão. Não estranhamente, em todos os casos, o que ocorreu foi tão somente o fim do tráfico internacional e a formalização do fim do trabalho escravo, sem modificação substantiva na forma de ser deste trabalho, permanecendo a lógica de extrema exploração ao homem negro (WILLIAMS; 2012:245-268).

Do ponto de vista interno, a proibição do tráfico internacional de escravos não significou, de imediato, a modificação do regime de trabalho. Por conta disso, criou-se a necessidade

de encontrar formas alternativas de repor a mão de obra na grande lavoura já que, mesmo existindo o tráfico ilegal de escravos, não se podia contar somente com tal mecanismo para manter a oferta de trabalho. Assim, com o fim do tráfico, a reprodução passou a ser a única forma de renovar os estoques de escravos, fator problemático tanto do ponto de vista da baixa expectativa de vida do escravo, quanto do ponto de vista de sua baixa reprodução. De toda forma, a escassez de escravos só viria a se tornar um problema de fato a partir de 1870, em especial por conta da expansão cafeeira.

Ainda no período de vigência e predominância do trabalho escravo, era possível identificar, mesmo que não de forma recorrente, formas de trabalho livre. Os trabalhadores livres estavam, de um lado, estruturalmente vinculados ao trabalho na lavoura, exercendo a função de fiscalização e de captura dos escravos, além de uma série de outras atividades – as quais necessariamente pressupunham certa relação de proximidade e confiança com os grandes fazendeiros. É nesse quadro que surge a figura do “capitão do mato”, indivíduos com pouco prestígio social, responsáveis pela captura de escravos fugitivos. Esses trabalhadores livres estavam vinculados a outras atividades nas regiões urbanas – como comércio, transporte e construção – mas numa porcentagem pouco significativa, quando comparados com a densidade do trabalho escravo. Por fim, também haviam grupos vinculados à atividades de subsistência. Esses, considerados mais “homens livres” do que propriamente trabalhadores livres, se aproveitavam das extensas regiões desocupadas para exercer atividades para auto-suficiência, ainda que, muitas vezes, num caráter de extrema pobreza. À parte a existência dessa figura social, era claro a insuficiência de sua densidade frente a demanda de mão de obra que surgia em decorrência da expansão da lavoura cafeeira. Além da dificuldade de mobilização dessa mão de obra, em grande parte dispersa pelo território nacional, para as regiões mais dinâmicas, fator que será analisado mais detalhadamente no decorrer da discussão.

Nesse interregno, foram encaminhadas possíveis alternativas para a manutenção da oferta de mão de obra escrava. Num primeiro momento, realizou-se um comércio interno, com transferência de escravos das regiões em decadência – então as regiões Nordeste e Extremo

Sul – para a região Sudeste, com atividades em franca expansão³². Tal comércio atingiu seu ápice na década de 1870, muito provavelmente influenciado pela expansão das linhas férreas pelo Oeste paulista. No entanto, a intensificação dessa atividade gerou controvérsias políticas, resultando na imposição de impostos provinciais para a entrada de escravos em regiões como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Com a eclosão dos conflitos políticos e a permanente redução do contingente de escravos no país, já na década de 1880 o tráfico interno estaria praticamente eliminado, tendo sido proibido em 1885 a partir da Lei Saraiva-Cotegipe. Fator que, concretamente, lançava a necessidade de se pensar em alternativas, dado a possibilidade de esgotamento da oferta de mão de obra, numa região produtiva em franca expansão.

2. A dinâmica regional da oferta de trabalho

O último quarto do século XIX foi um período de considerável modificação das estruturas produtivas na sociedade brasileira. A expansão da indústria cafeeira, que impulsionou a dinâmica produtiva vinculada ao setor agroexportador, engendrou significativa alteração no quadro das relações sociais, fundamentalmente pelos impactos que exerceu na modificação das relações de trabalho. Num momento de contestação, ainda que não predominantemente ideológica, do regime de trabalho escravo a nível mundial, que conduziu à proibição do tráfico internacional de escravos, a uma economia fundamentalmente escravocrata, como era o caso da economia brasileira, impunha-se a necessidade de construção de alternativas para a manutenção de uma permanente oferta de mão de obra.

Levando em conta a extensão do território nacional brasileiro, e o desenvolvimento de diversas atividades a nível regional, é lícito assumir, para o período, a existência de um contingente de mão de obra difuso por diversas regiões. Mediante a decadência das culturas produtivas de algumas dessas regiões, lançava-se a possibilidade de mobilização dessa mão de obra para a região Sudeste, então a região mais dinâmica da economia brasileira. Por

³² De acordo com Florentino e Góes (1997), entre 1854 e 1872 pelo menos 200 mil escravos mudaram de província, totalizando uma força de trabalho que equivalia a 12% do estoque de escravos no início do período.

essa razão, compreender o quadro sócio-econômico dessas respectivas regiões impõe-se como elemento fundamental para o entendimento das possibilidades criadas à resolução da questão da oferta de mão de obra no Brasil. Para o que faz-se necessário analisar a dinâmica das culturas regionais do açúcar e algodão do Nordeste, e o setor de subsistência no Sul, além das atividades de extração de borracha na Amazônia e da produção de cacau na Bahia³³.

O setor produtor de açúcar e algodão se estendia de uma faixa desde o Maranhão até Sergipe, com exceção da Bahia, cuja economia do período se voltava à produção do cacau. Conjuntamente, de acordo com o censo de 1872, a população dos oito estados³⁴ considerados representava um terço da população brasileira – se agregada a Bahia, tal população representaria quase metade da população total. Para a segunda metade do século XIX, o incremento populacional da região foi da ordem de oitenta por cento, superando o crescimento da renda real no setor exportador, de 54 por cento. Para as décadas de 1870 e 1880, o crescimento demográfico anual foi de 1,2 por cento. Ainda que não seja possível quantificá-lo de forma rigorosa, é possível apontar que, mediante a existência de dois principais setores – um litorâneo, exportador, e um mediterrâneo, de subsistência – e num momento de crescimento populacional acima do crescimento da renda, ocorreu uma queda da renda per capita da região, elemento que abriria espaço ou para a transferência de mão de obra do setor de subsistência para o setor dinâmico (considerando a possibilidade viável de estabilidade na renda per capita do sistema de subsistência), ou para outras regiões produtivas do Brasil.

A região Sul do Brasil se caracterizava basicamente pela economia de subsistência, a partir da formação de colônias constituídas de populações transplantadas da Europa no quadro de planos nacionais e provinciais de imigração subsidiada. Ainda que a organização produtiva fosse basicamente de subsistência, essa região beneficiou-se indiretamente com a expansão das exportações, a partir da formação de um mercado consumidor interno com demanda relativamente crescente por seus produtos, motivo pelo qual alguns setores puderam expandir a faixa monetária de suas atividades produtivas. Tal foi o caso tanto da região

³³ A análise descrita aqui será feita com base em Furtado (2006).

³⁴ Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

paranaense, cujos colonos puderam dividir seu tempo entre a produção para subsistência e a cultura da erva-mate, como no Rio Grande do Sul, com impulso dinâmico ao setor agropecuário, especialmente a partir da exportação do charque. Do ponto de vista demográfico, considerando conjuntamente os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, entre 1872 e 1900 a população cresceu 127 por cento, ou seja, a uma taxa de três por cento ao ano.

A região Amazônica ganha mais importância já no final do século XIX, com a expansão das exportações de borracha. A participação da borracha no valor das exportações, que era de 0,4 por cento nos anos 1840, cresceu para 15 por cento na década de 1890. O crescimento dessa atividade foi de fundamental importância na determinação do fluxo populacional do Nordeste para essa região, num momento de decadência da produção do açúcar, além da precariedade das condições de vida impostas pela seca e pelo clima semiárido. No entanto, mesmo com a expansão da atividade, do ponto de vista populacional a região era pouco significativa, representando, de acordo com o censo de 1872, apenas três por cento da população brasileira.

Por fim, cabe considerar o estado da Bahia, como dinâmica se descolou, em certa medida, dos demais Estados nordestinos, por conta do crescimento da produção de cacau. Ainda que a atividade não tenha atingido importância fundamental como fração do produto exportado brasileiro – era tão somente 1,5 por cento do valor das exportações do país na década de 1890 -, acabou por proporcionar ao estado uma alternativa para o uso de recursos de terra e mão de obra que não encontravam qualquer tipo de colocação nos demais estados nordestinos. Do ponto de vista populacional, seguia basicamente as mesmas tendências da região amazônica: à parte o fluxo migratório atraído pela atividade cacauzeira em fins do século XIX, a população cresceu à taxa reduzida de 1,5 por cento entre 1872 e 1900 – porcentagem que, ainda que baixa, foi superior à verificada conjuntamente para os demais estados da região nordeste.

Os dados abaixo permitem, de forma sintética, visualizar a variação populacional para as diversas regiões do país.

Tabela 2.1
Brasil: População por Unidades Federativas (1872-1920)

	1872	1890	1900	1920
RO	-	-	-	-
AC	-	-	-	92.379
AM	57.610	147.915	249.756	363.166
RR	-	-	-	-
PA	275.237	328.455	445.356	983.507
AP	-	-	-	-
TO	-	-	-	-
MA	359.040	430.854	499.308	874.337
PI	202.222	267.609	334.328	609.003
CE	721.686	805.687	849.127	1.319.228
RN	233.979	268.273	274.317	537.135
PB	376.226	457.232	490.784	961.106
PE	841.539	1.030.224	1.178.150	2.154.835
AL	348.009	511.440	649.273	978.748
SE	176.243	310.926	356.264	477.064
BA	1.379.616	1.919.802	2.117.956	3.334.465
MG	2.039.735	3.184.099	3.594.471	5.888.174
ES	82.137	135.997	209.783	457.328
RJ	1.057.696	1.399.535	1.737.478	2.717.244
SP	837.354	1.384.753	2.282.279	4.592.188
PR	126.722	249.491	327.136	685.711
SC	159.802	283.769	320.289	668.743
RS	434.813	897.455	1.149.070	2.182.713
MS	-	-	-	-
MT	60.417	928.27	118.025	246.612
GO	160.395	227.572	255.284	511.919

Notas: Para o ano de 1872, os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada. Considera as variáveis de população presente e população residente. População presente: população de fato, constituída pelos moradores presentes e não moradores presentes. População residente: população de direito, constituída pelos moradores presentes e moradores ausentes (por período não superior a 12 meses) na data do censo; para o censo de 2000, considera-se moradores do domicílio na data de referência, ou seja, pessoas que tinham o domicílio como local de residência habitual, quer estivessem presentes ou ausentes, naquela data. As pessoas moradoras do domicílio, que estavam ausentes na data de referência, foram recenseadas, desde que sua ausência não tenha sido superior a 12 meses em relação àquela data, por um dos seguintes motivos: viagens; internação em estabelecimentos de ensino ou hospedagem em outro domicílio; detenção sem sentença definitiva declarada; internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; e embarque a serviço (marítimos). No censo de 2010, volta a prevalecer a primeira definição.

Fonte: IBGE – Série Estatística. Acesso em seriesestatisticas.ibge.gov.br

Tabela 2.2
Brasil: População por Unidades Federativas – em porcentagem (1872-1920)

	1872	1890	1900	1920
RO	-	-	-	-
AC	-	-	-	0,3
AM	0,6	1	1,4	1,2
RR	-	-	-	-
PA	2,8	2,3	2,6	3,2
AP	-	-	-	-
TO	-	-	-	-
MA	3,6	3	2,9	2,9
PI	2	1,9	1,9	2
CE	7,3	5,6	4,9	4,3
RN	2,4	1,9	1,6	1,8
PB	3,8	3,2	2,8	3,1
PE	8,5	7,2	6,8	7
AL	3,5	3,6	3,7	3,2
SE	1,8	2,2	2	1,6
BA	13,9	13,4	12,2	10,9
MG	20,5	22,2	20,6	19,2
ES	0,8	1	1,2	1,5
RJ	10,7	9,8	10	8,9
SP	8,4	9,7	13,1	15
PR	1,3	1,7	1,9	2,2
SC	1,6	2	1,8	2,2
RS	4,4	6,3	6,6	7,1
MS	-	-	-	-
MT	0,6	0,7	0,7	0,8
GO	1,6	1,6	1,5	1,7

Notas: Para o ano de 1872, os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada. Considera as variáveis de população presente e população residente. População presente: população de fato, constituída pelos moradores presentes e não moradores presentes. População residente: população de direito, constituída pelos moradores presentes e moradores ausentes (por período não superior a 12 meses) na data do censo; para o censo de 2000, considera-se moradores do domicílio na data de referência, ou seja, pessoas que tinham o domicílio como local de residência habitual, quer estivessem presentes ou ausentes, naquela data. As pessoas moradoras do domicílio, que estavam ausentes na data de referência, foram recenseadas, desde que sua ausência não tenha sido superior a 12 meses em relação àquela data, por um dos seguintes motivos: viagens; internação em estabelecimentos de ensino ou hospedagem em outro domicílio; detenção sem sentença definitiva declarada; internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; e embarque a serviço (marítimos). No censo de 2010, volta a prevalecer a primeira definição.

Fonte: IBGE – Série Estatística. Acesso em seriesestatisticas.ibge.gov.br

Tabela 2.3
Brasil: População por regiões (em porcentagem e em milhares de pessoas)

Regiões	1872		1890		1900	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
Brasil	100	10.112	100	14.334	100	17.438
Norte	3,3	333	3,3	476	4,0	695
Nordeste	46,6	4.708	41,9	6.002	38,7	6.750
Leste	32,4	3.279	32,9	4.720	31,8	5.542
São Paulo	8,3	837	9,7	1.385	13,1	2.282
Sul	7,2	733	10,0	1.431	10,3	1.796
Centro-oeste	2,2	221	2,2	320	2,1	373

Notas: Dados originais, por Estado, do IBGE, recenseamentos gerais de 1872, 1890, 1990, 1920 e 1940. Resumos apresentados nos anuários estatísticos do Brasil, como o do ano V, 1930-40 e ano VI, 1941-45. Dados de 1900 e 1920 não retificados. Os ajustes realizados nos dados seguem as informações do IBGE, na publicação "A população do Brasil, dados censitários, 1872-1950". Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Estatística, 1958.

Fonte: Santos, 2009.

Tabela 2.4
Brasil: População por regiões/setores produtivos

Ano	Setores produtivos			
	Açúcar e algodão	Subsistência	Borracha	Café
1872	3.258.944	781.754	57.610	4.016.922
1890	4.082.245	1.430.715	147.915	6.104.384
1900	4.631.551	1.914.520	249.756	7.824.011
1920	7.911.456	3.783.779	363.166	13.654.934

Nota: Região do açúcar e algodão: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Região da economia de subsistência: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Região da borracha: Amazônia. Região do café: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela 2.5
Brasil: Crescimento populacional e renda per capita (1872)

Região	Porcentagem da população do país	Taxa de crescimento da população	Taxa de crescimento da renda per capita
Nordeste	35	1,2	-0,6
Bahia	13	1,5	0,0
Sul	9	3,0	1,0
Centro	40	2,2	2,3
Amazônia	3	2,6	6,2
Total	100	2,0	1,5

Fonte: Furtado (2006)

Da análise anterior, bem como da observação dos dados, é possível perceber que, desconsiderando a região Sudeste – tema das próximas seções -, a dinâmica populacional era mais substantiva nas regiões Nordeste e Sul, ainda que, especialmente para a segunda, o último quarto do século XIX já representasse um período de decadência econômica. A justificativa central para a concentração populacional nessas regiões se explica, para o caso da região Nordeste, pelo fato de ter sido a principal região político-econômica do Brasil até o século XVIII, o que permitiu, dentro dos limites possíveis, a construção de uma infraestrutura burocrática e produtiva e, em consequência, a fixação de conjuntos populacionais. No caso da região Sul, a justificativa se centra na formação de grupos coloniais de subsistência, que se aproveitaram da expansão do setor agroexportador e do crescimento da demanda interna para ativar um setor produtivo para comercialização com outras regiões.

A Amazônia, por sua vez, apesar de ter apresentado um relativo crescimento da renda per capita a partir de 1872, não pode ser considerada genuinamente, assim como as regiões Nordeste e Sul, dotada de uma considerável dinâmica econômica, capaz de solucionar os problemas relativos à demanda por mão de obra. Isso porque, comparativamente aos demais estados, sua população era baixa – nesse mesmo ano, era de pouco mais de 57 mil pessoas, representado 3 por cento da população brasileira, ao passo que as regiões Nordeste e Sul representava, respectivamente, 35 e 9 por cento da população brasileira. Motivo que pode explicar, no momento da expansão da produção de borracha, o crescimento substancial da renda per capita³⁵.

Considerando, então, de um lado, os elementos conjunturais do último quarto do século XIX no Brasil, especificamente na região Sudeste – a saber, a expansão da produção cafeeira, o fim do trabalho escravo e a escassez na oferta de mão de obra – e, de outro, a existência de um contingente populacional em regiões em decadência ou com baixa

³⁵ Os dados da tabela 2.5, retirados do texto de Furtado, em certo sentido entram em conflito com os dados da tabela 2.2, referente aos dados do censo. Especificamente, a porcentagem da população da Amazônia na população do Brasil – no texto de Furtado, de 3%, e nos dados do censo, 0,6%. Levando em conta que a tabela apresentada por Furtado foi feita, tal como descrito, de acordo com os dados do censo de 1872, pode-se chegar à conclusão de que, para essa região, o autor considerou não apenas a porcentagem da população do estado do Amazonas, mas também a porcentagem da população do Pará – único estado da região Norte, além do Amazonas, para o qual o dado está disponível. Mediante esse cálculo, os dados se tornam similares, assim como para as demais regiões.

dinâmica interna, porém com níveis populacionais relevantes, temos que, num primeiro movimento, o problema da oferta de mão de obra poderia ser equacionado a partir da mobilização estatal dessa força de trabalho para a região Sudeste. No entanto, como será discutido com maiores detalhes na próxima seção, tal mobilização não poderia ser realizada de maneira trivial: em primeiro lugar, pela própria disposição da população em modificar sua situação vigente, fosse ela determinada pela cultura da economia de subsistência, fosse pela submissão a um regime de trabalho que, em regra, mantinha os padrões da economia escravocrata; em segundo lugar, pelos interesses das forças políticas dominantes dessas regiões que, uma vez vendo as mesmas esvaziadas, teriam seu processo de decadência político acentuado. Tais fatores, em suma, apontam para os elementos que, mesmo de forma indireta, justificam as opções políticas para o equacionamento do problema da oferta de mão de obra. Passemos, então, à análise da transição e consolidação do trabalho livre no Brasil.

3. A transição do trabalho escravo ao trabalho livre

No decorrer do século XIX, o trabalho escravo ainda era a forma de trabalho predominante na economia brasileira. O trabalho livre, ainda que recorrente, era menos incidente, especialmente nas regiões mais dinâmicas, cuja lógica produtiva, submetida aos interesses do capital comercial europeu, era conduzida para a produção máxima de excedente. Com a proibição de tráfico internacional de escravos e o conseqüente esgotamento da fonte de mão de obra, criou-se um impasse. Mesmo com a possibilidade de estabelecer um tráfico interno de escravos entre regiões decadentes e regiões em expansão, havia uma série de conflitos, de ordem política e econômica, que impunham limites a essas possibilidades. No entanto, independente das soluções adotadas, estava certo que, com o fim do tráfico, o regime de trabalho escravo – mais em sua forma que em seu conteúdo – estava fadado ao fim, abrindo espaço para a constituição de outras relações de trabalho. É a partir desse contexto que começam a ser implementadas as alternativas que conduziriam, gradualmente, ao estabelecimento e consolidação do trabalho livre no Brasil.

De acordo com Barbosa (2008), ao menos quatro mecanismos foram implementados no intuito de substituir a cada vez mais escassa mão de obra escrava. Em primeiro lugar, tentou-se estimular a formação dos núcleos coloniais, com base na produção da pequena propriedade e com mão de obra imigrante, especialmente açoreana. O grande problema desse sistema era que, de um lado, excluindo a mão de obra escrava e os portugueses – especialmente durante a expansão mineira –, não houve grandes correntes imigratórias para o Brasil; de outro lado, o estabelecimento destes núcleos coloniais, com terras concedidas pelo Estado, além de se situarem longe dos mercados, não funcionavam como fornecedores de mão de obra disponível para a agricultura de exportação. Os núcleos coloniais, em si, acabaram sendo social e demograficamente benéficos para algumas regiões – em especial para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – mas tiveram pouco impacto para a formação de uma mão de obra a nível nacional.

Concretamente, os núcleos coloniais, voltados mais ao objetivo de ocupação de determinadas regiões no território nacional, ao contrário de serem simples apêndice da economia metropolitana, careciam de uma dinâmica autônoma – ou, como colocado por Furtado (2006), de fundamento econômico. Uma vez subsidiadas pelo Estado, que cobria custos de transporte, instalação de colonos, além de promover obras públicas artificiais com o objetivo de empregá-los, e sem ter um regime produtivo fundado num mercado interno, esses núcleos tendiam a definharem e involuir à economia de subsistência, tão logo entregues as suas próprias forças. Para que progredissem, seria necessária sua articulação a alguma atividade rentável, fosse essa voltada à produção de algum artigo de exportação, fosse orientada a produção de bens com demanda interna. No primeiro caso, recaía-se na necessidade de imobilização de um capital não acessível ao colono, além do enfrentamento direto da concorrência com os produtores organizados na grande empresa cafeeira, e que ainda exploravam a mão de obra escrava; no segundo caso, o problema era a existência de um mercado interno para determinado conjunto de bens passíveis de serem produzidos. Assim, não apenas tais núcleos não contribuíam para a resolução da questão da mão de obra, como também não tinham uma capacidade de manutenção autônoma.

Mediante a ineficiência dos núcleos coloniais, criou-se o sistema de parceria. Nesse sistema, era estabelecido um contrato entre fazendeiros e colonos, de acordo com o qual os

primeiros cobriam os custos de transporte e manutenção do colono – os quais deveriam ser posteriormente ressarcidos -, e os “parceiros” deveriam dividir os lucros líquidos da produção do café com o fazendeiro, além de receberem terras para a produção de subsistência – cujo valor líquido do excedente também deveria ser dividido com o fazendeiro. Ainda que o sistema de parceria fosse mais efetivo no que tange à entrada de imigrantes no Brasil, a forma pela qual o sistema de trabalho foi implementada, com base na coação extra econômica, com elevada exploração e ainda longe de ser uma relação de trabalho tipicamente capitalista, implicava em constantes conflitos entre fazendeiros e colonos e, no limite, à evasão destes, tão logo suas dívidas fossem pagas, fatores que dificultavam a formação de um mercado de trabalho que permitisse a mobilidade dos trabalhadores. Assim que, em finais da década de 1850, tal regime foi substituído pelo chamado contrato de ajuste, a partir do qual os trabalhadores receberiam uma quantidade fixa por alqueire de grãos entregue ao fazendeiro e, mais adiante, pelo regime de colonato, no qual além do pagamento por alqueire entregue, o trabalhador receberia um salário mínimo fixo pago a cada mil pés tratados (STOLCKE, 1980). Independente de serem formalmente distintos, todos esses regimes de trabalho implementados até à consolidação do mercado de trabalho mantinham algo em comum ao regime escravo: o fato de serem caracterizados por um tipo de trabalho que explorava de maneira exaustiva o trabalhador.

Os demais mecanismos, ainda que propriamente mais direcionados para a expansão da oferta de trabalho, encontraram entraves que se relacionavam, de forma mais estrita, à cultura do trabalho no Brasil. No início da década de 1860, os sistemas de parceria e colonato foram gradualmente cedendo lugar ao pagamento do salário mensal. Por fim, havia a possibilidade de aproveitar os trabalhadores livres nacionais, muitos dos quais se encontravam em condição de semi-inatividade ou produzindo para o próprio consumo. No entanto, se havia um substancial reservatório de mão de obra nacional, em contrapartida a mesma não estava adaptada ao trabalho fixo, uma vez que se vinculava a atividades de subsistência ou exercia tarefas supletivas e marginais. Uma vez não tendo sido materialmente expropriada, não era factível a esse conjunto da população a condição de venda da sua força de trabalho, elemento reforçado tanto pelo excesso de terras – que permitia sua vinculação às atividades de subsistência – quando pela inexistência de um aparato político e legal que o condicionasse a essa forma de trabalho. Em outras palavras, a

existência de um aparato legal que sustentasse a criação de um mercado de trabalho. Nesse sentido, "predominava uma oferta de trabalho não estruturada para o assalariamento e que não fluiria para o mercado, ainda ausente, mesmo que fosse fixada uma taxa de salário acima do nível de subsistência" (BARBOSA, 2008, p. 107). De modo que lançar esforços no sentido de recrutar uma mão de obra dispersa no território nacional e não adaptada ao trabalho assalariado se mostrava como elemento de difícil concretização, quando alternativas aparentemente mais viáveis – como o trabalho imigrante – começavam a despontar³⁶.

O fundamental aqui é chamar a atenção para o fato de que, após a proibição do tráfico negreiro e a redução gradual do contingente de escravos, era fundamental buscar alternativas à reposição da mão de obra, num momento de expansão da produção cafeeira. E mesmo mediante as dificuldades de se implementar um mercado de trabalho livre – tanto do ponto de vista das características estruturais da economia, que até aquele momento não se enquadrava enquanto uma economia tipicamente capitalista, quanto do ponto de vista da lógica de trabalho prevalecente até então, que não conjugava mecanismos estabelecidos a partir da compra e venda da força de trabalho – estava posta a necessidade de se caminhar para uma transição das relações de trabalho.

Um outro elemento fundamental a se considerar foi o exponencial crescimento da economia brasileira na segunda metade do século XIX. Ainda que com discrepâncias regionais e, por isso, relativamente concentrado, o elevado crescimento da economia brasileira, propiciado basicamente pelo setor exportador – que, nesse meio século, promoveu um incremento de 396% na renda gerada nesse setor³⁷ -, reorientou o fluxo de trabalho, não apenas das regiões

³⁶ Ademais dos aspectos concretos que encaminham o esfacelamento do regime de trabalho escravo, cabe também considerar os aspectos ideológicos que, na contramão desse processo, não apenas foram utilizados na manutenção da estrutura escravista, mas ao mesmo tempo foram utilizados para justificar a utilização do trabalho imigrante em detrimento do trabalhador livre nacional. Como já apontado, havia uma série de questões estruturais – como a não adaptação à forma de trabalho realizado nas lavouras e a vinculação à agricultura de subsistência – que dificultavam, ainda que não impedissem, a coordenação desse conjunto de trabalhadores na formação de uma oferta de mão de obra em substituição ao trabalho escravo. A criação de um ideário que caracterizava os trabalhadores livres nacionais enquanto “indolentes, vadios e indisciplinados” contribuiu de modo importante, ou mesmo que indireto, não apenas para a priorização do trabalhador europeu – o qual, em tese, era adaptado ao trabalho e dotado de “boa vontade” -, mas para a marginalização do trabalhador nacional, nesse caso, tanto negro quanto branco. Não há dúvidas de que, mediante as condições da economia europeia à época, havia de fato uma pré-disposição do trabalhador europeu em migrar para o Brasil, onde haveria promessas e esperanças de uma nova vida. Fatores esses insuficientes tanto para caracterizá-los como “dóceis” e aptos a qualquer tipo de trabalho, quanto para caracterizar o brasileiro como vadio e preguiçoso.

³⁷ Furtado, 2006.

em decadência para as regiões dinâmicas, mas internamente à região Sudeste, numa transferência “inter-setorial”. Assim que houve transferência de mão de obra de regiões com baixa produtividade, com destaque para o setor de subsistência, para regiões de elevada produtividade, apontando, nesse sentido, um aumento da importância do setor exportador para a dinâmica econômica. Apesar desse fluxo de mão de obra, o mesmo certamente se mostrava insuficiente para equacionar a crescente demanda por mão de obra, de um setor econômico que estava em claro processo de expansão.

Para além dos dois elementos anteriormente tratados – a saber, a crise do sistema escravista e a busca de alternativas para a reposição da mão de obra – também foram empreendidos esforços no sentido de consolidar um conjunto de leis que, mesmo de forma marginal, fossem direcionadas à consolidação da transição do regime de trabalho. Longe de terem sido elaboradas tendo como objetivo fulcral a criação de um mercado de trabalho livre – de fato, esse conjunto de leis respondia muito mais aos interesses das forças imperialistas inglesas e de alguns grupos dominantes do que aos interesses do desenvolvimento capitalista nacional -, a implementação dessas leis acabaram por conjugar os interesses da classe dominante na criação de alternativas ao escasseamento da mão de obra escrava, ao mesmo tempo em que mantinha a estrutura de trabalho fundada na extrema exploração e subordinação dos trabalhadores.

Do ponto de vista da estrutura econômica, foi implementada em 1850 a lei de terras, segundo a qual a aquisição de terras somente poderia ser realizada mediante sua compra, ficando proibidas as modalidades de posse e doação. É a partir de então que cria-se um mercado de terras no Brasil, impedindo assim a fixação seja do colono, do trabalhador livre ou do ex-escravo à terra. Ao serem legalmente proibidos de se fixarem à terra, mantendo formas de trabalho autônomas, esse conjunto de trabalhadores teria que se submeter aos regimes de trabalho existente até então, os quais, mais uma vez, eram ancorados na elevada exploração. Na prática, a lei de terras funcionava de forma contraditória: não apenas forneceu o aparato legal à formação de novos latifúndios, especialmente ao impedir o acesso à terra pelos pequenos produtores mas, em consequência, impôs a um conjunto da população a subordinação a formas de trabalho cuja lógica não se diferenciava muito do trabalho escravo, criando entraves à formação de um mercado de trabalho livre. Ou seja, foi

legalizado um novo regime de posse da terra, fundado na lógica comercial e voltado à concretização de extensos latifúndios mas que, ao não só reproduzir, mas intensificar, a ordem de trabalho com base na extrema exploração, criava barreiras à livre oferta de mão de obra por parte da população dispersa no território nacional, e que limitava sua reprodução à subsistência.

Do ponto de vista do regime de trabalho, foram implementadas três leis votadas à desescravização. A Lei do Ventre Livre, de 1871, determinava que todo filho de escravo nascido a partir de então deveria trabalhar para o proprietário até os 21 anos de idade, quando passaria a ser livre, podendo, então, ter seu trabalho contratado. A Lei do Ventre Livre se circunscreve na lógica de que, em sendo feita de forma gradual, e não abrupta, a abolição não conduziria à falta de mão de obra, trazendo problemas do ponto de vista da produção. No entanto, efetivamente, a lei era apenas um “véu abolicionista”, já que a população negra – cuja expectativa de vida não ultrapassava os 40 anos – era obrigada a ficar parte relevante de sua vida na condição de escravo. Em 1879, foi implementada a Legislação de Locação de Serviços. Seu objetivo era, a partir da regulamentação das relações de trabalho, criar atrativos tanto para o trabalhador imigrante quanto para os trabalhadores livres nacionais, ambos considerados fundamentais no momento da transição. Por fim, em 1885 foi implementada a Lei do Sexagenário, segundo a qual todo escravo acima de 65 anos deveria ser liberto³⁸. Assim como a Lei do Ventre Livre, essa lei tinha um caráter efetivo pouco significativo pois, ainda que fosse mais um instrumento para a libertação de e parcela dos escravos, apenas uma parcela reduzida dos deles conseguiam atingir a essa idade.

Tomados em conjunto, todos esses elementos encaminhariam, ainda que não de forma coordenada e planejada, para a transição a formas de trabalho que não o trabalho escravo. Como pontuado, as novas condições da economia internacional, dominadas pela expansão do capital imperialista inglês no afã de buscar novos mercados para seus produtos industrializados, e a posição subordinada ocupada pela economia brasileira – que, mesmo politicamente independente, ainda se organizava dentro de uma estrutura de dominação

³⁸ A Lei do Sexagenário é a forma pela qual ficou conhecida a Lei Saraiva-Cotegipe que, além de estabelecer que os escravos só poderiam ser enquadrados nessa posição até os 65 anos de idade, foi a mesma que proibiu o tráfico interprovincial de escravos.

colonial – tornavam insustentáveis a manutenção do regime de trabalho escravo, o qual se tornou inviável mais pelos interesses comerciais ingleses do que por questões que se refletiam diretamente na economia e sociedade brasileira e que, por isso, poderiam representar diretamente os interesses de suas classes³⁹. Assim é que se transita entre diferentes relações de trabalho – como os regimes de colonato e parceria – enquanto, gradualmente, vai se formando um mercado de trabalho. Em suma,

(...) a transição de um não-mercado de trabalho para um mercado de trabalho nacional e em consolidação no pós-1930, passaria por dois momentos: um primeiro envolvendo o encaminhamento do fim do tráfico de escravos até a abolição, e um segundo implicando a formação de mercados de trabalho mancos, incompletos e fragmentados regionalmente. Ou, posto de outra maneira, se a história do capitalismo moderno deve ser vista a partir da “formação de uma força de trabalho formalmente assalariado”, no Brasil, esse processo partiria de vários subsistemas regionais (...) e que apenas se tornariam transversais quando a emergência dos fluxos migratórios nacionais, territorializando e proletarizando definitivamente a força de trabalho. (...) [O] processo de construção do mercado de trabalho não se deu de forma espontânea ou linear, antes carregou e processou a indelével herança da escravidão, apresentando características destoantes nas várias regiões do país e contando, durante toda a transição, com a mão pesada do Estado e o autoritarismo onipresente dos quase-empregados. (BARBOSA, 2008: 159-160).

³⁹ Décio Saes (1985), ao tratar do processo de transformação burguesa do Estado brasileiro, elenca uma série de fatores no intuito de mostrar que o processo histórico que articula a abolição, a Proclamação da República e a formação da Assembléia Constituinte foi apenas uma resolução política burguesa voltada à transformação do tipo de estrutura político-jurídico dominante à época para o estabelecimento da dominância, na formação social, do modo de produção capitalista, de modo que, do ponto de vista da conformação de classes, não havia um interesse concreto com o fim da escravidão. Do ponto de vista das classes dominantes, composta em sua maioria por fazendeiros escravistas, a extinção legal da escravidão e a abertura formal do aparelho do Estado não correspondiam diretamente aos seus interesses ou a qualquer de suas frações regionais, posição fundada em três principais motivos: por conta do interesse em manter sua situação de classe; porque o escravo era, enquanto bem adquirido pelo fazendeiro, uma garantia hipotecária; e ainda pelo círculo vicioso de reprodução do modo de produção escravista. Posição semelhante era válida para outros componentes da classe dominante – como fazendeiros escravistas das regiões em declínio, proprietários fundiários não escravistas, proprietários urbanos de escravos e proprietários vinculados ao capital mercantil e industrial -, dentre outros motivos, pela manutenção do regime de produção e pelas vinculações entre a produção agrícola e a produção industrial, seja em termos do financiamento, seja em termos do escoamento da produção industrial. Do ponto de vista das classes populares, especialmente no que diz respeito à posição do escravo, tampouco havia interesse direto no fim do regime escravocrata. As revoltas e fugas empreendidas pelos escravos eram uma manifestação contra o regime de exploração imposto nas relações de trabalho servis, o qual não necessariamente seria reprimido com a modificação do status jurídico do negro. E essa era exatamente a preocupação da classe média que apoiou as lutas abolicionistas, assim como para os proprietários fabris e pequenos camponeses: a consecução de um igualitarismo sócio econômico, o qual encaminhasse para a modificação da condição legal do negro, ou seja, sua transformação de “objeto de direito” em “sujeito de direito”. De modo que tais interesses eram mais reflexo da modificação do aparato jurídico e econômico no sentido de se consolidar as estruturas produtivas capitalistas, do que um movimento no sentido de suprimir o regime de exploração empreendido pelo sistema escravista.

Assim é que, gradualmente, começam a surgir, mais do que expandir, formas de trabalho livre no Brasil. Isso porque, se durante o período escravista já havia recorrência de mão de obra livre, o tipo de trabalhador que surge aqui é, em sua natureza e na relação social de produção, essencialmente diferente do primeiro. Enquanto este tinha um caráter de agregado ao fazendeiro - considerando que o substrato dessa mão de obra se vinculava ao trabalho e fiscalização e captura de escravos - aquele surge como uma força de trabalho propriamente dita, com um caráter jurídico que lhe permite, retomando as concepções de trabalho livre em Marx, uma livre venda de sua força de trabalho. Ou seja, surge um novo agente que, desprovido de qualquer condição de se reproduzir de forma autônoma, vendia livremente sua capacidade de realização de trabalho, num mercado de trabalho que começava a se constituir. Enquadrada essa nova lógica de relação social, onde, de um lado, desarticula-se as relações de trabalho baseadas no monopólio do próprio trabalho, com sujeição prévia do trabalho ao capital, e de outro, trabalhadores e proprietários se tornam figuras juridicamente iguais, impõe-se novas formas de submissão e coerção do trabalho, como forma de sujeitar essa “nova” força de trabalho aos interesses de um sistema capitalista de produção que ganhava contornos mais definidos.

Com a proibição legal do trabalho escravo e a crescente escassez de mão de obra negra por conta da interrupção tanto do tráfico internacional quanto interprovincial, o sistema produtivo nacional caminhou gradualmente para a conformação de um conjunto de trabalhadores cuja presença do imigrante europeu era consideravelmente demarcada. Como já apresentado, ao levar em conta as possíveis alternativas para a substituição de mão de obra escrava, era predominante o posicionamento contra a mobilização dos trabalhadores livres nacionais, fosse pela possibilidade de subsistência frente à extensão das terras brasileiras, fosse porque os mesmos eram considerados inaptos e indisciplinados para a forma de organização da produção cafeeira. Além disso, as condições de trabalho na Europa eram propícias à atração de imigrantes para o Brasil – a elevada pobreza e exploração no trabalho, aliado às promessas de prosperidade em terras brasileiras, davam o tom discurso alardeado no continente europeu. Tais questões levaram a crer que optar pelo trabalho imigrante era mais viável e mais concreto do que uma opção pelo trabalhador livre nacional. Assim, é a partir da mão de obra imigrante que serão estabelecidos, além dos já concretizados regimes de parceria e colonato, as formas de trabalho que serão

implementadas até a década de 1920, quando de fato começa a se esboçar um mercado de trabalho propriamente característico de uma economia capitalista.

4. A alternativa da imigração

A efetivação de alternativas para a constituição de uma oferta de mão de obra em expansão era, de certa forma, a preocupação central dos agentes público e privado na segunda metade do século XIX no Brasil. O fim do tráfico internacional de escravos, as dificuldades de manutenção de um tráfico interno e a instituição legal do fim da escravidão trazia à tona o problema de como ofertar mão de obra para uma economia em franco processo de expansão. Mediante esse quadro, as alternativas que se desenhavam era de duas ordens. Em primeiro lugar, a mobilização da mão de obra livre, dispersa pelo território nacional e vinculada à atividades de subsistência. Ainda que houvesse, aparentemente, mão de obra suficiente para as demandas das lavouras de café, havia os entraves à possibilidade de mobilização dessa força de trabalho – em outras palavras, convencer esses trabalhadores a transitar de uma lógica de subsistência para um regime de trabalho que, mantido nos mesmos padrões do trabalho escravo, era marcado por elevada exploração. Em segundo lugar, a reorganização das políticas de imigração, mediante o fracasso do estabelecimento dos regimes de colonato e parceria, ao menos no que diz respeito ao objetivo central dos mesmos. Como a história tratou de mostrar, no Brasil houve uma opção política pela imigração, especialmente de trabalhadores europeus. Cabe, então, chamar a atenção para os motivos que efetivamente conduziram a essa opção, em oposição à mobilização da mão de obra livre nacional.

A despeito dos argumentos que justificam tal opção, em especial aqueles centrados na falta de braços para o trabalho nas lavouras – de fato, a restrição de oferta de mão de obra escrava correspondia à ampliação da demanda por força de trabalho nas lavouras do café e nas cidades -, há que se assumir que, do ponto de vista das demandas geradas pela produção cafeeira, havia mão de obra em número suficiente no Brasil. De tal modo que, se

considerado o contingente populacional tanto das regiões dinâmicas à época, quanto das regiões em decadência, a efetivação de mecanismos de migração interna poderia dar respaldo à demanda por força de trabalho que surgia em decorrência do fim do tráfico internacional de escravos.

De acordo com Santos (2009), para que fosse atendido a demanda por mão de obra na província de São Paulo, até o final da década de 1880 o número de imigrantes a entrar no Brasil deveria ter sido de pouco mais de 210.000 pessoas, quase metade dos 450.000 estrangeiros que vieram para o Brasil entre 1884 e 1890. No entanto, tal população representava cerca de 2% da população total brasileira existente em 1872, e menos de 5% da população Nordestina nesse mesmo ano – e que seria menos de 3,5% da população total dessa região em 1890. Assim, considerando de um lado a estagnação da economia açucareira do Nordeste e da mineração em Minas Gerais, e uma população superior a 10 milhões de habitantes em 1872, seria lícito considerar a existência de um contingente suficiente de mão de obra livre para as regiões em expansão. Assim, "há homens, mas o mercado de trabalho está vazio, porque os homens, em quantidade superabundante, não podem ser submetidos ao capital". (MELLO, 2009:63). Tais informações podem ser visualizadas na tabela a seguir.

Tabela 2.6
População total (em milhares de pessoas)

Ano	População Total	Aumento Total	Média Anual
1890	14.334	-----	-----
1900	18.200	3.866	387
1920	27.500	9.300	473
1940	41.253	13.753	688

Fonte: Santos, 2009.

Observações: Da série Estudos de Estatística Teórica e Aplicada, IBGE 1951. Os dados de 1872 conserva seu dado original de 10.112 mil habitantes, com um crescimento médio anual entre 1872 e 1890 de aproximadamente 235 mil pessoas.

Se os dados mostram que, de fato, havia uma oferta suficiente de mão de obra que pudesse suprir a demanda por força de trabalho tanto no meio rural quando nas nascentes atividades

urbanas, há que se perguntar, então, o porque da opção pela imigração. Alguns elementos, tanto de caráter político quanto relativos à própria lógica de organização do trabalho prevalecente à época, dão sentido a tal opção.

Em primeiro lugar, do ponto de vista dos elementos políticos, é preciso levar em conta as relações de poder prevalecentes nas regiões em decadência, especialmente o Nordeste e Minas Gerais. Um esforço de mobilização dessa mão de obra em direção à região dinâmica do país não apenas intensificaria a decadência dessas regiões, mas também ampliaria o custo interno do trabalho. No mesmo sentido, as relações de poder político regionais – o chamado “coronelismo” - eram centradas no controle, através do trabalho, da população pobre, de tal modo que deslocar essa população resultaria no esvaziamento do poder político via coerção. Por tais motivos, havia oposição das elites regionais na efetivação de mecanismos de migração interna com o intuito de suprir o ainda incipiente mercado de trabalho em São Paulo.

Assim,

(...) apesar da importância da imigração estrangeira nos anos da década de 1880, o contingente de população brasileira era suficiente para fornecer mão de obra para as províncias do Leste e de São Paulo, se fosse possível articular um fluxo expressivo de migração interna. Levaria, entretanto, a uma redução do contingente populacional das regiões mais atrasadas, poderia precipitar ou encurtar o processo de abolição, reduzir o preço dos escravos, reduzir a expressão política das regiões exportadoras de mão de obra, acirrar as tensões políticas regionais já numa etapa de crise do Império. Isso significaria, portanto, elevar o custo da força de trabalho noutras regiões e com isso pressionar para que o padrão de superexploração histórico do latifúndio fosse modificado, além de reduzir a importância política das regiões de emigração e de seus chefes locais. (SANTOS, 2009: 23).

Em segundo lugar, como já comentado, havia a ideia de inadequação do trabalhador livre nacional para o trabalho nas lavouras cafeeiras. Ainda que tal argumento venha encapado por uma noção discriminatória em relação a esse da população, as elevadas extensões de terras, associadas à cultura de subsistência desses trabalhadores, de fato faziam com que houvesse pouca inclinação destes para o trabalho nas lavouras, caracterizado pela elevada exploração e por formas de remuneração visivelmente benéficas aos proprietários de terra.

O fato de terem se constituído enquanto população destituída de propriedade e dos meios de produção, mas sem terem sido submetidos às pressões econômicas decorrentes dessa situação – diga-se, o fato de não terem sido alienados de propriedade anterior desses meios de produção – conduziu-os a não conhecerem os rigores do trabalho e, em consequência, a não se proletarizarem, o que dificultava sua submissão ao trabalho nas lavouras.

Essa situação – a propriedade de grandes extensões ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos – possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos de propriedade e meios de produção, mas não de sua pose, e que não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes desta condição, dado que o peso da produção significativa para o sistema como um todo não recaiu sobre seus ombros. Assim, numa sociedade em que há concentração de meios de produção, onde vagarosa mas progressivamente aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conhecem os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma ‘ralé’ que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser. (FRANCO, 1969: 12).

Assim, para os trabalhadores livres nacionais, a cultura da “sobrevivência” – que se manifestava tanto na lógica da subsistência quanto no trabalho por curtos períodos que os permitisse sobreviver por alguns meses – se sobressaía sobre a submissão ao trabalho permanente, trazendo assim uma relativa dificuldade no sentido de mobilização dessa mão de obra para o trabalho nos cafezais.

Em terceiro lugar, havia uma série de argumentos voltados à necessidade de povoamento do Brasil, dado seu extenso território. Apesar de alguns posicionamentos contrários – circunscritos ora ao fato dos colonos ocuparem terras férteis, as quais deveriam ser ocupadas pelos fazendeiros, ora à necessidade de se empreender excessivos gastos para se promover a colonização⁴⁰ -, reconhecia-se a necessidade de povoar o país, bem como o fato

⁴⁰ O posicionamento contrário à realização de uma política de colonização do território era basicamente defendida pelos interesses dos latifundiários. A realização de uma política mais geral de povoamento do país poderia desviar a corrente migratória para longe das fazendas, de modo que não seria cumprido o objetivo primordial da imigração: a reposição de força de trabalho para substituição do trabalho escravo, para o trabalho tanto na lavoura quanto nas atividades que surgiam em decorrência da expansão cafeeira, como a construção de ferrovias. Assim, os *fazendeiros e o governo consideravam o*

de que o governo deveria subvencionar a colonização em larga escala. Apesar do insucesso nas tentativas de implantação dos chamados núcleos coloniais, devido, entre outras razões, ao fato dos colonos serem encaminhados para zonas de difícil acesso, com solos cobertos de florestas e distantes dos mercados consumidores, o que criava incentivos para que os mesmos abandonassem os lotes de terra, a experiência dos núcleos de povoamento, bem como a vinda de colonos com o objetivo de formar um corpo de trabalhadores para os serviços públicos, representou importante mecanismo para incentivo à imigração (COSTA, 1997:110-111).

Por fim, e mais relevante, há o debate sobre a necessidade de formação de um excedente de mão de obra no Brasil, num momento em que o sistema produtivo brasileiro caminhava gradualmente para o estabelecimento de relações típicas do modo de produção capitalista. De fato, para que a produção cafeeira impulsionasse sua dinâmica, era necessária a existência de uma oferta elástica de mão de obra, a qual, como se sabe, estava sistematicamente prejudicada desde a interrupção do tráfico negreiro. Assim, e dado as dificuldades de mobilização da força de trabalho livre nacional, a imigração seria estabelecida como mecanismo de reposição da oferta de trabalho que, operando em forma de excedente, permitiria, ao mesmo tempo, a produção a baixos custos e a flexibilidade no setor moderno, ao mesmo tempo em que mantinha as condições de superexploração do trabalho, fundamentais para a elevação da produtividade.

Partindo de uma perspectiva analítica marxista, tal como pontuado por Kowarick (1994), a constituição e conseqüente maturação de um modo de produção capitalista não depende apenas de trabalhadores expropriados de seus meios de subsistência e transformados em mercadoria para o capital, mas também de outros processos que, ocorrendo simultânea ou previamente, impulsionam a expansão do capital. Desse modo – e se a exploração da força de trabalho se relaciona dialética e contraditoriamente com um exército de reserva – o processo de expansão e consolidação do capitalismo no Brasil deveria necessariamente passar pela disposição conjunta, por parte do capital, de condições de domínio político

trabalho na indústria, comércio e outros serviços, prejudiciais ao objetivo básico, sendo contraproducente uma política mais geral de povoamento do país. Qualquer desvio da corrente imigratória para longe das fazendas do planalto ocidental era um furo nos canais de recrutamento, transporte e distribuição de mão de obra que foram estabelecidos na década de 1880 e funcionaram até a década de 1920. (HOLLOWAY, 1980: 61)

extremamente favoráveis, e pela formação de um excedente de mão de obra que permitisse levar à acentuada pauperização de expressivos segmentos de trabalhadores. É a partir dessa perspectiva que argumenta-se sobre a opção pelo trabalho imigrante, dentre outros fatores, como forma de garantir a formação de um excedente de trabalho no Brasil – ou, em outros termos, tomar o sentido geral da imigração no Brasil como forma de produção de homens livres enquanto mercadoria que, ao se dispor permanentemente ao capital, criava pressões sobre o nível de remuneração e sobre as condições de exploração do trabalho, abrindo espaço para a transição e consolidação do modo de produção tipicamente capitalista.

É a partir dessas condições gerais que o imigrante, principalmente o europeu, será a base da formação da mão de obra no Brasil, especialmente até a década de 1920. No entanto, a reconstituição da oferta de mão de obra através da imigração, que atendesse à crescente demanda nas lavouras do café, pressupunha uma série de elementos institucionais que, para além de garantir trabalho para a população imigrante, incentivasse sua mobilização para o Brasil. Isso porque a manutenção da lógica extenuante do trabalho quando da instituição dos sistemas de colonato e parceria não apenas conduziu ao fracasso dos mesmos, mas também foi responsável pela difusão, na Europa, das péssimas condições de trabalho a que eram submetidos os imigrantes no Brasil, fazendo com que, de um lado, a população não mais se dispusesse a imigrar para o Brasil, e de outro, que os próprios governos europeus proibissem sua imigração.

No que diz respeito à consecução da imigração, o elemento central da análise passa pela montagem de um aparato institucional que, prioritariamente, garantisse o financiamento da imigração. Mesmo que, como já pontuado, as atividades imigratórias tenham se iniciado antes do fim da escravidão, inclusive no Sudeste, os diferentes motivos vinculados à imigração traziam à tona a necessidade de um conjunto diferenciado de políticas, que garantissem a efetividade e o cumprimento de seus respectivos objetivos. Isso porque, se num primeiro momento, a imigração era vista como um elemento favorável à ocupação do território, no final do século XIX o fundamento central de sua realização era o fornecimento de mão de obra para a atividade em expansão.

Jogam papel central na efetivação desse esquema institucional a criação da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, em 1871, e da Sociedade Promotora da

Imigração, em 1886. Formalmente, ambas funcionavam da mesma forma: organizadas pelo presidente da província, tinham o objetivo de reunir fazendeiros e financistas para facilitar a contratação de trabalhadores livres. Para os fazendeiros que desejassem admitir trabalhadores imigrantes, as associações autorizavam um apoio financeiro, com fins de viabilizar a mobilização do trabalhador de seus respectivos países de origem até o Brasil, bem como os gastos iniciais com sua instalação. Além disso, especialmente a partir do início da década de 1880, foi construída uma hospedaria para imigrantes, que acolheria os mesmos até que os contratos de trabalhos fossem firmados com os fazendeiros. Por fim, há que levar em conta o aparato legal. Em 1884, duas leis aprovadas pela Assembleia Provincial de São Paulo viriam a completar o sistema institucional de realização da imigração. A primeira, de 12 de março, concedia financiamento de 400 contos de réis para as despesas de transporte de imigrantes que se destinavam às ocupações agrícolas; a segunda, de 29 de março, criava um taxa anual de mil réis por escravo empregado na agricultura, e dois mil réis por escravo não empregado, destinada a financiar o serviço da imigração. Conjuntamente, essas diversas ações eram voltadas à constituição de agências não-lucrativas com o propósito de recrutar, transportar e distribuir a mão de obra imigrante, além de criar canais de financiamento para o traslado desses trabalhadores até o Brasil. É nesse momento que se consolidam os mecanismos de imigração subvencionados pelo estado, que haviam iniciado suas atividades em princípios da década de 1870, e que dão impulso à formação do mercado de trabalho no Brasil.

Durante a última fase do Império e o começo da República, os interesses do café tinham influentes porta-vozes no governo do Brasil, e o governo nacional ajudava ocasionalmente os paulistas na importação de trabalhadores. (...) De fato, a dominação econômica do café era incontestável. Entre os setores proprietários da sociedade, não se questionava o direito de os fazendeiros controlarem o sistema político, e a massa de gente trabalhadora – escravos libertos, camponeses nativos e imigrantes – não tinha voz política. (...) Da ação combinada desses dois poderosos elementos [o governo provincial e a Promotora] tem resultado o extraordinário aumento da riqueza pública e particular do Estado. A estruturação do programa de imigração de São Paulo foi bem coordenada com o paralelo declínio da escravidão. Antes de 1887, poucas fazendas haviam passado a empregar exclusivamente trabalhadores livres, e o trabalho escravo era ainda uma opção viável para muitos produtores de café. As chegadas anuais de imigrantes eram em média inferiores a 6.000 no período de 1882-1886, mas como estabelecimento da Sociedade Promotora, a alocação de subsídios para transporte

e a construção da hospedaria, a imigração elevou-se para mais de 32.000 em 1887 e quase 92.000 em 1888. Na medida em que um número crescente de europeus entrava na província, passavam a substituir os escravos antes da abolição (MARTINS, 1980: 67-68).

E esse processo iria se intensificar ao longo dos anos seguintes. De acordo com os dados apresentados pelo autor, na última década do século XIX, em torno de 75 mil estrangeiros chegaram em São Paulo, 80% subsidiados pelo estado. No período entre a abolição e a depressão, quase 2.250.000 imigrantes, para uma população base de São Paulo, em 1886, de 1.250.000. Dos mais de 4 milhões de imigrantes que entraram no Brasil entre os anos de 1886 e 1934, 56% eram referentes à imigração para São Paulo.

Tabela 2.7
Migrações externas – total de imigrantes no Brasil (1820-1929)

Ano	Imigrantes	Relativo	Ano	Imigrantes	Relativo	Ano	Imigrantes	Relativo
1824	126	0	1864	9.578	0,17	1897	144.866	2,58
1825	909	0,02	1865	6.422	0,11	1898	76.862	1,37
1826	828	0,01	1866	7.699	0,14	1899	53.610	0,95
1827	1.088	0,02	1867	10.842	0,19	1900	37.807	0,67
1828	2.060	0,04	1868	11.315	0,2	1901	83.116	1,48
1829	2.412	0,04	1869	11.528	0,21	1902	50.472	0,9
1836	1180	0,02	1870	5.158	0,09	1903	32.941	0,59
1837	604	0,01	1871	12.431	0,22	1904	44.706	0,8
1838	396	0,01	1872	19.219	0,34	1905	68.488	1,22
1839	389	0,01	1873	14.742	0,26	1906	72.332	1,29
1840	269	0	1874	20.332	0,36	1907	57.919	1,03
1841	555	0,01	1875	14.590	0,26	1908	90.536	1,61
1842	568	0,01	1876	30.747	0,55	1909	84.090	1,5
1843	694	0,01	1877	29.468	0,52	1910	86.751	1,54
1845	53	0	1878	24.456	0,44	1911	133.575	2,38
1846	435	0,01	1879	22.788	0,41	1912	177.887	3,17
1847	2.350	0,04	1880	30.355	0,54	1913	190.343	3,39
1848	28	0	1881	11.548	0,21	1914	79.232	1,41
1849	40	0	1882	29.589	0,53	1915	30.333	0,54
1850	2.072	0,04	1883	34.015	0,61	1916	31.245	0,56
1851	4.425	0,08	1884	23.574	0,42	1917	30.277	0,54
1852	2.731	0,05	1885	34.724	0,62	1918	19.793	0,35
1853	10.935	0,19	1886	32.650	0,58	1919	36.027	0,64
1854	9189	0,16	1887	54.932	0,98	1920	69.041	1,23
1855	11.798	0,21	1888	132.070	2,35	1921	58.476	1,04
1856	14.008	0,25	1889	65.165	1,16	1922	65.007	1,16
1857	14.244	0,25	1890	106.819	1,9	1923	84.549	1,5
1858	18.529	0,33	1891	215.239	3,83	1924	96.052	1,71
1859	20.114	0,36	1892	85.906	1,53	1925	82.547	1,47
1860	15.774	0,28	1893	132.589	2,36	1926	118.686	2,11
1861	13.003	0,23	1894	60.182	1,07	1927	97.974	1,74
1862	14.295	0,25	1895	164.831	2,93	1928	78.128	1,39
1863	7.642	0,14	1896	157.423	2,8	1929	96.186	1,71

Fonte: IBGE – Série Estatística. Acesso em seriesestatisticas.ibge.gov.br

Os dados da tabela 2.7 permitem visualizar que a imigração é crescente desde a década de 1820, com queda relativa em alguns anos, mas se torna crucial a partir do ano de 1872,

quando o número de imigrantes que chega ao Brasil é, anualmente, superior a 20 mil⁴¹. Esses dados deixam clara quão importante foi da institucionalização de uma política de imigração por parte do estado, para a ampliação da oferta de mão de obra no Brasil. Foi exatamente na última década do século XIX que a entrada de imigrantes atingiu seu ápice: entre 1890 e 1899, 1.198.327 imigrantes entraram no Brasil, sendo que o ano de 1891 foi, de todo o período considerado, o que apresentou o nível mais elevado, com aproximadamente 215 mil estrangeiros. E ainda que as décadas posteriores tenham apresentado queda em relação à década de 1890, a chegada de imigrantes manteve-se elevada, com mais de 600 mil e 800 mil nas décadas de 1900 e 1910, respectivamente. Nesse sentido, esses dados corroboram os argumentos apresentados acima: levando em conta a população nacional e a entrada de imigrantes, bem com as projeções de demanda por trabalho da economia cafeeira, o número que estrangeiros que chegou ao Brasil no período foi relativamente superior as demandas existentes à época. Fator, então, fundamental para se entender a formação de um mercado de trabalho com excedente de mão de obra.

Um outro aspecto diz respeito à própria noção que os imigrantes tinham sobre o trabalho no Brasil, dado seu acesso às informações a respeito dos regimes de colonato e parceria, e que era elemento central na sua disposição à migração e ao trabalho nas fazendas. Claramente, o europeu não deixaria sua terra para submissão a uma forma de trabalho que fosse, no mínimo, similar ao trabalho a que ele já se submetia na Europa. Seu deslocamento para território brasileiro deveria pressupor a possibilidade de melhoria das condições de vida ou, para as noções da época, a possibilidade de se tornar um produtor autônomo e, por isso, ter acesso a terra. Se a utilização da elevada abundância de terras devolutas para a expansão da produção de café era algo a ser considerado, o mesmo não poderia ser realizado sem uma concomitante expansão da oferta de mão de obra, disposta então a aceitar a substituição pelo trabalho escravo. Por isso que, mais do que servir à expansão do café, essas terras devolutas poderiam servir ao atendimento das perspectivas do europeu: trabalhar para vir a ser proprietário.

⁴¹ Com exceção dos anos de 1873, 1875, 1881 e 1918, como pode ser visualizado na tabela.

Tal noção, de caráter puramente ideológico, foi a fórmula definida para integrar, de forma definitiva, o imigrante na produção do café. Abrir a possibilidade de autonomia, mesmo que no longo prazo, era fator determinante para que, de um lado, houvesse disposição do colono, juntamente com sua família, de se manter vinculado à fazenda, mesmo quando findado seu vínculo contratual com o fazendeiro; de outro, pela aceitação de sua substituição pelo escravo, levando em conta todo o conjunto de antagonismos que, à época, circundavam não apenas a forma do trabalho escravo, mas o próprio escravo, além do amplo conhecimento sobre os elevados níveis de exploração dessa forma de trabalho, que, em sua essência, não seria modificada. E é por isso que o elemento ideológico, na relação fazendeiro-imigrante, é fator central para a consolidação tanto deste como substrato da oferta de trabalho, quanto para a efetiva transição ao trabalho assalariado.

A par dessas interpretações, cabe apontar, a partir da perspectiva aqui adotada, algumas considerações. Em primeiro lugar, era inegável a necessidade de, no momento da interrupção tanto do tráfico internacional de escravos, e da manifestação dos limites do tráfico interno para as soluções requeridas do ponto de vista da produção, se estabelecer formas alternativas de ampliar a oferta de mão de obra – ou, em outras palavras, de se constituir um mercado de trabalho capitalista. Se a mobilização da mão de obra livre nacional era uma opção, diga-se, quantitativa, não o era do ponto de vista das possibilidades de se criar mecanismos de coerção ideológica que fosse suficientes para convencer o homem estabelecido à auto suficiência a transitar para um regime de trabalho ditado pelos interesses do grande capital.

Em segundo lugar, se o sistema produtivo ganhava, cada vez mais, feições de um modo de produção tipicamente capitalista, então este requeria um mercado de trabalho também próprio ao sistema capitalista. Mercado esse que, por sua natureza, requeria oferta abundante de mão de obra. Assim, não bastava ter força de trabalho: era preciso ter força de trabalho em excedente, que justificasse a produção em grande escala e os elevados lucros do capital. Por isso que, partindo da nossa perspectiva, a opção pela imigração conseguiria, a partir de um único plano político, dar cabo dos possíveis entraves da questão do trabalho: ofertar, de um lado, mão de obra relativamente adaptada a um regime de trabalho capitalista, e de outro, fazer isso em grande escala. É a partir disso que se justifica a elevada

entrada de imigrantes no Brasil, especialmente no final do século XIX. Mão de obra essa que, no momento da concentração dinâmica da economia nacional no Sudeste, será responsável – juntamente com a mão de obra ex-escrava, já submetida a trabalhos marginais, e à mobilização autônoma do trabalhador livre – pela formação efetiva do mercado de trabalho, e do excedente de mão de obra. Vejamos, então, como se deu a transição ao trabalho assalariado.

5. A transição ao trabalho assalariado

O ulterior desenvolvimento da economia mercantil brasileira no final do século XIX, ancorado na produção cafeeira, criou pressões diversas para a organização de um mercado de trabalho já que, como apontado, o regime prevalecente através dos sistemas de parceria e colonato se mostravam incompatíveis com as características que começavam a se desenhar. Se a imigração foi a alternativa encontrada para suplantar o problema da oferta de mão de obra, era então preciso demarcar os mecanismos, ou mais propriamente, as formas de contrato, que seriam estabelecidos entre esses trabalhadores e os produtores de café. É assim que a transição ao regime de trabalho livre e, em consequência, o surgimento do mercado de trabalho se concretizam, a partir de movimentos convergentes com o próprio desenvolvimento das relações de produção mercantil no Brasil – para que houvesse uma economia tipicamente capitalista, era necessário a existência de um mercado de trabalho nos moldes capitalista. Mesmo que, àquela época, a consolidação dos mecanismos de oferta e demanda de trabalho dependesse de fatores externos – a saber, o ritmo de entrada dos imigrantes, e a dinâmica da produção e comercialização do café em consonância com sua demanda internacional.

No entanto, após três séculos de trabalho escravo, essa transição não poderia ser estabelecida, se não de forma gradual. Como já apontado, ainda que juridicamente o regime de trabalho escravo tenha sido abolido, em sua essência as relações de trabalho nos grandes latifúndios se mantinham as mesmas. Introduzir essa lógica de trabalho, cuja característica

central é a extrema exploração, a um mercado de trabalho livre, requeria não apenas tempo, mas um conjunto de fatores ideológicos que permitissem a submissão desse novo conjunto de trabalhadores a tal lógica.

É por isso que, no interregno que se constitui entre o fim do trabalho escravo e a plena constituição de um mercado de trabalho, configurou-se no Brasil uma série de relações de trabalho que, mesclando formas de remuneração que transitavam da divisão da produção ao quase-assalariamento, era reflexo de um regime produtivo que, mesmo não sendo plenamente capitalista, caminhava gradualmente para uma crescente dominação do capital.

É dessa conformação que surge a noção de um mercado de trabalho *sui generis*⁴², caracterizado primordialmente pela sua heterogeneidade: do ponto de vista do tipo de trabalhador – ex-escravo, trabalhador livre nacional ou imigrante; do ponto de vista do tipo de enquadramento funcional – parceiros, colonos, camaradas; do ponto de vista do tipo de atividade – rural e urbana, capitalista e não capitalista; e ainda do ponto de vista das formas de remuneração. A própria forma de organização do trabalho deixava claro seu caráter específico. O conjunto de vínculos de trabalho monetários – o pagamento de salários e ordenados – não monetários – a concessão de terra para o plantio voltado à subsistência – e gratuitos – conserto de estradas e reparos gerais na fazenda – não permitia que as relações de trabalho primárias estabelecidas com os colonos imigrantes fossem consideradas como atividades tipicamente capitalistas. Como colocado por Martins (1998:85-86),

[a] presença do dinheiro nessas relações obscurece para o pesquisador seu caráter real. Ao produzir uma parte significativa dos seus meios de vida, em regime de trabalho familiar, o colono subtraía o seu trabalho às leis de mercado e de certo modo impossibilitava que esses meios de vida fossem definidos de conformidade com os requisitos de multiplicação do capital. (...) A produção dos meios diretos de vida pelo trabalhador, indicava apenas que o capital não se assenhoreara diretamente do processo de produção, mas fazia-o indiretamente convertendo o seu produto em mercadoria.

De modo que é possível apontar a predominância de um conjunto de relações não capitalistas diretamente determinadas por uma lógica capitalista: o trabalhador produzia

⁴² Barbosa, 2008: 167.

diretamente seus meios de vida para produzir um excedente, o café, que uma vez subjugado ao capital comercial, surgia das mãos do colono, mas como propriedade do fazendeiro. Ou seja, lançava-se mão de quaisquer mecanismos de subordinação da força de trabalho, todos eles baseados numa elevada exploração desses trabalhadores, com o fim último de produzir excedente para o capital comercial. Tão específica era essa lógica que reverte os termos apontados por Marx como necessários à produção da mais-valia:

[o] fazendeiro extraía primeiramente o tempo de trabalho excedente, definindo a prioridade do cafezal como objeto de trabalho do colono. Somente depois da extração do trabalho excedente é que cabia ao colono dedicar-se ao trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, sob a aparência de que trabalhava para o fazendeiro. Ainda assim estava trabalhando para o fazendeiro, garantindo as condições da sua própria reprodução como produtor de trabalho excedente. (Ibidem).

A compreensão do caráter específico das relações de trabalho estabelecidas no momento da expansão cafeeira é fundamental para o entendimento da forma pela qual se estabelecem as relações de trabalho no Brasil, bem como suas características predominantes. Vale dizer, a heterogeneidade das relações tanto de trabalho como monetárias são fatores primários na percepção do modo pelo qual – tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social e cultural – as formas de trabalho enquadradas à margem do sistema se articulam de forma subordinada à dinâmica das atividades tipicamente capitalistas. Percebido o papel que ocupava nas relações de trabalho na fazenda – considerando que, como apontado, o colono era submetido a essas formas de trabalho única e exclusivamente com o objetivo de ampliar a produção de mais-valia -, pode-se considerar que essa característica, ainda que sob outras formas de manifestação, irá se fazer presente no decorrer do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Vale dizer, tal como no esquema de trabalho ao qual era submetido o colono na fazenda, outras formas marginais de trabalho vão ganhar forma, sempre subjugadas à produção capitalista e à produção de excedente.

Assim, essa mescla de diferentes formas de trabalho, elemento típico de um sistema econômico ainda em organização, com formas diversas de atividades e em setores também diversos, traz à tona a dificuldade de se enquadrar, sob uma única perspectiva ou caracterização, a essência das relações de trabalho no Brasil nesse período de transição.

Vale dizer, as divergências em torno da caracterização das relações de produção, bem como das relações de trabalho, como tipicamente ou não capitalistas, são próprias de um sistema produtivo que, tendo sido organizado em torno de uma relação de dependência, e enquanto apêndice de uma economia capitalista relativamente estruturada, não possuía nem autonomia, nem condições político-econômicas para ajustar, seja do ponto de vista legal, seja do ponto de vista produtivo, um ordenamento das relações de trabalho.

Assumindo tais aspectos, a perspectiva aqui adotada aponta para o fato de que, na ausência de autonomia política e econômica, as relações sociais de produção se moldaram na esteira dos interesses do setor econômico primordial – no caso, a economia cafeeira – e tal desordem nas relações de trabalho, bem como as dificuldades de se encaminhar uma resolução convergente para o problema da demanda de trabalho na região Sudeste, acabaram por moldar uma série de questões que se consolidaram enquanto elementos estruturais nas relações de trabalho, em especial a questão do excedente, e em consequência, o desemprego e a difusão das formas de trabalho marginais.

Em suma, é esse conjunto de fatores que resultará num duplo movimento: de um lado, a formação de um excedente de mão de obra no Brasil; e de outro, a marginalização de parcela fundamental desse excedente. Em relação ao primeiro aspecto, assumimos que seus motivos já foram expostos. Mediante a necessidade de se transitar a uma economia tipicamente capitalista a partir da empresa cafeeira, empreendeu-se a formação de um excedente de mão de obra que, ao promover uma oferta de trabalho elástica, permitiria a manutenção de uma produção a baixo custo e com elevado grau de exploração. Aspecto esse claramente visível, independente das interpretações que se assumam para a justificativa do mesmo. Assim é que a formação desse excedente, resultado da conjunção do incentivo à imigração com o deslocamento gradual dos trabalhadores livres nacionais para as regiões dinâmicas da economia, se estabeleceu como elemento fundamental tanto da constituição do mercado de trabalho quanto da transição ao modo de produção capitalista.

No que tange ao segundo aspecto, cabe considerar, para além dos elementos próprios à dinâmica de um sistema econômico cujo desdobramento se dá calcado na existência de um excedente de mão de obra – e que resulta, invariavelmente, na não integração de parte do conjunto de trabalhadores no sistema produtivo –, alguns aspectos relativos à integração do

negro no período pós-abolição. Como tratou de apresentar Florestan Fernandes (1978), na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, não houve um momento de adaptação dos negros – até então submetidos ao trabalho compulsório nas lavouras - para a nova sociedade que surgia, de modo que aos mesmos só restavam duas alternativas: ou se mantinham dentro da mesma lógica produtiva, ou se incorporavam às massas de ocupados ou semi-ocupados das cidades. Partindo da lógica à qual foram historicamente enquadrados na economia brasileira, para o negro a condição de liberto era vista fora dos limites da simples venda de sua força de trabalho – para ele, ser um agente livre era uma condição moral a qual determinava sua liberdade de decidir quando, onde e como trabalhar, levando-os a não se submeter a quaisquer formas de trabalho.

Como no escravismo as relações de trabalho eram estabelecidas também no monopólio do próprio trabalho, e não exclusivamente dos meios de produção, a escravidão se definia como uma modalidade de exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho ao capital. O escravo não entrava no processo de trabalho como um vendedor da mercadoria força de trabalho, mas sim diretamente como mercadoria, de modo que a ele era imposta a forma e os mecanismos de trabalho. Não havia, pois, nenhuma noção de liberdade; ao contrário disso, o trabalho era não apenas seu oposto, mas sua negação. Por isso, a noção de liberdade para o ex-escravo não necessariamente se vinculava à possibilidade de vender livremente sua força de trabalho, mas sim à possibilidade de viver, ou de ter essa opção, independente dele. Noção essa diferente daquela impressa ao trabalhador livre. Ainda que os mecanismos de coerção fossem estabelecidos no interior das relações produtivas, era exclusivamente no mercado que ocorria o processo de contratação do trabalho, tendência essa que se consolidava à medida em que avançava o desenvolvimento capitalista no Brasil. De modo que, para o trabalhador livre, grupo no qual se incluía o grosso da mão de obra imigrante, e a despeito da coerção ideológica imposta na relação com o fazendeiro – e, mais tardiamente, com o capitalista -, o trabalho era visto como libertação: de um lado, por vender, de maneira relativamente livre, sua força de trabalho; de outro lado, pela possibilidade de se libertar da condição de trabalhador para se tornar proprietário.

Assim, no decorrer dessa transição, o que se deu foi uma substituição do negro pelo branco, especialmente pelo imigrante, calcada não na pura expulsão dos cativos das fazendas, nem na recusa dos negros ao trabalho, mas sim porque, na reintegração da ordem social e econômica, o negro e o mulato foram expelidos do sistema capitalista das relações de produção no campo. De modo que a modificação da organização do trabalho não se deu no sentido de converter o ex-escravo em trabalhador livre, mas sim no sentido de substituir o negro pelo branco – fosse pela preferência do proprietário pelo trabalhador imigrante, fosse pela dificuldade de enquadrar o negro dentro de uma lógica de trabalho mercantil. Tal elemento é fundamental para se compreender não apenas a formação de uma massa de marginalizados nas regiões urbanas mas, mais do que isso, para compreender o porque essa massa de marginalizados foi historicamente composta pela população negra e mulata⁴³.

Em síntese,

[as] mudanças ocorridas com a abolição da escravatura, não representam, pois, mera transformação da condição jurídica do trabalhador; elas implicam na própria transformação do trabalhador. Sem isso não seria possível passar da coerção predominantemente física do trabalhador para a sua coerção predominantemente ideológica. (...) As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas, apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade. Uma sociedade cujas relações sociais fundamentais foram sempre

⁴³ Ainda que o negro tenha encontrado nas regiões urbanas oportunidades de trabalho menos degradantes e/ ou mais significantes do ponto de vista da remuneração – muito por conta de ter sido nas cidades que surgiram os primeiros movimentos desfavoráveis aos fundamentos da escravidão -, tais elementos não foram suficientes para permitir uma adaptação do negro à nova sociabilidade urbana, em especial por conta do bloqueio à manutenção e manifestação de sua cultura, identificadas enquanto rústicas numa sociedade que mirava à modernização e ao progresso. Como pontuou o autor, "entre o fim do século XIX e o começo do século XX, a cidade cresceu demais para orgulhar-se dos 'antigos costumes', mas ainda era demasiada provinciana para romper com eles de modo substancial e segundo um 'estilo de vida urbano'. O negro ou o mulato não encontravam, nela, as vantagens típicas da grande cidade, em particular as possibilidades de isolamento cultural, de tolerância e de emprego; e, de outro lado, também não contavam com as vantagens das 'cidades' convicta ou conformadamente rurais brasileiras, a estabilidade social, a vigência de concepções tradicionalistas e as compensações da economia de subsistência. (...) O impacto dessa situação externa sobre o 'elemento negro' é surpreendente. Ele se viu tolhido nos anseios de perpetuar a parcela da herança cultural, que atravessara a escravidão ou se formara graças a ela. Contudo, ficou imobilizado dentro de um tradicionalismo tosco e inoperante. (...) *[Tal fato]* revela duas coisas essenciais. Primeiro, as orientações urbanas do crescimento econômico e sócio-cultural da cidade não favoreciam – ao contrário: solapavam e impediam – a persistência de parcela da herança cultural que poderia servir de fulcro para a reorganização integrada e autônoma dos padrões de existência do negro, conforme uma configuração civilizatória rústica. Segundo, essas orientações não eram suficientemente fortes, envolventes e plásticas para produzir efeitos análogos de um horizonte cultural tradicionalista, de conteúdo pré-letrado e de sentido anti-urbano, que logo se converteu no fator invisível e fatal de bloqueamento, da inércia e do malogro do negro na história cultural da cidade." (Ibidem:68-70). Assim como o foi a preferência pelo trabalho do imigrante branco em detrimento do negro, o bloqueio à consolidação de sua cultura nas cidades também contribuiu de maneira fundamental para a marginalização do negro na sociedade brasileira.

relações entre senhor e escravo não tinha condições de promover o aparecimento desse tipo de trabalhador. Seria necessário buscá-lo em outro lugar, onde a condição de homem livre tivesse outro sentido. É nessas condições que tem lugar a vinculação entre a transformação das relações de trabalho na cafeicultura e a imigração de trabalhadores estrangeiros que ocorreu sobretudo entre 1886 e 1914. (MARTINS, 1998: 17-18).

Tais são os elementos que, em conjunto, fundamentam a lógica da transição do trabalho escravo para o trabalho livre na economia brasileira. De um lado, reside o conjunto de elementos vinculados ao fim do tráfico negreiro, imposto pela dominação inglesa, e a necessidade de se criar alternativas frente às dificuldades ou impossibilidades de se mobilizar a mão de obra livre nacional. De outro lado, os elementos que se direcionam à transição para o modo de produção tipicamente capitalista, que exigia a necessidade da consolidação de um excedente de mão de obra permanentemente à disposição do avanço do capital a partir da manutenção e intensificação da exploração capitalista do trabalho. Esse conjunto de fatores, que por um viés explicam a opção pelo trabalho imigrante nas regiões produtoras de café, por outro explicam duas questões que irão permear a história do trabalho na sociedade capitalista brasileira, a saber, a integração não coordenada do negro na sociedade que nascia no início do século XX e a demarcação cultural e ideológica do trabalho livre nacional enquanto “vadio” e inapto para o trabalho na lavoura. Questões essas que, ao se manterem insolúveis no seio da sociedade capitalista, serão os elementos propulsores da lógica demarcante do mercado de trabalho brasileiro: a marginalidade.

É assim que será operado o surgimento do capitalismo no Brasil, no movimento mais geral de consolidação do capitalismo na América Latina, a partir de sua integração na nova divisão internacional do trabalho: a constituição das economias exportadoras organizadas com o trabalho assalariado. Ainda que não se constituam, simultaneamente, forças produtivas capitalistas – isto é, desde que a reprodução das relações sociais de produção capitalistas não está assegurada endogenamente – é dentro da transição ao trabalho livre a assalariado que começam a se formatar os novos elementos característicos tanto das relações sociais de produção quanto das formas de constituição das relações de trabalho.

Considerações finais

O presente capítulo procurou apreender, a partir da análise dos determinantes da transição do trabalho para o escravo livre e, em consequência, da formação de um mercado de trabalho tipicamente capitalista no Brasil, os fatores que dão base à explicação histórico-estrutural do surgimento do excedente de trabalho no Brasil. Para sumarizar tais fatores, faz-se mister o resgate de alguns pontos do debate.

Em primeiro lugar, a importância da análise dos elementos relativos ao trabalho escravo para o entendimento do processo de transição e formação do mercado de trabalho. Dois aspectos ganham destaque. Primeiro, a forma de inserção do negro na sociedade pós-abolição. Como pontuado, ainda que a porcentagem da população negra tenha reduzido a partir de 1890⁴⁴, prioritariamente por conta da interrupção do tráfico negreiro e da baixa expectativa de vida do escravo, seu número ainda continuava elevado em relação ao total da população. Mesmo estando disponível para a nova frente de relações de trabalho que se abria, havia uma série de limites, seja de caráter ideológico-cultural, seja da perspectiva particular no negro sobre sua inserção, da inclusão desse trabalhador no mercado de trabalho. Assim, tanto a noção de que o negro era inapto ao trabalho assalariado, quanto a própria recusa do negro em se manter vinculado ao tipo de trabalho realizado nas lavouras de café – a ideia de trabalho enquanto negação da liberdade, que se contrapunha à liberdade concreta conquistada através da abolição – não apenas criou dificuldades para sua inclusão mas, mais do que isso, submeteu o negro a uma condição de marginalizado, elemento que viria a dar corpo à interpretação, ainda vigente, de repulsa do negro enquanto indivíduo social. O segundo, de caráter secundário, diz respeito à natureza e essência do trabalho. Mesmo que o trabalho escravo tenha sido abolido, e assim, modificado sua forma, sua essência se manteve a mesma – qual seja, baseado na elevada exploração e expropriação do excedente. Tal elemento é importante para se compreender o status das condições de trabalho no Brasil, que foram historicamente marcadas pelos elevados níveis de exploração. É exatamente na manutenção da lógica característica do trabalho escravo, e sua

⁴⁴ Ver dados da tabela A.1, no anexo estatístico. Enquanto a porcentagem da população branca passa de 38,1% para 63,5%, entre 1872 e 1890, a população preta passa de 19,7% para 14,6%, e a população parda de 38,3% para 21,2%.

transferência para as relações de trabalho “livres” que repousa uma das principais características das relações de trabalho no Brasil. Assim, entender os elementos do fim da escravidão no Brasil é entender os fatores que conformam, especialmente, o conjunto de formas de trabalho marginal, para onde se destinam – e já se destinavam nessa época – parte importante do excedente de mão de obra.

Em segundo lugar, a opção pela imigração como forma de criar uma oferta permanente de mão de obra, após a abolição do tráfico internacional de escravos e o decorrente fim da escravidão. Os dados disponíveis para o período apontam que, no final do século XIX, havia um contingente populacional no Brasil em número suficiente para suprir a demanda por mão de obra que surgia na região produtora do café. No entanto, esse contingente estava disperso pelo território nacional, exercendo os mais diversos tipos de atividades. Mesmo considerando a decadência econômica e social de algumas dessas regiões – caso mais expressivo do Nordeste e do Norte – a mobilização desse contingente populacional não se colocava como uma possibilidade trivial. Parte importante dessa população estava vinculada a atividades de subsistência – caso comum no Sul do país – de tal modo a não estarem dispostas, recorrentemente, a abrir seu modo de vida para se submeter ao trabalho na lavoura. Ainda que suas condições de vida não fossem extremamente favoráveis, eram suficientes para garantir sua reprodução, fato que afastava qualquer possibilidade de submissão a relações de trabalho extenuantes. Por outro lado, cumpria um papel importante os interesses das elites políticas regionais, cujo poder era centrado na influência que exercia sobre os grupos populacionais; uma vez que essas regiões fossem esvaziadas, o poder político dessas elites seria desarticulado. De modo que a mobilização dessa população para as regiões mais dinâmicas ia contra os interesses políticos regionais. Por fim, há o conjunto de argumentações que se contrapõe ao “estilo de vida” do homem livre – culturalmente marcado pela vadiagem e inaptidão a qualquer regime de trabalho, e que se aproxima muito da visão sobre o negro. Ainda que esses argumentos sejam, do ponto de vista concreto, frágeis para explicar as opções políticas, é importante ressaltar a importância que tiveram, do ponto de vista ideológico, para justificar as ações que, no limite, resultaram na preferência pelo trabalhador imigrante, em detrimento do trabalhador livre nacional. É a partir desses condicionantes que opta-se pelo trabalhador imigrante

como solução para os problemas de ordem produtiva – seja do ponto de vista da ampliação da oferta de mão de obra, seja do ponto de vista da adaptação à forma de trabalho.

Em terceiro lugar, e mais importante para a nossa argumentação, trata-se, para além da necessidade de formação de um mercado de trabalho – elemento próprio ao desenvolvimento capitalista -, da possibilidade de formação de um mercado de trabalho com excedente de mão de obra. Partindo da noção de que a lógica do sistema capitalista é a produção crescente de excedente social, a existência de um mercado de trabalho com excesso de mão de obra era fundamental para ampliar a produção da mais-valia, tanto pela possibilidade de repressão salarial, quanto pela disposição crescente de uma mão de obra disponível para a expansão do capital. Se a produção do café, após a abolição, tornava-se gradualmente uma forma de produção tipicamente capitalista – mesmo que, no período de transição, tenha mesclado formas de produção e remuneração capitalista e não-capitalista, como discutido – era fundamental que, nesse sistema produtivo, houvesse uma oferta crescente de mão de obra. Motivo pelo qual a opção pela imigração, mais do que criar alternativas à reposição da mão de obra, se efetivou, do ponto de vista político, como opção à formação de um mercado de trabalho com excedente. Tal argumentação fica explícita quando se percebe que, até o final do século XIX, quando as associações para promoção da imigração estiveram em plena atividade, a entrada de imigrantes foi muito superior às projeções de demanda para a indústria do café. É assim que, quando do momento da dinamização industrial no Sudeste, a partir de 1920, a confluência desses imigrantes, juntamente com o conjunto da população livre nacional, irá dar cabo da formação de um excedente de mão de obra que, a partir desse momento, tem caráter cada vez mais urbano.

Em síntese, o que se pretendeu mostrar foi, a partir da transição do trabalho escravo ao trabalho livre, e da conformação de um conjunto de políticas de incentivo à imigração, como se deu as origens da formação do excedente de mão de obra no Brasil. Ainda que não se possa efetivamente falar de um excedente no início do século XX, o argumento é de que a entrada massiva de população estrangeira, juntamente com a população dispersa no território nacional, uma vez regionalmente concentrada por conta da dinâmica econômica, irá dar as bases para a formação de um excedente de mão de obra. Tudo isso numa estrutura

econômica que, caracterizada pela heterogeneidade estrutural, será incapaz de absorver a mão de obra disponível, abrindo espaço para o surgimento das atividades marginais.

É nessas bases que, argumenta-se, estaria a origem de uma superpopulação relativa no Brasil. Mais uma vez, vale chamar atenção para a especificidade na qual se trata do tema para a análise do caso brasileiro. Ainda que, a rigor, o conceito de superpopulação relativa se refira à formação de um excedente de trabalho a partir da ampliação da composição orgânica do capital – o que, via de regra, pressupõe a existência de investimento em capital, tal como numa estrutura produtiva industrial –, estamos aqui considerando os elementos específicos da formação econômica no Brasil que, da nossa perspectiva, considera a origem desse excedente – e, portanto, dessa superpopulação relativa – antes da conformação de uma estrutura produtiva industrial. Posição que se justifica, num primeiro plano, pela consideração, ainda que relativa, dos investimentos na produção cafeeira como investimentos em capital, e no fato de que o fundamento da análise se trata da substância do excedente para a produção capitalista – vale dizer, a importância da existência de um excedente de mão de obra para a intensificação da produção do mais-valor – mais do que a forma pela qual se dá sua origem. Assim sendo, a consideração das especificidades da economia brasileiras, para a qual a formação do excedente, mesmo que de forma primária, se coloque como algo anterior à consolidação da indústria, não invalida a utilização da categoria superpopulação relativa para o entendimento da natureza desse excedente. Para o que os elementos analíticos introduzidos pela teoria da marginalidade – que, em si, se trata de uma análise específica da superpopulação relativa em regiões periféricas e dependentes – estabelecem os canais entre o rigor analítico e as especificidades concretas. De tal modo que vê-se, então, nesse substrato primário do excedente de mão de obra, não apenas a origem da superpopulação relativa, mas também a conformação do conjunto da população que, na esteira do desenvolvimento capitalista, irá se transmutar na população marginal.

CAPÍTULO III

A EXPANSÃO INDUSTRIAL E OS MOVIMENTOS POPULACIONAIS: ÊXODO RURAL E MIGRAÇÕES INTERNAS

A esfera que estamos abandonando, da circulação ou da troca de mercadorias, dentro da qual se operam a compra e venda da força de trabalho, é realmente um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí a liberdade, igualdade, propriedade e Bentham. Liberdade, pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria – a força de trabalho, por exemplo – são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, a expressão jurídica comum de suas vontades. Igualdade, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um só dispõe do que é seu. Bentham, pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. A única força que os junta e os relaciona é a do proveito próprio, da vantagem individual, dos interesses privados.

“O Capital” – Karl Marx

Introdução

A transição do trabalho escravo ao trabalho livre no Brasil não se deu de forma linear, nem sem o surgimento de uma série de conflitos políticos e sociais que marcaram a consolidação de um sistema produtivo tipicamente capitalista no país. As dificuldades tanto de integração do negro nas novas formas de relação de trabalho da sociedade pós-abolição, quanto de

utilização da mão de obra livre dispersa pelo território nacional - explicadas em sua essência pela ausência de políticas sistemáticas voltadas especificamente a esse fim -, num momento de intenso crescimento da demanda por força de trabalho trazido pela expansão da produção cafeeira, convergiram para a utilização da mão de obra imigrante internacional. Estima-se que, entre 1890 e princípios da década de 1930, entraram no Brasil mais de 3 milhões de imigrantes, vindos em busca de oportunidades de trabalho na lavoura ou, no limite, da possibilidade de adquirir um pedaço de chão de se tornar um proprietário de terras. Por tais condições, grande parte desses imigrantes se destinou para o Sul do país, onde se constituíam colônias de subsistência, voltadas à ocupação do território, e para a região Sudeste, *locus* central da produção de café e, portanto, principal centro demandante de força de trabalho.

Levando em conta o conjunto de conflitos que veio à tona com o fim do trabalho escravo, especialmente com as indefinições sobre as alternativas à reposição da mão de obra, tem-se que a entrada de imigrantes no Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foi fundamental para viabilizar o desenvolvimento capitalista no país, já claramente definido nos moldes da economia agroexportadora e, portanto, dinamizado pela produção cafeeira. Sem dúvida, a elevada oferta de mão de obra propiciada pela entrada de trabalhadores imigrantes deu cabo ao principal problema da expansão das lavouras de café, a despeito dos conflitos que, vez por outra, surgiam entre proprietários de terras e trabalhadores - e que tinham seu fundamento no fato de que a modificação do regime de trabalho não significou a mudança na forma de ser do trabalho, que permaneceu marcado pela elevada exploração dos trabalhadores.

No entanto, os elevados investimentos públicos na imigração e a entrada desenfreada de imigrantes trariam problemas que se tornariam de caráter estrutural na economia brasileira. E foi a convergência de três principais elementos que viria a dar o tom dessa problemática: em primeiro lugar, a entrada de imigrantes em número acima da demanda por força de trabalho nas lavouras, fundamental para a constituição de uma economia com baixos salários; em segundo lugar, a crise do setor cafeeiro e a concentração regional do desenvolvimento industrial, que iria atrair massas de trabalhadores de todo o território nacional para a região Sudeste; e, por fim, o êxodo rural, fruto da conjugação entre

modernização e crise do setor agroexportador. Conjuntamente, esses três elementos apontariam não apenas para uma nova fase da economia brasileira, que começa a se desenvolver na década de 1930 e vai até o início dos anos 1960 - a fase da expansão industrial - mas também marcariam a formação da massa de trabalhadores componentes da superpopulação relativa.

1. Aspectos gerais sobre a expansão da indústria no Brasil

A dinâmica da economia brasileira, até os anos 1920, era predominantemente determinada pelo setor agroexportador. Apesar das crises intermitentes, a relativa expansão da demanda e dos preços internacionais do café, aliada às possibilidades de expansão da produção, fosse pela ocupação de novas áreas para plantio e pela melhoria das técnicas de produção, fosse pela resolução do problema da mão de obra, criaram um ambiente favorável ao crescimento da produção do café e, em consequência, à consolidação do setor agroexportador como principal setor produtivo da economia nacional – de modo que tanto a geração de renda interna, quanto o acúmulo de reservas essenciais para aquisição de bens não produzidos no país, fosse decorrente desse setor.

O que, por outro lado, não significa que o Brasil fosse, no início do século XX, desprovido de qualquer produção manufatureira. Era possível encontrar no Brasil, já em meados do século XIX, a produção de bens de caráter artesanal, bem como a indústria de bens de consumo não duráveis, tais como produtos têxteis, bebidas e alimentos⁴⁵. No entanto, muito dessa produção era de caráter incipiente, baseadas em técnicas rudimentares e de alcance regionalizado, de modo que não havia uma lógica de produção, consumo e comercialização a nível nacional, suficientes para dar a essa produção manufatureira uma dinâmica autônoma suficiente para se estabelecer como o centro propulsor da economia regional.

⁴⁵ De acordo com dados apresentados por Bandeira (1901) e Cano (1977), entre 1880 e 1907 foram fundados, apenas no Estado de São Paulo, 326 estabelecimentos industriais, dos quais 31 eram da indústria têxtil. Entre 1913 e 1920, quase 9 mil equipamentos foram importados para a indústria têxtil de São Paulo. E, entre o período 1907 – 1919, o crescimento nominal da produção industrial foi de 854 em São Paulo, 298 no Estado da Guanabara e de 382 na somatória dos demais Estados, resultando num crescimento de 432 para o Brasil (1907 = 100).

Em verdade, embora as plantas industriais do Brasil já existissem, não podiam ser concretamente chamadas de indústria por duas razões: em primeiro lugar, pela quase absoluta predominância da produção de bens de consumo; em segundo lugar, porque os investimentos eram subordinados e induzidos pelo setor exportador, que lhes determinava a dimensão dos mercados de bens e trabalho, das divisas para importação dos meios de produção e do excedente para o financiamento dessa acumulação. A década de 1920 possibilitou elevada investida no aumento da capacidade produtiva, com diversificação no setor de bens-salário e um embrionário setor de bens de produção. Com a crise que se instala no final dessa década, são os recursos acumulados no setor cafeeiro que permitirão a recuperação da indústria, que já em 1933 alcançava o nível de produção de 1928 (CANO, 2002). Assim que foi apenas a partir do final da década de 1920, e dos efeitos da crise de 1929 na economia nacional, que a indústria passou a ter, em certo sentido, um caráter de protagonismo na economia brasileira.

Antes, no entanto, de adentrar no debate sobre a industrialização no Brasil, importa ressaltar que essa modificação do eixo dinâmico da economia não seria elemento suficiente para determinar qualquer modificação substancial da posição ocupada pela economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Todo o conjunto de mudanças que se operou na estrutura produtiva se deu no sentido de transformar as condições de produção interna e, de algum modo, a pauta de importação, mas não no sentido do papel ocupado pela economia brasileira na economia internacional – que permanecia como ofertante de produtos primários. Nesse sentido, ainda que o avanço da industrialização, baseado na lógica do processo de substituição de importações, pudesse resultar em modificações relativas na balança comercial, promovendo alterações favoráveis nos termos de troca, ela não se deu (e nem tinha como objetivo) com a modificação das trocas com base no intercâmbio desigual, não só porque, do ponto de vista dos bens importados, apenas houve uma mudança na pauta de importação – que passou a ter nos bens de capital seu fator primordial – mas também porque a economia brasileira se mantinha como fornecedora de bens primários, caracterizados pelo baixo componente tecnológico e pela formação de preços dependente das flutuações da economia internacional.

Do que se pode argumentar que o avanço industrial no Brasil não se deu no sentido estrito de transformação estrutural da economia, com a passagem à produção industrial como determinante central da dinâmica economia e das relações comerciais do país com o restante do mundo, mas tão somente respondendo aos estímulos e às alternativas que sugeriram em decorrência da crise internacional, de seus impactos sobre as condições internas, e do esgotamento das possibilidades de expansão da economia cafeeira. Ainda que um conjunto de teses desenvolvidas posteriormente apontasse a instalação da indústria como caminho para a superação da dependência externa e da condição de subdesenvolvimento⁴⁶, o desenvolvimento industrial como política de transformação da estrutura econômica só será uma realidade, no caso do Brasil, a partir da segunda metade da década de 1950 – sem significar, no entanto, que tenha alcançado sucesso pleno em relação a tais objetivos.

Tendo em mente tais aspectos, cabe apontar não apenas quais foram os fatores externos, bem como os reflexos na economia nacional, que incentivaram o investimento na indústria, mas quais foram os elementos internos que permitiram sua execução. Do ponto de vista externo, os períodos de guerra e a crise de 1929 na economia norte-americana foram fatores primordiais no incentivo à indústria nacional. No caso das I e II Guerras Mundiais, e pelo fato de terem ocorridos primordialmente em território europeu, incorreram na redução da produção de bens essenciais importados pela economia brasileira, para os quais não havia outra alternativa a não ser a produção interna. Dessa forma, a queda dos níveis de produção e os limites impostos à execução do comércio internacional criaram incentivos indiretos à expansão da produção de bens industrializados no país. No entanto, é a crise de 1929 e a sua repercussão pelos demais países que trará os elementos centrais para a canalização de um conjunto de esforços e recursos para a produção industrial no Brasil.

De modo geral, a crise da bolsa de Nova Iorque promoveu um duplo efeito sobre a economia agroexportadora brasileira. Em primeiro lugar, pela queda da demanda internacional do produto. Uma vez a crise tendo se reverberado sobre o sistema produtivo e, em consequência, sobre o nível de rendimento das economias, era inevitável uma queda das transações comerciais, que provocou impacto significativo sobre a demanda internacional

⁴⁶ Aqui, mais uma vez, faz-se referência à teoria estruturalista da CEPAL.

do café produzido no Brasil. Em segundo lugar, e em consequência do primeiro fator, houve uma queda substancial no preço do produto. Foi assim que, entre 1929 e 1931, as exportações do café caíram mais da metade, e o preço do produto reduziu a um terço em 1931. Conjuntamente, esses dois fatores conduziram à brutal queda das rendas oriundas das lavouras de café. O ponto fulcral é que, dado o tempo de maturação dos investimentos feitos na plantação de café – determinados em última instância pelo período entre o plantio e a colheita do café – parte considerável do produto, cujo investimento havia sido feito no período de expansão produtiva, ainda seria colhido. Assim, a queda na demanda e nos preços externos, somada à manutenção elevada da produção, provocou uma crise no principal setor produtivo da economia brasileira.

Tais fatores foram decisivos para que, ainda na década de 1920, o governo federal empreendesse a política de defesa permanente do café que, assumida pelo Instituto do café de São Paulo, era definida a partir da regularização da entrada de café no porto de Santos, com a possibilidade de sua retenção em armazéns e limitação do transporte; concessão de empréstimos a juros baixos sob o café depositado nos reguladores; compra de café sempre que fosse julgada necessária para a contenção da oferta; e o financiamento do programa a partir de um fundo de defesa permanente constituído por empréstimo externo (MELLO, 2009). Mas a intervenção do Estado garantia, pelo menos em tese, não apenas a manutenção da rentabilidade interna do café. Uma vez sendo o Brasil o principal produtor mundial de café, a ideia era de que impedindo que o produto chegasse ao mercado, através da compra e queima dos estoques pelo governo federal, a queda nos preços seria interrompida, conduzindo a uma possível recuperação dos rendimentos. Com isso, o governo não apenas garantiria a lucratividade de parte dos produtores, a partir da compra de seus respectivos estoques, mas também a própria dinâmica do principal setor da economia, via recuperação dos preços. No entanto, ainda que essa política conseguisse sanar parte do problema, era insuficiente mediante os intensos efeitos da crise, especialmente no tocante à queda da demanda.

No geral, a política de valorização do café permitiu a manutenção de elevadas taxas de produção - salvo alguns momentos específicos de queda na produção devido ao descompasso entre oferta e demanda internacional - assim como a rentabilidade do setor.

No entanto, o gradual aumento das safras e as super safras do final dos anos 1920 e início dos anos 1930 tornaram insustentáveis as políticas de valorização, levando o país a uma substancial transformação no seu padrão de acumulação e dinâmica de crescimento.

De acordo com Furtado (2006:256),

[em] síntese, a situação era a seguinte: a defesa dos preços proporcionava à cultura do café uma situação privilegiada entre os produtos primários que entravam no comércio internacional. A vantagem relativa que proporcionava esse produto tendia, conseqüentemente, a aumentar. Por outro lado, os lucros elevados criavam para o empresário a necessidade de seguir com suas inversões. Destarte, tornava-se inevitável que essas inversões tendessem a encaminhar-se para a própria cultura do café. Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave.

Em resumo, a crise do café foi gestada durante toda a década de 1920. As sucessivas políticas de valorização do café e sua adoção permanente a partir de 1924, com a transferência da responsabilidade de sua execução para o Estado de São Paulo, permitiram a manutenção da rentabilidade no setor, ao menos até o final da década, quando a política econômica deflacionista e de estabilização cambial do governo federal reverberou sobre a redução dos recursos destinados ao Instituto do Café. Essa política, juntamente com o quadro externo da crise de 1929, conduziu a uma baixa nos preços e fazendo com que, gradualmente, a política de sustentação ruísse.

Do ponto de vista da produção cafeeira, houve uma crise de superprodução e impossibilidade de ampliar as inversões nesse setor, dado a baixa elasticidade da demanda. Do ponto de vista da renda, houve redução da renda monetária entre 25 e 30% no ponto mais baixo da depressão. Do ponto de vista dos importados, houve aumento de seus preços, da ordem de 33%, resultando numa queda do *quantum* importado e, em consequência, do valor das importações na renda territorial bruta. A partir desses elementos, depreende-se que iria aumentar a procura pela produção interna nessa etapa da depressão.

Mesmo com a reorganização da política de valorização do café a partir da Revolução de 1930, a situação tornou-se crítica a partir de 1931, quando sua manutenção elevou as margens de lucro dos negócios cafeeiros. A impossibilidade de realocação dos recursos tanto para a indústria – devido à sobreinversão industrial dos anos 1920 – quanto para outros setores produtores de bens exportáveis – devido à inexistência destes – fizeram com que grande parte desses recursos fossem acumulados e capitalizados no próprio setor cafeeiro, ampliando enormemente sua capacidade produtiva e conduzindo às supersafras de 1931-1932 e 1933-1934. Diante da profundidade da crise internacional e do elevado acúmulo de estoques que as novas safras provocariam ao longo dos anos 1930, os esquemas de valorização não mais teriam condições de vingar. Apesar de manter a política de retenção de estoques até 1944, não havia mais possibilidades de segurar o preço do café via tais políticas.

As condições econômicas ao final da década de 1920 estavam amadurecidas para pressionar a sociedade brasileira tanto para superar as crises cafeeira e industrial como aprofundar o desenvolvimento industrial do país. Considerando que as principais frações da classe dominante (fazendeiros, industriais, comerciantes e banqueiros) tinham consciência da necessidade premente de superar a crise e, de fato, pressionaram nesse sentido, importa apontar que a crise internacional não constituiu o elemento decisivo para pôr em andamento a ruptura e a transformação do padrão de acumulação, apenas reforçando um processo que já estava em marcha – para o qual é fundamental entender a já existência de uma estrutura industrial no Brasil, apesar de suas limitações em termos de produtividade e diversificação.

Frente a esse quadro, a alternativa encontrada pelos produtores foi o redirecionamento dos excedentes do café, dado a impossibilidade de perspectivas de retornos positivos a partir de reinvestimentos no setor. E foi exatamente para o setor industrial que parte substancial desses recursos foi redirecionada. Nesses termos, o investimento na indústria se apresentava como resolução para o duplo problema trazido pela crise internacional: de um lado, a possibilidade de produzir internamente bens antes adquiridos no mercado internacional, que naquele momento se encontrava pouco dinâmico – situação que tenderia a se tornar mais crítica durante a Segunda Guerra Mundial; de outro lado, a alternativa de investimento lucrativo para os recursos excedentes da economia cafeeira, dado o

esgotamento das possibilidades de expansão da produção frente ao quadro da economia internacional.

Assim, o avanço da indústria se deu a partir do colapso da capacidade de importar, da contração do setor exportador e de sua baixa rentabilidade e da obstrução dos canais de financiamento internacionais devido à crise de 1929. Esses fatores, ligados ao fato de que a indústria no Brasil operava com capacidade ociosa, permitiram uma expansão do setor industrial ligado ao mercado interno, num esforço de substituição total ou parcial dos bens anteriormente adquiridos do exterior⁴⁷.

Ao manter-se a procura interna com mais firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era de preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. Explica-se, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação. (FURTADO, 2006: 277-178).

É assim que as atividades ligadas à produção interna conseguem, mesmo no período de crise, não apenas manter, mas ampliar sua produção e rentabilidade. Considerando a estrutura industrial que o Brasil possuía nos anos 1930, sua expansão indubitavelmente exigia a importação de máquinas e equipamentos. No entanto, neste primeiro momento, a expansão foi possível por duas razões: em primeiro lugar, pela utilização da capacidade ociosa; em segundo lugar, em alguns casos, abriu-se a possibilidade de adquirir bens importados a preços baixos, através da compra de máquinas e equipamentos de tecnologias já obsoletas em outros países.

⁴⁷ De acordo com Furtado (1986), a concretização do processo de substituição de importações tinha dois principais condicionantes: em primeiro lugar, que o país já tivesse passado por um processo anterior de industrialização, de modo que já possuísse um núcleo significativo de indústrias de bens de consumo corrente que permitissem a utilização mais intensiva dos equipamentos e outras instalações; em segundo lugar, a necessidade de expansão da renda monetária capaz de anular o efeito depressivo da contração do setor exportador - no caso do Brasil, a manutenção da renda foi permitida graças à política de defesa do café. De modo que a posição de Furtado, corroborada por Cano (2002), é de que a destinação dos recursos excedentes na economia cafeeira, devido aos efeitos da crise, apenas potencializou o setor industrial, ao se destinar para os setores produtivos internos que, dado sua capacidade produtiva ociosa, puderam responder adequadamente ao aumento da demanda por seus produtos. Em síntese, os recursos do café não conduziram ao surgimento da indústria, mas tão somente à sua potencialização.

Tais aspectos esclarecem o elemento primordial que é a economia cafeeira na compreensão do impulso industrial que se instala na economia brasileira a partir da década de 1930⁴⁸. Como já pontuado, em não sendo o desenvolvimento industrial um objetivo central da política econômica, a indústria se firma mais como alternativa para dar vazão aos recursos excedentes da economia cafeeira, assumindo a vez de investimento lucrativo, permitindo assim que se desse, de maneira mais concreta, o início do processo de substituição de importações no Brasil⁴⁹. Tal processo é de extrema importância para se entender os desdobramentos da economia brasileira a partir de então: de um lado, a emergência de um novo centro dinâmico da economia sem, contudo, se sobrepor à economia agroexportadora; de outro lado, as transformações que irão se operar do ponto de vista da organização da produção e das relações de trabalho, e partir da forma pela qual se consolida o processo de industrialização no Brasil – elemento central na análise que pretendemos realizar. Passemos, então, à análise do desenvolvimento da indústria a partir dos anos 1930.

2. A concentração industrial na região Sudeste

⁴⁸ "O período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. Mais que isto, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à 'crise de 29'. De um lado, constituem-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de, ao se expandirem, reproduzir ampliadamente a massa de força de trabalho oferecida no mercado de trabalho, que já possuía dimensões significativas; de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de bens e produção (pequena indústria do aço, cimento, etc.) e, também, uma agricultura mercantil de matérias-primas que, ao crescerem, ensejariam a reprodução ampliada de fração do capital constante sem apelo às importações. (...) [Em]1933 inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento." (MELLO, 2009).

⁴⁹ Ainda que não seja objetivo específico do presente trabalho explorar a imbricada relação entre o complexo cafeeiro e a expansão industrial, é importante chamar a atenção para seu elemento central: a capacidade de acumulação de capital na produção de café, em especial no período pré-1930. O alto nível de renda gerado não apenas fornecia recursos a serem investidos no complexo industrial, mas conferia capacidade de importação à economia nacional, fator essencial para cobrir as necessidades de insumo e de bens de capital para a expansão da economia, bem como para atender às demandas de consumo dos capitalistas e de subsistência da mão de obra. Mas não era apenas na crise que essa relação se tornava factível. Uma vez a expansão cafeeira ocorrendo de forma cíclica, tanto nos períodos de expansão do plantio quanto de depressão dos preços era possível a transferência de recursos entre os setores: no primeiro caso, quando a expansão das plantações atingem o ponto de redução de preços via aumento da oferta, momento no qual os recursos passam a ser investidos em outros setores; no segundo caso, quando a redução dos preços internacionais diminuem a lucratividade média das plantações, conduzindo os cafeicultores à diversificação dos investimentos. Para um debate mais aprofundado sobre o tema, consultar Mello (2009), Tavares (1972), Cano (2007) e Cano (2012).

Como apontado na seção anterior, um dos elementos centrais para se compreender o processo de desenvolvimento da indústria no Brasil é a imbricada relação entre as transformações do complexo cafeeiro, em especial a formação de excedentes e o esgotamento cíclico das possibilidades de reinversão no setor, e a canalização de recursos para a ainda incipiente indústria, que então se apresentou como alternativa à destinação dos recursos excedentes. A indústria, então, passava a ser o *locus* de investimentos produtivos e rentáveis para cafeicultores, mas também para frações de comerciantes e bancários.

De acordo com Tavares (1985), a submissão da indústria ao setor cafeeiro decorria da dinâmica interna da acumulação do café – fosse porque a indústria dependia dos mercados do café, especificamente da sua capacidade de geração de rendas no mercado interno e de geração de divisas no mercado externo, fosse porque ainda não gerava forças capitalistas suficientes para reproduzir endogenamente o conjunto do sistema. Por isso, a origem e o desenvolvimento da indústria se deram apoiada a um mercado prévio e externo à indústria, que dependia do caráter natural de acumulação nos cafezais, e mediante a transferência do capital-dinheiro, de mão de obra e de capacidade para importar entre os setores. Ou seja, a indústria nasceu fundada em fatores exógenos à sua dinâmica, e não pela via da acumulação originária e posterior transformação da manufatura em indústria.

Todavia, no caso brasileiro, a relação entre capital industrial e capital agrícola não é simples e imediata. Dado a inserção da economia nacional no mercado internacional, a passagem do capital agrícola ao industrial ser realiza pela mediação do capital comercial e do capital financeiro, realizada por meio do encadeamento de controles e estímulos feitos via Estado. Essa intermediação do Estado seria, de acordo com Ianni (1965), a peculiaridade do desenvolvimento capitalista no Brasil - ou que daria à industrialização brasileira um caráter *sui generis*. O fraco desenvolvimento das forças capitalistas, somado à ainda não constituição estrita das classes sociais, transformou o Estado, num momento de crise do imperialismo a nível internacional, no órgão privilegiado e decisivo para a passagem à produção industrial em larga escala. De tal sorte que o Estado recorreria à política econômica como forma de provocar a canalização de uma parte do excedente econômico agrícola para a esfera industrial.

Nesse sentido, a política cambial realizou a função de reordenar e reorientar as disponibilidades de capital, de modo a favorecer a industrialização. Os mecanismos de defesa dos setores do agrícolas, particularmente os de exportação, como o café, são instrumentos que exercem um papel importante na preservação e orientação do fluxo de capital. A proteção do fluxo de renda na cafeicultura, por meio da manipulação da taxa cambial, preserva o nível de emprego, pela manutenção do nível de renda dos cafeicultores, e favorece o parque industrial, por meio do "protecionismo cambial", nem sempre almejado de início. (...) Estes estímulos encontravam capacidade ociosa, o que facilitava a expansão imediata da produção das mercadorias exigidas pelo mercado interno impossibilitando de abastecer-se completamente no exterior; ou então, impulsiona a implantação de novas unidades fabris. Foi nesse linha que se deu andamento ao processo de substituição de importações. Estimulado e orientado por outras medias governamentais (tarifas, créditos, assistência técnica, favores fiscais, capital externo, etc.), esse processo cresceu e sofreu diferenciações, atendendo à produção de meios de consumo e caminhando bastante no sentido de satisfazer a produção de meios de produção (ibidem:34-35).

No entanto, a relação entre café e indústria explica mais que tão somente a origem de parte substancial dos recursos para a concretização dos investimentos. Para além desses aspectos, ela explica a concentração da indústria, tanto a nível regional quanto a nível de empresas – em outros termos, porque o desenvolvimento industrial se deu concentrado na região Sudeste, e mais intensamente no Estado de São Paulo. Explorar esse aspecto, de acordo com a perspectiva aqui adotada, é fundamental para se entender os desdobramentos sobre a consolidação do mercado de trabalho urbano, ou de um mercado de trabalho propriamente dito, típico de um sistema capitalista de produção. Como será abordado mais adiante, a concentração regional dos investimentos industriais e as possibilidades que se apresentavam para frações da população que ainda se vinculavam a formas extremamente precárias de trabalho, tanto nas atividades agrárias quanto urbanas, será fator decisivo para determinar que os fluxos populacionais, advindos de migrações internas e do êxodo rural, se concentrem na região, conduzindo à formação de um complexo de relações de trabalho caracterizadas pelo excedente de mão de obra. Antes, no entanto, de adentrar nesses aspectos, faz-se necessário apontar, de modo mais explícito, os fatores determinantes da concentração regional da indústria.

De fato, é exatamente pela expansão cafeeira ter-se dado na região Sudeste que determinará o desenvolvimento industrial nessa região, e não apenas pela concentração do excedente econômico. Como se sabe, a economia cafeeira na região, especialmente em São Paulo, foi a que apresentou maior dinamismo no contexto nacional. Para além desse aspecto, todo o centro dinâmico da economia nacional se organizava em torno da região – que ainda contava com a capital federal – de modo que ali se consolidou uma estrutura propícia à emergência de um setor industrial. O desenvolvimento da rede de transporte, através das ferrovias e do porto marítimo, a concentração de capitais nos bancos, a oferta de mão de obra via imigração e a construção de uma estrutura urbana, ou seja, a resolução de grande parte dos problemas de infraestrutura, deram as condições para que a região oferecesse o aporte mínimo para a consolidação de um setor industrial. Como colocado por Suzigan (1971:89-90):

Dois fatores foram decisivos para que São Paulo pudesse projetar, a partir dos anos vinte e principalmente após a depressão econômica de 1929-33, como a maior concentração industrial do país: em primeiro lugar, o afluxo de imigrantes europeus, que demandou àquele estado, em boa parte fruto de uma hábil política de imigração e colonização, o qual iria propiciar o aparecimento de um avariada classe empresarial, além de um número elevado, relativamente ao resto do país, de operários qualificados que viriam a ocupar as mais importantes posições no sistema produtivo da indústria; em segundo lugar, o rápido crescimento do potencial energético, principalmente de origem hidráulica, assim como da rede de distribuição dessa energia pelo interior do estado. (...) Junte-se a isso as facilidades de transportes encontradas pela indústria e que lhe foram legadas pela economia cafeeira; um mercado local razoavelmente desenvolvido como resultado do adensamento populacional propiciado tanto pela imigração estrangeira como pelas migrações internas; finalmente, a disponibilidade de capitais que buscavam aplicação na indústria, e se terá caracterizado as condições suficientes para o início de um processo de industrialização que se prolongou até nossos dias.

É nesses termos que se explica a expansão industrial na região Sudeste, e em especial no Estado de São Paulo. De modo que os desdobramentos da indústria no Brasil, longe de acompanharem o caso clássico de gradativa transformação de uma produção manufatureira ou artesanal para a produção mecanizada, ou de partirem da organização de uma política industrial orientada pelo governo federal, se explicam na convergência regional de uma série de elementos que, num quadro de crise externa, impulsionaram a diversificação dos investimentos em direção à indústria.

Tabela 3.1
Importação de bens de capital

Anos e médias anuais	Brasil		São Paulo	Máquinas e acessórios para a indústria têxtil		
	Total	Indústria	Para a indústria e agricultura	Brasil (1)	São Paulo (2)	(1) – (2)
1905-1906	100	100	100	-	-	-
1907-1908	152	148	180	-	-	-
1909-1910	200	173	214	-	-	-
1911-1912	359	208	481	-	-	-
1913	351	238	-	100	100	100
1914-1915	95	69	-	16	19	15
1916-1917	70	50	-	17	24	13
1918-1919	107	79	122	21	32	16
1920	233	188	283	32	37	29
1921-1922	168	169	221	48	70	38
1923-1924	244	211	243	71	106	55
1925	420	326	582	134	182	111
1926-1927	328	217	374	64	71	61
1928	369	207	453	47	68	37

Notas: Os dados das colunas “total” e “indústria” indicam o quantum das importações. Para a indústria têxtil, os índices são calculados com base nas quantidades físicas (em toneladas) importadas de “máquinas e acessórios para a indústria têxtil”; O índice “para a indústria e agricultura” é calculado da mesma forma. É provável que a composição do item “para a indústria e agricultura” em São Paulo esteja mais próxima do item “total”, para o Brasil.

Fonte: Cano (1990).

Fato é que parte substancial dos investimentos industriais foi realizada em São Paulo, determinando uma concentração industrial no Estado. Ainda que este constitua um fenômeno que teve início no início do século XX – o grande salto quantitativo da indústria em São Paulo ocorre entre 1905 e 1907 – é a partir dos anos 1920 que se instaura uma nova onda de expansão descolada do crescimento do resto do país, conduzindo a um processo concentrador. Os dados da tabela 3.1 mostram como o crescimento industrial em São Paulo foi acelerado quando comparado com os dados para o restante do país. Para todo o período analisado, a importação de máquinas em São Paulo é superior ao verificado para o Brasil, apresentando crescimento vertiginoso até 1913, quando o índice é quase cinco vezes mais que no início do período analisado. Tais índices permitem apontar um avanço da indústria paulista sentido à ampliação da capacidade produtiva, frente a uma demanda também em franca expansão, especialmente após a baixa oferta de bens industrializados durante a I Guerra Mundial.

De modo que a expansão industrial em São Paulo tinha benefícios do ponto de vista da oferta e da demanda. Em relação ao segundo aspecto, até a década de 1920, o parco complexo industrial e sua capacidade de oferta estavam aquém do mercado, também atendido por importações, e portanto tinha largo horizonte para a ampliação da capacidade produtiva. Se, durante a Primeira Guerra, a concentração da produção industrial se deu por estímulo – ou seja, para atender à demanda do resto do país momentaneamente insatisfeita pelas restrições do comércio internacional – a partir da década de 1920 ela se dará por necessidade, tendo que conquistar mercados exteriores ao Estado para viabilizar o processo de acumulação. É assim que o Estado de São Paulo consolida sua posição como principal região industrial do país: se em 1907 respondia por 15,9% da indústria nacional, em 1929 essa cifra atingiria 31,5%, chegando ao total de 45,4% em 1939 e 55,6% vinte anos mais tarde (SIMONSEN, 1973). Ou seja, ao fim dos anos 1950, mais da metade da produção industrial do Brasil se concentrava no Estado de São Paulo.

Assim, de acordo com Cano (1990), é possível dizer que havia uma crescente integração do mercado nacional, mas que revelava um específico sistema de trocas inter-regionais: de São Paulo para o resto do país, aumentando continuamente a exportação de produtos industriais, ao passo que as importações paulistas vão cada vez mais se constituindo de matérias-primas e gêneros alimentícios, demonstrando claramente uma relação estrutural de comércio do tipo centro-periferia. Do total exportado por São Paulo, a participação do que vai para o exterior, que era bastante elevada na primeira década do século XX – acima de 85% - cai gradativamente, chegando a menos de 75% nos anos 1920. De tal forma que as exportações para os demais Estados, antes inferiores a 15%, sobem paulatinamente para mais de 25%, chegando a mais de 50% após a crise de 1929.

Apesar da sua predominância em São Paulo, a indústria também se desenvolveu em outros Estados, especialmente na Guanabara, então capital federal – que, pelas externalidades trazidas pelo desenvolvimento do comércio, dos transportes, dos serviços e pela aglutinação de mão de obra, também criava um ambiente favorável à implantação da indústria. No entanto, apesar de ter se beneficiado com o fato de ser o centro político e comercial no Brasil, tanto a crise cafeeira do início do século XX quanto o crescimento da indústria em São Paulo promoveram uma relativa atrofia em sua indústria a partir da década de 1920.

Sua relevância no setor industrial, de fato, se deu antes do surto expansionista ocorrido após a crise de 1929. Os dados do censo industrial de 1920 apontam que 48,7% do capital declarado pelas indústrias da Guanabara pertenciam a empresas fundadas antes de 1890, de modo que, em 1889, o Estado detinha 57% do capital industrial brasileiro – índice que, 20 anos mais tarde, cairia a 29%. Apesar de contar com importante mercado urbano, além dos mercados da tributária região cafeeira, três elementos explicam a relativa decadência econômica da região, e seu reflexo sobre a retração da indústria.

Em primeiro lugar, a atrofia da antiga economia cafeeira, situada no Vale no Paraíba e na região de Minas Gerais, criava impactos diretos sobre a arrecadação do Estado, especialmente no que diz respeito à questão tributária. Em segundo lugar, e em decorrência, a expansão cafeeira paulista não apenas criou um conjunto de condições favoráveis à concentração dos investimentos industriais, mas também deslocou o eixo dinâmico da economia, transferindo conjuntamente a produção manufatureira. Por fim, a baixa possibilidade de exploração do mercado interno ao Estado e da região limítrofe, que perdiam dinâmica na esteira da retração econômica da região. Dessa forma, a região perde gradualmente importância como região industrializada, abrindo espaço para a expansão que ocorrerá em São Paulo.

Mas a perda relativa de espaço não invalida a importância industrial da Guanabara, especialmente se objetivamos entender o papel que cumpre, regionalmente, para a atração de mão de obra de outras regiões do Brasil. A despeito da pequena recuperação a partir dos anos 1920, promovida indiretamente pela recuperação da economia cafeeira em Minas Gerais e pela expansão cafeeira do Espírito Santo, acionando novamente os recursos tributários no Estado, é no setor de serviços que a Guanabara irá ganhar relativo destaque – já em 1919, 61,6% da população economicamente ativa estava alocada na produção de serviços. Adicionalmente, os dados das Contas Nacionais apresentados por Cano (1990) apontam para a importância da região no setor de serviços. Como é possível perceber a partir da tabela 3.2, o estado da Guanabara apresenta a maior renda do setor governo como fração da renda interna total – três vezes a porcentagem de São Paulo e o dobro em relação aos demais estados – ao passo que o Estado de São Paulo apresenta a porcentagem mais elevada da renda gerada por produção física em relação à renda interna total, apontando

que, em 1939, quase metade da renda de produção física gerada no Brasil se dava neste estado. Quando comparada a renda do setor governo com a renda de produção física – 46,5% para a Guanabara – fica mais latente a importância que os serviços alcançaram na região, frente à produção industrial.

Tabela 3.2
Relação entre renda do setor governo, renda gerada pela produção física e renda total interna (1939)

	Y_g/Y_f	Y_g/Y_t	Y_f/Y_t
Guanabara	46,5%	12,0%	25,8%
São Paulo	9,3%	4,1%	44,7%
Demais Estados	11,2%	6,3%	56,0%

Y_g = renda do setor governo.

Y_f = renda gerada pela produção física.

Y_t = renda interna total

Fonte: Contas Nacionais do Brasil. Cano (1990)

Assim, apesar da relativa retração e da mudança do eixo central de sua economia, a Guanabara mantinha sua importância na geração do produto nacional pelo avanço do setor de serviços, especialmente o comércio. Por esse motivo, era centro atrativo de mão de obra, dado a capacidade e necessidade de absorção de trabalho nesse setor. De modo que, para o debate que pretende-se desenvolver, o estado da Guanabara contribuiu de forma fundamental, ainda que não preponderante, para a consolidação da região Sudeste com principal região econômica do país e que, por essas características, seria o grande centro atrativo de força de trabalho.

Apenas em termos de contraponto, faz-se uma breve consideração sobre as condições da indústria nas demais regiões brasileiras. Com exceção de São Paulo e de Guanabara, os demais estados brasileiros ou eram desprovidos de indústria, ou haviam implantado uma indústria de base agrícola tradicional, relativamente especializada e complementar.

Na Bahia, destaca-se a cidade de Salvador, que pelo fato de ser a segunda cidade em população ao final do século XIX, com significativa população urbana de homens livres, conjugado à presença do porto e às condições propícias no tocante a matérias-primas e

capital, acabou se tornando o centro pioneiro da produção capitalista de fábrica no Brasil, vinculada à indústria do algodão. Ainda no Nordeste, Recife se desenvolveu como importante polo da indústria têxtil na segunda metade do século XIX, favorecido pela facilidade de acesso à matéria-prima, pela existência de mercado consumidor interno e pela expansão de capitais no período do Encilhamento. No Norte, a indústria se desenvolveu em Belém, polo urbano isolado, mas que conseguiu implantar setores da construção civil, gráficos e serviços com um contingente não desprezível de trabalhadores assalariados. Na região Sul, a indústria ganha certa relevância no Estado do Rio Grande do Sul, com o desenvolvimento da produção artesanal e de manufaturas nas cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre – todas elas favorecidas pelo porto do Rio Grande e pelo seu papel central como polo estratégico do comércio colonial.

Minas Gerais talvez seja o caso mais expressivo de desenvolvimento industrial, à parte os casos de São Paulo e Guanabara. Favorecido pela forte tradição artesanal, pela urbanização precoce e pelo elevado contingente populacional, será possível verificar ali uma proliferação de pequenas e desprezíveis unidades manufatureiras, que rapidamente se converteram em indústrias têxteis, ainda assim caracterizadas pela descentralização espacial e por seu reduzido tamanho (FOOT E LEONARDI, 1982).

No entanto, a produção industrial nessas regiões não viria a se consolidar, antes sofrendo forte retração. É assim que, na esteira do impulso industrial paulista, a maioria das regiões apresentou queda na participação no produto industrial nacional, com exceção de Minas Gerais – única, a rigor, a ter aumento na participação de sua indústria no total da indústria nacional. Considerando os centros para os quais houve relativo desenvolvimento industrial, é possível apontar alguns fatores que possam explicar sua estagnação e consequente desarticulação ao longo do primeiro quarto do século XX. Em primeiro lugar, a tendência à fragmentação das atividades e a falta de interesse pelo território nacional, que conduziu a uma industrialização regionalizada, sem uma costura sólida com as demais regiões, a partir da articulação de mercados consumidores. Em segundo lugar, a falta de uma política, por parte do governo federal, de desenvolvimento regional articulado, que permitisse o avanço individual de cada um das regiões, mas articulada aos mercados nacionais. Em terceiro

lugar, e em decorrência dos dois fatores já apontados, a própria falta de articulação da burguesia brasileira.

São esses aspectos que clarificam a percepção da ausência direta de um plano de industrialização orientado nacionalmente e articulado regionalmente pelo governo federal, ainda que algumas políticas apontassem para um específico incentivo à expansão do processo de substituição de importações. Tais são os casos da tentativa de se institucionalizar as funções do Estado mediante a industrialização - orientado pela adequação do arcabouço institucional à indústria, geração de infra estrutura básica, fornecimento de insumos básicos e captação e distribuição de poupança - ou mesmo a partir da implementação de políticas como o confisco cambial, cujo objetivo era transferir renda da agricultura para a indústria, e as práticas protecionistas. No entanto, essas ações esbarravam tanto nas dificuldades de planejamento quanto de financiamento, os quais acabaram por determinar que o Estado brasileiro tivesse uma função mais articuladora neste momento da expansão industrial.

Do ponto de vista da burguesia nacional, especialmente a industrial, pode-se apontar que a mesma nasce subordinada a interesses externos e, por isso, sem capacidade de se articular em torno de um plano de desenvolvimento nacional autônomo. Os investimentos externos, especialmente os ingleses, efetivaram-se ainda no final do século XIX, com força maior nos setores de transporte e comércio, com relativo controle sobre a exportação e distribuição do café produzido em solo brasileiro. Devido a essa articulação, o lento e tímido processo de formação de uma burguesia no Brasil, cuja origem estava na acumulação do capital cafeeiro, se deu diretamente associado ao capital estrangeiro, uma vez seus recursos sendo fundamentais na expansão da produção de café.

No entanto, o caráter dessa burguesia sofre alterações com a passagem do capitalismo à sua fase imperialista, e a conseqüente intensificação da penetração do capital financeiro no país - momento que se dá, portanto, em consonância com a expansão industrial no Brasil. De modo que, se de um lado o crescimento do setor industrial foi viabilizado pela acumulação de capital dos cafeicultores, de outro lado ele foi impulsionado por empréstimos estrangeiros, que muitas vezes eram efetivados a partir da associação a projetos industriais. Nesse sentido, a presença permanente do capital inglês na economia brasileira ocorreu não

apenas de forma associada, mas também a partir de um conjunto de investimentos diretos, realizados desde final do século XIX: moinho no Rio de Janeiro, fábricas de linho e sapatos em São Paulo, e mineração, metalurgia e siderurgia em Minas Gerais (FOOT E LEONARDI, 1984). A entrada dessas empresas garantiu, gradualmente, o monopólio de importantes setores da economia, a partir da instalação de capitais excedentes na Europa, reforçando o caráter do Brasil na divisão internacional do trabalho. Para além deste aspecto, determinou a existência de uma burguesia que, ainda vinculada às formas de organização social e produtiva da produção rural, não conseguiu compor um projeto próprio e autônomo de desenvolvimento nacional, na determinação dos rumos da indústria e da economia brasileira, que fosse descolado dos interesses externos. Mais uma vez, os desdobramentos da economia brasileira eram determinados pelos interesses internos⁵⁰.

Os elementos apresentados até então nos permite dizer, em síntese, que a especificidade da industrialização brasileira se pontua em três aspectos. Em primeiro lugar, o fato do início e expansão da indústria ter ocorrido em consonância com as crises mais notáveis do sistema econômico mundial, as quais propiciaram, direta e indiretamente, condições favoráveis à configuração da realocação do excedente agrícola, de modo que a maturidade do sistema econômico e social nacional somente tenha se realizado com a comoção interna da estrutura econômica mundial. Ainda que já existisse no Brasil uma indústria incipiente antes de 1930, a ausência de um plano nacional de industrialização irá resultar no fato de que apenas a ocorrência de crise externa, e seus reflexos sobre a geração interna de renda, apontem para os investimentos industriais que, num primeiro momento, foram apresentados como alternativa para salvaguardar os excedentes agrícolas. Em segundo lugar, a singularidade da burguesia industrial brasileira, que se manifesta na sua não composição clara enquanto classe homogênea, dotada de projeto próprio - fazendo parte de sua composição, além dos industriais, a oligarquia cafeeira e os representantes do capital externo - que resultava na repartição de sua hegemonia com outras facções. Tais são os aspectos que apontam para a necessidade de ação do Estado para a consecução da industrialização, especialmente na implementação de políticas que garantissem a realocação lucrativa do excedente agrícola,

⁵⁰"O Brasil havia sido integrado no mercado mundial capitalista controlado pelas diferentes burguesias imperialistas. Sua integração tinha se dado sob a égide do capital financeiro internacional. A debilidade social da burguesia que aqui foi se formando a partir do final do século XIX, sua origem rural, seus vínculos econômicos e de parentesco com os latifundiários, assim como sua dependência em relação ao capital estrangeiro ao qual estava, desde o início, subordinada, fizeram com que não pudesse se dar, no país, um completo processo de industrialização." (ibidem:79).

bem como a manutenção da rentabilidade deste setor a partir da garantia de seus mercados. Em terceiro lugar, e em decorrência dos fatores anteriores, a articulação entre os fatores externos - guerras, expansão imperialista e crise de 1929 - e os fatores internos - política cambial, protecionismo, defesa do fluxo de renda no setor exportador - para efetivar a modificação do eixo dinâmico da economia nacional em direção à indústria, oferecendo o conjunto de elementos necessários ao acionamento do processo de substituição de importações. Por fim, o fato da expansão industrial, a partir da década de 1930, ter ocorrido de modo concentrado na região Sudeste, especialmente em São Paulo, fato que se explica, de um lado, pela articulação dos investimentos industriais ao excedente agrícola, que tinha no estado de São Paulo a principal região produtora de café e, por isso, geradora de excedente, e a ausência de um plano de desenvolvimento nacional, com vistas a impedir a decadência de determinadas regiões e incentivar a expansão em outras. Se houve articulação econômica a nível nacional nessa etapa, ela se dava fundamentalmente pela relação entre São Paulo, produtor de bens manufaturados, e as demais regiões, produtoras de bens complementares⁵¹.

Explorados esses aspectos, há que se chamar a atenção para o porque são fatores importantes para se compreender a formação do excedente de mão de obra no Brasil, especificamente na região sudeste.

No que tange ao primeiro aspecto - a concentração industrial no Sudeste, especialmente em São Paulo - tem-se que foi elemento decisivo na determinação dos fluxos migratórios internos, contribuindo, dessa maneira, para a concentração populacional na região - a qual, via de regra, iria alcançar patamar superior à capacidade de absorção da atividade econômica. Considerando o período de decadência ou estabilização de algumas regiões, a fraca articulação política para a ocupação de territórios, em direção ao Centro e ao Oeste, e as dificuldades de absorção de mão de obra no campo - fosse pelo esgotamento da capacidade de investimento, fosse pela adoção de técnicas mais avançadas de produção, capazes de substituírem a força de trabalho - era inevitável o deslocamento da população rumo à região mais dinâmica do país. O crescimento das cidades, conjugado ao avanço da indústria, abriam a possibilidade não apenas de acesso ao trabalho e a melhores formas de

⁵¹ Alguns desses fatores foram adaptados de Ianni (1965).

trabalho, mas também à melhoria das condições de vida. É nesse sentido que o acionamento do deslocamento do eixo dinâmico da agricultura para a indústria de forma concentrada, ou seja, sem difundir tal dinâmica para outras regiões do país, acabaram por determinar a concentração dos fluxos migratórios à mesma região que, uma vez adicionados ao conjunto de imigrantes externos, conformariam um excedente de mão de obra no principal centro econômico brasileiro.

Em relação ao segundo aspecto - a formação de uma burguesia nacional dependente -, a ausência de um plano de desenvolvimento nacional, elaborado e estruturado com via a resolver os gargalos internos da economia brasileira, sem se levado em conta as especificidades histórica de sua estrutura econômica e social, contribuíram para a concentração dos contingentes populacionais ao não permitir a efetivação de um conjunto de investimentos regionalizados e integrados de modo a impedir a decadência de determinadas regiões. Sem desconsiderar as dificuldades de realização de um projeto de desenvolvimento articulado nacionalmente para uma economia agroexportadora num momento de crise internacional, a sua não realização permitiu que regiões antes dotadas de dinâmica própria - como era o caso de alguns estados do Nordeste e da produção de borracha na Amazônia - não pudessem se desenvolver e, em certo sentido, criar uma articulação autônoma com as demais regiões do país. Com a decadência econômica de algumas regiões, à população não se oferecia outra alternativa a não ser, de um lado, o retrocesso à economia de subsistência - como de fato veio a ocorrer no Norte do Brasil - ou a tentar a sorte em outras regiões. Desse modo, a prevalência dos interesses de uma oligarquia latifundiária, que articulava seus investimentos industriais como forma de salvaguardar os recursos do café, e a gradual ocupação de importantes setores da economia pelo capital estrangeiro, especialmente o inglês, colocou em outro plano os interesses nacionais e, em decorrência, os interesses da população.

Se, então, é o desenvolvimento industrial que promove a convergência populacional, no segundo quarto do século XX, para as regiões mais dinâmicas do país e que, por isso, irá determinar a formação de um excedente de mão de obra, cabe destacar o porque é apenas com a indústria que esse excedente, de fato, ganha forma. Como discutido no capítulo anterior, desde a segunda metade do século XIX, correntes imigratórias de várias regiões do

mundo se dirigiram para o Brasil, fator que atendia tanto aos interesses dessa população - que viam no Brasil, enquanto nação em formação, uma possibilidade de se tornarem grandes proprietários ou, no limite, de fugir das condições de miséria dos seus respectivos países - quanto aos interesses das oligarquias rurais, que naquele momento buscavam alternativas à reposição da mão de obra após fim da escravidão. Como salientado, ao longo de todo o período de intensa imigração, que atinge seu ápice no início do século XX, chegaram ao Brasil um contingente de trabalhadores acima do necessário para o atendimento da demanda seja na produção cafeeira, seja nas atividades que surgiam com a expansão urbana - fator também de extrema importância, uma vez garantidor de uma permanente oferta de mão de obra.

O ponto central é que, uma vez destinados em sua grande maioria para as lavouras do café, os imigrantes nem sempre estabeleciam relações de trabalho salariais com os cafeicultores. Ainda que o trabalho fosse remunerado - os elementos da escravidão permaneciam apenas na forma de ser do trabalho -, o tipo de remuneração era variável, fator que caracterizou os regimes de parceria e colonato. O mesmo acontecia nas cidades: em diversas ocasiões, o trabalho era trocado por moradia e alimentação. Nesses termos, não era estabelecido entre esses agentes relações de trabalho tipicamente capitalistas.

Reivindicando, mais uma vez, a análise empreendida por Marx na compreensão da forma de organização da produção e das trocas no sistema capitalista, tem-se que a efetivação do processo de trocas, e de consequente aquisição de bens necessários à satisfação das necessidades humanas, ocorre a partir da compra e venda de mercadorias, dentre as quais se inclui a força de trabalho. A força de trabalho, uma vez acionada no processo produtivo, produz valores, apropriados pelo capitalista, e é remunerada a partir dos salários, os quais tem como fundamento o mínimo necessário à reprodução dessa classe. Uma vez o acesso a esses bens só sendo possível através do mercado, as relações de trabalho tipicamente capitalistas pressupõe a existência de um salário monetário a ser intercambiado por trabalho efetivo.

O que se tem, então, no interregno entre o fim do trabalho escravo e a expansão industrial a partir dos anos 1920 é um caleidoscópio de relações de trabalho e formas de remuneração sem definição própria - e, portanto, típicas de um período de transição. Não estranhamente,

muitas dessas formas não sobreviveram e, ao contrário, com o tempo, convergiram para as remunerações monetárias. Do que se pretende dizer que, a medida em que as relações produtivas caminham sentido ao estabelecimento dos elementos típicos de um sistema capitalista e, portanto, o capitalismo alcança todos os espaços produtivos, as relações de trabalho necessariamente caminham no mesmo sentido.

Durante esse interregno, e mesmo antes, algumas possibilidades estavam disponíveis à população que não desejasse se submeter ao regime de trabalho imposto pela lavoura - como, por exemplo, os grupos que viviam precariamente de subsistência, ou os trabalhadores livres que ofertavam sua mão de obra apenas por curtos períodos, suficiente para garantir sua reprodução por alguns meses. Com o avanço do capitalismo, essas possibilidades se tornam cada vez menos recorrentes. O modo de produção capitalista, ao ocupar os espaços, tende não apenas a transformá-los em elementos reprodutores do capital, mas também de submeter toda a massa populacional a seu regime de trabalho e, por isso, também transformá-la em força de trabalho. Ao se expandir, o capitalismo não deixa margem para a existência de formas de produção fora de sua lógica de organização. E, por isso, determina que a população, mais que representativa de uma força de trabalho, seja uma força de trabalho nos moldes do capitalismo.

É, então, a indústria que consolida, para além da força de trabalho, a existência de um mercado de trabalho. Ainda que, no caso do Brasil, a origem da indústria não se concretize seguindo o caso clássico inglês - ou seja, da gradual passagem da manufatura à indústria -, mas sim de forma irregular e respondendo aos efeitos de crises internas e externas, algo não impensável para uma economia tipicamente agroexportadora, tal elemento não será entrave à formação dessa classe trabalhadora própria a uma economia capitalista industrial - essa sim seguindo as formas clássicas, de proletarização do campesinato ou de parte dele. Para o que foi fundamental também a formação de mercados consumidores, incipientes e restritos mesmo após o fim da escravidão, e em sua maioria abastecido por produtos importados. Uma indústria só pode sobreviver se há mercado consumidor, e para que tal exista e se expanda, é necessário a existência de um sistema de remuneração permanente para todas as classes. Postos esses dois elementos centrais - de um lado, a oferta de mão de obra e de

outro, a implantação de um sistema industrial - cria-se as condições para a consolidação de um sistema propriamente capitalista de produção.

Tal como pontuado por Singer (1987:56):

[a] formação da classe operária só poderia tomar impulso quando surgissem mercados crescentes para produtos manufaturados e de alguma forma reservados aos produtores locais. (...) A substituição do braço escravo pelo trabalhador livre teve por efeito elevar o nível de consumo dos engajados na produção par o mercado externo. (...) Além disso, a construção mais acelerada de estradas de ferro, nas últimas décadas do século XIX, unificou numerosos mercados locais em mercado regionais. Tornava-se possível distribuir produtos manufaturados a partir de um centro regional por dezenas de cidades e vilas, o que proporcionou a vantagem necessária ao desenvolvimento da produção manufatureira e industrial.

E conclui:

Tudo isso transformou a formação da classe operária de um processo incipiente e socialmente insignificante no principal vetor de mudança da sociedade brasileira. Em lugar de senhores e escravos ou fazendeiros e colonos e agregados, surgiram duas novas classes sociais: burguesia e proletariado. O desenvolvimento econômico tomou, a partir dos anos 80 do século passado, a forma de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, de relações sociais de produção em que o controle e a direção do processo de produção se concentrou nas mãos de uma classe de capitalistas industriais e a execução do mesmo processo passou a ser encargo de uma classe de trabalhadores assalariados "puros", quer dizer, cuja sobrevivência dependia exclusivamente de seus ganhos salariais.

É a partir dessas condições e, mais especificamente, da constituição de um mercado de trabalho na economia brasileira, quer será operados os elementos que levarão à formação do excedente de mão de obra - dos quais se destacam o êxodo rural e as migrações internas.

3. Os fatores populacionais: êxodo rural e migrações internas

O desenvolvimento da indústria é um dos elementos centrais para se entender, em certo sentido, os deslocamentos populacionais entre regiões, assim como entre as zonas rural e urbana, ocorridos no Brasil a partir dos anos 1920. Quando a expansão da indústria ocorre de forma concentrada, como foi o caso brasileiro, resulta também na concentração da população, levando em conta a possibilidade de acesso a emprego e a melhores condições de vida, propiciada pela decorrente organização da estrutura urbana. Tais são os elementos principais, ainda que não isoladamente, que devem ser levantados na análise da formação e das características do mercado de trabalho brasileiro. Por essas razões, faz-se necessário a análise das migrações internas e do êxodo rural⁵² que ocorreram no Brasil na primeira metade do século XX.

O grande entrave à análise do êxodo rural no Brasil é que não há, para o período considerado, um registro sistemático da entrada, nos centros urbanos, de pessoas procedentes da zona rural, tampouco dados sobre a população rural do Brasil, disponíveis apenas a partir de 1940. Assim, seguindo a metodologia de análise proposta por Camargo (1968), o que será feito é uma verificação indireta, que consiste no confronto da população rural existente no país em diversos censos consecutivos, bem como sua comparação com a população total a partir de 1940, levando em conta o balanço vegetativo da população rural. Além desse mecanismo, é também possível realizar tal análise a partir da avaliação da expansão do contingente populacional nas regiões urbanas e semiurbanas, e das modificações da composição da população nos diferentes setores (primário, secundário e terciário).

⁵² A rigor, os movimentos populacionais decorrentes do êxodo rural são enquadrados como um tipo de migração interna. No entanto, faz-se aqui essa diferenciação - ou seja, êxodo rural para os deslocamentos rural-urbano e migrações internas para o deslocamento urbano-urbano - pelo entendimento de que um país cuja dinâmica econômica é determinada pelo setor agroexportador tem elevada porcentagem de seu contingente populacional vinculado à atividades rurais, parte da qual irá se deslocar para as regiões urbanas nos momentos de crise da atividade agrícola e/ou de expansão das atividades urbanas. De modo que trabalhamos com a noção de êxodo rural como a emigração de uma quantia substantiva de pessoas de zonas rurais para centros urbanos, não implicando necessariamente na ocorrência de vazios demográficos.

Tabela 3.3
População total e rural, segundo as regiões geoeconômicas – 1940, 1950 e 1960 (em pessoas)

Regiões geoeconômicas	População					
	Rural			Total		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Norte	1.056.628	1.263.788	1.618.241	1.462.420	1.844.655	2.601.519
Nordeste	11.052.907	13.228.605	14.748.192	14.434.080	17.973.413	22.428.873
Sudeste	11.113.926	11.827.760	13.251.662	18.345.831	22.548.494	31.056.432
Sul	4.144.830	5.527.885	7.404.392	5.735.305	7.840.870	11.873.495
Centro-Oeste	987.842	1.313.468	1.953.760	1.258.649	1.736.965	3.006.866
Brasil	28.356.133	33.161.506	38.976.247	41.236.315	51.944.397	70.967.185

Notas: Para a região Norte, informações dos estados de Rondônia, Roraima e Macapá disponíveis a partir de 1950. No Nordeste, dados apenas do total da população de Fernando de Noronha, a partir de 1950. No Centro-Oeste, dados do Distrito Federal a partir de 1960.

Fonte: 1940: Anuário Estatístico do Brasil. 1950: Conselho Nacional de Estatística do IBGE. 1960: Anuário Estatístico do Brasil. Adaptado de Camargo (1968).

Tabela 3.4
População total e rural, segundo as regiões geoeconômicas - 1940, 1950 e 1960 (índices em porcentagem)

Regiões geoeconômicas	População						
	Rural/Total			1940 a 1950		1950 a 1960	
	1940	1950	1960	Total	Rural	Total	Rural
Norte	72,3	68,5	62,2	26,1	19,6	41,0	28,0
Nordeste	76,5	73,6	65,8	24,3	19,6	24,8	11,5
Sudeste	60,6	52,5	42,7	22,9	6,9	37,7	12,0
Sul	72,3	70,5	62,4	36,7	33,4	51,4	33,9
Centro-Oeste	78,5	75,6	65,0	38,0	33,0	73,1	48,7
Brasil	68,8	63,8	54,9	26,0	16,9	36,6	17,5

Notas: Para a região Norte, informações dos estados de Rondônia, Roraima e Macapá disponíveis a partir de 1950. No Nordeste, dados apenas do total da população de Fernando de Noronha, a partir de 1950. No Centro-Oeste, dados do Distrito Federal a partir de 1960.

Fonte: 1940: Anuário Estatístico do Brasil. 1950: Conselho Nacional de Estatística do IBGE. 1960: Anuário Estatístico do Brasil. Adaptado de Camargo (1968).

Analisando os dados das tabelas 3.3 e 3.4, é possível observar que, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, para nenhuma das regiões o crescimento da população rural foi superior ao crescimento total da população, diferenças essas que foram mais marcantes nas regiões Sudeste e Sul. A população radicada na zona rural, que era de 68,8% em 1940, cai para 54,9% em 1960 – ao passo que a população total cresce em quase 30 milhões de habitantes,

a população rural cresce apenas 10 milhões. Essas informações se tornam mais claras quando se compara o crescimento percentual da população total com o da população rural: enquanto o primeiro cresceu 26,0% entre 1940 e 1950 e 36,6% entre 1950 e 1960, o segundo cresceu, respectivamente, 16,9% e 17,5%.

Importa considerar que, a rigor, o comportamento do caso brasileiro não é reflexo do que acontece em cada uma das regiões, ou seja, especificamente, o comportamento das variáveis relativas à população rural e urbana apresenta variações distintas em cada uma das regiões, de modo não convergente ao caso brasileiro. Ainda que não seja nosso objetivo compreender o que ocorreu individualmente em cada estado, faremos uma análise do caso da região Sudeste – que, seguindo nossa argumentação, foi a região que mais recebeu correntes migratórias e de êxodo rural atraídas pelo desenvolvimento urbano-industrial – bem como da região Sul, que apresentou crescimento considerável da indústria, e da região Nordeste, cuja importância nos períodos precedentes era centrada na produção agrícola.

No tocante à região Sudeste, os dados mostram que, entre 1940 e 1950 e entre 1950 e 1960, o crescimento da população total foi de 22,9% e 37,7%, enquanto o crescimento populacional rural foi de apenas 6,9% e 12,0%, respectivamente. De modo que a população rural, que representava 60,6% da população total em 1940, cai a menos da metade em 1960, passando a representar 42,7%. Em termos absolutos, o crescimento da população rural foi de 2.137.736 habitantes, número bem inferior aos 12.710.601 representantes do crescimento da população total. A região Sul apresenta comportamento similar, no entanto, com uma menor diferença entre o crescimento da população rural e total para o primeiro período considerado. Em 1940 e 1950, o crescimento da população rural foi de 33,4% e 33,9%, enquanto a população total apresentou crescimento de 36,7% e 51,4%, respectivamente. Tal incremento fez com que a porcentagem da população rural na total passasse de 72,3% em 1940 para 62,4% em 1950. Por sua vez, o Nordeste apresenta pouca modificação do crescimento da população total entre os períodos 1940-1950 e 1950-1960, mas cai de modo significativo o crescimento da população rural – que passa de 19,6% no primeiro período para 11,5% no segundo período – fator que fica expresso na queda da relação entre a população rural e a total, que vai de 76,5% em 1940 para 65,8%. Tal variação indica, como nos casos do Sudeste e Sul, que o crescimento da população se deu

fundamentalmente pelo incremento da população urbana, a qual se deve, em parte, pelo deslocamento da população rural.

Assim, pelo critério da comparação entre a evolução da população rural e da população total, considerando que o diferencial entre ambas expressa o contingente da população urbana, os dados do censo mostram, tanto a partir do crescimento absoluto da população total acima da população rural, quanto pela redução do índice que expressa a relação entre a população rural e a total, que houve considerável deslocamento da população das zonas rurais para as zonas urbanas, expressando um possível forte movimento advindo do êxodo rural – uma vez que parte do comportamento dessas variáveis podem ser resultado do crescimento vegetativo da população. De modo que, mesmo não sendo possível, a partir desses dados, apontar a intensidade do êxodo rural, é sem dúvida possível indicar o mesmo como fator determinante do deslocamento populacional.

Tabela 3.5
População total e rural: regiões Sudeste, Sul e Nordeste – 1940, 1950 e 1960 (em
personas)

Regiões geoeconômicas	População					
	Rural			Total		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Sudeste	11.113.926	11.827.760	13.251.662	18.345.831	22.548.494	31.056.432
Minas Gerais	5.043.376	5.397.738	5.858.323	6.736.416	7.717.792	9.798.880
Serra dos Aimorés	65.459	152.960	350.381	66.994	160.072	384.297
Espírito Santo	593.099	666.627	808.976	750.107	861.562	1.188.665
Rio de Janeiro	1.152.656	1.205.835	1.325.507	1.847.857	2.297.194	3.402.728
Guanabara	245.131	74.388	83.755	1.764.141	2.377.451	3.307.163
São Paulo	4.012.205	4.330.212	4.824.720	7.180.316	9.134.423	12.974.699
Sul	4.144.830	5.527.885	7.404.392	5.735.305	7.840.870	11.873.495
Paraná	934.004	1.587.259	2.949.781	1.236.276	2.115.547	4.277.763
Santa Catarina	924.623	1.197.785	1.451.562	1.178.340	1.560.502	2.146.909
Rio Grande do Sul	2.286.203	2.742.841	3.003.049	3.320.689	4.164.821	5.448.823
Nordeste	11.052.907	13.228.605	14.748.192	14.434.080	17.973.413	22.428.873
Maranhão	1.049.617	1.308.960	2.043.630	1.235.169	1.583.248	2.492.139
Piauí	693.404	875.112	965.216	817.601	1.045.696	1.236.368
Ceará	1.616.004	2.015.846	2.213.027	2.091.032	2.695.450	3.337.856
Rio Grande do Norte	603.770	714.156	722.069	768.018	967.921	1.157.258
Paraíba	1.110.880	1.256.543	1.309.972	1.422.282	1.713.259	2.018.023
Pernambuco	1.900.432	2.227.785	2.280.211	2.688.240	3.395.185	4.136.900
Alagoas	722.174	806.758	842.834	951.300	1.093.137	1.271.062
Fernando de Noronha	-	-	-	-	581	1.389
Sergipe	376.085	439.377	464.344	542.326	644.361	760.273
Bahia	2.980.541	3.584.068	3.906.889	3.918.112	4.834.575	5.990.605

Notas: No Nordeste, dados apenas do total da população de Fernando de Noronha, a partir de 1950.

Fonte: 1940 – Anuário Estatístico do Brasil. 1950 – Conselho Nacional de Estatística do IBGE. 1960 – Anuário Estatístico do Brasil. Adaptado de Camargo (1968).

Tabela 3.6
População total e rural: regiões Sudeste, Sul e Nordeste – 1940, 1950 e 1960 (índice em porcentagem)

Regiões geoeconômicas	População						
	Rural/Total			1940 a 1950		1950 a 1960	
	1940	1950	1960	Total	Rural	Total	Rural
Sudeste	60,6	52,5	42,7	22,9	6,9	37,7	12,0
Minas Gerais	74,9	69,9	59,8	14,6	7,0	27,0	8,5
Serra dos Aimorés	97,7	95,6	91,2	138,9	133,4	140,1	129,1
Espírito Santo	79,1	77,4	69,8	14,9	12,4	37,9	21,9
Rio de Janeiro	62,5	52,5	39,0	24,3	4,4	48,1	9,9
Guanabara	13,9	3,1	2,5	34,8	-69,7	39,1	12,6
São Paulo	55,9	47,4	37,2	27,2	7,9	42,0	11,4
Sul	72,3	70,5	62,4	36,7	33,4	51,4	33,9
Paraná	75,6	75,0	69,0	71,1	69,9	102,2	85,8
Santa Catarina	78,5	76,8	67,6	32,4	29,5	37,6	21,1
Rio Grande do Sul	68,9	65,9	55,1	25,4	20,0	30,8	9,5
Nordeste	76,5	73,6	65,8	24,3	19,6	24,8	11,5
Maranhão	85,0	82,7	82,0	28,2	24,7	57,4	56,1
Piauí	84,8	83,7	76,4	27,9	26,2	20,8	10,3
Ceará	77,3	74,8	66,3	28,9	24,7	23,8	9,8
Rio Grande do Norte	78,6	73,8	62,2	26,0	18,3	19,6	1,1
Paraíba	78,1	73,3	64,9	20,5	13,1	17,8	4,3
Pernambuco	70,7	65,6	55,1	26,3	17,2	21,9	2,4
Alagoas	75,9	73,8	66,3	14,9	11,7	16,3	4,5
Fernando de Noronha						139,1	
Sergipe	69,4	68,2	61,1	18,8	16,8	18,0	5,7
Bahia	76,1	74,1	74,1	23,4	20,2	23,9	9,0

Notas: Para a região Norte, informações dos estados de Rondônia, Roraima e Macapá disponíveis a partir de 1950. No Nordeste, dados apenas do total da população de Fernando de Noronha, a partir de 1950. No Centro-Oeste, dados do Distrito Federal a partir de 1960.

Fonte: 1940 – Anuário Estatístico do Brasil. 1950 – Conselho Nacional de Estatística do IBGE. 1960 – Anuário Estatístico do Brasil. Adaptado de Camargo (1968).

As informações das tabelas 3.5 e 3.6 mostram o que aconteceu, especificamente, em cada um dos estados das três regiões analisadas acima. Na região Sudeste, é possível perceber o pronunciado crescimento da população total em relação à população rural. O crescimento da população total passou de 27,2% entre 1940 e 1950 para 42,0% entre 1950 e 1960, apontando uma queda na relação população rural e total de 55,9% para 37,2%. Ainda que o

crescimento percentual tenha sido mais significativo na Serra dos Aimorés, em termos absolutos o crescimento foi mais intenso em São Paulo, onde a população total passou de 7.180.316 habitantes em 1940 para 12.974.699, enquanto a população rural cresceu apenas 812.515 habitantes - ou seja, incremento da população total de quase 6 milhões de habitantes. Minas Gerais também apresentou crescimento substantivo da população total e baixo crescimento da população rural, de modo que a relação entre população rural e população total caiu de 74,9% para 59,8% entre 1940 e 1960, representando um aumento de pouco mais de 3 milhões de habitantes na população total e de 814.974 habitante na zona rural. Rio de Janeiro e Guanabara apresentam similar incremento absoluto da população total – pouco mais de 1,5 milhões de habitantes. No entanto, enquanto cresce também a população rural do Rio, a população da Guanabara cai, fator que se explica pela perda de dinamicidade econômica da região.

Para a região Sul as modificações em cada estado não chegam a ser substantivas, exceto caso do Rio Grande do Sul, que apresenta forte queda no crescimento da população rural. Para a região Nordeste, chama a atenção o fato da maioria dos estados – exceto Maranhão, Alagoas e Bahia – terem apresentado queda no crescimento das populações total e rural nos períodos 1940-1950 e 1950-1960, o que pode ser forte indicativo dos movimentos migratórios entre estados – e que, em certo sentido, explica também o forte crescimento da população total da região Sudeste, partindo da argumentação que, em decorrência do declínio da atividade econômica, mas também dos intensos períodos de seca na década de 1950, um número relativamente elevado de pessoas partiu do Nordeste em direção ao Sul e Sudeste brasileiro. Tal afirmação parece ficar indicada também quando se analisa o caso dos estados que apresentaram elevação no índice da população total. Como se percebe dos dados relativos à Bahia e Alagoas, o crescimento do índice não foi muito elevado. Na Bahia, estado com maior contingente populacional na região, o crescimento da população total foi de pouco mais de 2 milhões de habitantes entre 1940 e 1960, dos quais quase 1 milhão é proveniente do crescimento da população rural.

Voltando à análise dos dados referentes ao Sudeste, e em especial de São Paulo, é preciso indicar que o crescimento da população total, por si só, não é indicativo que de efetivamente houve, de um lado, crescimento da população urbana, e de outro que, em

havendo crescimento da população urbana, o mesmo se deu em decorrência do êxodo rural. Apesar da relação não ser direta, para o caso aqui analisado é possível apontar que, de fato, houve crescimento da população urbana e que, possivelmente, parte desse crescimento se explica pelo êxodo rural. Tal ponto é passível de comprovação mediante a redução do crescimento da população rural entre 1940 e 1960 - que, de toda forma, continua a crescer para todos os estados do Sudeste, exceto o estado da Guanabara. De modo adicional, é possível considerar que o incremento da população total não seria possível exclusivamente pelo crescimento vegetativo da população, de tal maneira que esse crescimento pode ser explicado, além do crescimento natural da população, pelo êxodo rural e pelas migrações entre estados⁵³, os dois últimos explicados pela expansão das atividades urbano-industriais, pela crise da produção de bens primários e pelas possibilidades de melhoria nas condições de vida ofertadas pelas cidades.

Para entender de forma mais concreta o movimento da população sentido zona urbana, analisamos a expansão do contingente da população nas regiões urbana e semiurbana, considerando como urbana as aglomerações a partir de cinco mil habitantes, e de semiurbanos os aglomerados com menos de cinco mil habitantes. Tal diferenciação faz ser importante, uma vez que é nos grandes centros urbanos que as indústrias encontram-se instaladas, ao passo que as regiões semiurbanas, no geral, apresentam uma economia vinculada às atividades dos setores primário e terciário. A concentração da população nas regiões urbanas, assim, poderia ser indicativo de um deslocamento populacional a partir da atração provocada pela indústria. De toda forma, o aumento do contingente populacional tanto urbano quanto semiurbano pode ser tomado como elemento caracterizador do êxodo rural.

⁵³ As migrações entre estados serão discutidas em seguida.

Tabela 3.7
População urbana e semiurbana, segundo as regiões geoeconômicas – 1940, 1950 e 1960 (em pessoas)

Regiões geoeconômicas	População					
	Urbano			Semiurbano		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Norte	245.095	405.710	728.576	160.697	175.157	254.702
Nordeste	1.812.454	2.963.796	5.099.007	1.568.719	1.781.012	2.581.674
Sudeste	5.483.914	8.713.148	14.629.324	1.747.991	2.007.586	3.175.446
Sul	1.060.734	1.651.782	3.382.006	529.741	661.203	1.087.097
Centro-Oeste	107.933	191.333	626.770	162.904	232.164	426.336
Brasil	8.710.130	13.925.769	24.465.683	4.170.052	4.857.122	7.525.255

Notas: Para a região Norte, dados da população urbana de Rondônia, Acre, Pará e Amapá disponíveis a partir de 1950; dados da população semiurbana de Rondônia e Amapá disponíveis a partir de 1950, e de Roraima a partir de 1960. Para a região Nordeste, dados apenas da população semiurbana de Fernando de Noronha, a partir de 1950. Para a região Sudeste, não há dados da população urbana de Serra dos Aimorés (antigo território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo) e da população semiurbana do estado da Guanabara. Para a região Centro-Oeste, dados apenas da população urbana do Distrito Federal, a partir de 1960.

Fonte: 1940 – Anuário Estatístico do Brasil. 1950 – Conselho Nacional de Estatística do IBGE. 1960 – Anuário Estatístico do Brasil. Adaptado de Camargo (1968).

Tabela 3.8
População urbana e semiurbana, segundo as regiões geoeconômicas - 1940, 1950 e 1960 (índice em porcentagem)

Regiões geoeconômicas	População											
	Urbano			Semiurbano			1940 a 1950			1950 a 1960		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960	Total	U	S	Total	U	S
Norte	16,8	22,0	28,0	11,0	9,5	9,8	26,1	65,5	9,0	41,0	79,6	45,4
Nordeste	12,6	16,5	22,7	10,9	9,9	11,6	24,3	63,5	13,5	24,8	72,0	45,0
Sudeste	29,9	38,6	47,1	9,5	8,9	10,2	22,9	58,9	14,9	37,7	67,9	58,2
Sul	18,5	21,1	28,5	9,2	8,4	9,2	36,7	55,7	24,8	51,4	104,7	64,4
Centro-Oeste	8,6	11,0	20,8	12,9	13,4	14,2	38,0	77,3	42,5	73,1	227,6	83,6
Brasil	21,1	26,8	34,5	10,1	9,4	10,6	26,0	59,9	16,5	36,6	75,7	54,9

Notas: Para a região Norte, dados da população urbana de Rondônia, Acre, Pará e Amapá disponíveis a partir de 1950; dados da população semiurbana de Rondônia e Amapá disponíveis a partir de 1950, e de Roraima a partir de 1960. Para a região Nordeste, dados apenas da população semiurbana de Fernando de Noronha, a partir de 1950. Para a região Sudeste, não há dados da população urbana de Serra dos Aimorés (antigo território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo) e da população semiurbana do estado da Guanabara. Para a região Centro-Oeste, dados apenas da população urbana do Distrito Federal, a partir de 1960.

Legenda: U = Urbano; S = semiurbano.

Fonte: 1940 – Anuário Estatístico do Brasil. 1950 – Conselho Nacional de Estatística do IBGE. 1960 – Anuário Estatístico do Brasil. Adaptado de Camargo (1968).

Como é possível observar a partir dos dados das tabelas 3.7 e 3.8, entre os anos 1940 e 1960 houve explosão no crescimento da população urbana no Brasil, que em 20 anos cresceu em 15.775.553 habitantes, sem considerar os mais de 3 milhões de incremento na população das áreas semiurbanas, representando um incremento no índice de crescimento da população urbana de 26% entre 1940 e 1950 para 36,6% entre 1950 e 1960. Entre todas as regiões, o crescimento mais substancial se deu para a região Sudeste, cuja porcentagem em relação à população total passou de 29,9% em 1940 para 47,1% em 1960 nas áreas urbanas e de 9,5% para 10,2% nas áreas semiurbanas, o que representa incremento de 9.145.410 habitantes nas regiões urbanas e 1.427.455 nas semiurbanas - ou seja, considerando o somatório das regiões urbanas e semiurbanas, o incremento da população no Sudeste representa mais da metade do crescimento para o Brasil, sendo essa região responsável por quase 2/3 do incremento da população urbana no Brasil. Essas informações são importantes porque comprovam que, no caso do Sudeste, a destinação maior da população para as áreas urbanas se deu a partir da atração provocada pela melhoria da infraestrutura das cidades, mas principalmente pela expansão da indústria e da consequente ampliação da oferta de postos de trabalho.

Ainda para a região Sudeste, de acordo com Camargo (1968), em 1960 no estado da Guanabara somente 2,5% da população não se encontrada no aglomerado urbano que constitui a cidade do Rio de Janeiro. No estado de São Paulo, a população urbana compreendia 35,6% da total em 1940, índice aumentado para 44,9% em 1950 e 55,2% em 1960. Também no estado do Rio de Janeiro foi substancial o surto de urbanização nesses 20 anos, com o mesmo índice passando de 27,9% em 1940 para 41% em 1960. A expansão urbana no Sudeste torna-se nítida, mais uma vez, quando se compara o crescimento da população urbana com o da população total: enquanto o índice no Sudeste aumentou de 58,9% entre 1940 e 1950 para 67,9% entre 1950 e 1960, os índices representativos do crescimento da população total foram, respectivamente, 22,9% e 37,7%.

Na região Sul, o crescimento da população, considerando o somatório das áreas urbana e semiurbana, foi de quase 3 milhões de habitantes, com o índice de crescimento passando de 36,7% entre 1940 e 1950 para 51,4% entre 1950 e 1960. Mas chama a atenção o caso do Nordeste, que apresentou considerável crescimento da população urbana, a qual passou de

1.812.454 em 1940 para 5.099.007 em 1960, num incremento de mais de 4 milhões de habitantes, se considerado a população semiurbana - sendo, portanto, a segunda região a apresentar maior incremento da população urbana no período. Uma possível explicação para esse fato se trata, além da decadência das atividades agrárias, da intensa seca na região na década de 1950 - de fato, o maior incremento se dá entre 1950 e 1960, quando a porcentagem em relação a população do Brasil passa de 16,5% para 22,7%. Esse é o mesmo motivo que justifica a transferência de parte da população da região para o Sudeste, o que ficará mais claro quando analisarmos os dados referentes à migração entre regiões.

A terceira forma de se analisar, de modo indireto, o êxodo rural, seria a partir das modificações que ocorreram nas formas de ocupação, ou no contingente populacional ocupado em cada setor de atividade - redução no setor primário mediante aumento do número de trabalhadores nos setores secundário e terciário seria mais um indicativo da redução da população rural frente a população urbana. Poderia, uma vez que as modificações no setor primário podem apontar incremento da tecnologia passível de substituição por mão de obra, ou mesmo redução da produção sem, no entanto, resultar na modificação da população que vive na zona rural, que pode se manter vinculada a atividades de subsistência ou mesmo desempregada. Além disso, parte da população vinculada à atividade primária poderia viver na cidade e trabalhar no campo, e vice-versa. Por isso trata-se, de forma geral, de um indicador indireto e complementar à análise já realizada. No entanto, a análise da ocupação setorial será realizada mais adiante, quando do debate sobre as questões do trabalho. Por hora, assumimos que os itens analisados acima permitem indicar, ainda que não especificamente a partir de uma variável que aponte a magnitude do êxodo rural, que o mesmo ocorreu com forte intensidade entre as décadas de 1940 e 1960, seja pelo crescimento menos acentuado da população rural, especialmente quando comparado com a população total, seja pelo crescimento da população urbana e semiurbana.

Dentre os fatores que, de forma mais consistente, explicam esse movimento da população em direção as cidades, estão os problemas decorrentes do investimentos na produção agrícola, especialmente na zona cafeeira, em decorrência dos efeitos da crise internacional, que modificou não apenas as expectativas em relação à produção no setor, mas também a

dinâmica de absorção da mão de obra⁵⁴; a decadência de algumas regiões que, ocorrendo em consonância com o crescimento das cidades e a organização do setor industrial, provocou a atração da população para as regiões que passariam a determinar a dinâmica econômica do país, caso mais marcante da região Sudeste; e em casos mais específicos, como o Nordeste, devido às secas que assolaram alguns estados da região. Esses motivos explicam não apenas a ocorrência do êxodo rural, mas também, em parte, a mobilização de parte substancial da população para a região Sudeste, então região responsável pela expansão industrial - de modo que atraiu não apenas a população rural do Sudeste, mas populações de todas as regiões, para o que é fundamental a análise de como se deu o movimento das imigrações internas no Brasil.

Até 1940, as imigrações internas não eram tão relevantes para explicar a formação de grupos populacionais ou a oferta de mão de obra, especialmente quando comparada com o fluxo de imigração externa. É exatamente a partir de 1940, mas mais especificamente no período que vai de 1950 a 1970, que elas se tornam fenômeno de grande relevância, exatamente no momento a partir do qual as imigrações externas se tornam menos recorrentes.

Vários são os motivos que explicam a mobilização da população interna. Em primeiro lugar, a expansão do Centro-Sul e a ocupação de novos territórios, que atraíam a população mediante as possibilidades de se tornarem proprietários de terras, ou de conseguirem empregos a partir da expansão das atividades industriais e de serviços. Em segundo lugar, o investimento em infra estrutura de transporte, com a construção de uma grande rede inter-regional de estradas no pós-Segunda Guerra, que não apenas facilitava e intensificava a mobilidade, mas também interligava uma série de atividades produtivas e comerciais, gerando incentivo ao desenvolvimento de novas áreas. E por fim, o crescimento da indústria em São Paulo, que certamente é o elemento central na compreensão dos deslocamentos populacionais de várias regiões em direção à região Sudeste e que, em

⁵⁴ Apesar dessas modificações, mais uma vez é importante chamar a atenção para o fato, já discutido previamente neste capítulo, de que a implementação da política de valorização do café permitiu, durante as décadas de 1920 e 1930, a manutenção dos elevados retornos no setor, aspecto que criava incentivos para os consecutivos investimentos na expansão das lavouras. No entanto, à medida em que se intensificavam os efeitos internacionais da crise de 1929, especialmente sobre a demanda do produto, a dinâmica de investimento e absorção da mão de obra iria sofrer modificações como reflexo da mudança no cenário externo.

consequência, e seguindo nossa argumentação, é fator determinante da formação do excedente de mão de obra no centro econômico do país⁵⁵.

⁵⁵ Apesar do destaque às migrações internas sentido Sudeste e Sul, é importante considerar que houve mobilização da população para outras regiões. O Nordeste, por exemplo, ofereceu contingente relevante de mão de obra no final do século XIX para o Amazonas, quando da expansão da produção da borracha, assim como para o Centro-Oeste, na primeira metade do século XX. O estado do Paraná também foi grande receptor de migrantes brasileiros, ocupados em atividades primárias. Por outro lado, é importante considerar que, para alguns estados do Norte e do Nordeste, o deslocamento para outras regiões podem ser explicados pela seca, como ocorreu entre os períodos 1872-1890 e 1950-1960.

Tabela 3.9
Migração interna líquida de brasileiros nativos, por estado, durante os períodos
intercensitários - 1920-1960

Regiões	Estados	1920-1940	1940-1950	1950-1960
Região Norte	Acre	-18.763	6.344	-2.758
	Amazonas	-22.459	-23.862	1.261
	Pará	-150.027	-31.255	8.638
	Saldo	-191.249	-48.773	7.141
Região Nordeste	Maranhão	42.135	5.100	212.231
	Piauí	-20.037	-25.120	-157.655
	Ceará	89.474	-36.843	-330.739
	Rio Grande do Norte	23.728	-16.037	-133.723
	Paraíba	45.789	-81.174	-256.418
	Pernambuco	-74.649	-14.322	-372.565
	Alagoas	-168.830	-98.070	-182.636
	Sergipe	-39.453	-40.163	-99.123
	Bahia	-233.130	-135.512	-506.165
	Saldo	-334.973	-442.141	-1.826.793
Região Sudeste	Minas Gerais	-608.455	-601.788	-593.386
	Espírito Santo	55.750	-46.230	44.612
	Rio de Janeiro	-112.274	-19.122	195.842
	Guanabara	268.936	345.352	372.816
	São Paulo	432.862	362.270	712.706
	Saldo	36.819	40.482	732.590
Região Sul	Paraná	121.793	342.263	912.855
	Santa Catarina	88.807	4.089	-63.441
	Rio Grande do Sul	181.573	13.515	-162.532
	Saldo	392.173	359.867	686.882
Região Centro-Oeste	Goiás	50.366	91.831	259.310
	Mato Grosso	47.002	-2.251	131.859
	Saldo	97.368	89.580	391.169

Notas: Estimativa feita a partir de índices de sobrevivência global, elaborada por Graham e Holanda Filho (1984). Detalhes do cálculo do índice no anexo estatístico (B). Para o último período censitário, considera-se o grupo da população total, dado a quantidade insignificante de estrangeiros que ingressou no Brasil durante esse período. Os resultados para os territórios de Roraima, Amapá, Rondônia e Fernando de Noronha foram incluídos juntos aos dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Pernambuco respectivamente em 1950 e 1960. A população registrada na Serra dos Aimorés nos censos de 1940, 1950 e 1960 foi redistribuída entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo para estes anos de acordo com o estabelecido na fronteira em 1963. Os resultados para Brasília em 1960 foram incluídos aos de Goiás.

Fonte. Dados do recenseamento geral do Brasil. Adaptado de Graham e Holanda Filho (1984).

Tabela 3.10
Índice de migração interna líquida de brasileiros natos como porcentagem da
população no início do período – 1920-1960

Regiões	1920-1940	1940-1950	1950-1960
Região Sudeste			
Migrações líquidas	36.819	40.482	732.590
População total	13.654.934	18.345.831	22.548.494
Índice	0,27	0,22	3,25

Região Nordeste			
Migrações líquidas	-334.973	-442.141	-1.826.793
População total	11.245.921	14.434.080	17.973.413
Índice	-2,98	-3,06	-10,16

Região Norte			
Migrações líquidas	-191.249	-48.773	7.141
População total	1.439.052	1.627.608	2.048.696
Índice	-13,29	-3,00	0,35

Região Sul			
Migrações líquidas	392.173	359.867	686.882
População total	3.537.167	5.735.305	7.840.870
Índice	11,09	6,27	8,76

Região Centro-Oeste			
Migrações líquidas	97.368	89.580	391.169
População total	758.531	1.093.491	1.532.924
Índice	12,84	8,19	25,52

Brasil			
Migrações líquidas	1.448.215	1.170.764	2.861.130
População total	30.635.605	41.236.315	51.944.397
Índice	4,73	2,84	5,51

Notas: Estimativa feita a partir de índices de sobrevivência global, elaborada por Graham e Holanda Filho (1984). Detalhes do cálculo do índice no anexo estatístico (B). Para o último período censitário, considera-se o grupo da população total, dado a quantidade insignificante de estrangeiros que ingressou no Brasil durante esse período. Os resultados para os territórios de Roraima, Amapá, Rondônia e Fernando de Noronha foram incluídos juntos aos dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Pernambuco respectivamente em 1950 e 1960. A população registrada na Serra dos Aimorés nos censos de 1940, 1950 e 1960 foi redistribuída entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo para estes anos de acordo com o estabelecido na fronteira em 1963. Os resultados para Brasília em 1960 foram incluídos aos de Goiás.

Fonte: Elaboração do próprio autor, a partir de dados do recenseamento geral do Brasil e da metodologia elaborada por Graham e Holanda Filho (1984).

Os dados da tabela 3.9 mostram o número absoluto de pessoas que migrou entre estados e regiões no Brasil. Como é possível observar, as regiões Norte e Nordeste apresentou saldo de migrações negativo, exceto para o último período, quando a região Norte apresenta saldo positivo, ainda que baixo quando comparado com os números dos dois outros períodos. Para a região Nordeste, chama atenção o elevado número de pessoa que deixou a região entre 1950 e 1960 - próximo a 2 milhões de pessoas - com destaque para os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia. A explicação para o elevado saldo negativo está, mais uma vez, na seca que atingiu a região e que pressionou contingentes populacionais a se deslocarem para outras regiões em busca de melhores condições de vida.

As regiões Sul e Sudeste, por sua vez, foram as que mais receberam migrantes nativos, seguindo a mesma tendência apresentada pelos fluxos populacionais advindos do êxodo rural. No entanto, a região Sul foi responsável por receber o maior contingente populacional nos dois primeiros períodos - mais de 700 mil pessoas entre 1920 e 1950 - sendo que o Paraná foi o estado que mais recebeu pessoas em período específico, com incremento de 900 mil pessoas na população do estado entre 1950 e 1960. A forte atração de pessoas no estado do Paraná tem sua explicação em fatores que começaram a se estabelecer ainda na década de 1930 quando, devido ao esgotamento das possibilidades de manutenção dos investimentos na produção cafeeira no estado de São Paulo, e à elevada fertilidade do solo no norte do estado, a Companhia Inglesa realizou pesados investimentos na região, especialmente a partir da compra de terras de domínio público para vendê-las a pequenos proprietários. A instalação de um regime de pequena propriedade, ao contrário da experiência paulista, deu impulso à modernização e desenvolvimento da região, a qual se aproveitou da infra estrutura dos transportes e da rede comercial estabelecida a partir de São Paulo. Dessa forma, o Paraná foi capaz de atrair uma elevada quantidade de migrantes, que se estendeu para as demais décadas, o que foi fator fundamental para a redução das pressões sobre a economia de São Paulo, tanto no tocante à mão de obra, quanto nas possibilidades de inversão do excedente.

Mas o Sudeste foi, de fato, a região de que forma mais dinâmica atraiu a mão de obra. Apesar dos elevados saldos negativos do estado de Minas Gerais terem impactado sobre o saldo geral da região, os estados de São Paulo e da Guanabara atraíram grande quantidade

de migrantes. No caso da Guanabara, ainda que o estado tenha apresentado retração na sua indústria, como apresentado no início dessa seção, a elevada atração de pessoas se mantinha pela rede de serviços, especialmente os ligados às atividades do Distrito Federal. Para o estado de São Paulo, a razão não é outra senão a expansão da indústria, dado a perda de dinâmica do setor agroexportador. Isoladamente, São Paulo atraiu mais correntes migratórias que qualquer outro estado e região - os números de São Paulo superam, inclusive, os saldo geral da região Sul. Em todo o período considerado, foram mais de 1,5 milhão de pessoas, dos quais quase a metade apenas entre 1950 e 1960. Considerando que trata-se de 40 anos de análise, é lícito assumir que não necessariamente todo o contingente de migrantes se direcionou para atividades urbanas. No entanto, levando em conta que a crise do setor agroexportador se inicia no final dos anos 1920, e a concentração da migração se dá nos anos 1950, período de elevada expansão da indústria - lembrando que é nesse período que se efetiva o Plano de Metas - pode-se dizer que parte substancial dessa população se direcionou a São Paulo com vistas a conseguir uma ocupação nas atividades urbanas.

O caso da região Centro-Oeste é menor quando comparado às demais regiões, dado que o fluxo de migrantes não foi de grande relevância. Cabe apenas chamar atenção para o expressivo crescimento da entrada de migrantes em Goiás no último período - salta de 91 mil pessoas entre 1940 e 1950 para 259 mil entre 1950 e 1960 - fator que se explica por dois motivos: primeiro, pelo fato da população do Distrito Federal - já localizado em Brasília - ter sido adicionada à população de Goiás; em segundo lugar, pela expansão da fronteira agrícola na região, também responsável pela atração de relativo contingente de mão de obra.

Já a tabela 3.10 mostra o índice de migração interna líquido - que permite apontar o incremento da população de determinado estado e região via migração - como porcentagem da população total da respectiva região considerada. Como pode-se observar, os dados mais robustos são para a região Centro-Oeste que apresenta, no último período analisado, o maior índice, que é cinco vezes maior que o índice brasileiro, quando comparado com todas as demais regiões em todos os períodos. Esses dados são convergentes com os da tabela anterior e, portanto, se justificam pelas mesmas razões. A região Sudeste, que de fato foi a

que recebeu maior número de migrantes, apresentada um índice positivo, porém baixo, dado já concentrar relativo contingente da população nacional, o que torna seu índice mais baixo como porcentagem da população total da região. O mesmo pode ser dito da região Sul: apesar de receber um número elevado de migrantes, sua atratividade já vinha desde os anos 1920, de modo que já agregada relativa parcela da população nacional, o que justifica o fato do índice ser decrescente do primeiro para o segundo período, e apresentar baixo crescimento – em resposta às migrações para o Paraná – entre o segundo e o terceiro período. As regiões Norte e Nordeste, por repelirem a mão de obra, apresentam índices negativos.

Tabela 3.11
Discriminação dos incrementos natural e imigratório da população das 8 maiores capitais estaduais – 1940-1950

Capitais	Incremento da população			
	Natural		Imigratório	
	Absoluto	Porcentagem	Absoluto	Porcentagem
Rio de Janeiro	175.764	28,66	437.546	71,34
São Paulo	239.553	27,48	632.282	72,52
Recife	42.551	24,14	133.707	75,86
Salvador	37.121	29,28	89.671	70,72
Porto Alegre	34.088	27,96	87.831	72,04
Belo Horizonte	41.867	29,62	99.480	70,38
Fortaleza	33.080	36,76	56.904	63,24
Belém	34.575	71,12	14.043	28,88
Total	638.599	29,16	1.551.464	70,88

Fonte: Mortada (1954).

Tabela 3.12
Discriminação dos incrementos relativos natural e imigratório da população das 8 maiores capitais estaduais – 1940-1950

Capitais	Incremento relativo		
	Natural	Imigratório	Total
Rio de Janeiro	9,97	24,8	34,77
São Paulo	18,06	47,68	65,74
Recife	12,21	38,38	50,59
Salvador	12,78	30,87	43,65
Porto Alegre	12,52	32,26	44,78
Belo Horizonte	19,81	47,06	66,87
Fortaleza	18,36	31,58	49,94
Belém	16,76	6,80	23,56
Total	13,89	33,73	47,62

Fonte: Mortada (1954).

Tabela 3.13
Razão entre os incrementos imigratório e o incremento natural da população das 8 maiores capitais estaduais – 1940-1950

Capitais	Natural	Imigratório	Razão imigratório/natural
Rio de Janeiro	175.764	437.546	2,5
São Paulo	239.553	632.282	2,6
Recife	42.551	133.707	3,1
Salvador	37.121	89.671	2,4
Porto Alegre	34.088	87.831	2,6
Belo Horizonte	41.867	99.480	2,4
Fortaleza	33.080	56.904	1,7
Belém	34.575	14.043	0,4
Total	638.599	1.551.464	2,4

Fonte: Elaboração do próprio autor, a partir dos dados apresentados em Mortada (1954).

A importância dos fluxos migratórios internos para a compreensão da dinâmica populacional, especialmente nos complexos urbanos, no segundo quarto do século XX, fica mais claro quando analisamos os dados das tabelas 3.11 e 3.12, os quais permitem a comparação entre o incremento natural da população e o incremento via migração, entre 1940 e 1950. Com exceção de Belém, para todas as capitais o incremento imigratório foi superior ao incremento natural. Ainda que os dados considerem a somatória de imigrantes estrangeiros

e nativos, os dados para algumas capitais chamam a atenção. De acordo com os dados da tabela 3.13, Recife e São Paulo, respectivamente, são as capitais que apresentam o maior crescimento de imigrantes em relação ao crescimento natural: para Recife, o crescimento do número de imigrantes é 3,1 vezes maior que o natural, e em São Paulo, 2,6 vezes. Belém é a única capital cuja razão é menor que 1, indicando crescimento natural superior ao imigratório. Em termos relativos, o crescimento imigratório representa, para o primeiro, 75,86% da população e, para o segundo, 72,52%. De fato, com exceção de Belém, para todas as demais capitais o crescimento do número de imigrantes foi maior que o crescimento natural da população. Tomando, mais uma vez, o caso isolado de São Paulo, o incremento relativo de imigrantes foi de 47,68%, sendo portanto, o estado que apresentou o maior incremento migratório.

Tabela 3.14
Incremento natural e imigratório da população da cidade de São Paulo – 1920-1960

Anos	Incremento da população				Incremento relativo		
	Natural		Imigratório		Natural	Imigratório	Total
	Absoluto	Porcentagem	Absoluto	Porcentagem			
1921-1940	250.685	33,5	496.543	66,5	43,2	85,8	129,0
1941-1950	257.080	29,5	614.755	70,5	19,4	46,4	65,8
1951-1960	677.162	41,6	950.093	58,4	30,8	43,2	74,0

Fonte: Censos demográficos e Anuário do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.
Adaptado de Camargo (1968).

Analisando especificamente a cidade de São Paulo, a que então recebeu maior fluxo de migrantes internos, as informações presentes na tabela 3.14 convergem com a análise anterior, reforçando a importância dessas migrações para a compreensão da dinâmica populacional interna, bem como para a formação do mercado de trabalho, num período em que as imigrações estrangeiras estavam em pleno declínio. Para os três períodos analisados entre as décadas de 1920 e 1960, o incremento da população via imigração foi superior ao incremento natural. Na segunda década analisada, ou seja, entre 1940 e 1950, o incremento imigratório foi o dobro do natural, tendo representado 70% do incremento total da população. Já no último período a imigração começa a perder espaço, ainda que

extremamente significativa – representando mais de 50% do incremento da população – dado o possível crescimento vegetativo da população resultado da aglomeração de pessoas na cidade de São Paulo, que começavam a se reproduzir naturalmente.

Tabela 3.15
Índices de migração e alterações nos diferenciais de renda relativa para estados selecionados – 1940-1960

1940-1950			1950-1960		
Estados	IM	DRR	Estados	IM	DRR
Grupo 1			Grupo 1		
Paraná	29,29	1,20	Paraná	43,58	0,89
Guanabara	22,60	0,67	Mato Grosso	23,59	1,27
Goiás	11,15	0,84	Goiás	21,34	0,98
São Paulo	5,70	1,09	Guanabara	15,68	0,81
			São Paulo	7,80	0,96
Grupo 2			Grupo 2		
Alagoas	-10,32	0,98	Alagoas	-16,71	1,15
Minas Gerais	-8,96	1,09	Sergipe	-15,38	1,21
Sergipe	-7,41	0,78	Piauí	-15,08	1,05
Espírito Santo	-5,94	1,16	Paraíba	-14,97	1,13
Paraíba	-5,71	1,10	Rio Grande do Norte	-13,82	1,12
Bahia	-3,47	0,84	Ceará	-12,27	1,05
Piauí	-3,07	0,48	Pernambuco	-10,97	1,02
Rio Grande do Norte	-2,09	1,11	Bahia	-10,47	1,24
Ceará	-1,76	0,95	Minas Gerais	-7,62	1,03
Pernambuco	-0,53	0,86			

Notas: Estimativa feita a partir de índices de sobrevivência global, elaborada por Graham e Holanda Filho (1984). Detalhes do cálculo do índice no anexo estatístico (B). Para o último período censitário, considera-se o grupo da população total, dado a quantidade insignificante de estrangeiros que ingressou no Brasil durante esse período. Os resultados para os territórios de Roraima, Amapá, Rondônia e Fernando de Noronha foram incluídos juntos aos dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Pernambuco respectivamente em 1950 e 1960. A população registrada na Serra dos Aimorés nos censos de 1940, 1950 e 1960 foi redistribuída entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo para estes anos de acordo com o estabelecido na fronteira em 1963. Os resultados para Brasília em 1960 foram incluídos aos de Goiás. O índice de migração é calculado a partir da relação entre o volume de migração e a população de base no ano inicial do período censitário. O diferencial de renda relativa é calculado pela equação $(Y_{st}/Y_{nt})/(Y_{sb}/Y_{nb})$, onde Y_{st} é a renda estadual per capita no último ano da década, Y_{nt} é a renda nacional per capita, no último ano da década, Y_{sb} é a renda estadual per capita no ano inicial da década e Y_{nb} é a renda nacional per capita no primeiro ano da década.

Legenda: IM = Índice de migração; DRR = Diferenciais de renda relativa.

Fonte: Dados do recenseamento geral do Brasil. Adaptado de Graham e Holanda Filho (1984).

A tabela 3.15 apresenta os dados relativos ao índice de imigração e às alterações nos diferenciais de renda relativa para estados selecionados, tentando estabelecer uma relação entre o aumento do nível de renda e as migrações – fator fundamental para o nosso argumento, levando em conta que a dinâmica econômica é apontada como um dos elementos que justificam o deslocamento populacional. O diferencial de renda relativa, ao relacionar a renda estadual à renda nacional no início e no final dos períodos considerados, é indicador do crescimento da renda no estado como porcentagem da renda nacional. O que se pode dizer da análise dos dados é que, durante os anos 1940, não há nenhuma relação acentuada entre o incremento da migração e o incremento da renda, de modo que apenas o estado da Paraná apresenta um alto índice de migração positiva associado a melhoras no índice de renda relativa per capita. O mesmo pode se dito para os estados que perderam habitantes: apenas alguns dos estados cujo índice de migração negativo é alto apresentam declínio relativo na renda per capita. É claro que se poderia esperar uma correlação acentuada entre essas duas variáveis, uma vez que, pelo incremento populacional, os estados que recebessem número elevado de pessoa apresentassem queda na renda per capita. O fato dessa relação não se apresentar, em certo sentido, mostra o potencial de crescimento de alguns estados, especialmente os estados do Sul, que mesmo com o incremento da migração, tiveram sua renda per capita elevada.

Entre os anos 1950 e 1960, há uma significativa alteração em relação ao padrão apresentado durante o primeiro período analisado. Os estados que apresentaram incremento relativo de sua renda per capita entre 1940 e 1950 – São Paulo⁵⁶ e Paraná – tiveram um índice de migração positivo, especialmente no caso do segundo estado, cujo índice de migração foi de 43,58, apontando que a elevada renda per capita era elemento atrativo de contingentes populacionais. No entanto, foi exatamente essa atração que conduziu a seu reverso: no segundo período, para os estados que apresentaram índice de migração positivo, apenas o Mato Grosso teve incremento no nível de renda relativa per capita, de modo que o incremento na população resultou em queda na renda per capita. No mesmo sentido, os

⁵⁶ No caso de São Paulo, o baixo índice de migração, especialmente quando comparado com outros estados, se explica não pelo fato do estado ter recebido um baixo número de migrantes – ao contrário, com se sabe, foi o estado que, juntamente com o Paraná, recebeu o maior número de migrantes internos e estrangeiros – mas sim pelo fato da população do estado já ser elevada, o que resulta em uma baixa porcentagem de migrantes em relação à população presente.

nove estados que perderam grande número de habitantes tiveram incremento na sua renda relativa per capita.

Assim, tomando o conjunto de elementos que impulsionaram os deslocamentos populacionais inter-regionais no Brasil, e que juntamente ao êxodo rural, explicaria a grande transferência de pessoas para os centros urbanos, em especial nas regiões com dinâmica industrial, pode-se dizer que

(...) o crescimento da indústria nas áreas urbanas de São Paulo na década dos 30, atuava como força magnética atraindo migrantes estrangeiros e nativos da zona rural, especialmente das antigas zonas fronteiriças do estado. No entanto, os fazendeiro e agricultores paulistas puderam substituir esse mão de obra mais antiga por novos migrantes vindos do Leste e do Nordeste. Desta maneira, a migração populacional e inter-regional [era], (...) em grande parte um 'preenchimento' ou uma migração de substituição causada pela partida dos antigos trabalhadores agrícolas em direção às áreas urbanas do estado. O crescimento industrial teve então um papel importante na estimulação da migração intra-estadual em direção às importantes áreas urbanas, onde o crescimento industrial absorvia mão de obra. Esta migração, por sua vez, estimulava a migração interestadual que vinha substituir os que abandonavam as áreas agrícolas do estado. A migração dentro do estado seria, principalmente, uma passagem do campo para a cidade, enquanto a migração interestadual era ainda, em grande parte, de natureza rural-rural (GRAHAM e HOLLANDA FILHO: 61).

Fica claro, nesse sentido, a importância do processo de industrialização como elemento central, ainda que não isolado, na determinação dos deslocamentos populacionais tanto intra como inter-regional – os quais, por sua vez, serão centrais na formação do excedente de mão de obra. Uma vez tendo-se então, de um lado, a conformação de um mercado de trabalho tipicamente capitalista, que se constitui em decorrência da expansão da indústria, e a aglutinação da mão de obra nacional nas regiões mais dinâmicas do país, é assumido que todo esse conjunto de elementos, direta e indiretamente, refletiram na forma de ser das relações e das condições de trabalho que se estabelecem a partir de então.

Considerações finais

O presente capítulo buscou discutir os aspectos históricos da economia brasileira que, a partir da década de 1930, seriam fundamentais para o entendimento das características do mercado de trabalho, que ganharia forma mais concreta a partir desta década. Dentre tais aspectos, dois foram ressaltados: o processo de industrialização e os deslocamentos populacionais, a partir do êxodo rural e das migrações internas. Cabe, aqui, uma tentativa de sumarizar a importância desses elementos, e como eles se vinculam ao argumento central do trabalho.

No tocante a industrialização, para além dos aspectos centrais que caracterizam sua expansão a partir da década de 1930 – lembrando que a produção industrial já estava presente na economia brasileira desde meados do século XIX – e que resultarão na consolidação do processo de substituição de importações, importa ressaltar dois aspectos. Em primeiro lugar, os fatores que conduziram à sua eclosão. Como discutido ao longo do capítulo, a crise do setor agroexportador, ocasionada pelos efeitos da crise de 1929 sobre o mercado internacional do café, demandou uma solução para os excedentes da indústria cafeeira, cujas possibilidades de inversão haviam se esgotado. Amparado pela política de Estado, que foi desde o estabelecimento de um câmbio favorável à recuperação dos preços internacionais, até a compra de estoques do café, os cafeicultores conseguiram reorientar seus recursos para outro setor produtivo, exatamente o industrial – o qual, por outro lado, foi favorecido pelos recorrentes problemas na importação de bens industrializados que se arrastou por todo o período entre guerras. Assim, não houve, pelo menos não naquele momento, um plano de industrialização vinculado a um projeto de desenvolvimento nacional, fator que resultou não apenas na consolidação de uma indústria relativamente frágil, mas também de uma burguesia desprovida de um projeto autônomo. Tais elementos abriram espaço para a efetivação de investimentos feitos pelo capital externo, num movimento orientado pela expansão imperialista e que mais tarde resultaria no domínio, por parte desses capitais, de setores estratégicos da economia nacional. Formou-se, então, uma indústria que, mesmo orientada pela demanda interna, possuía uma frágil base de sustentação, dada a ausência de um plano de desenvolvimento conduzido pelo Estado e pela burguesia nacional.

O que nos conduz ao segundo aspecto: a concentração regional dos investimentos industriais. Devido à vinculação da expansão industrial pós-1920 com os excedentes da produção cafeeira, era quase inevitável que tais investimentos ocorressem exatamente onde se concentravam a produção agroexportadora. Por tal razão, é na região Sudeste, e mais especificamente no estado de São Paulo, que serão realizadas as grandes inversões industriais. Efetivamente, outros aspectos influíram na concentração desses investimentos: a infra estrutura urbana, a rede de transportes entre estados, o sistema de comércio, e a concentração de mão de obra. Os recursos do café vieram apenas como forma de coroar a consolidação da região Sudeste não apenas como o principal centro dinâmico da economia brasileira, mas também como principal centro industrial. Se houve, nesse momento, a construção de alguma rede produtiva e comercial a nível nacional, ela se dava entre São Paulo e o restante do país. E a despeito das indústrias que surgem em outras regiões – como é o caso da região Sul – nenhum processo se aproximou do elevado crescimento da produção industrial que se alcançou em São Paulo. No entanto, em certo sentido, essa concentração não é fruto apenas da conjunção entre investimentos e infra estrutura: é, também, reflexo da ausência de uma burguesia e de um plano de desenvolvimento nacional que, na possibilidade de ter-se articulado nacionalmente, pensando o desenvolvimento a partir das especificidades da economia nacional, poderia ter alocado recursos de modo a partir o avanço ou impedir a decadência de outras regiões. Ao responder apenas às pressões externas, Estado e burguesia brasileiros determinaram a forma concentrada de seus desenvolvimento industrial.

Tais serão os motivos que vão determinar, a partir dos anos 1920, que os fluxos populacionais realizem a transição campo-cidade, ou mesmo a mobilização entre regiões, convergindo em sua maioria para as regiões Sul e Sudeste, a procura de emprego e de melhores condições de vida. O exponencial crescimento da indústria que se configura a partir de então será o motor do deslocamento de grandes contingentes populacionais, que deixam atividades em franca decadência – como seriam os casos dos estados Norte e Nordeste – ou a situação precária do trabalho rural, para formar o mercado de trabalho urbano. No entanto, ainda que tivesse grande capacidade de absorção, a indústria nascente não será suficiente para o enquadramento de todo o conjunto de trabalhadores, dado a extrema velocidade com que se processam as imigrações internas e o êxodo rural – em

outras palavras, levaram para as cidades contingentes populacionais que extrapolavam a oferta de postos de trabalho. Tais são os fatores que dão margem, de um lado, à formação de um proletariado que, gradualmente, irá inflar as filas de desemprego e, de outro, a organização de uma série de atividades marginais, que será a alternativa para parte dessa mão de obra em busca de novas oportunidades.

CAPÍTULO IV

DO “DESENVOLVIMENTO” À MARGINALIDADE: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E O EXCEDENTE DE MÃO DE OBRA

A teoria da moeda e do comércio responde à questão: como podem os preços, no movimento das trocas, caracterizar as coisas - como pode a moeda estabelecer entre as riquezas um sistema de signos e de designação? A teoria do valor responde a uma questão que se cruza com esta, interrogando, como que em profundidade e verticalmente, a região horizontal onde as trocas se efetuam indefinidamente: porque há coisas que os homens buscam trocar, porque umas valem mais que outras, porque algumas, que são inúteis, têm um valor elevado, enquanto outras, indispensáveis, têm valor nulo?

"As palavras e as coisas" - Michel Foucault

Introdução

A intensificação do processo de industrialização no Brasil a partir da década de 1930, cuja propulsão advinha dos efeitos da crise de 1929 e dos desdobramentos do período entre guerras na economia nacional, provocou grandes transformações estruturais na organização do sistema produtivo. Em primeiro lugar, a limitação das possibilidades de expansão dos investimentos na produção do café e a necessidade de encontrar alternativas à aplicação dos

recursos excedentes do setor, conjugados à política de defesa implementada pelos governos federal e do estado de São Paulo, permitiram a canalização de um expressivo montante de capital para a produção industrial, dando forma ao processo de substituição de importações. O crescimento da indústria, alinhado à instabilidade cada vez mais presente no setor agroexportador, faria com que, gradualmente, o eixo dinâmico da economia nacional se direcionasse ao setor produtor de bens industrializados, ainda que não se tenha constituído, pelo menos não naquele momento, um projeto autônomo de desenvolvimento industrial, capaz de gerar uma dinâmica endógena de reprodução ampliada do capital. Apesar de sua parca autonomia, os investimentos na indústria foram, em convergência com a crise do setor agroexportador e a decadência econômica de algumas regiões⁵⁷, o grande motor dos deslocamentos populacionais ocorridos a partir dos anos 1930 – através do êxodo rural e das migrações entre estados – os quais, por sua vez, foram fundamentais na formação do mercado de trabalho urbano, especialmente na região Sudeste.

É a partir desse momento que, efetivamente, se estrutura um mercado de trabalho no Brasil nos moldes da organização produtiva capitalista, seja pelo estabelecimento da relação de compra e venda da força de trabalho a partir do assalariamento, seja pela aglutinação de um contingente de mão de obra suficiente para atender à demanda da indústria nascente e para formar o conjunto de força de trabalho excedente – elemento fundamental no desenvolvimento de uma economia capitalista. As condições para a formação dessa massa de trabalhadores estavam dadas pelos próprios mecanismos a partir dos quais a economia brasileira passava a se organizar: formação de uma burguesia industrial nacional, prevalência gradual da produção industrial, concentração regional e setorial dos investimentos, incremento tecnológico na produção agrícola – e, em consequência, a aglutinação da parte da classe trabalhadora em torno das novas atividades urbanas.

Nesse quadro, as condições para a classe trabalhadora, então livres da pesada rotina do trabalho agrícola ou da situação de miséria nas regiões em decadência eram, aparentemente, promissoras. No entanto, nas “novas” formas de relação capital-trabalho, dois elementos

⁵⁷ Importante ressaltar que, para além dos incentivos econômicos, os deslocamentos populacionais foram incentivados pelo desenvolvimento e avanço na infra estrutura de transporte. Os investimentos nas estradas de ferro, feitos especialmente através do capital inglês, e a abertura e construção de novas estradas tornaram os deslocamentos mais rápidos, ampliando e facilitando o acesso a diversas regiões.

passavam a determinar o jogo, especialmente para os interesses da classe trabalhadora: num primeiro plano, as condições de trabalho no interior das fábricas; num segundo plano, as possibilidades de absorção de todo o contingente de trabalho disponível, e as alternativas que se apresentavam para aqueles que permaneciam fora do mercado de trabalho – os quais fariam parte ora do exército de desempregados, ora se veriam vinculados à atividades marginais. A partir desses elementos, no presente capítulo iremos analisar os dados referentes ao mercado de trabalho nos anos 1940 e 1950, dando especial atenção ao comportamento do emprego e dos tipos de emprego que foram criados para, então, tentar formular uma caracterização do mercado de trabalho brasileiro no momento da expansão industrial no ciclo de substituição de importações.

1. O mercado de trabalho no Brasil no período 1940-1950

As transformações que ocorreram no Brasil ao longo da primeira metade do século XX não foram apenas de cunho econômico, ainda que a modificação da forma de organização produtiva e a gradual transição do eixo dinâmico da economia tenham sido fundamentais para entender os processos históricos que ocorreram a partir de então. As transformações no campo social, em especial na forma de organização da sociedade e no estabelecimento de um novo padrão de vida, são fatores centrais no entendimento do novo pacto social que se formaria nos anos 1940, fundamentalmente pela expansão da massa de trabalhadores urbanos e pelos novos conflitos sociais que se formariam a medida que o crescimento da economia exigia um conjunto cada vez maior de trabalhadores submetidos às novas formas de exploração. É exatamente desses conflitos de ordem política e social que será composta a elaboração do conjunto de leis trabalhistas, impulsionada após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

A política trabalhista de Vargas foi estruturada de forma a criar uma base institucional e legal ao mercado de trabalho, mas que também funcionasse como mecanismo de repressão às diversas manifestações que vinham sendo organizadas por parte da classe trabalhadora, e

que pudesse convertê-la em uma base de apoio e de sustentação social do governo. É dentro desse aspecto que é criado o Ministério do Trabalho, em novembro de 1930, e as leis dos 2/3 e de sindicalização em 1931. A lei dos 2/3, que estabelecia o controle de imigrações, tecnicamente era voltada à proteção do trabalhador nacional, mas também significava um maior controle sobre a classe operária e sobre o acesso às ideologias externas. Já a lei de sindicalização, dentre outros pontos, vinculava o reconhecimento dos sindicatos à aprovação do Ministério do Trabalho, repassava aos próprios sindicatos (de empregados e empregadores) a forma de se organizar para a realização de acordos, proibia a vinculação a sindicatos internacionais sem aprovação prévia do Ministério do Trabalho e estabelecia a obrigatoriedade, para todas as organizações de trabalhadores, de enviarem relatórios anuais ao Ministério. No quadro político da época, era fundamental que o Estado fornecesse concessões aos trabalhadores, como forma de, ao mesmo tempo, ganhar um caráter de um “governo popular”, preocupado em defender os interesses dos trabalhadores, e de travar expressões reivindicatórias alternativas, que poderiam surgir paralelamente aos sindicatos – expressões essas que eram, em si, a própria representação das limitações desse atrelamento. Não estranhamente, de forma concomitante as leis foram criadas, exclusivamente para os membros dos sindicatos, cooperativas de consumo e crédito, assistência jurídica, escolas, entre outros serviços.

Essa situação se intensificou a partir do golpe de 1937, dado por Vargas com o apoio do militares, e que deu início ao Estado Novo. Paralelamente à maior repressão política, o governo continuava a implementar ações que beneficiavam a classe trabalhadora, como a formulação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, enquanto um conjunto de regulamentações, foi implementada a partir de quatro frentes: *i*) a primeira criou as normas que protegem as condições de trabalho; *ii*) a segunda regulamentava a constituição e o funcionamento dos sindicatos. *iii*) a terceira criava os institutos de seguro; *iv*) e, por fim, a quarta regulamentava as normas da justiça do trabalho. Assim, mesmo oferecendo um conjunto de benefícios à classe trabalhadora, a CLT favoreceu a ação repressiva e a manipulação política da Era Vargas. Se, de um lado, a tutela em relação aos sindicatos impedia aos mesmos uma dinâmica autônoma de negociação coletiva que pudesse favorecer a difusão de direitos legais, reconhecendo o direito privado das empresas na gestão das relações de trabalho, de outro o modelo de regulação política ocorreu com a

reprodução sistemática de um mercado de trabalho com baixa proteção social. Ao final do período 1930-1980, metade da população ocupada não tinha acesso ao sistema de proteção social. Tais elementos garantiam a reprodução de um mercado de trabalho pouco institucionalizado e marcado pela intensa presença de contratos de trabalho estabelecidos informalmente. De toda forma, ainda que limitada ao conjunto de trabalhadores urbanos e tendo sido elaborada com forte conteúdo político e ideológico, a CLT se mostrou como importante instrumento de avanço da defesa dos interesses da classe trabalhadora⁵⁸.

Do ponto de vista essencialmente social, a crise da produção cafeeira e a organização de uma infra estrutura urbana foram os fatores determinantes, ainda que não exclusivos, na mobilização de um amplo conjunto da população da zona rural para as cidades. Não apenas a possibilidade de encontrar uma colocação no mercado de trabalho frente à instabilidade da produção agrícola, mas também o acesso a melhores condições de vida, impulsionaram o deslocamento da população entre estados e da zona rural para a zona urbana – efetivando, na economia brasileira, o que Marx chamou de superpopulação relativa flutuante. Esse conjunto de elementos, por sua vez, resultaria no crescimento natural da população, fator influenciado diretamente pelas melhores condições de vida na cidade, mesmo que, do ponto de vista geral, parte substancial do proletariado vivesse sob condições precárias. É assim que se formará a massa de trabalhadores urbanos, em permanente crescimento a partir dos anos 1940, na esteira do processo de desenvolvimento da economia industrial. É a partir dessa percepção que se pretende a análise das condições de trabalho no período 1940-1950⁵⁹, em especial, da massa de trabalhadores desempregados, que dão corpo à superpopulação relativa latente, bem como ao conjunto de trabalhadores vinculados às atividades marginais.

⁵⁸ Para um debate mais detalhado a respeito das leis trabalhistas no período, ver Ianni (1965), Santos (1984), Rezende (1986) e Pochmann (1995).

⁵⁹ Mais uma vez, atenta-se para o fato de que a adoção do recorte temporal 1940-1950 para a análise se justifica no fato de que se considera ser este o período de expansão inicial da indústria, que viria a consolidar a partir da segunda metade da década de 1950, com o Plano de Metas, e os posteriores planos de industrialização implementados ao longo dos anos 1960 e 1970. De modo que se busca os efeitos sobre o mercado de trabalho dessa primeira fase de efetivação do processo de substituição de importações, que se inicia em 1930 e vai até meados de 1950. Assim, considera-se que os dados dos censos de 1940 e 1950 conseguem refletir, de maneira aproximada, os impactos dessas transformações sobre as relações de trabalho no Brasil.

1.1 Notas metodológicas

Antes de entrar especificamente na análise dos dados, faz-se necessário uma apresentação da metodologia adotada, a fim de esclarecer a compatibilização dos dados que serão objeto de análise. Na próxima seção, serão analisados os dados referentes ao mercado de trabalho e à indústria, especificamente os tipos de ocupação em cada setor de atividade e a absorção do trabalho pela indústria, nas décadas de 1940 e 1950, com o objetivo de compreender quais foram os efeitos sobre as relações de trabalho a partir da expansão da indústria, da crise da produção agrícola e dos movimentos de mobilização populacional especialmente em direção à região Sudeste, com destaque para o comportamento do desemprego e do conjunto de atividades que, aqui, serão consideradas como marginais. Adicionalmente, serão analisados os dados relativos à indústria para, a partir da observação do valor da produção industrial e dos níveis de emprego e salário na indústria, entender como se deu a expansão do emprego, assim como a distribuição funcional da renda entre capital e trabalho. As análises serão realizadas a partir dos dados dos recenseamentos gerais de 1940 e 1950, do documento Estatística Histórica do Brasil (1987) e dos anuários estatísticos dos respectivos anos.

No que diz respeito à análise dos dados relativos ao mercado de trabalho, parte-se da metodologia proposta por Barbosa (2008), na qual foram feitas algumas intervenções de modo a tornar os dados dos diferentes censos comparáveis. Como os dados analisados pelo autor são referentes até o ano de 1940, algumas adaptações adicionais foram feitas no intuito de tornar compatíveis as informações do censo deste ano com 1950. Foram considerados serviços domésticos apenas os “serviços domésticos remunerados”, “serviços de portaria e elevadores”, serviços domiciliares de jardinagem e afins”, “serviços domiciliares de manutenção e condução dos meios de transporte” e “outras atividades domésticas remuneradas”. Para 1950, considera-se que todos esses itens estão englobados em atividades domésticas remuneradas, uma vez que não são apresentados individualmente. A população inserida nas “atividades domésticas não remuneradas no domicílio familiar”, “atividades de assistência e magistério exercidas no lar” e “atividades escolares discentes” foram classificadas como inativas e retiradas da População Economicamente Ativa (PEA). Por sua vez, na PEA foram incluídas as categorias “inativos por desocupação”, “outras

condições inativas não compreendidas nas classes precedentes”, “atividades não compreendidas nos demais ramos” e “atividades ou condições mal definidas”. Na metodologia apresentada por Barbosa, esses itens em conjunto compõe o que o autor chama de "população sem trabalho". Aqui, chamaremos o item correspondente de "PEA desocupada". Nas tabelas agregadas, as atividades domésticas não remuneradas e as atividades discentes serão consideradas como parte dos inativos.

Especificamente para o censo de 1950, no quadro referente às condições inativas, os itens “inválidos” e “alienados” são considerados conjuntamente, e o item “inativos por desocupação” compreende o “sem ocupação e desempregados”. O item "atividades ou condições mal definidas" corresponde à somatória dos itens "representações estrangeiras" e "atividades mal definidas ou não declaradas", e seria similar à somatória dos itens de 1940 "atividades ou condições mal definidas", "atividade ou ocupação, não declarada, de membro da família" e "atividade ou condição, não declarada, de outra pessoa". No entanto, por conta da proximidade numérica, poderia-se dizer que os itens referentes a "atividade ou ocupação, não declarada, de membro da família" e "atividade ou condição, não declarada, de outra pessoa" em 1940 foram considerados como sendo similares ao “sem ocupação ou desempregados”- no caso, enquadrados como inativos por desocupação. Por fim, como não há, em 1950, item para "inativos por defeitos físicos", leva-se em conta que os mesmos podem ter sido considerados como “inválidos e alienados”. Adicionalmente, o item “armazenagem” foi agregado a “transporte e comunicação”, assim como os itens "assistência médico-hospitalar pública" e "assistência médico-hospitalar privada", que foram consideradas dentro de “serviços” (gerais, e não público), ambos para melhor compatibilização com 1940, onde não há especificação desses itens.

Para a mensuração dos desempregados, considerou-se a somatória dos itens “inativos por desocupação”, “outras condições inativas não compreendidas nas classes precedentes”, “atividades não compreendidas nos demais ramos”, “atividades ou condições mal definidas”, “atividade ou condição não declarada de membro da família” e “atividade e condição não declarada de outra pessoa”. Para a mensuração do que chamamos de “atividades marginais”, considerou-se a somatória dos itens “atividades domésticas não remuneradas, no domicílio familiar”, “serviços domésticos remunerados”, “outras

atividades domésticas remuneradas”, "atividades não compreendidas nos demais ramos", "atividades ou condições mal definidas", “atividades ou condição, não declarada, de membro da família” e “atividades ou condição, não declarada, de outra pessoa”. Para o ano de 1950, todos esses itens estão incluídos em “atividades domésticas não remuneradas, no domicílio familiar” e “serviços domésticos remunerados”.

Para o cálculo dos valores reais do produto industrial, da transformação industrial e dos salários pagos na indústria, optou-se pela utilização do deflator implícito do produto interno bruto. O deflator implícito do PIB é a variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior. De acordo com Paulani e Braga (2008), o deflator implícito do PIB é uma forma indireta de obtenção de um índice de preços. Para o Brasil, o cálculo do valor do PIB a cada ano é feito a partir da estimação do produto dos vários setores da economia pela ótica do produto, ou seja, deduzindo do valor bruto da produção de cada setor o valor de seu consumo intermediário, possibilitando, a cada ano, a obtenção do valor do PIB nominal. No entanto, o que efetivamente importa saber é o valor do PIB real, cujo valor reflete o crescimento da quantidade de bens e serviços finais produzidos. Para que esse cálculo possa ser feito, é construído, para cada setor, índices do produto real que, conjuntamente tomados, fornecem uma estimativa da taxa de crescimento real do PIB em cada ano. A partir dessas duas informações – o PIB nominal e a taxa de crescimento real do PIB -, é selecionado um ano base, tornando-se possível estimar, para cada ano, o índice de preços. Nos cálculos aqui realizados, o ano de 1939 foi selecionado como ano-base.

Dois seriam os problemas do deflator implícito do PIB. Em primeiro lugar, o fato de ser uma estimativa indiretamente produzida, uma vez que não resulta do acompanhamento da evolução dos preços propriamente dita. Em segundo lugar, e em decorrência do primeiro aspecto, o fato de refletir uma inflação acima daquela verificada pelos índices de preço, o que resulta, do ponto de vista do cálculo dos valores reais, uma perda maior sobre o poder de compra dos salários. No entanto, mesmo diante dessas limitações, a escolha do deflator implícito do PIB para o deflacionamento dos valores da produção industrial e dos salários

se justifica por ser o único dado disponível para o período em análise, sendo portanto apenas através de sua utilização que se pode realizar o cálculo dos valores reais⁶⁰.

Antes de passar à apresentação dos dados, é preciso enfatizar que a avaliação que segue se trata mais de uma análise aproximativa das condições gerais do mercado de trabalho no Brasil no período 1940-1950, do que uma pontuação exata de todo o conjunto de transformações que ocorreram durante esses 20 anos (no caso, os eventos ocorridos nas décadas de 1930 e 1940, cujo conjunto de resultados se refletem nos anos analisados). Ao comparar os resultados dos censos, nos deparamos com diferentes metodologias que, mesmo não inviabilizando uma possível compatibilização dos dados, como tentamos fazer, invariavelmente reflete no seu resultado final. Além disso, trata-se de uma avaliação das condições de trabalho no Brasil, de modo geral, que não reflete o que vinha acontecendo particularmente em cada uma das regiões. Nesse sentido, trata-se de uma análise mais ensaística, com o objetivo de levantar debates sobre as transformações verificadas no mundo do trabalho.

Por fim, a análise apenas dos dados referentes aos censos de 1940 e 1950 tem dupla justificativa. Em primeiro lugar, pela interpretação a respeito da indústria no período 1930-1960, realizado no capítulo anterior, e que partia da noção de, naquele momento, ainda não havia um plano definido de industrialização pro Brasil, o qual foi sendo gradualmente construído a partir da década de 1940 e se consolidou na segunda metade da década de 1950, com o Plano de Metas, cujos reflexos já aparecem nos dados referentes ao censo de 1960. Dessa forma, pretende-se captar os efeitos sobre o mercado de trabalho de uma indústria que, mesmo existente, não era fruto de um projeto nacional de industrialização e, em decorrência disso, relativamente incipiente. Em segundo lugar, pela compatibilização dos dados. Uma vez que optou-se trabalhar com os resultados dos respectivos censos, e não diretamente com os microdados, a forma de apresentação e especificação das variáveis no censo de 1960 se difere de tal forma das outras décadas que tornou inviável a compatibilização dos dados, impossibilitando assim a comparação das variáveis que serão analisadas nas próximas seções. Por tais razões, focaremos a análise apenas nos censos de

⁶⁰ O cálculo do deflator implícito do PIB utilizado neste trabalho foi feito com base nos dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). As informações estão apresentadas na tabela C.10, no anexo estatístico.

1940 e 1950, e fazendo indicações sempre que possíveis dos desdobramentos de cada categoria ao longo dos anos 1950.

1.2 O mercado de trabalho no Brasil

Dois dos aspectos centrais nas considerações sobre o mercado de trabalho dizem respeito aos impactos da mobilização da população da zona rural para as cidades, e das melhorias nas condições de vida sobre o incremento da população, dado este ser um dos elementos na explicação do incremento da população economicamente ativa⁶¹. O crescimento da PEA, quando comparado ao comportamento da População em Idade Ativa (PIA), permite uma melhor percepção sobre o número de pessoas que adentraram o mercado de trabalho, ou seja, se cresce ou não o número de pessoas ofertando sua força de trabalho, para determinado nível de absorção da mão de obra. A PIA, por sua vez, cresce naturalmente com o crescimento da população, o que pode ser observado tanto pelo incremento natural da população – permitido, entre outros motivos, pela melhoria geral nas condições de vida – ou pelo crescimento da população residente em determinada região, que pode ser também explicado pelos movimentos populacionais. Por isso, entender os desdobramentos sobre o mercado de trabalho necessariamente passa pela análise conjunta da PIA – número de pessoas aptas ao trabalho –, a PEA – número de pessoas ofertando seu trabalho –, assim como os ocupados – que refletem a absorção da força de trabalho no mercado.

Observando os dados das tabelas 4.1 e 4.2, é possível notar o substancial incremento da população brasileira, que apresenta crescimento de quase 30 milhões de pessoas entre 1940 e 1960, resultando em taxas de crescimento de 27% e 35% nos períodos 1940-1950 e 1950-

⁶¹ Os conceitos de População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA) aqui adotados seguem as determinações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), definidos no documento Estatística Histórica do Brasil (1987). A PIA abrange o conjunto de pessoas, sem distinção de sexo, com idade mínima para exercer quaisquer atividades, consideradas acima dos 10 anos de idade. A PEA abrange todas as pessoas, sem distinção de sexo, que constituem a oferta de mão de obra, incluindo empregados, trabalhadores autônomos, membros de família não remunerados, empregadores e outros que, embora aptos para o exercício de uma atividade econômica, encontram-se desempregados durante o período de referência. Assim, fazem parte da PEA tanto os ocupados, de uma maneira geral, como os temporariamente desempregados, os religiosos, os membros das forças armadas e os membros de família que trabalham auxiliando o chefe de família, sem contudo receber qualquer tipo de remuneração. Estão excluídos da PEA os aposentados, as donas de casa, os detentos e aqueles que não trabalham porque vivem de rendas.

1960, respectivamente. Como naturalmente esperado, a PIA cresce quase que na mesma proporção – 26% entre 1940 e 1950, e 33% entre 1950 e 1960 – com aumento de quase 20 milhões de pessoas entre os indivíduos com idade mínima para o exercício de qualquer atividade. Como apontado no debate realizado no capítulo precedente, como a mensuração da população é feita pela população presente residente, o aumento do número de indivíduos é também reflexo dos processos de migração interna e êxodo rural. Além disso, como também já pontuado, a situação observada no Brasil não reflete a situação de cada região individualmente: enquanto a região Sudeste apresenta taxa de crescimento da população crescente, passando de 23% para 36%, a região Nordeste apresenta taxa de crescimento decrescente, de 25% para 23% - mais um elemento que reforça a ocorrência de migrações no período. No entanto, para compreender os reflexos efetivos do crescimento populacional sobre o mercado de trabalho, é necessário analisar os dados apresentados acima com as informações relativas à PEA e, mais especificamente, ao número de ocupados.

Tabela 4.1
População residente, por grandes regiões

Regiões	1940	1950	1960
Norte	1.462.420	1.844.655	2.561.782
Nordeste	14.434.080	17.973.413	22.181.880
Sudeste	18.345.831	22.548.494	30.630.728
Sul	5.735.305	7.840.870	11.753.075
Centro-Oeste	1.258.679	1.736.965	2.942.992
Brasil	41.236.315	51.944.397	70.070.475

Comentários: Para 1940, exclusive 16.713 pessoas recenseadas no Amazonas (7.469) e São Paulo (9.244), cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta. Para 1950, exclusive 31.960 pessoas recenseadas em Minas Gerais (10.461), São Paulo (7.588) e Paraná (13.911), cujas declarações não foram apuradas por extravio de material coletado.

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela 4.2
População em Idade Ativa

1940	29.048.877
1950	36.582.023
1960	48.750.192

Comentários: Para 1940, exclusive 16.713 pessoas recenseadas no Amazonas (7.469) e São Paulo (9.244), cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta. Para 1950, exclusive 31.960 pessoas recenseadas em Minas Gerais (10.461), São Paulo (7.588) e Paraná (13.911), cujas declarações não foram apuradas por extravio de material coletado. Cálculo realizado a partir da população total acima de 10 anos de idade.

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela 4.3
PEA, população ocupada e taxa de crescimento

Condição	1940	1950	Taxa de crescimento
PEA	14.817.359	19.528.298	0,32
População ocupada	14.758.500	17.117.400	0,16

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

As informações da tabela 4.3 nos permite observar que o incremento da população economicamente ativa foi intenso entre as décadas 1940 e 1950, ficando bem acima do incremento da população ocupada – 32% da primeira frente a 16% da segunda – mostrando que, no início dos anos 1950, havia certa limitação do mercado em absorver todo o contingente disponível de mão de obra, o que provavelmente era mais predominante nas regiões urbanas. De um lado, o crescimento da PIA acima do crescimento da PEA poderia indicar uma redução das pressões no mercado de trabalho, dado que um número menor de pessoas aptas ao trabalho estavam, efetivamente, procurando emprego. De outro lado, como a absorção dessa mão de obra foi menos intensa, ou seja, como o número de ocupados cresceu abaixo da PEA, é possível indicar um aumento do número de pessoas que, uma vez participantes do mercado de trabalho, não encontraram ocupação. De modo que a menor transferência de pessoas para o mercado de trabalho não foi suficiente para contrabalançar a absorção de mão de obra, que foi relativamente baixa⁶².

⁶² Tal situação se modifica no período seguinte, quando o incremento da população ocupada seria o dobro em relação à PEA, indicando uma maior capacidade de mão de obra pelo mercado. A explicação para tal motivo, predominantemente, está nos elevados investimentos do Plano de Metas, realizados a partir da segunda metade dos anos 1950, que geraram inúmeros postos de trabalho durante o período. Levando em conta que o incremento da PIA foi maior durante o segundo

Detenhamo-nos de forma mais detalhada na PEA ocupada, a fim de tentar analisar, ao menos de maneira aproximativa, os tipos de postos de trabalho que primordialmente foram criados no período. Antes de analisar a PEA por setor e posição na ocupação, os dados da tabela 4.4 mostram que foi exatamente na região Sudeste, onde estavam concentrados os investimentos industriais, que o crescimento dos ocupados foi mais relevante. Enquanto o incremento da PEA ocupada foi de mais de 1,2 milhões de pessoas na região Sudeste, a uma taxa de 18,2% entre 1940 e 1950, o Nordeste apresentou taxa de 9% e o Norte de 8,5% no mesmo período; em termos absolutos, o crescimento dos ocupados no Sudeste entre 1940 e 1950 foi superior à somatória de todas as outras regiões. Chama a atenção também o crescimento da região Centro-Oeste, à taxa de 21,9% que, mesmo tendo representado o segundo menor crescimento absoluto por regiões, já apresentava indícios da ocupação da região central do Brasil, que viria a se intensificar durante a década de 1950 pelo deslocamento da capital federal para Brasília, criando uma rede de infra estrutura articulando o centro do Brasil às demais regiões, que trazia na sua esteira a expansão do nível de emprego.

Tabela 4.4
PEA ocupada, segundo as grandes regiões

Regiões	1940	1950
Brasil	14.758.500	17.117.400
Norte	534.700	580.400
Nordeste	5.134.900	5.599.400
Sudeste	6.643.300	7.856.300
Sul	2.019.100	2.561.600
Centro-Oeste	426.500	519.700

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

período analisado, pode-se então dizer que, entre 1950-1960, não apenas decresceu a fração da população em idade ativa que passou a fazer parte do mercado de trabalho, como a absorção daqueles que passaram a fazer parte da PEA foi maior, apontando para a redução das pressões sobre o mercado de trabalho, entre 1940 e 1960. O que se nota é uma clara inversão na tendência para as três variáveis: enquanto a PEA cresce mais no primeiro período, PIA e ocupados crescem mais no segundo período, de modo que não há apenas uma fração menor de pessoas que estão procurando emprego, como uma fração maior destes é absorvida nos postos de trabalho. Os dados relativos ao censo de 1960 podem ser verificados no anexo estatístico.

Tabela 4.5
PEA ocupada, segundo o setor de atividade

	1940	1950
Agricultura	9.844.100	10.370.000
Agricultura, pecuária, extração vegetal, caça e pesca	9.725.700	10.254.300
Extração mineral	118.400	115.700
Indústria de transformação	1.617.100	2.191.600
Produção de alimentos, bebidas, etc.	188.200	288.700
Têxteis, vestuário, calçados, etc.	870.600	874.700
Metalúrgica, material de transporte, etc.	153.500	342.600
Química, derivados de petróleo, minerais não-metálicos	110.400	240.300
Outras indústrias	294.400	445.300
Construção	262.700	584.700
Serviços de utilidade pública	54.600	118.800
Comércio	800.900	1.081.800
Produtos agrícolas, farmacêuticos, químicos, máquinas, etc.	84.500	181.100
Alimentos, bebidas, comércio ambulante, etc.	335.500	656.900
Outras atividades comerciais	329.200	128.300
Bancos e outras atividades financeiras	51.700	115.500
Transporte e comunicação	500.200	689.300
Transporte	464.900	635.800
Comunicação	35.300	53.500
Serviços	1.576.000	2.034.800
Serviços governamentais	405.700	512.700
Serviços comunitários, de recreação, etc.	292.800	509.800
Serviços pessoais	877.500	1.012.300
Atividades mal definidas	102.900	46.400
Total	14.758.500	17.117.400

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Os dados da tabela 4.5 permitem identificar o crescimento da ocupação por setor de atividade. Como pode ser observado, a indústria de transformação, seguida da agricultura e dos serviços, foram os setores que apresentam maior crescimento do número de ocupados – nos dois primeiros casos, acima de 500 mil pessoas, e no terceiro o equivalente a 458 mil pessoas. Considerando a expansão dos investimentos da indústria, o crescimento do número de ocupados no setor era relativamente esperado, assim como em outros setores, por conta do surgimento de um conjunto de externalidades. Nesse sentido, é preciso considerar que o crescimento do emprego em outros setores, como a construção, os serviços e até algumas

atividades ligadas ao serviço público, apenas puderam se efetivar por conta da ampliação dos investimentos na indústria, o que requer que os dados desse setor não sejam analisados isoladamente. No caso da agricultura, é preciso considerar que, a despeito dos esforços no sentido de promover a reorientação nos setores responsáveis por comandar a dinâmica econômica do país, esse setor manteve, e ainda mantém, importante papel na geração de emprego e renda na economia brasileira e latino-americana, ainda que, ao longo da história, o mesmo venha gradualmente perdendo importância frente ao crescimento de outros setores. Tais são os motivos que justificaram, no debate da economia política, as discussões em torno da manutenção do padrão de acumulação centrado na produção de bens primários, notadamente reconhecidos nas teses do *“patrón de acumulación dependiente neoliberal”* e do *“el nuevo patrón exportador latinoamericano”*⁶³. Por fim, o crescimento dos serviços é resultado também, além das vinculações com a indústria, da própria expansão das cidades, cuja organização exige uma rede articulada de serviços cada vez mais complexa.

No entanto, por outro lado, o crescimento da ocupação na agricultura e nos serviços dão indícios de uma possível expansão de empregos marginais. Ainda que os dados apresentados não permitem uma afirmação concreta de que houve crescimento da marginalidade, o fato de que parte preponderante dos trabalhos gerados na atividade agrícola fossem marcados por baixa remuneração, elevada jornada e condições precárias de trabalho - perspectiva que também se reproduz em parte dos empregos do setor de serviços, bem como no setor de construção - nos permite ao menos de maneira aproximada indicar o crescimento das atividades marginais - mesmo que as atividades enquadradas como “mal

⁶³ As teses do padrão de reprodução dependente neoliberal e do novo padrão exportador latino-americano, desenvolvidas, respectivamente, por Valencia (2004) e Osório (2004) apontam, de modo geral, que a partir do final dos anos 1980, o desenvolvimento nos países da América Latina passavam a ser determinados por um “novo” padrão, calcado em uma lógica de reprodução do capital caracterizado a partir do modelo exportador. Tal modelo, em contraposição ao modelo de industrialização diversificada adotada desde o período desenvolvimentista, indicava que os países periféricos, e especificamente os latino-americanos, deveriam passar por um processo de reestruturação produtiva focado na especialização. A ideia era de que, seguindo as noções da teoria das vantagens comparativas do comércio internacional, esses países, mediante as modificações operadas na economia internacional a partir do processo de globalização, deveriam conduzir seus processos de industrialização focados na tradição primário-exportadora, que era tradicionalmente própria dessas economias, já que foi por meio da comercialização desses produtos que esses países se inseriam no comércio internacional. Ou seja, era preciso que sua inserção externa fosse dada a partir da exportação de produtos primários, já que era para esses produtos que havia uma ampla demanda no comércio internacional, devendo ser desconsiderada toda a estratégia anterior de desenvolvimento estruturada na diversificação industrial. Tal inserção seria impulsionada e facilitada mediante a abertura comercial – que permitiria o acesso a mercados -, a flexibilização financeira – que permitiria o acesso a recursos para financiamento – e da colocação do Estado enquanto agente responsável pela supervisão de mercados que apresentassem imperfeições. De modo que esse novo padrão, fundamentado nos interesses da expansão neoliberal e da consolidação do conjunto de políticas operadas a partir desse espectro na periferia do sistema capitalista, colocaria o reforço do caráter originário das economias latino-americanas, qual seja, o de serem economias primário-exportadoras.

definidas”, que geralmente conjugam atividades com tais características, tenham apresentado queda no número de ocupados. De toda forma, cabe mais uma vez lembrar que foi exatamente a manutenção do padrão de trabalho típicos do período escravista nas atividades agrícolas que justificou, mesmo que não predominantemente, a mobilização de fração dos trabalhadores rurais para as zonas urbanas, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. De modo que é seguro esperar que a geração de trabalho nessa atividade ainda permanecesse marcado pelas mesmas características dos períodos anteriores.

Já os dados da tabela 4.6 mostram que, do incremento acima de 2,3 milhões de pessoas na PEA ocupada, parcela fundamental se deu entre os empregados – mais de 2 milhões. No caso das atividades agrícolas, é notável o crescimento do número de autônomos, que responde por 34,3% do total, ao passo que os empregados respondem por 52,1%. Mesmo este não tendo sido um período de modernização intensa da atividades agrícola, que só seria efetivada de modo mais consistente a partir da década de 1960, o baixo crescimento do número de empregados, especialmente quando comparado com as atividades não-agrícolas, se justifica não apenas na adoção de novas técnicas produtivas que, de forma menos intensa, substituem mão de obra, mas fundamentalmente na mobilização dessa população para as regiões urbanas. Além disso, é preciso levar em conta a cultura do trabalho autônomo nas atividades agrícolas, ainda forte no período analisado, e que reflete o elevado número de pequenos produtores e prestadores de serviços, além da mão de obra sazonal. No caso das atividades não-agrícolas, é notável o incremento do número de ocupados, que respondem por 77,7% do total no Brasil, e que tem nos empregados sua fração predominante – 75% do total dos ocupados e 86% do total de empregados – enquanto que o número de autônomos sofre redução. Esse resultado é esperado para uma economia que passava, entre 1940 e 1950, por um amplo processo de urbanização e, em consequência, das atividades típicas das zonas urbanas, como mostraram os dados por setor de atividade apresentados anteriormente, de modo que é possível aferir que a expansão do emprego no período se dá prioritariamente nas atividades urbanas, de forma mais concentrada nas atividades da indústria de transformação, do comércio e dos serviços.

Tabela 4.6
PEA ocupada, segundo posição na ocupação

	1940	1950
Total	14.758.500	17.117.400
Empregados	6.614.000	8.667.200
Empregadores	362.800	628.900
Autônomos	4.699.500	4.877.200
Membros de família	2.779.700	2.908.000
Outros	302.500	36.100
Atividades agrícolas	9.844.200	10.369.900
Empregados	3.277.800	3.551.500
Empregadores	256.200	332.800
Autônomos	3.534.300	3.714.800
Membros de família	2.710.400	2.760.300
Outros	65.500	10.500
Atividades não-agrícolas	4.914.300	6.747.500
Empregados	3.336.200	5.115.700
Empregadores	106.600	296.100
Autônomos	1.165.200	1.162.400
Membros de família	69.300	147.700
Outros	237.000	25.600

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Levando em conta que um dos focos centrais da análise se trata das atividades consideradas marginais, faz-se necessário atentar para dois setores de atividades, que agregam parte importante desses tipos de ocupação: os serviços e as chamadas atividades mal definidas. No caso do setor de serviços, com exceção do item “serviços governamentais”, que agregam atividades formais e, portanto, não devem ser enquadradas como atividades marginais, os demais itens apresentam crescimento relativamente alto – conjuntamente, representam 351,8mil pessoas na expansão do emprego, equivalente a 76,7% da expansão das ocupações no setor de serviços e a 14,9% do crescimento das ocupações na população economicamente ativa. Os serviços pessoais, que agregam as atividades domésticas, serviços de portaria e jardinagem, além de serviços gerais ofertados por trabalhadores autônomos, representam a fração mais importante dos ocupados nessas atividades, ainda que seu incremento tenha ficado abaixo dos serviços comunitários e de recreação – 134,8 mil trabalhadores ante 217 mil no segundo caso.

Por sua vez, as atividades mal definidas apresentaram queda no período, reduzindo em 56,5 mil o número de pessoas ocupadas nessas atividades. Ainda que relativamente baixo em relação à expansão do número de ocupados em serviços e nas atividades agrícolas, a queda dos ocupados em tais atividades amorteceu a expansão dessas atividades consideradas dentro do escopo de atividades marginais. Tomando tais atividades em conjunto com as descritas anteriormente, sua fração como porcentagem da PEA ocupada seria de 12,5%, menor portanto que a fração dos ocupados em serviços, exceto serviços governamentais. De toda forma, mesmo sendo um resultado positivo, não significa que apenas nesses tipos de atividades se encerram aquelas formas de trabalho que podem ser consideradas informais, as quais também podem ser verificadas ainda no setor de construção civil e mesmo na indústria de transformação⁶⁴.

Uma vez assumindo essas ocupações como representativas das ocupações marginais, e comparando com a porcentagem do crescimento dos demais setores de atividades em relação ao crescimento da ocupação total – 22,3% para a agricultura, 24,4% para a indústria de transformação, 13,7% para a construção, 2,7% para os serviços de utilidade pública, 11,9% para o comércio e 8,0% para transporte e comunicação – é possível dizer que as ocupações marginais ficam abaixo apenas dos setores que apresentaram maior crescimento da ocupação no período. Por outro lado, é preciso considerar que o setor agrícola, um dos que apresentaram maior crescimento, tem esse resultado com base na expansão do trabalho autônomo – a princípio, uma forma de trabalho marginal. Assim, considerando que parte primordial das atividades de serviços e atividades mal definidas se concentram na zona urbana, a conclusão que se chega num primeiro momento é que, entre 1940 e 1950, não houve grande expansão das mesmas quando comparadas aos demais setores, fração que tornaria mais substancial se considerarmos, adicionalmente, o conjunto das atividades agrícolas, no caso tanto autônomos quanto empregados.

⁶⁴ A situação das ocupações mal definidas sofreria drástica mudança durante a década de 1950. Como apontam os dados do censo de 1960, essas atividades apresentariam aumento de 272.600 no número de ocupados em relação a 1940 que, mesmo não representando uma porcentagem muito elevada em relação ao crescimento total das ocupações, é uma fração considerável de trabalhadores desempenhando um conjunto de atividades que estaria à margem da produção capitalista ou das relações de trabalho tipicamente capitalistas. Se consideradas em conjunto, as atividades mal definidas e os serviços, exceto serviços governamentais, representariam 21,7% do aumento da PEA ocupada para o período considerado.

Os dados das tabelas 4.7 e 4.8 nos permite uma análise pormenorizada das categorias integrantes da população inativa e que, portanto, são consideradas fora da população economicamente ativa. Diretamente, tais posições não permitem uma caracterização exata das condições do mercado de trabalho, uma vez que reflete as informações do conjunto da população que, em tese, está fora desse mercado. No entanto, a análise detalhada dos itens que compõe os inativos nos permite alguma afirmação sobre as condições gerais de trabalho, especialmente por permitir uma interpretação daqueles que estão fora do mercado de trabalho e, em consequência, dos motivos que explicam tal posição.

Para a categoria dos inativos, é possível perceber um aumento considerável na categoria pensionistas, aposentados, jubilados e reformados, que apresenta uma taxa de crescimento de 345,1% entre 1940 e 1950, fator que responde, substancialmente, à implementação do conjunto de leis trabalhistas durante a década de 1940, e que permitiu um aumento na faixa da população atingida pelos benefícios trabalhistas, mesmo que a extensão desses benefícios, num primeiro momento, tenham se limitado a determinados setores produtivos. Aumento não menos relevante apresentou o conjunto de inválidos, inativos por defeito físico e alienados – considerados, por condições físicas e/ou psicológicas, inaptas ao trabalho -, cujo aumento se deu à taxa de 627,2%⁶⁵. Em termos das atividades marginais, descritas nos itens atividades não compreendidas nos demais ramos e atividades ou condições mal definidas, é possível verificar queda em ambas, de modo que, conjuntamente, representam queda de 60 mil trabalhadores ocupados nas mesmas. Tendência similar apresenta os inativos por desocupação, com queda aproximada de 570 mil pessoas. Uma vez que os indivíduos considerados dentro da categoria inativos por desocupação seriam a expressão do número de desempregados no mercado de trabalho, é possível apontar uma queda no número de pessoas desocupadas durante o período. A apresentação dos dados agregados, mais a frente, deixará mais claros esses resultados.

⁶⁵ Duas observações devem ser feitas para o conjunto de inválidos, inativos por defeito físico ou alienados. Em primeiro lugar, que tais categorias são consideradas conjuntamente na análise aqui realizada não apenas por sua proximidade qualitativa, mas também pelo fato de assim terem sido apresentadas no censo de 1950. Em segundo lugar, a discrepância dos valores, tanto para essa categoria quanto para a categoria dos pensionistas, aposentados, jubilados e reformados, entre 1940 e 1950, pode ser reflexo da extensão da captação de dados, considerando os avanços nos métodos de coleta entre os dois censos; ainda assim, pode-se considerar que os mesmos refletem as tendências gerais nas duas categorias.

Tabela 4.7
Pessoas de 10 anos e mais - Condições inativas e serviço doméstico não remunerado

Condição	1940	1950
Inativos	3.058.871	3.017.138
Serviço doméstico não remunerado	9.303.495	13.705.346
Total	12.363.366	16.722.484

Comentário: Para efeito de compatibilização com os dados de 1960, dentro da condição inativa para os anos de 1940 e 1950 foram considerados também as atividades ou condições mal definidas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 (IBGE).

Tabela 4.8
Serviços pessoais e atividades mal definidas

	1940	1950
Serviços pessoais	877.500	1.012.300
Serviços domésticos	620.100	673.600
Outros serviços pessoais	257.400	338.700

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela 4.9
Pessoas de 10 anos e mais - Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas

Classe de atividade	1940	1950
Pensionistas, aposentados, jubilados, reformados	39.407	175.385
Inválidos	21.963	370.303
Inativos por defeitos físicos	6.144	
Alienados	22.812	
Presos (em cumprimento de pena ou aguardando julgamento)	12.076	16.038
Inativos por desocupação	2.859.424	2.290.458
Capitalistas e proprietários	11.277	3.898
Outras condições inativas não compreendidas nas classes precedentes	33.506	120.515
Atividades não compreendidas nos demais ramos	37.064	2.235
Atividades ou condições mal definidas	64.539	44.439
Total	3.108.212	3.023.271

Comentários: Para efeito de compatibilização dos dados, para 1940 considerou-se as atividades ou condição não declarada de membro da família natural e atividade ou condição não declarada de outra pessoa como inativos por desocupação.

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 (IBGE).

De maneira geral, o número de inativos caiu nesse período, com redução de 41,7 mil pessoas. Ainda que o número não seja elevado frente a outras variáveis, é um resultado de que vai de encontro ao comportamento da variável “ocupados”, que apresentou crescimento no mesmo período. No entanto, mais que analisar se houve ou não crescimento da ocupação, o foco central da análise é entender quais foram os tipos de ocupação que surgiram no período. Se, de um lado, houve queda no número de autônomos urbanos, assim como redução na fração da população vinculada a atividades mal ou não definidas, aumentou o número de empregados domésticos, de empregados e autônomos agrícolas, assim como o número de empregados nos setores de serviço e construção civil – formas de trabalho tipicamente caracterizadas pela precarização.

Um outro resultado que vai de encontro a esse se trata do crescimento do número de empregados no serviço doméstico não remunerado. Tal categoria apresentou crescimento de 47%, o que representa mais de 4 milhões de pessoas. Ainda que, tecnicamente, essa fração da população não faça parte do mercado de trabalho, uma vez não sendo parte da população economicamente ativa, importa entender os motivos que justificam sua colocação nessa posição. Como esse grupo é genuinamente composto de mulheres, sugere-se que se tratam de mães de família que, dentro de uma sociedade patriarcal, assumiram tal posição na hierarquia familiar, sendo a causa do seu amplo crescimento exatamente a transferência de grande parcela da população para a zona urbana. Assim, aparentemente, os motivos que justificam o comportamento dessa variável seriam mais de fundo cultural que econômico, ainda que, concretamente, nada impedia que a população vinculada a essas atividades passassem a fazer parte do mercado de trabalho.

No caso dos serviços pessoais, a tendência também foi de expansão, ainda que em menor grau que as atividades domésticas não remuneradas. No caso dos serviços domésticos, que agrega todo o conjunto de serviços domésticos remunerados, o crescimento foi de 53,5 mil pessoas, e do conjunto de outros serviços pessoais, de 81,3 mil pessoas, números modestos quanto comparados com os mais de 4 milhões de pessoas que agregaram ao serviço doméstico não remunerado. Mais uma vez, o crescimento do número de ocupados no setor de serviços é resultado natural de uma economia em pleno crescimento, com um processo de expansão e reorganização da rede urbana em pleno desenvolvimento e que, portanto,

requeria o crescimento desse setor exatamente no sentido de permitir uma maior estruturação do espaço urbano e do conjunto de atividades, dentre elas a industrial, desenvolvidas nesse espaço.

Tabela 4.10
Mercado de trabalho no Brasil

Condição	1940	1950
População em Idade Ativa	29.037.849	36.557.953
População Economicamente Ativa	14.817.359	19.528.298
População Ocupada	14.644.610	17.070.651
População Inativa	14.220.490	17.029.655
PEA Desocupada	172.749	2.457.647
Atividades marginais	12.825.835	14.425.578
Taxa de Participação	51,03	53,42
Taxa de Ocupação	98,83	87,41
Taxa de Desocupação	1,17	12,59

Condição de ocupação		
Ocupados nas atividades primárias	9.844.072	10.369.906
Ocupados na indústria	1.400.056	2.231.205
Ocupados no comércio	800.920	1.073.997
Ocupados no serviço público	482.938	661.731
Ocupados em serviços	1.492.137	1.363.165
Ocupados em atividades domésticas	9.940.367	14.378.905
Ocupados em atividades domésticas remuneradas	636.872	673.558

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 e 1950 (IBGE).

Feita a exposição das principais formas de ocupação da população economicamente ativa, bem como o comportamento da população fora do mercado de trabalho, a tabela 4.10 reúne as informações gerais sobre o mercado de trabalho, que permitem apontar para uma caracterização do mesmo, no período 1940-1950. Como já pontuado, em termos absolutos, o crescimento da PIA é maior que o da PEA no período analisado, indicando que uma fração menor dos aptos ao trabalho efetivamente passaram a fazer parte do mercado de trabalho, ou seja, passaram a procurar algum tipo de ocupação. No entanto, uma vez que a taxa de crescimento da PIA é menor que a da PEA –25% no primeiro caso e 31% no segundo – cresceu a proporção da população economicamente ativa na população em idade

ativa, ainda que não de forma substancial, como pode ser observado a partir da taxa de participação. A taxa de participação, expressão da relação entre as populações economicamente e em idade ativa, funciona como uma *proxy* da oferta de trabalho na economia, ou seja, expressa o aumento ou redução da mão de obra que está disponível no mercado e a procura de alguma ocupação. Nesse caso, entre os anos de 1940 e 1950, houve crescimento da fração de pessoas se dirigiram ao mercado de trabalho como porcentagem da PIA, passando de 51% para 53,4%. Supondo, assim, a taxa de participação como indicador da oferta de mão de obra, pode-se dizer que, em termos relativos, havia em 1950 uma proporção maior de pessoas ofertando sua força de trabalho, portanto uma possível indicação de aumento da pressão sobre a capacidade de absorção da mão de obra.

Por sua vez, o número de ocupados aumentou em mais 2,4 milhões de pessoas, número inferior à expansão da PEA. Assim, a taxa de ocupação, que reflete os ocupados como proporção da PEA e, nesse sentido, é tomada como uma *proxy* da demanda por trabalho na economia – ou seja, a capacidade que a economia tem de absorver a mão de obra disponível – sofreu queda. Importa destacar que, de fato, houve expansão do emprego, mas essa expansão foi menos intensa que a expansão do número de pessoas ofertando sua força de trabalho, de modo que, proporcionalmente, a economia perdeu capacidade de absorção da mão de obra disponível. Chama a atenção o fato de que, em 1940, 98,83% da PEA estava ocupada, ou seja, a sua quase totalidade encontrou uma ocupação no mercado de trabalho, reflexo da elevada expansão da ocupação; em 1950, a taxa cai a 87,41%, apontando a queda na proporção da população economicamente ativa ocupada. A observação conjunta da taxa de participação e da taxa de ocupação permite identificar que, entre as duas décadas, houve uma ampliação da pressão sobre mercado de trabalho, entendendo essa pressão a partir da relação entre a proporção da população economicamente ativa (os que estão procurando trabalho) e da população ocupada (que efetivamente encontrou uma colocação no mercado de trabalho). Ou seja, o crescimento mais intenso da oferta de mão de obra na economia frente o crescimento da demanda por trabalho indica não que o mercado deixou de absorver mão de obra ou, no limite, perdeu parte de sua dinâmica, mas que essa absorção se deu de forma menos intensa que o aumento da disponibilidade de mão de obra.

Do ponto de vista dos desocupados, adotando a metodologia proposta por Barbosa (2008), o número de pessoas na população economicamente ativa que estavam desocupadas somavam 172.749, atingindo uma taxa de 1,17 da PEA. A taxa, relativamente baixa, reflete as mesmas tendências apontadas pela taxa de ocupação, ou seja, indicam que algo próximo à totalidade da população disponível no mercado de trabalho estava ocupada, de modo que a economia estaria próxima ao ponto de pleno emprego. Em 1950, chama a atenção o fato de que 12,4% da PEA estava desocupada, indicando aumento de 1.295% no número de desocupados. Tomando esses números, é possível apontar uma elevação do desemprego – considerando a taxa de desocupados como uma *proxy* da taxa de desemprego – na população economicamente ativa entre os anos de 1940 e 1950. No entanto, tanta a baixa taxa de desocupação em 1940 quanto o substancial crescimento dos desocupados entre o período analisado requer uma observação mais detalhada dos dados.

Uma vez percebida a discrepância nos dados analisados anteriormente, realizamos duas outras formas de cálculo para a mensuração do número de desocupados. No primeiro caso, consideramos que os itens “atividades não compreendidas nos demais ramos” e “atividades ou condições mal definidas” não fazem parte da PEA desocupada, uma vez que podem indicar uma parcela da população que exerce algum tipo de atividade, apenas não categorizada pelos demais itens. Assim, as variáveis se apresentariam tal como na tabela abaixo.

Tabela 4.11
Mercado de trabalho no Brasil (I)

Condição	1940	1950
População em Idade Ativa	29.037.849	36.557.953
População Economicamente Ativa	14.817.359	19.528.298
População Ocupada	14.746.213	17.117.325
População Inativa	14.220.490	17.029.655
PEA Desocupada	71.146	2.410.973
Atividades marginais	12.825.835	14.425.578
Taxa de Participação	51,03	53,42
Taxa de Ocupação	99,52	87,65
Taxa de Desocupação	0,48	12,35

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 e 1950 (IBGE).

Como se percebe a partir da análise dos dados, essa nova forma de cálculo, ao contrário de apontar soluções para as discrepâncias anteriores, apenas as tornam mais latentes. A taxa de desocupação em 1940 sofre queda, passando a 0,48%, ao passo que a modificação nos desocupados em 1950 seria praticamente irrelevante. Nesse ponto, mantida a mesma taxa de ocupação, é possível claramente dizer que a economia se encontrava em pleno emprego – e o incremento dos desocupados entre 1940 e 1950 seria da ordem de 3.288%. Considerando a impossibilidade de observância das variáveis nesses níveis, passando a uma terceira forma de análise.

Neste terceiro caso, a forma de análise parte da observação de cada um dos itens que compõe a categoria "condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas", e que estão detalhadas na tabela 4.12. Como pode se observar, considerando a totalidade dos trabalhadores enquadrados nessas categorias, a fração quantitativamente mais importante, em 1940, se encontra no item "atividade ou condição, não declarada, de membro da família natural" - aproximadamente 82% da população. Já a somatória do grupo dos inativos por desocupação e das outras condições inativas, que dá o conjunto de desocupados na nossa segunda forma de análise, corresponde a apenas 2,28%; na primeira forma de análise, que soma ainda as atividades não compreendidas nos demais ramos e as atividades ou condições mal definidas, a porcentagem da população desocupada seria de 5,55% dos inativos. Do que se pode dizer que, desse total de indivíduos, 82% sequer estariam participando do mercado de trabalho, uma vez que tais categorias são consideradas fora da população economicamente ativa.

Observando os dados de 1950, é possível notar que não apenas o item "atividade ou condição, não declarada, de membro da família natural" deixa de existir, como a parte substancial da população passa a fazer parte dos inativos por desocupação - em quantidade similar aos presentes no item citado anteriormente, em 1940. O que nos levar a supor que, efetivamente, os trabalhadores incluídos nas atividades ou condições não declaradas, ou pelo menos parte importante deles, em 1940, eram na verdade indivíduos desocupados, que porventura estivessem exercendo algum tipo de atividade irregular ou autônoma. Assim, deveriam ter sido incluídos na categoria dos indivíduos por desocupação, o que modificaria

a fração dos indivíduos considerados desocupados. Uma segunda modificação que necessitaria ser realizada, nesse caso, seria a inclusão dos indivíduos presentes nas duas últimas categorias na população economicamente ativa - a rigor, a metodologia utilizada até então considerava os mesmos como população não economicamente ativa⁶⁶. A par dessas informações é que realizamos a terceira forma de análise, cujos resultados podem ser verificados na tabela 4.13.

Tabela 4.12
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas

Condição	1940	1950
Pensionistas, aposentados, jubilados, reformados	39.407	175.385
Inválidos	21.963	370.303
Alienados	22.812	
Inativos por defeitos físicos	6.144	-
Presos (em cumprimento de pena ou aguardando julgamento)	12.076	16.038
Inativos por desocupação	37.640	2.290.458
Capitalistas e proprietários	11.277	3.898
Outras condições inativas não compreendidas nas classes precedentes	33.506	120.515
Atividades não compreendidas nos demais ramos	37.064	2.235
Atividades ou condições mal definidas	64.539	44.439
Atividades ou condição, não declarada, de membro de família natural	2.546.454	-
Atividade ou condição, não declarada, de outra pessoa	275.330	-
Total	3.108.212	3.023.271

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 e 1950 (IBGE).

⁶⁶ Singer (1971) percebeu o mesmo problema na apresentação dos dados sobre os desocupados. Segundo o autor, os indivíduos incluídos nas condições inativas poderiam ser divididos em dois grupos: os que não estavam em condições de integrar a força de trabalho por circunstâncias de saúde, idade ou presumível falta de motivação, e os demais, que foram considerados como desocupados. Os desocupados, por sua vez, foram enquadrados como inativos por desocupação, outras condições inativas, atividade ou condição não declarada (1940) e sem ocupação e desempregados (1950). O autor considerou tais informações para o cálculo do que chamou de “desempregados ocultos”, mas não considerou, tal como fazemos aqui, que esses trabalhadores constituem parte da população economicamente ativa.

Tabela 4.13
Mercado de trabalho no Brasil (II)

Condição	1940	1950
População em Idade Ativa	29.037.849	36.557.953
População Economicamente Ativa	17.639.143	19.528.298
População Ocupada	14.746.213	17.117.325
População Inativa	14.220.490	17.029.655
PEA Desocupada	2.892.930	2.410.973
Atividades marginais	12.825.835	14.425.578
Taxa de Participação	60,75	53,42
Taxa de Ocupação	83,60	87,65
Taxa de Desocupação	16,40	12,35

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 e 1950 (IBGE).

A partir dessa metodologia proposta, cujos resultados são expostos nas tabelas acima, é possível verificar que, em 1940, o número de desocupados era de mais de 2,8 milhões de pessoas, ao passo que, em 1950, esse número cai para 2.410.973 pessoas. Relativamente à população economicamente ativa, a PEA desocupada passa a ser de 16,40 em 1940 – número relativamente factível, especialmente se considerado as cifras calculadas pelas metodologias anteriores – e de 12,35 em 1950. Tais informações não apenas se tornam mais críveis, considerando as transformações e características do mercado de trabalho nesse período, que respondida pela própria expansão das atividades industrial, mas também aponta para um quadro de relativa melhora entre os dois anos considerados. Os resultados se tornam mais favoráveis quando consideramos conjuntamente o comportamento das taxas de participação e de ocupação, representativas do aumento da oferta de trabalho e da demanda de trabalho na economia, respectivamente, sendo que a primeira apresenta queda e a segunda apresenta elevação. Elemento que não seria possível de ser verificado caso considerássemos a primeira metodologia adotada, uma vez que a taxa de desocupação teria passado de 1,17 para 12,4 entre 1940 e 1950, apresentado um incremento extremamente elevado para um período de apenas 10 anos. Com o novo método de análise, a queda da taxa de participação e o crescimento da taxa de ocupação indicam para um resultado oposto ao considerado anteriormente, ou seja, que houve, na verdade, uma redução na pressão sobre o mercado de trabalho, com um menor número relativo de aptos ao trabalho passando

a fazer parte do mercado de trabalho, e um maior número relativo de trabalhadores encontrando uma ocupação.

Um segundo aspecto a ser analisado, e fundamental para a tese que tentamos desenvolver, se trata do que aqui chamamos de “atividades marginais”. Em nenhum dos censos analisados, bem como em nenhuma outra metodologia de análise dos dados do mercado de trabalho no Brasil, há um critério para mensuração das atividades marginais, provavelmente pelo fato de não haver uma definição do que são tais atividades, ou as condições gerais para sua categorização. Como apresentando no capítulo I, o debate sobre a marginalidade, tipicamente desenvolvido nas Ciências Sociais, transitou fundamentalmente pelo campo da análise abstrata e, uma vez escamoteado em favor de outras análises, deixou de ganhar força para a elaboração de uma análise mais sofisticada. Enfrentando essas limitações, o que buscamos aqui é uma tentativa de apontar como algumas categorias presentes nos censos de 1940 e 1950 poderiam ser tomadas como formas de trabalho marginais – uma vez sendo caracterizados por estar fora das atividades tipicamente capitalistas e/ou por serem desenvolvidas sobre elevado nível de precariedade, com baixo nível de produtividade e pouca ou nenhuma regulamentação, sendo portanto atividades não vinculadas aos setores tradicionais responsáveis pela dinâmica econômica – e, a partir dessa verificação, mostrar que parte das atividades que surgiram no período nem sempre apontavam para melhorias para o conjunto da classe trabalhadora.

Nas “notas metodológicas”, neste mesmo capítulo, dissemos que a mensuração das atividades marginais seguiria o presente critério: para o censo de 1940, seriam considerados os itens “atividades domésticas não remuneradas, no domicílio familiar”, “serviços domésticos remunerados”, “outras atividades domésticas remuneradas”, “atividades não compreendidas nos demais ramos”, “atividades ou condições mal definidas”, “atividades ou condição, não declarada, de membro da família” e “atividades ou condição, não declarada, de outra pessoa”; para o censo de 1950, seriam considerados os itens “atividades domésticas não remuneradas, no domicílio familiar” e “serviços domésticos remunerados”. A partir dessa metodologia, a composição das atividades marginais seria tal como apresentada nas tabelas 4.10, 4.11 e 4.13.

Assumindo tal forma de mensuração, um provável problema metodológico que surgiria seria o fato de que algumas categorias estariam presentes tanto nas atividades marginais – considerando, então, que tais pessoas estariam, de alguma forma, empregadas – quanto no grupo de desempregados – os quais, formalmente, não estariam vinculados a nenhuma forma de atividade. A resolução para tal problemática estaria no fato de que, uma vez vinculados a atividades consideradas marginais, tais indivíduos estariam permanentemente vinculados a formas de trabalho precárias e instáveis, e possivelmente fora das atividades formalmente capitalistas. Por tais motivos, poderiam ser considerados prováveis desempregados – ou uma oferta de mão de obra relativamente disponível para a expansão das atividades capitalistas. Seguindo esse critério, o desemprego passa a ser visto de forma mais ampla, considerando não apenas os que estavam formalmente desempregados, mas também aqueles que, por não conseguirem uma ocupação nas atividades formalmente capitalistas, procuraram alternativas em outras formas de atividades; mas, uma vez havendo possibilidade para integrarem tais atividades, realizariam a transição entre o emprego marginal e o emprego propriamente capitalista. Por isso iremos considerar que parte daqueles que estão vinculados a essas atividades marginais podem ser tomados como desempregados potenciais.

Analisando os dados, é possível verificar que o número de pessoas vinculadas às atividades marginais perfaziam 12.825.835 em 1940, ao passo que, em 1950, esse número passa para 14.425.578 pessoas, representando um aumento de 12,47% no período considerado. Quando cruzamos esses dados com as informações relativas aos desocupados, que apresentaram queda no período, é possível apontar que parte das atividades que foram criadas no período se deram exatamente nesse conjunto de atividades marginais. O que nos permite concluir que mesmo havendo possível redução do desemprego, a mesma não necessariamente se deu nos setores capitalistas, ou ainda nos setores que, já naquele momento, eram cobertos pela legislação trabalhista nascente (e que, a princípio, cobria apenas setores do trabalho urbano) ou, por fim, em setores com atividades e remuneração estáveis. Nesse sentido, tais atividades acabaram por representar, já naquele momento, um importante amortecedor para o mercado de trabalho brasileiro urbano, especialmente ao reduzir os impactos sobre o número de desempregados e os reflexos disso nas condições gerais de trabalho – como jornada de trabalho e nível de remuneração.

Em síntese, é possível concluir que, de modo geral, houve melhoria nas condições de trabalho entre os anos de 1940 e 1950, apontando que a elevação dos níveis de produtividade trazidos pela expansão industrial conseguiu ampliar de maneira substantiva a oferta de empregos urbanos, em especial num momento onde foi elevada a transferência de relevantes contingentes populacionais tanto da zona rural como de regiões em franca decadência econômica para as regiões Sul e Sudeste, então *locus* principal da produção industrial. De modo que foi possível, de forma ampla, a absorção de frações dessa população no conjunto de novas atividades que estavam sendo organizadas. Tal conclusão fica clara quando se observa, mediante o crescimento natural da população economicamente ativa, um crescimento da taxa de ocupação – representativa da demanda por trabalho na economia – e uma redução da taxa de participação, que representa a oferta de força de trabalho. Nesse sentido, seria possível indicar uma redução das pressões sobre o mercado de trabalho. Em segundo lugar, a própria redução da PEA desocupada, resultando numa redução de 4 pontos percentuais na taxa de desocupação.

No entanto, mesmo diante dos resultados aparentemente positivos, dois elementos precisam ser considerados. Em primeiro lugar, que os dados refletem as condições de trabalho urbano, e não as condições gerais de trabalho na economia, as quais agrega também o conjunto de trabalhadores rurais. De fato, as condições de trabalho na zona rural tendiam à precariedade, especialmente pela crise na produção de produtos primários, fator fundamental na explicação da transição de parte importante dessa população para as regiões urbanas, na busca de melhores condições de trabalho. Assim, é provável que, uma vez cruzados com prováveis dados sobre o emprego rural – para os quais não há informação no período considerado – é possível que as condições de trabalho fossem, relativamente, mais precárias. Em segundo lugar, como indicado nos parágrafos acima, parte das oportunidades que surgiram no mercado de trabalho urbano se deram no conjunto de atividades consideradas como marginais, caracterizadas pela precariedade, instabilidade e baixa remuneração. Nesses termos, considera-se que a parte da mão de obra que se vinculou a tais atividades o fez pela falta de oportunidades nos setores capitalistas tradicionais, sendo assim uma alternativa como fonte de remuneração para esses trabalhadores. Por esse mesmo motivo, consideramos que esses trabalhadores são potenciais desocupados, dado que, uma vez tendo a oportunidade de se inserirem em atividades tipicamente capitalistas,

realizaram a transição entre setores. De modo que as atividades marginais responderam como importante amortecedor para as condições gerais do mercado de trabalho, em especial no que diz respeito às possibilidades de inserção em alguma atividade.

Como exposto nos capítulos precedentes, o objetivo do presente estudo é analisar, de um lado, a formação do excedente de mão de obra urbano no Brasil dentro da expansão das atividades industriais, a partir tanto do conjunto de desempregados quanto do conjunto de trabalhadores marginais, e se tal excedente poderia, como na teoria da superpopulação relativa elaborada por Marx, ser considerado como tal, ou seja, como fruto da expansão da composição orgânica do capital. Aparentemente, o que se nota até o presente momento, é que o excedente de trabalho urbano responde mais aos movimentos populacionais ocorridos entre 1930 e 1940 do que por expulsão relativa de trabalhadores da indústria via substituição do trabalho por capital. No entanto, para confirmar tal proposição, passamos à análise do crescimento do produto e do emprego industrial, para tentar avaliar em que medida poderia ter ocorrido uma expansão diferenciada entre capital e trabalho que, por sua vez, resultasse em destruição de postos de trabalho ou em absorção em menores proporções da classe trabalhadora nessas atividades.

1.3 Indústria e emprego industrial no Brasil

A rigor, um dos aspectos que qualificam o surgimento e crescimento da superpopulação relativa é a expansão do setor industrial e o conjunto de transformações produtivas e sociais decorrentes deste, a saber, a modificação da relação capital-trabalho, as novas formas de ser do trabalho, e os deslocamentos populacionais. Tal como descrito por Marx, a superpopulação relativa não se configura apenas a partir do conjunto da população expulsa ou não absorvida pelas atividades industriais, mas também pelo conjunto da população na eminência de se transferir da zona rural para a zona urbana, assim como pelos trabalhadores vinculados a atividades irregulares. No entanto, como trata-se de um processo desdobrado a partir da indústria, faz-se mister a análise de como se comportam tanto o crescimento do

produto quanto do emprego industrial - motivo pelo qual centramos nossa análise nesses aspectos, na presente seção. O objetivo será tão somente de verificar como se dá o crescimento da indústria e do emprego industrial no período analisado para que, de maneira aproximativa, seja possível alguma verificação a respeito do comportamento da composição orgânica do capital e da superpopulação relativa, e que nos dê base para uma possível conclusão a respeito das características da mão de obra excedente no período inicial de expansão da indústria⁶⁷.

Os dados da tabela 4.14 mostram o valor da produção industrial⁶⁸ para as diversas classes e gêneros da indústria, entre os finais das décadas de 1930 e 1940. Ainda que não seja um dado específico referente ao investimento industrial, o comportamento do valor da produção desenha um panorama sobre o avanço dos investimentos no setor. Como pode ser observado, para a maioria dos gêneros - exceto material de transporte; couros, peles e produtos similares; perfumaria, sabões e vela; têxtil e fumo - o crescimento do valor da produção foi acima dos 100 por cento em 10 anos, apontando uma elevada expansão da produção industrial. Em termos da taxa de crescimento, a indústria da borracha foi a que apresentou o crescimento mais substantivo - 490% - reflexo do segundo ciclo da borracha entre 1942 e 1945, e ocasionado pelos efeitos da II Guerra Mundial e do aumento da comercialização do produto com os EUA. Destaque também para o crescimento dos setores de mecânica e material elétrico e de comunicações, cuja taxa de crescimento no período foi acima dos 200%, apesar de, em termos absolutos, seus valores não estarem entre os mais elevados.

⁶⁷ Cabe, de toda forma, e do ponto de vista metodológico, chamar a atenção para o fato de que não se pretende realizar um cálculo estrito da composição orgânica do capital, a partir de equações matemáticas, mas tão somente de realizar, a partir dos dados relativos à indústria, uma análise do comportamento do emprego na indústria a partir de sua relação com os investimentos industriais.

⁶⁸ O valor da produção corresponde ao valor de venda ou transferência, na fábrica, do conjunto de mercadorias produzidas, excluindo os impostos e taxas que incidem sobre a produção, tais como o imposto de consumo, até o censo de 1950. Nos censos de 1960 e 1970, considera-se a taxa sobre a produção efetiva das minas e a PIA de 1973. A partir dessa década, considera-se o imposto sobre produtos industrializados (IPI), imposto sobre serviços (ISS) e o imposto sobre circulação de mercadorias (ICM).

Tabela 4.14
Valor da produção industrial segundo as classes e gêneros da indústria (em Cr\$ 1000
de 1939, segundo deflator implícito do PIB)

Classes e gêneros da indústria de transformação	1939	1949	Taxa de crescimento
Minerais não metálicos	584.196	1.519.562	159,1
Metalúrgica	987.573	2.572.887	159,5
Mecânica	166.380	543.399	225,6
Material elétrico e de comunicações	143.505	474.779	229,8
Material de transporte	463.446	783.176	68,0
Madeira	440.329	1.149.128	160,0
Mobiliário	251.190	562.989	123,1
Papel e papelão	274.551	674.217	144,6
Borracha	92.030	544.526	490,7
Couros, peles e produtos similares	295.911	515.377	73,2
Química e farmacêutica	1.171.369	2.416.729	105,3
Perfumaria, sabões e velas	322.721	587.880	81,2
Materiais plásticos	-	67.742	-
Têxtil	3.618.574	6.332.109	74,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	729.792	1.470.102	100,4
Produtos alimentares	4.927.324	10.849.871	119,2
Bebidas	408.410	1.074.151	162,0
Fumo	279.276	466.247	65,9
Editorial e gráfica	410.877	958.536	132,3
Diversos	137.841	416.207	200,9
Total	15.705.295	33.979.612	115,4

Fonte: Elaboração própria a partir do documento "Estatísticas Históricas do Brasil" (1990)

A despeito dos comportamentos individuais de cada gênero industrial, o crescimento do valor da produção observado para todos eles, e que resultou num crescimento do valor da produção industrial brasileira em 115,4 por cento, indica o elevado crescimento do investimento industrial no período, fator já apontado nos capítulos precedentes, seja pelo redirecionamento dos recursos excedentes da produção do café, seja pelos incentivos dados pela modificação do cenário externo. Conclusão similar chegamos ao analisar os dados das tabelas 4.15 e 4.16, onde percebe-se o relativo crescimento do índice da indústria de transformação em relação a 1939, com exceção de apenas alguns casos, como a indústria têxtil e de produtos alimentares em 1940 - cuja valor da produção já era substantiva - e do material de transporte e couros, peles e produtos similares em 1945, cujo crescimento foi

mais substantivo na segunda metade dos anos 1940. Já o crescimento valor da transformação industrial é percebido para todos os gêneros da industrial⁶⁹, exceto o setor de material elétrico e de comunicação, com especial relevância para a borracha – cuja taxa de crescimento foi de 590% - e as classes papel e papelão, diversos, minerais não metálicos e madeira, que apresentaram taxa de crescimento acima de 200 por cento. O decréscimo no valor real da transformação industrial para o gênero material elétrico e de comunicações encontra explicação na relativa expansão da produção durante o período considerado e nas próprias características do tipo de produção, que podem ter resultado num crescimento das despesas realizadas com operações industriais muito acima do valor final da produção industrial.

Tabela 4.15
Índices anuais da indústria de transformação segundo as classes e gêneros da indústria (base: 1939 = 100)

Gêneros da indústria	1940	1945	1950¹
Minerais não metálicos	103	220,5	319,3
Metalúrgica	127	176,9	422,8
Mecânica ²	-	100	119,3
Material elétrico ²	-	100	197
Material de transporte	115	63,7	271,2
Mobiliário	105,6	-	-
Papel e papelão	108	126,8	193,7
Borracha	159	492	661,2
Couros, peles e produtos similares	100	85	116,13
Química e farmacêutica	102,8	205,1	266,2
Têxtil	92,2	138,5	156
Produtos alimentares	97,1	100,4	114,8
Bebidas	102	154,2	198,1
Editorial e gráfica	99	114,1	153,1
Total	102,3	146,9	213,8

¹No documento oficial, os dados que aqui são tratados como referentes ao ano de 1950 se referem a 1949.

² 1945 = 100

Fonte: Elaboração própria a partir do documento "Estatísticas Históricas do Brasil" (1990)

⁶⁹ Tal conclusão não é possível para os gêneros mecânica, material de transporte, perfumaria, sabões e velas e materiais plásticos, uma vez que não há dados sobre o valor da transformação industrial para os mesmos no ano de 1939.

Tabela 4.16
Valor da transformação industrial⁷⁰, segundo as classes e gêneros da indústria (em
Cr\$ 1000 de 1939, segundo deflator implícito do PIB)

Classes e gêneros da indústria de transformação	1939	1949	Taxa de crescimento
Minerais não metálicos	340.370	1.078.476	215,9
Metalúrgica	488.562	1.413.079	188,2
Mecânica	-	322.003	-
Material elétrico e de comunicações	352.888	241.299	-32,6
Material de transporte	-	335.755	-
Madeira	205.042	635.130	208,8
Mobiliário	137.733	325.579	135,4
Papel e papelão	94.036	339.105	259,6
Borracha	41.267	285.151	590,0
Couros, peles e produtos similares	108.763	198.244	81,3
Química e farmacêutica	601.444	1.225.494	102,8
Perfumaria, sabões e velas	147.687	237.310	59,7
Materiais plásticos	-	38.505	-
Têxtil	1.412.628	2.959.139	108,5
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	310.194	643.284	106,4
Produtos alimentares	1.511.366	3.092.549	103,6
Bebidas	278.529	676.762	142,0
Fumo	146.065	215.152	46,3
Editorial e gráfica	229.491	600.484	160,7
Diversos	71.727	245.771	241,6
Total	6.477.792	15.108.271	132,2

Fonte: Elaboração própria a partir do documento "Estatísticas Históricas do Brasil" (1990)

Ao cruzarmos os dados anteriores com os apresentados na tabela 4.17, é possível inferir algumas conclusões a respeito do incremento da produtividade no período. Como se observa, a taxa de crescimento dos estabelecimentos industriais, negativa apenas no gênero química e farmacêutica⁷¹, é inferior ao crescimento do valor da produção industrial em

⁷⁰ O valor da transformação corresponde ao valor da produção, subtraindo-se as despesas realizadas com operações industriais, as quais se referem às importâncias despendidas com matérias-primas, componentes, material de embalagem e acondicionamento, combustível, lubrificantes, energia elétrica consumida e com serviços contratados, incluídas as importâncias pagas a trabalhadores em domicílio. Dessa forma, o valor da transformação aproxima-se do valor que o trabalho industrial executado no estabelecimento acresce ao valor das matérias-primas, componentes e materiais consumidos na produção. No entanto, difere-se do conceito de valor adicionado ou agregado, tendo em vista as várias outras despesas que são parte das despesas intituladas diversas, tais como fretes e carretos, publicidade e propaganda, serviços não ligados à mão de obra, transporte e comunicação, manutenção e reparação de equipamentos e instalações, aluguéis e arrendamentos, etc., que deveriam ser subtraídos do valor da transformação para se obter o valor adicionado.

⁷¹ É possível que o decréscimo apresentado pelo gênero química e farmacêutica se justifique no fato de que, para o ano de 1939, os dados se limitam à indústria farmacêutica, uma vez que não há dados disponíveis para a indústria química. O mais provável é que, para ambos os gêneros, seguindo a tendência dos demais, houve crescimento no número de estabelecimentos.

quase todos os casos – exceção de minerais não metálicos, material de transporte, produtos alimentares e bebidas -, indicando, no geral um possível crescimento da produtividade da indústria no período. Levando em conta a elevação dos investimentos no período, que acabam por se converter não apenas em expansão da capacidade produtiva mas também em modernização das técnicas produtivas - ainda que com absorção de tecnologias já obsoletas dos países centrais – o crescimento da produtividade é um resultado esperado, assim como seu possível reflexo sobre a capacidade de absorção da mão de obra. Tal percepção fica mais clara ao observarmos os dados da tabela 4.18, que mostra a relação entre o valor do produto industrial e o número de estabelecimentos industriais, para cada gênero da indústria. Ainda que não seja sua medida exata, podemos assumir tal razão como uma possível *proxy* da produtividade em cada gênero da indústria. Como pode-se notar, houve expressivo aumento da razão para a grande maioria dos gêneros. Com exceção da produção da borracha – cujo aumento da produtividade, superior a qualquer outro gênero, se explica, como já apontado, pelo segundo ciclo de expansão da borracha – ganha relativo destaque o setor têxtil que, apesar de não ter apresentado grande expansão do número de estabelecimentos, teve grande aumento no valor da produção, explicado pela agregação de novas e mais modernas técnicas produtivas, assim como o setor metalúrgico, com elevado aumento do valor da produção industrial e do número de estabelecimentos, em decorrência da expansão da produção siderúrgica na década, em especial com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941.

Tabela 4.17
Estabelecimentos industriais, segundo as classes e gêneros da indústria

Classes e gêneros da indústria	1939	1949	Taxa de crescimento
Indústria extrativa	2.267	1.539	-32,1
Indústria de transformação	40.983	82.164	100,5
Produtos de minerais não-metálicos	4.861	12.750	162,3
Metalúrgica	1.460	2.221	52,1
Mecânica	327	762	133,0
Material elétrico e de comunicação	119	341	186,6
Material de transporte	248	539	117,3
Madeira	3.545	7.562	113,3
Mobiliário	2.069	2.882	39,3
Papel e papelão	228	441	93,4
Borracha	65	119	83,1
Couros, peles e produtos similares	1.297	2.099	61,8
Química e farmacêutica ¹	1.780	1.705	-4,2
Perfumaria, sabões e velas	-	959	-
Produtos de materiais plásticos	-	104	-
Têxtil	2.212	2.941	33,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	3.203	5.076	58,5
Produtos alimentares	14.905	32.872	120,5
Bebidas	1523	4.420	190,2
Fumo	178	252	41,6
Editorial e gráfica	2207	2.749	24,6
Diversas	756	1.370	81,2
Atividades de apoio	-	-	-
Indústria em geral	43.250	83.703	93,5

¹Para 1939, dados apenas da indústria farmacêutica.

Fonte: Elaboração própria a partir do documento "Estatísticas Históricas do Brasil" (1990)

Tabela 4.18**Razão valor do produto industrial e número de estabelecimentos industriais**

Classes e gêneros da indústria de transformação	1939	1949
Minerais não metálicos	120,2	119,2
Metalúrgica	676,4	1158,4
Mecânica	508,8	713,1
Material elétrico e de comunicações	1205,9	1392,3
Material de transporte	1868,7	1453,0
Madeira	124,2	152,0
Mobiliário	121,4	195,3
Papel e papelão	1204,2	1528,8
Borracha	1415,8	4575,8
Couros, peles e produtos similares	228,2	245,5
Química e farmacêutica ¹	658,1	1417,4
Perfumaria, sabões e velas	-	613,0
Materiais plásticos	-	651,4
Têxtil	1635,9	2153,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	227,8	289,6
Produtos alimentares	330,6	330,1
Bebidas	268,2	243,0
Fumo	1569,0	1850,2
Editorial e gráfica	186,2	348,7
Diversos	182,3	303,8
Total	363,1	406,0

¹Para 1939, dados apenas da indústria farmacêutica.

Fonte: Elaboração própria a partir do documento "Estatísticas Históricas do Brasil" (1990)

No entanto, os dados anteriores tão somente nos permitem verificar que, concretamente, ocorreram pesados investimentos na modernização da estrutura produtiva, que permitiram tal incremento da produtividade e que, por sua vez, resultou nos elevado crescimento tanto do valor da transformação industrial quanto do valor da produção industrial. Uma vez observado esses fatores, que indicam para um amplo crescimento da indústria no período analisado, há que se observar como se deu o impacto do mesmo sobre a capacidade de geração de emprego e absorção da mão de obra, bem como da modificação dos salários pagos aos empregados da indústria – elementos que passamos a analisar agora.

No que tange à absorção da mão de obra na indústria, será analisado não apenas o comportamento do número de ocupados entre as duas décadas, mas também o comportamento da remuneração. A análise da remuneração se faz necessária no sentido de

se observar a intensidade da variação dos salários, uma vez conhecidos os dados referentes ao incremento do valor do produto industrial – em outras palavras, para verificar se houve ou não crescimento dos salários como porcentagem do incremento do produto industrial. Tal verificação nos permite inferir conclusões, ainda que indiretas, sobre as condições de trabalho na indústria nos anos de 1940 e 1950, mesmo num cenário, como já verificado, de crescimento do emprego no Brasil.

Tabela 4.19
Pessoal ocupado na indústria de transformação

Classes e gêneros da indústria de transformação	1939	1949	Taxa de crescimento
Minerais não metálicos	57.416	128.928	124,6
Metalúrgica	61.338	102.826	67,6
Mecânica	-	26.600	-
Material elétrico e de comunicações	25.624	15.774	-38,4
Material de transporte	-	20.182	-
Madeira	37.303	68.486	83,6
Mobiliário	28.785	38.802	34,8
Papel e papelão	12.318	24.959	102,6
Borracha	4.524	10.861	140,1
Couros, peles e produtos similares	14.598	21.196	45,2
Química e farmacêutica ¹	38.047	62.189	63,5
Perfumaria, sabões e velas	7.549	11.283	49,5
Materiais plásticos	-	3.057	-
Têxtil	233.443	338.035	44,8
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	49.317	76.464	55,0
Produtos alimentares	173.535	234.311	35,0
Bebidas	16.317	39.253	140,6
Fumo	13.615	13.008	-4,5
Editorial e gráfica	31.617	49.367	56,1
Diversos	10.976	24.033	119,0
Total	851.755	1.346.423	58,1

Fonte: Elaboração própria a partir do documento "Estatísticas Históricas do Brasil" (1990)

As informações da tabela 4.19 nos permite observar que, com exceção dos gêneros material elétrico e de comunicações e fumo, todos os demais setores apresentaram taxa de

crescimento positiva do número de pessoas ocupadas, com destaque para os gêneros de bebidas, borracha, minerais não metálicos e papel e papelão. Para a maioria dos gêneros para os quais há dados disponíveis, o crescimento do número de pessoas ocupadas esteve acima dos 50%. No total, o crescimento do emprego apenas na indústria de transformação foi de aproximadamente 58% em 10 anos, seguindo a tendência de crescimento geral do emprego no período, como já analisado anteriormente. Ao cruzarmos as informações com os dados da tabela 4.20, as conclusões são ainda mais impressionantes. Como pode-se notar, o crescimento dos salários pagos em cada gênero da indústria de transformação foi relativamente alto, indicando que o setor não apenas ampliou a capacidade de absorção da mão de obra, mas que também houve, em termos absolutos, incremento do total de salários pagos. Fogem a essa tendência geral os gêneros couros peles e produtos similares e perfumaria, sabões e velas, cujo crescimento real dos salários pago se deu a uma taxa inferior a 100%, e o gênero material elétrico e de comunicações, que apresentou queda nos salários reais pagos ao pessoal ocupado. Se, de um lado, esses resultados apontam para uma relativa melhora nas condições de trabalho, capitaneadas não apenas pela expansão da capacidade de absorção da indústria, mas igualmente pela Consolidação das Leis do Trabalho, que viria a ampliar os direitos dos trabalhadores urbanos, por outro lado eles não dão um panorama geral sobre as condições do emprego no Brasil, uma vez que se limitam à indústria de transformação. No entanto, mais uma vez é preciso destacar que o cálculo dos salários reais para o ano de 1949 foi feito com base no deflator implícito do PIB, que reflete perdas salariais superiores às que seriam apontadas mediante a utilização de índices de preços mais comumente usados para o cálculo dos salários reais. Assim, é provável que o nível de salário real em 1949 fosse relativamente superior ao que apresentamos na tabela abaixo⁷². De toda forma, para os objetivos aos quais se prestou a análise desses dados, é possível dizer que, no geral, houve ampliação do emprego e melhoria nas condições de remuneração dos ocupados na indústria de transformação no período analisado.

⁷² A tabela C.17, do anexo estatístico, apresenta o índice de custo de vida para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Ainda que não reflita a realidade de todo o território nacional, o índice é representativo por refletir a variação do custo de vida nas principais cidades do país. Quando comparamos as informações do índice com os dados relativos ao crescimento do salário real, é possível perceber que, para alguns gêneros, como alimentícios e têxtil, o custo de vida cresceu muito acima dos salários – para o primeiro grupo, o custo de vida cresceu 298% e o salários 67%, enquanto que para o segundo grupo o custo de vida cresceu 187% e os salários 116%. Quando os salários crescem mais, a diferença não é tão relevante, como para o caso dos produtos químicos, cujo crescimento dos salários foi de 144% (considerando a indústria farmacêutica), e do custo de vida 128%. Tal análise, ainda que pontual para alguns gêneros, apresenta um panorama de elevação dos salários nem sempre convergente com o crescimento do custo de vida.

Tabela 4.20
Salários pagos ao pessoal ocupado na indústria de transformação⁷³ (em Cr\$ 1000 de 1939, segundo o deflator implícito do PIB)

Classes e gêneros da indústria de transformação	1939	1949	Taxa de crescimento
Minerais não metálicos	117.080	340.361	189,7
Metalúrgica	187.218	468.548	149,3
Mecânica	-	131.398	-
Material elétrico e de comunicações	95.427	73.191	-24,3
Material de transporte	-	115.898	
Madeira	74.887	178.601	137,5
Mobiliário	65.393	137.032	108,6
Papel e papelão	30.875	86.710	179,8
Borracha	10.797	55.398	412,1
Couros, peles e produtos similares	30.816	56.378	82,0
Química e farmacêutica	101.853	250.009	144,5
Perfumaria, sabões e velas	22.590	37.216	63,7
Materiais plásticos	-	11.890	-
Têxtil	482.909	1.049.622	116,4
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	109.738	232.253	110,6
Produtos alimentares	324.840	548.067	67,7
Bebidas	47.092	122.092	158,3
Fumo	24.863	54.619	118,7
Editorial e gráfica	102.745	234.785	127,5
Diversos	26.017	81.026	210,4
Total	1.855.203	4.265.096	128,9

Fonte: Elaboração própria a partir do documento "Estatísticas Históricas do Brasil" (1990)

⁷³ Como despesas com salários computam-se os pagamentos efetuados durante o ano empregado, incluídas as bonificações, comissões, 13º salário, ajudas de custo, bem como honorários de diretores de sociedades anônimas e outras sociedades de capital, mas sem dedução das contas de previdência e assistência social a se encargo. Excluem-se as diárias pagas a viajantes e empregados em serviços externos, consideradas entre as despesas diversas, assim como as despesas com os pagamentos a trabalhadores em domicílio que constituem parcelas do custo dos serviços contratados; além disso, também são excluídas as despesas efetuadas com gratificações, participação nos lucros e retiradas de proprietários ou sócios (pró-labore).

Tabela 4.21
Razão salários e pessoas ocupadas na indústria de transformação (em Cr\$ 1000 de 1939, segundo o deflator implícito do PIB)

Classes e gêneros da indústria de transformação	1939	1949
Minerais não metálicos	2,0	2,6
Metalúrgica	3,1	4,6
Mecânica	-	4,9
Material elétrico e de comunicações	3,7	4,6
Material de transporte	-	5,7
Madeira	2,0	2,6
Mobiliário	2,3	3,5
Papel e papelão	2,5	3,5
Borracha	2,4	5,1
Couros, peles e produtos similares	2,1	2,7
Química e farmacêutica	2,7	4,0
Perfumaria, sabões e velas	3,0	3,3
Materiais plásticos	-	3,9
Têxtil	2,1	3,1
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	2,2	3,0
Produtos alimentares	1,9	2,3
Bebidas	2,9	3,1
Fumo	1,8	4,2
Editorial e gráfica	3,2	4,8
Diversos	2,4	3,4
Total	2,2	3,2

Fonte: Elaboração própria a partir do documento "Estatísticas Históricas do Brasil" (1990)

As informações da tabela 4.21, que apresenta a razão entre os salários pagos durante o ano e as pessoas ocupadas na indústria de transformação, dão uma noção da média de salários pagos, a cada trabalhador, durante o período de um ano. A análise dos dados permite a confirmação daquilo que apontamos anteriormente, ou seja, que houve crescimento das remunerações pagas aos trabalhadores da indústria de transformação. Enquanto que, em 1939, todos os gêneros considerados para os quais há informações disponíveis apresentavam salários abaixo dos Cr\$ 4.000 – e apenas 3 gêneros se situavam acima dos Cr\$ 3.000 -, em 1949 oito dos 21 gêneros passam a apresentar salário real médio acima de Cr\$ 4.000, e apenas 4 gêneros apresentam salário real médio abaixo dos Cr\$ 3.000. No entanto, mais uma vez, cabe chamar a atenção para o fato de que trata-se de um resultado

positivo apenas do ponto de vista relativo: a elevação dos salários não é indicador de os mesmos se situavam num nível minimamente suficiente para garantir uma reprodução adequada da classe trabalhadora, ainda mais quando se considera que trata-se de uma medida anual de remunerações. Avaliação esta convergente com o fato do crescimento do salário real médio não ter sido substancial, dado que para apenas dois gêneros – material de transporte e borracha – o mesmo se situava acima de Cr\$ 5.000; para a maior dos gêneros, o salário real médio se situava entre Cr\$ 3.000 e Cr\$ 4.000.

Tabela 4.22
Razão entre salários e valor da transformação industrial

Classes e gêneros da indústria de transformação	1939	1949
Minerais não metálicos	0,34	0,32
Metalúrgica	0,38	0,33
Mecânica	-	0,41
Material elétrico e de comunicações	0,27	0,30
Material de transporte	-	0,35
Madeira	0,37	0,28
Mobiliário	0,47	0,42
Papel e papelão	0,33	0,26
Borracha	0,26	0,19
Couros, peles e produtos similares	0,28	0,28
Química e farmacêutica	0,17	0,20
Perfumaria, sabões e velas	0,15	0,16
Materiais plásticos	-	0,31
Têxtil	0,34	0,35
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	0,35	0,36
Produtos alimentares	0,21	0,18
Bebidas	0,17	0,18
Fumo	0,17	0,25
Editorial e gráfica	0,45	0,39
Diversos	0,36	0,33
Total	0,29	0,28

Fonte: Elaboração própria a partir do documento "Estatísticas Históricas do Brasil" (1990)

Por fim, as informações da tabela 4.22 apresentam a razão entre os salários e o valor da transformação industrial. Como é possível observar, tal razão, para a maioria dos gêneros

considerados, não segue as tendências apontadas até então. Se tomarmos essa razão como uma medida da participação dos salários no valor da transformação industrial e, portanto, como uma provável medida da distribuição funcional da renda na indústria de transformação – levando em conta que o valor da transformação industrial corresponde ao valor que o trabalho industrial executado no estabelecimento acrescenta ao valor das matérias-primas, componentes e materiais consumidos na produção -, no conjunto de gêneros para os quais é possível fazer uma comparação entre os dois anos considerados, mais da metade apresentou redução da fração dos salários no valor da transformação industrial. Considerando os 17 gêneros para os quais há informações, nove gêneros apresentaram queda na razão considerada, enquanto que para o gênero couros, peles e produtos similares a razão se manteve a mesma. Ainda que, para todos os itens, as variações sejam pequenas, é possível dizer que, num momento de expansão da produção e, inclusive, das contratações na indústria, houve perdas relativas do ponto de vista da remuneração da classe trabalhadora, cuja taxa de crescimento ficou aquém do crescimento do produto industrial. De modo que, contrariando um quadro geral aparentemente benéfico às condições de trabalho, dado a expansão e diversificação do emprego, as remunerações apresentaram um comportamento relativamente inferior às possibilidades de expansão dos salários. Mas, mais uma vez, cabe apontar que tais resultados se limitam à indústria de transformação, não podendo ser assumidos como um panorama geral das condições de trabalho na economia brasileira.

A par dessas informações relativas ao mercado de trabalho e, especificamente, às condições da indústria de transformação, passamos a uma tentativa de elaboração de uma interpretação a respeito das condições de trabalho no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950.

1.4 Para uma caracterização do mercado de trabalho no Brasil

Na seção anterior, observamos que, de modo geral, a expansão da indústria foi acompanhada de uma elevada expansão da ocupação, com crescimento substancial do

número de empregos. Nesse sentido, os resultados do emprego na indústria de transformação corroboraram os resultados observados para a ocupação geral, uma vez a taxa de desocupação tendo apresentado queda entre as décadas de 1940 e 1950. Por outro lado, dois outros resultados chamaram a atenção, do ponto de vista da análise aqui pretendida: em primeiro lugar, o fato de que as ocupações consideradas marginais também cresceram no período, indicando a ocorrência de uma expansão de formas de trabalho precário; e em segundo lugar, o fato de que, do ponto de vista da remuneração, houve uma queda na relação entre os salários e o valor do produto industrial, o que aponta para, mesmo que de forma indireta, uma maior remuneração do capital em detrimento da remuneração do trabalho. É, então, a partir desses dois elementos que tentaremos formular uma caracterização do mercado de trabalho no período de expansão da indústria no Brasil.

Um primeiro aspecto a ser considerado se refere ao tipo de indústria que se estabeleceu no Brasil ou, mais especificamente, às características dessa indústria. Como pontuado por Pinheiro (1977), dois eram os principais elementos característicos da indústria brasileira nesse período. Em primeiro lugar, o fato de sua dinâmica ser determinada pelas restrições externas. Ainda que a alocação dos recursos advindos do setor produtor de bens primários seja fundamental para se entender os desdobramentos da indústria brasileira, é lícito assumir que seu impulso se deu por conta das restrições impostas pelo comércio internacional, seja do ponto de vista da queda do produto exportado brasileiro, seja pela dificuldade de importação de bens para os quais já havia faixas de consumo no país. Em segundo lugar, o fato de sua tecnologia ser intensiva em capital, fato que criava limitações do ponto de vista da absorção da mão de obra. Ainda que - como mostrado na seção anterior - tenha ocorrido um aumento substancial da absorção da mão de obra na indústria e na economia em geral, entende-se que tal absorção foi resultado mais do aporte inicial de mão de obra necessário em um processo de expansão de um indústria nascente, que tende a crescer de maneira mais substantiva no início desse processo, do que da capacidade de absorção da indústria em si. Somado a tais processos, é preciso levar em conta ainda os desequilíbrios regionais, fruto da concentração dos investimentos e que resultaram no deslocamento de contingentes populacionais para as regiões mais dinâmicas do país, e os desequilíbrios setoriais, especificamente entre os setores secundário e terciário.

Tais fatores serão, segundo o autor, fundamentais na consolidação de uma polarização da mão de obra entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Ainda que parte fundamental do operariado industrial fosse composta por indivíduos antes ligado à produção na terra, especialmente os imigrantes de origem europeia, era nesse setor onde se concentrava parte da mão de obra considerada qualificada e que, por tais razões, alcançava níveis mais elevados de remuneração. Na esteira da expansão da indústria e da urbanização, crescia também o setor de serviços, cuja capacidade de absorção de mão de obra era elevada. Dessa forma, era exatamente nesse setor, caracterizado pela baixa necessidade de qualificação, pelos baixos salários e pela precarização, que irá se concentrar parte importante da mão de obra urbana.

(...) Durante toda a evolução do setor industrial no Brasil, a expansão do setor terciário sempre esteve em desproporção com a consolidação do secundário. Esse fator deve ser levado em conta ao se constatar a fraqueza dos efetivos do proletariado industrial. Habitualmente se tende a interpretar esse equilíbrio como um benefício da nova industrialização, que seria o preâmbulo inovador de uma sociedade cujo desenvolvimento seria baseado no setor de serviços. Por outro lado, deixa-se de considerar a taxa de desemprego ou a fraca capacidade do setor secundário em gerar empregos, consequência em parte das opções tomadas em relação à tecnologia; muito frequentemente o desemprego será disfarçado sob os efetivos do terciário, principalmente no setor de serviços onde deverão ser concentrados os trabalhadores marginais e instáveis. A análise das modificações de estrutura de emprego no Brasil mostra uma estagnação do percentual dos efetivos do setor primário e um crescimento contínuo do terciário. A contrapartida a essa estagnação dos efetivos do setor primário é o aumento dos recursos humanos sub-utilizados, do exército industrial de reserva, que desempenhará durante toda a evolução industrial no Brasil um papel decisivo na configuração do movimento operário e na afirmação do proletariado industrial como classe. (Ibidem:84)

Tais elementos nos conduzem para análise não apenas do comportamento da taxa de emprego, mas mais especificamente, para o tipo de emprego que foi criado no período. Assim, seguindo análise proposta pelo autor, pode-se apontar que, efetivamente, houve expansão do emprego no período, mas de forma concentrada em empregos precários e com baixa exigência de qualificação, os quais podem ser tomados como formas de trabalho marginais. Nesses termos, parte substancial da população que se deslocou para as regiões mais dinâmicas do país em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho não tiveram

outra alternativa a não ser se submeter aos setores produtivos marginalizados, tal como o setor de serviços.

No entanto, há que se atentar para as prováveis razões que explicam a elevada expansão do terciário, que no limite recaem na necessidade de compreender se o setor se expande em decorrência do próprio desenvolvimento capitalista, ou se por conta da emergência das chamadas atividades marginais. Na visão de Oliveira (2003), o crescimento do terciário, típico das economias periféricas, não deve ser creditado a um inchaço do setor ou ao surgimento de segmentos marginais - e, em consequência, à incapacidade do setor primário de reter a população e, por oposição, à impossibilidade dos incrementos serem absorvidos pelo secundário -, mas sim ao "modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil". Como o crescimento industrial se produziu sob uma base de acumulação relativamente pobre e sem uma infra estrutura urbana adequada, seu desdobramento era inviável sem a constituição de um conjunto de serviços propriamente urbanos - ou, nas palavras do autor, "[a] aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras (...) infra estrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas" (ibidem:56). De modo que a expansão do serviços era, não de outra forma, algo natural mediante a própria expansão do setor industrial.

Mas é exatamente pela forma com que se produz o crescimento industrial que esse setor agregou, de forma substantiva, uma mão de obra marginalizada. Dada a intensidade do crescimento industrial, e a necessidade de acompanhamento dos serviços, não houve uma simultânea capitalização desse setor, sob pena de esses concorrerem com a indústria pelos escassos fundos disponíveis para a "acumulação capitalística". Assim que o setor terciário tem um "crescimento não-capitalístico" - que não é contraditório com a forma de acumulação, não representa obstáculo à expansão real da economia e não é consumidor de excedente - realizando-se puramente à base de força de trabalho, remunerada a baixos níveis e permanentemente transferindo uma fração de seu valor às atividades econômicas de corte capitalista. De modo que o setor terciário, na avaliação do autor, não se sustenta, ou emerge, na base da expansão de atividades marginais, mas surge em suporte ao avanço

da indústria, é aglutinador das formas de trabalho precário e, portanto, marginais, dado suas características de setor com baixa acumulação de capital.

Se, de um lado, as características do terciário farão com que nesse setor estejam aglutinados contingentes expressivos de trabalhadores precarizados, por outro lado tal elemento não será exclusivo dele. Apesar de sua estrutura relativamente incipiente, a grande indústria no Brasil já era um laboratório de extração de mais-valia, combinando de modo agudo a produção da mais-valia absoluta via prolongamento máximo das jornadas de trabalho e aumento direto do valor excedente criado pelos operários, e de mais-valia relativa, via utilização generalizada de métodos de redução do tempo de trabalho necessário à produção do valor da força de trabalho e conseqüente aumento proporcional do tempo de trabalho excedente. Tanto nas pequenas quanto nas grandes indústrias, a manutenção de longas jornadas foi uma constante, além do permanente aumento da produtividade a partir da elevação do grau de mecanização e da intensificação da cadência das máquinas, que ditavam o ritmo do trabalho. Tais elementos não apenas criavam um conjunto de instrumentos que facilitavam a coação extra-econômica, mas permanentemente acarretavam no crescimento da rotatividade da mão-de-obra, do exército de trabalhadores desempregados e, em conseqüência, na própria desvalorização da força de trabalho (FOOT E LEONARDI, 1982).

Essas análises chamam a atenção para elementos centrais, se objetivamos uma caracterização do mercado de trabalho. Olhando puramente da perspectiva da geração de empregos, não há dúvidas que havia um potencial de absorção da mão de obra, seja pela expansão da indústria, seja pela expansão das atividades complementares a essa, tal como no setor terciário. Ainda assim, essa capacidade de absorção apresentava seus limites aparentes. Como indica Pereira (1965), o número de operários empregados entre 1949 e 1959 pela indústria de transformação e pela indústria extrativa mineral cresceu de 1.117.644 para 1.509.713 trabalhadores, o que corresponde a uma taxa média de crescimento anual de 2,5% ao ano. Essa taxa foi inferior não apenas a da expansão demográfica do país, de 3,05% ao ano, mas também descompassada com a taxa de crescimento da população urbana, que foi de 5,4% ao ano. No entanto, aqui faz-se necessário atentar para as características do trabalho em si. Mesmo sendo um período de

criação e consolidação de um conjunto de leis trabalhistas, que vieram no sentido de tentar, conjuntamente, institucionalizar o mercado de trabalho urbano e favorecer a implantação de condições de trabalho mais dignas, a precarização se manteve como aspecto central das relações de trabalho, em especial pelas elevadas jornadas e baixos salários, além das degradantes condições de trabalho em si. Assim, considerando especificamente os setores produtivos capitalistas, centrados basicamente na produção industrial, é possível dizer que, de uma perspectiva relativa, houve expansão do emprego e inclusive dos salários - tal como os dados analisados anteriormente nos permitiram visualizar - mas tais fatores, em sentido algum, apontam para a constituição de condições favoráveis de trabalho, de tal modo que é possível dizer que os empregos na indústria, mesmo amparado pelas nascentes leis trabalhistas, se caracterizavam por condições precárias de trabalho.

No extremo oposto, estavam o conjunto de atividades marginais. Num primeiro plano, podemos considerar aqui parte dos setores de serviços, cuja estrutura, muitas vezes, fugia de qualquer forma capitalista de produção. No entanto, as atividades marginais estavam para além destes serviços. A constituição de um conjunto de atividades informais, muitas delas também caracterizadas pela prestação de serviços, se tornou fato comum nas zonas urbanas, como alternativa para os contingentes populacionais que, uma vez lançados à própria sorte na transição entre zona rural e urbana, em busca das benesses progressistas do setor sócio-geográfico com maior vitalidade capitalista, não eram absorvidos pela atividade capitalista crescente. Uma vez envolvidos no processo migratório e tendo completado sua migração para as cidades, esses contingentes irão se organizar economicamente e socialmente, mesmo que fora da produção tipicamente capitalista, para garantir, marginalmente, suas condições de reprodução. O informal vai, assim, ocupando os espaços não tomados pela produção capitalista, e absorvendo a mão de obra que ora não se insere nas relações produtivas formais, ora é expulsa delas. A marginalidade se instaura e consolida não apenas no seu vínculo ao setor terciário, que tem sua expansão determinada pelas demandas da grande indústria, mas ganha um movimento próprio, autônomo, constituindo um setor econômico, ainda que não tipicamente capitalista.

Completa-se, assim, a caracterização do mercado de trabalho no início da expansão da indústria no Brasil. De um lado, a expansão do emprego e dos salários na indústria de

maneira precária, ainda que resguardados pela nascente legislação trabalhista. De outro lado os setores não capitalistas e informais, que ganham uma dinâmica própria, se organizando e expandindo seja em decorrência da expansão da indústria, seja em decorrência da necessidade de se criar alternativas para a reprodução da classe trabalhadora.

Considerações finais

No presente capítulo, realizamos a análise do conjunto de dados referentes ao mercado de trabalho nos anos 1940 e 1950, como tentativa de formular, de um lado, uma caracterização desse mercado no período de substituição de importações e expansão da indústria e, de outro, observar o comportamento do desemprego, atentando para os motivos que possam explicar o seu comportamento - em outras palavras, se nesse período o desemprego urbano já poderia ser apontado como efeito direto do incremento da composição orgânica do capital, aspecto que explica nossa preocupação central com o comportamento da indústria de transformação. Adicionalmente, observamos o comportamento daqueles que qualificamos como atividades marginais, uma vez considerando que essas atividades cumprem a função de absorver parte da mão de obra excedente, ainda que caracterizadas por serem ocupações altamente precarizadas.

A análise dos dados nos permitiu observar que, de acordo com os dados dos censos de 1940 e 1950, houve expansão do emprego no Brasil para todos os setores de atividade, ainda que o crescimento tenha sido mais substancial nos setores produtivos urbanos, fato que resultou no incremento da população ocupada. Em termos da população economicamente ativa, seu incremento abaixo tanto da população em idade ativa quanto da população ocupada apontam para uma redução das pressões no mercado de trabalho. Isso ocorreu porque tanto um número menor de pessoas com idade mínima para o trabalho passaram a fazer parte do mercado de trabalho (ou seja, passaram a procurar emprego) quanto porque o número de trabalhadores que conseguiu uma ocupação foi superior ao número daqueles que passaram

a procurar trabalho. Esse resultado fica claro na queda da taxa de participação, representativa da oferta de mão de obra na economia, quanto no incremento da taxa de ocupação, representativa da demanda por trabalho na economia. Como consequência, houve redução da população desocupada. No critério de análise adotada no trabalho, a taxa de desocupação, representativa da população sem ocupação, caiu de 16,40 para 12,40, resultado que nos permite apontar para uma queda do desemprego no período.

No entanto, apesar do resultado aparentemente positivo, o mesmo não pode se dizer do ponto de vista do tipo de ocupação criada. Parte substancial do emprego criado ocorreu no setor terciário, além da expansão dos autônomos e do emprego doméstico. Considerando que tais atividades são caracterizadas por sua precariedade - pontuada especialmente pela elevada jornada e pela baixa remuneração - podemos dizer que parte importante das ocupações criadas se deram no conjunto de atividades que consideramos marginais, com incremento de quase 2 milhões de trabalhadores nessas atividades. Esse resultado é importante por dois aspectos. Em primeiro lugar, porque trata-se de atividades que colocam os trabalhadores em condições de precariedade e instabilidade. Não só os baixos salários e elevadas jornadas são características dessas atividades, mas também sua elevada rotatividade, dado os baixos requerimentos de qualificação. Se os trabalhadores são submetidos a tais condições de instabilidade, pode-se considerar que fossem potenciais desempregados. Nesse sentido, consideramos como desempregados não apenas a fração da população economicamente ativa desocupada, mas também todo esse conjunto de trabalhadores vinculados às atividades marginais. Em segundo lugar, porque a expansão dessas atividades intensificou a polarização no mercado de trabalho, caracterizado pela demarcada divisão entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Essa polarização separava os trabalhadores não apenas do ponto de vista do tipo de ocupação, mas fundamentalmente do ponto de vista da estabilidade e da remuneração, o que, por sua vez, é elemento fundamental na compreensão das atividades e dos trabalhadores marginais. O que terá reflexos importantes sobre a desigualdade de renda, característica não apenas do mercado de trabalho, mas da sociedade brasileira.

Do ponto de vista da remuneração, analisada a partir dos dados dos salários na indústria de transformação, as conclusões são similares. De um lado, é possível apontar a elevação dos

salários para todas as categorias da indústria de transformação. Esse aumento, somado aos benefícios trazidos pela criação das leis trabalhistas, apontam para a efetivação de um conjunto de melhorias para a classe trabalhadora. De outro lado, o crescimento dos salários ficou aquém do crescimento do valor do produto industrial. Ainda que o valor do produto industrial não represente o valor do capital empregado na indústria, é possível dizer que ele reflete parte desse valor – de modo que poderíamos indicar, ainda que de maneira indireta, para um crescimento do valor do capital empregado acima do crescimento do valor gasto com a força de trabalho. Ademais, como já indicado no parágrafo anterior, esse crescimento dos salários não se deu de forma ampla para o conjunto da economia, o que reforçou a polarização no mercado de trabalho, além do fato de que a legislação trabalhista, naquele momento, era restrita do conjunto de trabalhadores urbanos formalmente empregados. Do que se quer dizer que os benefícios observados à classe trabalhadora, ainda que importantes e avançados para o período, foram restritos e limitados.

Nesse sentido, dois aspectos merecem destaque. No primeiro plano, o fato do desemprego não representar o problema central do mercado de trabalho no período analisado. Apesar de sua elevada taxa ainda no início da década de 1950, é considerável sua queda ao longo dos anos 1940, lógica essa que se manteve na década seguinte. Adicionalmente, é possível apontar que o fator central do desemprego não estava, pelo menos não naquele momento, numa possível expulsão de trabalhadores mediante incremento de capital e aumento da produtividade, ainda que essa já fosse uma lógica presente; os fatores explicativos do desemprego estão antes nos movimentos migratórios e na urbanização desordenada, que levou milhões de pessoas das regiões em decadência econômica ou da zona rural para as cidades, sem que houvesse uma capacidade adequada do setor industrial ou dos setores produtivos complementares, em especial o setor de serviços, de absorver todo o conjunto da mão de obra, que acabou por se vincular às atividades marginais. Assim, como colocado por Singer (1971), os montantes consideráveis de desocupação e desemprego disfarçado devem antes ser atribuídos à herança do seu passado colonial que às características tecnológicas de seu processo de industrialização. Num segundo plano, o fato de que eram as condições precárias de trabalho que ganhavam o protagonismo nas relações de trabalho. Não apenas nas atividades marginais, onde os trabalhadores eram submetidos a condições permanentes de instabilidade e vulnerabilidade, mas também nas atividades

formais, onde havia certa precariedade nas condições de trabalho. Tal será o elemento preponderante sobre o mercado de trabalho, dado seus reflexos nas condições de trabalho, na estabilidade e na qualidade de vida dos trabalhadores, na desigualdade social, e na sua formação enquanto classe, cujos desafios serão crescentes frente a um sistema capitalista que se consolidará, às custas da exploração do trabalho, nas décadas seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar, à luz de categorias desenvolvidas na teoria do valor de Karl Marx e na teoria da marginalidade, o processo de formação do excedente de mão de obra no Brasil. De modo mais objetivo, procuramos analisar e entender, com base nas categorias superpopulação relativa, exército industrial de reserva, massa marginal e pólo marginal, os fatores que condicionaram, durante a primeira metade do século XX, a formação de um excedente de mão de obra na economia brasileira, no momento histórico onde passava a se operar a transição do eixo dinâmico da economia das atividades agroexportadoras para as atividades industriais. Nas próximas seções, retomaremos os principais aspectos trabalhados na tese na tentativa de responder os dois principais aspectos levantados nesta pesquisa: em primeiro lugar, quais são os fatores histórico-estruturais que determinaram a formação do excedente de mão de obra no Brasil e quais as características desse excedente; em segundo lugar, como e em que sentido as categorias levantadas oferecem suporte teórico para fundamentar o debate sobre o desdobramento do modo de produção capitalista no Brasil e seus reflexos sobre o mundo do trabalho, especificamente sobre a formação e comportamento do excedente de mão de obra.

1. Acerca da retomada do debate sobre a dependência e marginalidade

No primeiro capítulo da tese, foi apresentado o debate teórico utilizada para a análise das questões propostas. Esse debate perpassa por três níveis de abstração: a teoria do valor de Karl Marx, especificamente as categorias superpopulação relativa e exército industrial de reserva; a teoria da dependência, que nos fornece uma análise do desenvolvimento capitalista em países dependentes e periféricos, a partir das especificidades apresentadas pelas relações econômicas, sociais e políticas desses países; e a teoria da marginalidade, aqui assumida enquanto parte do aporte teórico da dependência, cujo foco de análise são as

formas de manifestação da superpopulação relativa em economias periféricas e dependentes.

A escolha pela teoria da dependência como base da análise deste trabalho se deu não apenas pelo fato de ser um aporte teórico desenvolvido no campo marxista e tendo como substrato a teoria do valor de Marx, de onde são extraídas as principais categorias trabalhadas nesta tese. A escolha pela teoria marxista da dependência se fundamenta no fato de que o conjunto de análises e categorias propostas por esta teoria transparecem de maneira mais evidente o funcionamento, o desdobramento, os limites e contradições do sistema capitalista de produção que se consolida na América Latina - e, portanto, nos países periféricos e dependentes -, cuja lógica é marcada por um conjunto de particularidades e especificidades, tanto do ponto de vista da constituição das relações de produção internas, quanto do ponto de vista da edificação dos vínculos dentro do comércio internacional, que fazem com que aqui se estabeleça um capitalismo *sui generis*. Por essa razão, partimos do entendimento que está sendo proposta uma análise das relações de trabalho no Brasil que ressalta, antes de mais nada, as características específicas que o modo de produção capitalista desse país apresenta, e que de maneira indubitável reflete sobre a constituição do conjunto de relações capital-trabalho - características essas que foram, de maneira precisa, trabalhadas pela teoria da dependência. Assim, analisar a economia e sociedade brasileira requer, antes de mais nada, assumir os aspectos estruturais que, no limite, resultam naquelas que são suas duas características centrais, quais seja, o fato de se constituir enquanto uma economia periférica e dependente.

Particularmente, a teoria da marginalidade se dedica aos esforços que, muitas vezes, não foram trabalhados de maneira central e adequada pela teoria marxista da dependência. De maneira objetiva, procura entender quais são os reflexos da economia dependente sobre a constituição das relações de trabalho, lançando os olhos sobre o conjunto de trabalhadores que, mediante a força impulsionadora do capitalismo, são permanentemente excluídos do sistema. Nesse sentido, a teoria da marginalidade estabelece seu foco central, que é a análise das categorias superpopulação relativa e exército industrial de reserva, ou quais seriam as formas de manifestação das mesmas, em economias periféricas e dependentes. Ao criar pontes entre categorias elaboradas por Marx e a análise proposta pela teoria

marxista da dependência, os autores da teoria da marginalidade não apenas reafirmam o esforço de tentar entender como opera a dinâmica das relações de trabalho numa economia capitalista que se complexifica e que, seguindo a tese de Marx, tende a criar um excedente estrutural de mão de obra, mas como isso ocorreria em economias que, no geral, apresentam um conjunto de especificidades nas suas relações produtivas e sociais. Contribuem, nesse sentido, para a atualização da tese de Marx e para a tentativa de compreender como as categorias desenvolvidas pelo autor ainda se mantêm coerentes para a análise de um sistema que se diferencia, se reinventa e tende a criar mecanismos que permitam, em prol da valorização do capital, a intensificação da exploração da classe trabalhadora.

No entanto, a despeito de sua importância como teses que buscaram entender o processo de desenvolvimento capitalista a partir das especificidades da região latino-americana, foram sistematicamente marginalizadas e, portanto, excluídas do núcleo central das teorias voltadas à análise do subdesenvolvimento capitalista, fosse por sua contundente crítica aos esquemas de reprodução do capital implementados nestes países - e que, segundo sua interpretação, tenderiam apenas a aprofundar as relações de dependência ou, numa referência à tese de Gunder Frank, a promover o processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento⁷⁴ - fosse por contestar o conjunto central de teorias que fundamentavam tal esquema de reprodução do capital. Ao indicar os limites do capitalismo dependente e colocar em cheque as interpretações que davam suporte ao projeto de desenvolvimento que se instala no Brasil a partir da década de 1960 - mostrando, de um lado, que o capital não possui uma lógica necessária que aponte para o pleno desenvolvimento industrial e da centralização do capital, e de outro que a burguesia industrial não possui um interesse estratégico que contenha em si um projeto de pleno desenvolvimento das forças produtivas - essas teorias foram alijadas e excluídas do cerne do debate teórico sobre o desenvolvimento dependente, numa ação ideológica e politicamente orientada.

Retomada ao longo dos últimos 20 anos a partir da tradução e publicação das obras de seus principais autores, bem como da realização de uma série de pesquisas que adotam o aporte

⁷⁴ Para uma análise mais detalhada da tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento, ver Frank (1966) e Frank (1973).

teórico como fundamento analítico, a teoria da dependência vem retomando o protagonismo enquanto escola de pensamento crítica, frente ao conjunto de transformações ocorridas nas relações produtivas e de trabalho nos últimos 60 anos. Nesse sentido, adotar a análise da teoria da dependência e da teoria da marginalidade como base teórica deste trabalho, para além do reconhecimento de sua coerência para a interpretação das características, limites e contradições do sistema capitalista de produção, é reforçar sua importância enquanto escola de pensamento crítica e fundamental para a compreensão da história econômica e social da América Latina, devendo portanto assumir papel no conjunto de interpretações a respeito do capitalismo subdesenvolvido, periférico e dependente. Adicionalmente, cumpre destacar a importância das categorias propostas por Marx, e trabalhadas pela teoria da marginalidade, para o entendimento dos elementos característicos das relações de trabalho latino-americanas, igualmente colocadas em segundo plano ao longo do últimos anos.

2. Sobre as relações de trabalho no Brasil: conclusões sobre o excedente de mão de obra e marginalidade.

Como pontuado, o objetivo central deste trabalho era analisar a formação do excedente de mão de obra no Brasil a partir da expansão industrial - ou, em outras palavras, a partir da constituição de um mercado de trabalho tipicamente capitalista - à luz das categorias superpopulação relativa, exército industrial de reserva e marginalidade. A proposta central desta tese era analisar se as categorias propostas por Marx, bem como aquelas propostas pelos autores da teoria da marginalidade, era suficientes para explicar o excedente de mão obra que se forma no Brasil a partir do momento em que se inicia a transição do eixo de acumulação da economia agroexportadora para a economia industrial. Para tanto, três aspectos centrais foram analisados: os elementos relativos à transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as formas de inserção da mão de obra negra no mercado de trabalho; os movimentos populacionais, especificamente as migrações externa e interna e o êxodo rural; e a dinâmica do mercado de trabalho industrial.

Em relação ao primeiro aspecto, cumpre destacar o conjunto de contradições que cercaram o fim do trabalho escravo no Brasil, os quais afastam a interpretação, de amplo conhecimento, do papel central do humanitarismo na abolição dessa forma de trabalho. O fim da escravidão no Brasil e no mundo se deu a partir de uma série de conflitos e disputas no comércio internacional, reflexo das modificações que passavam a operar no sistema produtivo. Aqui, o ponto central é entender dois pontos. Primeiro, que o fim da escravidão no Brasil foi efetivada anos após a proibição do tráfico de escravos, fator importante para explicar a redução relativa do número de escravos no Brasil, também influenciada pela sua baixa expectativa de vida. Segundo, e mais importante, a forma de inserção do negro na sociedade pós-abolição, marcada por uma série de limites, seja de caráter ideológico-cultural, seja da perspectiva do negro sobre sua inserção no mercado de trabalho. A noção do negro como inapto ao trabalho criou barreiras à sua absorção no mercado de trabalho, submetendo esse conjunto de trabalhadores, de partida, à condição de marginalizados sociais. Assim, era reproduzida não apenas a ideia do negro enquanto um indivíduo socialmente marginal, mas também a forma de trabalho marcada pela elevada exploração. É nesse aspecto que repousa uma das principais características do mercado de trabalho no Brasil, que se reproduz ao longo da sua história: seu caráter de extrema exploração da classe trabalhadora.

Os desdobramentos do fim do trabalho escravo no Brasil nos conduz ao primeiro elemento do segundo aspecto: o processo de imigração. Como apontado, a imigração, especialmente europeia, foi a solução adotada para o suprimento de mão de obra após a interrupção do tráfico e do trabalho escravo. Mostramos que, ainda que houvesse mão de obra suficiente no Brasil, dispersa pelo território nacional, sua articulação e mobilização para as regiões dinâmicas encontrava uma série de entraves de ordem estruturais e políticos, que conduziram à escolha da imigração como opção mais viável e menos custosa para o suprimento de força de trabalho na produção do café. O segundo e terceiro elementos - a migração entre regiões e o êxodo rural - já são reflexos do momento onde a indústria passava a apresentar seus primeiros sinais de expansão e dinamização da economia, a partir da crise da economia agroexportadora. Regionalmente concentrada no Sudeste, e desprovida de um plano de desenvolvimento nacional, a indústria brasileira acabaria por determinar os processos de mobilidade da mão de obra no território nacional, frente a

decadência das atividades desenvolvidas em outras regiões e da própria queda da dinâmica da produção agroexportadora. Uma vez concentrada na região Sudeste, era para essa região que os fluxos populacionais iriam se destinar. São tais as razões que irão determinar, especialmente a partir da década de 1920, o deslocamento de contingentes populacionais, seja a partir da transição campo-cidade, seja a partir dos deslocamentos entre regiões. Mesmo dotado de uma dinamicidade que permitisse a absorção de grande contingente de mão de obra, a indústria não seria capaz de enquadrar toda a mão de obra disponível, em especial pela velocidade com que se processava esses descolamentos populacionais.

Além desses aspectos, aqui advoga-se a favor da tese de que o incremento de mão de obra via imigração, mais que alternativa à reposição dos trabalhadores, se deu no sentido de criar um excedente de mão de obra, partindo da noção de que, dado a dinâmica capitalista da produção agroexportadora, a existência de força de trabalho sobrando era aspecto central para a ampliação da reprodução do capital, fosse via repressão salarial, fosse pela permanente disposição de mão de obra às necessidades de expansão do capital. De modo que a imigração, mais do que criar alternativas à reposição da mão de obra, se efetivou, do ponto de vista político, como opção à formação de um mercado de trabalho com excedente.

Seriam esses três fatores que, na nossa opinião, foram os responsáveis pela formação do excedente de mão de obra no Brasil a partir da década de 1920, momento quando começa a operar os fatores que resultarão na expansão da indústria. Para uma análise mais contundente desse excedente, realizamos a avaliação do conjunto de dados a respeito do mercado de trabalho para as décadas de 1940 e 1950, momento no qual já seria possível registrar um possível impacto da indústria sobre a estrutura das relações de trabalho. Como pontuado, os dados nos permitiram observar que, durante essas duas décadas, houve expansão do emprego no Brasil para todos os setores de atividade, em especial nos setores produtivos urbanos - e, em consequência, a redução da população desocupada - apontando a elevada capacidade de absorção de mão de obra desses setores. No entanto, essa expansão se deu prioritariamente no setor terciário e nos empregos autônomos e doméstico, caracterizados como tipos de trabalho precários. Um segundo aspecto a ser levantado se trata da polarização crescente do mercado de trabalho, entre qualificados e não-qualificados, resultando no crescimento diferenciado de rendimentos e das condições gerais

de trabalho, aqui definidos pelo comportamento dos salários e pelo acesso às leis trabalhistas. Por fim, importa destacar que, a despeito do crescimento do emprego, o crescimento dos salários ficou abaixo do crescimento do produto industrial, indicando que o incremento do valor do capital foi maior que o incremento do valor gasto com força de trabalho.

A partir dessa discussão que apresentamos as principais conclusões deste trabalho. Em primeiro lugar, dada a elevada capacidade de absorção das atividades industriais, bem como do conjunto de atividades urbanas adjacentes a esta, o excedente de mão de obra no período analisado pode, de modo geral, ser explicado pelos três fatores apresentados acima - a saber, as condições de absorção do trabalhador ex-escravo, e os trabalhadores imigrantes estrangeiros e de outras regiões do Brasil - e não pela própria dinâmica da indústria. Nesse sentido, não estaria no aumento da composição orgânica do capital - ou seja, no incremento do capital constante em fração acima do incremento do capital variável - a explicação da formação do excedente de mão de obra na economia brasileira, durante as décadas de 1940 e 1950. Do que se quer dizer que a tese de Marx, nesse momento, não explica o processo de formação da mão de obra sobrando, pelo menos não no que diz respeito à categoria superpopulação relativa - o que não quer dizer, por outro lado, que Marx não tivesse dado atenção a movimentos populacionais do tipo que aqui destacamos. O que nos leva a pensar que a tese da superpopulação relativa seja mais adequada para explicar a formação do excedente de mão de obra em momentos onde a indústria já estivesse plenamente constituída e sua dinâmica fosse determinada pelo avanço tecnológico.

Em segundo lugar, cabe analisar os mesmos aspectos a partir da teoria da marginalidade. Como pontuado, apesar do elevado crescimento do emprego, o mesmo se deu no conjunto de atividades consideradas precárias. Tomando a metodologia adotada para a análise da marginalidade, as atividades marginais cresceram no período analisado, apontando que parte do crescimento do emprego se deu em atividades instáveis para a classe trabalhadora. De modo que, ao contrário da tese de Marx, a tese da marginalidade explica, se não a formação do excedente de mão de obra, ao menos a dinâmica e o comportamento das relações de trabalho no período considerado.

Esse resultado nos conduz a um segundo conjunto, já apontado no capítulo IV deste trabalho. A rigor, o comportamento das variáveis relativas a emprego, desemprego e atividades marginais apontam que o problema central das relações de trabalho no período analisado não era o desemprego em si - explicado antes pela dinâmica da mão de obra que pela dinâmica de incremento de capital da indústria - mas sim o fato de que parte substancial da expansão dos postos de trabalho ocorriam em formas de trabalho precário, as quais, gradualmente, vão ganhando certo protagonismo nas relações de trabalho. A lógica da instabilidade e vulnerabilidade passa, então, a ser elemento central e característico do mercado de trabalho no Brasil. Se instabilidade e vulnerabilidade passam a ser a tônica do mercado de trabalho - se não para todo o conjunto da classe trabalhadora, ao menos para sua grande maioria -, e a fração dos trabalhadores desqualificados, bem como os trabalhadores rurais, não tinham acesso às leis trabalhistas, consideramos que tais trabalhadores possam ser enquadrados como "potencialmente desempregados", de modo a poder-se considerar os desempregados não apenas como a parte da população economicamente ativa desocupada, mas também todo o conjunto de trabalhadores marginais.

Em síntese, reiteramos a conclusão já apontada no capítulo III: mesmo que, a rigor, o conceito de superpopulação relativa se refira à formação de um excedente de mão de obra a partir do incremento da composição orgânica do capital, aqui levamos em conta as especificidades do desenvolvimento capitalista no Brasil - elemento caro à teoria da dependência - e que, da nossa perspectiva, considera a origem do excedente de mão de obra de forma prévia ao desenvolvimento industrial. Excedente este que, não absorvido nas atividades formais, irá engrossar as filas do desemprego e das atividades marginais.

3. Sobre a relação entre superpopulação relativa e superexploração do trabalho: para a proposição de desdobramentos desta pesquisa.

Ao tratar do tema sobre o excedente de mão de obra no Brasil, uma série de outras questões são trazidas à tona, especialmente quando se leva em conta o conjunto de transformações ocorridos na economia brasileira a partir da década de 1950. Os planos de desenvolvimento, as sucessivas crises, as condições do financiamento externo, os processos de endividamento, a crise do estado desenvolvimentista e a implementação das políticas neoliberais trouxeram marcantes impactos sobre as relações de trabalho e, em consequência, sobre o contingente de trabalhadores desempregados. Por essa razão, faz-se necessária a continuidade dos estudos relativos ao comportamento e dinâmica do mercado de trabalho, percebendo como se comporta o conjunto de trabalhadores marginais e, para além disso, quais são as novas formas de manifestação da marginalidade, pensando sua permanente relação com a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva.

Levando em conta os temas levantados pela teoria da dependência, chama atenção um aspecto central: o debate sobre a superexploração do trabalho. No famoso artigo *a dialética da dependência* (2000), Marini destaca a superexploração do trabalho como elemento central da reprodução do capital na economia dependente. De maneira simplificada, a análise de Marini propõe que, assumindo o permanente processo de transferência de renda dos países periféricos aos países centrais, e a possibilidade de interrupção da dinâmica de reprodução do capital interna pela sua acumulação em outros países, os capitalistas das regiões periféricas deveriam lançar mão de mecanismos de intensificação da exploração do trabalho como forma de repor o capital transferido ao centro. Assim, a ampliação da jornada de trabalho, a intensificação do ritmo de trabalho e a redução do fundo de consumo dos trabalhadores seriam os mecanismos - chamados pelo autor de superexploração do trabalho - aos quais os capitalistas teriam acesso como forma de ampliar a extração da mais-valia. De acordo com Marini, a ocorrência da superexploração da força de trabalho acabaria sendo fortalecida, na região periférica, pela extensão do exército industrial de reserva. Como não se desenvolve uma indústria capaz de produzir bens com valor agregado suficiente para permitir um intercâmbio equitativo com os países centrais, e que ao mesmo tempo absorvessem a massa de trabalhadores desempregados, a pressão sobre essa classe, através da imposição de cargas de trabalho cada vez mais excessivas e de baixos salários, acabava por se apresentar como a alternativa mais viável para a geração do excedente necessário à transferência de valor.

Do que se percebe que há, na tese do autor, a identificação de uma estrita relação entre as duas categorias, vale dizer, a superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva) e os mecanismos de superexploração da força de trabalho. Levando em conta não ter sido esse um tema explorado pelo autor, pontua-se a necessidade de avaliar, tanto para o caso da economia brasileira quanto para as economias latino-americanas, como se processa a formação do excedente de mão de obra, da massa de trabalhadores marginalizados, e como e em que medida tais fatores influenciam nas condições e possibilidades de ampliação da exploração sobre a classe trabalhadora. Relações essas que certamente trarão um conjunto de novas informações, e também de questões, a respeito da história da economia e sociedade brasileira, da dinâmica de seu desenvolvimento capitalista, da sua estrutura econômica periférica e dependente e, principalmente, dos aspectos estruturais das suas relações de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SÍTIOS VIRTUAIS

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
www.dieese.org.br

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
www.serieestatisticas.ibge.gov.br

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
www.ipeadata.gov.br

Ruy Mauro Marini: Escritos
www.marini-escritos.unam.mx

DOCUMENTOS

Anuário estatístico do Brasil. Anos 1908 – 1961. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estatísticas históricas do Brasil – Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2º edição revista e atualizada. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1990.

Repertório estatístico do Brasil – Séries estatísticas retrospectivas, volume 1: Quadros retrospectivos. Separata do anuário estatístico do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1941.

Repertório estatístico do Brasil – Séries estatísticas retrospectivas, volume 2: O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias (Tomo 1, 2 e 3). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Confederação Nacional da Indústria (CNI), 1986.

Censo demográfico – recenseamento geral do Brasil. Anos 1940, 1950 e 1960. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estatísticas do século XX. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.

LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS

ALVAREZ, A.; SANDOVAL, E. (1977). Desenvolvimento industrial e a classe trabalhadora no México. In: ALVAREZ, A.; ARROYO, R.; NUN, J.; SANDOVAL, E. *A situação da classe trabalhadora na América Latina*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra.

AMARAL, M. S. (2006). *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG.

AMARAL, M. S.; DUARTE, P. H. E. (2014). *A superexploração da força de trabalho como lei de movimento própria do capitalismo dependente: (des)construções a partir da lei do valor*. II Encontro Internacional Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais. Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, Universidade de Brasília. 16 e 17 de outubro de 2014.

ANTUNES, R. (2003). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Perdizes, São Paulo: Cortez Editora. 9ª edição.

_____. (1999). A classe-que-vive-do-trabalho e a forma de ser do trabalhador hoje. In: ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1º edição. Capítulo 6.

_____. (org.) (2004). *A dialética do labor – Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular. 1º edição.

_____. (1999). Mundo do trabalho e teoria do valor: as formas de vigência do trabalho material e imaterial. In: ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1º edição. Capítulo 7.

_____. (2010). A nova morfologia do trabalho, suas principais metamorfoses e significados: um balanço preliminar. In: GUIMARÃES, C.; BRASIL, I.; MOROSINI, M. V. (orgs). *Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos da formação politécnica no SUS*. Fundação Oswaldo Cruz – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

_____. (1999). *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1º edição.

_____. (1999). O toyotismo e as novas formas de acumulação do capital. In: ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1º edição. Capítulo 5.

ARROYO, R. (1977). Empobrecimento relativo e absoluto do proletariado brasileiro na última década. In: ALVAREZ, A.; ARROYO, R.; NUN, J.; SANDOVAL, E. *A situação da classe trabalhadora na América Latina*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra.

BAMBIRRA, V. (1974). *El capitalismo dependiente latino-americano*. México: Siglo XXI.

BANDEIRA JR., A. F. A. (1901). *A indústria no Estado de São Paulo*. São Paulo. Acesso no sítio virtual www.docvirt.com em dezembro de 2013.

BARBOSA, A. F. (2008). *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda.

BEIGUELMAN, P. (1978). *A formação do povo no complexo cafeeiro - aspectos políticos*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

BIELSCHOWSKY, R. (2000). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. 1º edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record.

BLOMSTRÖM, M. e HETTNE, B. (1990). *La teoría del desarrollo en transición*. México. Fondo de Cultura Económica.

BONENTE, B. A. I. M. (2011). *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ.

CAMARGO, J. F. (1968). *A cidade e o campo*. São Paulo – SP: Editora da Universidade de São Paulo / Companhia Editorial Paulista. Coleção Buriti, número 20.

CANO, W. (2012). *Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil*. Artigo da sessão especial "80 anos da revolução de 1930: seu significado para a economia brasileira". Revista Economia, setembro/dezembro de 2012.

_____. (2007). *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Editora Unesp. 3º edição.

_____. (2002). *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

_____. (2000). *Soberania e política na América Latina*. São Paulo: Unesp/Campinas/Unicamp.

_____. (1990). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo – SP: Editora Hucitec. Série Estudos Históricos. 3º edição.

CARCANHOLO. M. D. (2009). Dependência e superexploração do trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, C. E. e VALENCIA, A. S. (orgs.). *América Latina e os desafios da globalização – Ensaio dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Editora PUC Rio. (pgs. 251 – 264).

_____. (2004a). Abertura e Vulnerabilidade Externa: Restrições Estruturais para o Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: XAVIER, C. L. (org). *Desenvolvimento Desigual*. Uberlândia - MG: Edufu. (pgs. 73 – 110).

_____. (2004b). Dialética do Desenvolvimento Periférico: Dependência, Superexploração da Força de Trabalho e Alternativas de Desenvolvimento. In: *Anais do IV Colóquio Latinoamericano de Economistas Políticos*. São Paulo – SP.

_____. (2013). (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA. (pp. 71-98).

_____. (2004c). Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: XAVIER, C.L. (org). *Desenvolvimento Desigual*. Uberlândia - MG: Edufu. (pgs. 283 – 320).

CARDOSO, F. H. (1973). Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. In: CARDOSO, F. H. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difusão Europeia.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1970). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 7º edição.

CEPAL (1970). *Subemprego: problema estrutural*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. Série Caminhos Brasileiros, número 04.

COSTA, E. V. (1997). *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp. 4º Edição, 5º Reimpressão.

DEDECCA, C. S. (1990). *Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo*. Tese de doutorado. Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2005). *Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil*. Revista de Economia Política, vol. 25, n° 1 (97), pp. 94-111. São Paulo, Janeiro/Março de 2005.

_____. (2006). *Racionalização econômica, emprego e relações de trabalho no capitalismo avançado*. Tese de livre-docência – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.

_____. (2000). *Reorganização econômica e mercado de trabalho no Brasil*. Convênio IPEA/Fundap/Iesp.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. (1999). *Structural unemployment in the crisis of the late twentieth century: A comparison between the European and US experience*. MODEM-CNRS and CEPREMAP-CNRS.

FAUSTO, B. (1977). *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: DIFEL. 1 Edição.

FERNANDES, F. (1978). *A integração do negro na sociedade de classes (O legado da “raça branca”)*. São Paulo: Editora Ática. Volume 1, 3º edição.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. (1997). *A paz das senzalas: famílias, escravos e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FOOT, F.; LEONARDI, V. (1982). *História da indústria e do trabalho no Brasil – das origens aos anos 1920*. São Paulo – SP: Global Editora e Distribuidora Ltda. Coleção Teses, número 6.

FONSECA, P. C. D. (1986). *A ortodoxia posta em questão: a política econômica e a percepção governamental da crise dos anos 30 no Brasil*. Porto Alegre: Ensaio FEE, número 7 (1), páginas 125-143.

_____. (2003). *Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930*. Revista Brasileira de Economia Política, volume 23, número 1 (89), janeiro-março de 2003.

FRANCO, M. S. C. (1983). Organização social do trabalho no período colonial. In: PINHEIRO, P. S. (Coord.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. Coleção Estudos Brasileiros, volume 61.

_____. (1969). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros.

FURTADO, C. (1986). *A economia latino-americana - formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 3º edição.

_____. (2006). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 34º Edição.

_____. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 3º edição.

_____. (1985). *La nueva dependencia: deuda externa y monetarismo*. Buenos Aires - Argentina: Centro Editor de América Latina. Bibliotecas Universitarias.

GRAHAM, D. H.; HOLLANDA FILHO, S. B. (1984). *Migrações internas no Brasil: 1872-1970*. São Paulo – SP: Instituto de Pesquisas Econômicas da USP / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Série relatos de pesquisa, número 16.

HADDAD, C. L. S. (1978). *Crescimento do produto real no Brasil, 1900-1947*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

HOLLOWAY, T. H. (1980). *Imigrantes para o café – Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. São Paulo: Editora Paz e Terra. Coleção Estudos Brasileiros.

IANNI, O. (1976). *A classe operária vai ao campo*. São Paulo: Editora Brasiliense. Caderno CEBRAP, número 24. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

_____. (1965). *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira.

_____. (1963). *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira. Coleção Retratos do Brasil, volume 19.

LEWIS, W. A. (1969). *O desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra*. In: AGARWALE, A. N.; SINGH, S. (coord.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense.

KOWARICK, L. (1974). *Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina: uma contribuição teórica*. Estudos CEBRAP, número 08, Abril de 1974.

_____. (1985). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. São Paulo: Paz e terra. 4º Edição.

_____. (1987). *Trabalho e vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.

MADEIRA, F. R. (1977). *Aspectos demográficos da urbanização*. Estudos CEBRAP. São Paulo – SP: Edições CEBRAP / Editora Brasileira de Ciências LTDA. Número 19 – Janeiro/Fevereiro/Março de 1977. Pgs. 139 – 164.

MARINI, R. M. (1992) *América Latina – Dependência e integração*. 1º edição. São Paulo: Página Aberta Ltda.

_____. (2000). *Dialética da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes.

_____. (2005). Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.

_____. *Memória*. Extraído de <http://www.marini-escritos.unam.mx>. Acesso em 14 de Agosto de 2009⁷⁵.

_____. (1979). Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. In: *Cuadernos Políticos*. México: Ediciones Era. Número 20. (pgs. 18-39).

_____. (1974). *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores S.A.

MARTINS, C. E. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1º edição.

⁷⁵ Não consta data no sítio virtual.

MARTINS, J. S. (1998). *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Hucitec. Universidade Estadual de São Paulo. 7ª Edição.

_____. (1973). *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo – SP: Livraria Pioneira Editora / Universidade de São Paulo. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

MARX, K. (1985). *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. Coleção Pensamento Crítico, volume 3. 4ª edição.

_____. (2011). *Grundrisse - Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial

_____. (1974). *O Capital - Crítica da economia política*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2008). *O Capital – Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2004a). Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, R. (org). *A dialética do trabalho – Escritos de Marx e Engels*. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular. (pgs. 71 – 123).

_____. (1980). *Teorias da mais-valia – História crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2004b). Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: ANTUNES, R. (org). *A dialética do trabalho – Escritos de Marx e Engels*. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular. (pgs. 155 – 171).

MATTOSO, J. (1995). *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta Editorial.

MELLO, J. M. C. (2009). *O capitalismo tardio*. Campinas, São Paulo: Editora Unesp. 11^o Edição. Edições Facamp.

MÉSZÁROS, I. (2011). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1^o edição revista.

MORTARA, G. (1954). *O aumento da população nas grandes cidades do Brasil entre 1940 e 1950*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, Estudo de Estatística Demográfica, número 17.

NUN, J. (1977). O controle operário e o problema da organização. In: ALVAREZ, A.; ARROYO, R.; NUN, J.; SANDOVAL, E. *A situação da classe trabalhadora na América Latina*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra.

_____ (2000). *O futuro do emprego e a tesa da massa marginal*. Novos Estudos CEBRAP, número 56, março de 2000, páginas 43-62.

_____ (1996). Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coord.). *La teoría social latinoamericana - Tomo II: La teoría de la dependencia*. México, D.F.: Ediciones El Caballito, S.A. Universidad Nacional Autónoma de México.

_____. (1978). Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, L. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. Coleção História e Sociedade. Universidade de São Paulo.

OFFE, C. (1985). *Capitalismo desorganizado – Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1^o edição.

OLIVEIRA, C. A. B. (1998a). Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B. (org.). *Economia e trabalho – textos básicos*. Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

_____. (1998b). Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra. In: OLIVEIRA, C. A. B. (org.). *Economia e trabalho – textos básicos*. Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

OLIVEIRA, F. (2011). *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial. 3º reimpressão.

_____. (2009). *Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Acesso em www.ipea.gov.br.

OSÓRIO, J. (2004) *Crítica de la economía vulgar - Reproducción del capital y dependencia*. México: Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa.

PARK, R. (1928). *Human migration and the marginal man*. American Journal of Sociology, 33, maio de 1928, páginas 881-893.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. (2008). *A nova contabilidade social – uma introdução à macroeconomia*. São Paulo: Editora Saraiva. 3º edição.

PEREIRA, L. (1978). Populações "marginais". In: PEREIRA, L (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. Coleção História e Sociedade. Universidade de São Paulo.

_____. (1965). *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo – SP: Difusão Europeia do Livro. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

PESENTI, A. (1965). *Lecciones de economía política*. Caracas: Ediciones de Cultura Popular.

PINHEIRO, P. S. (1977). *Política e trabalho no Brasil – dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra. 2º edição. Coleção Estudos Brasileiros, volume 5.

POCHMANN, M. (2012). *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1º edição revisitada.

_____. (1995). *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje*. São Paulo: LTr.

PORTUGAL JR., J. (1988). *Crescimento acelerado e absorção da força de trabalho no Brasil*. Tese de doutorado. Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

PREBISCH, R. (1964). *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 2º Edição.

QUIJANO, A. (1976). *Crise imperialista e classe operária na América Latina*. Coimbra: Centelha.

_____. (1978a). Estrutura urbana e marginalidade social. In: In: PEREIRA, L. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. Coleção História e Sociedade. Universidade de São Paulo.

_____. (1978b). Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, L. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. Coleção História e Sociedade. Universidade de São Paulo.

_____.(1971). *Polo marginal de la economia y mano de obra marginada*. Taller Urbano Industrial. Programa de Ciencias Sociales - Universidad Católica. Lima: Dezembro de 1971.

_____. (1970). *Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización em América Latina*. Santiago do Chile.

_____. (1974). *The marginal pole of the economy and the marginalised labour force*. *Economy and Society*, volume 3,number 4, pgs. 393-428.

RANIERI, J. (2011). *Trabalho e dialética – Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1º edição.

REZENDE, A. P. (1986). *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Editora Ática S.A.

RODRIGUEZ, O.; PORTUGAL JR, J. (1990). *Heterogeneidad estructural y subempleo*. Mimeo.

ROSTOW, W. W. (1978). *As etapas do desenvolvimento econômico*. 6º edição. São Paulo: Editora Zahar.

SAES, D. (1985). *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. São Paulo: Paz e Terra.

SALAMA, P. (2002). *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1º edição.

SALM, C. (1974). *Evolução do mercado de trabalho, 1969/1972*. Estudos CEBRAP, número 08, Abril de 1974.

SALOMÃO, I. C. (2009). *O crepúsculo da escravidão e a formação do mercado de trabalho livre no Brasil: as interpretações de Caio Prado Jr. e Celso Furtado*. AEDOS – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, volume 02, número 03, páginas 204 - 218.

SAMPAIO JR., P. A. (2011). *Metástase da crise e a profundidade da reversão neocolonial*. Dossiê: A crise atual do capitalismo. Revista crítica e sociedade, v. 01, n. 03, edição especial.

SANTOS, A. L. (2009). *Mercado de trabalho e exclusão na Primeira República: o ponto de partida da industrialização*. Mimeo.

SANTOS, R. (1984). Una historia obrera de Brasil: 1888-1979. In: CASANOVA, P. (org.). *Historia del movimiento obrero en América Latina: Brasil, Chile, Argentina y Uruguay*. México: Siglo XXI Editores, S.A. Instituto de investigaciones sociales de la UNAM. Volume 4. (pgs. 9 – 72).

SANTOS, T. (2000). *Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. 1º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SIMONSEN, R. C. (1973). *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e EDUSP.

SINGER, P. (1977). *Economia política do trabalho – Elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Editora Hucitec.

_____. (1977). *Emprego e urbanização no Brasil*. Estudos CEBRAP. São Paulo – SP: Edições CEBRAP/ Editora Brasileira de Ciências LTDA. Número 19 – Janeiro/Fevereiro/Março de 1977. Pgs. 93 – 137.

_____. (1971). *Força de trabalho e emprego no Brasil (1920 - 1969)*. São Paulo: Cadernos CEBRAP, número 3. Centro Brasileiro de Estudos e Planejamento.

_____. (1987). *A formação da classe operária*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp / Atual Editora. Série Discutindo a História. 4º edição.

SOUZA, M. B. (2008). *A atualidade do debate da marginalidade social: notas contra o predomínio do pragmatismo e do individualismo nos estudos das relações de trabalho*. Anais do 6º Seminários do Trabalho. UNESP, Marília: 26 a 30 de maio de 2008.

SOUZA, P. R. C. (1980a). *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. Tese de doutorado. Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

_____. (1980b). *Emprego, salário e pobreza*. São Paulo: Hucitec – Fucamp.

SOUZA, D. C. C. (2003). *O desemprego na contemporaneidade: novas e velhas questões*. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Unicamp, Campinas, São Paulo, 01 a 05 de setembro de 2003.

STOLCKE, V. (1980). *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850 – 1980)*. São Paulo: Brasiliense.

STONEQUIST, E (1937). *The marginal man: a study in personality and culture*. New York: Charles Scribner's Sons.

SUZIGAN, W. (1971). *A industrialização de São Paulo: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, número 25 (2), abril-junho de 1971, páginas 98-111.

TAVARES, M. C. (1985). *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp. Série Teses.

_____. (1972). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

THEODORO, M. (1995). *As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Acesso em www.ipea.gov.br.

VALENCIA, A. S. (2004) *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo: Maquiladores e telecomunicaciones*. México: Plaza y Valdés.

_____. (2007). *El mundo del trabajo em tensión – Flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000*. Madri, Espanha: Plaza y Valdes Editores. 1º edição.

_____. (2003). *La reestructuración del mundo del trabajo – superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. México: Editorial Itaca. 1º edição.

VILLAÇA, M. J. (1967). *A força de trabalho no Brasil*. São Paulo – SP: Editora Pioneira Limitada / Editora da Universidade de São Paulo.

WILLIAMS, E. (2012). *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das letras.

ANEXO ESTATÍSTICO

ANEXO (A)

Tabela A.1
Brasil: População por cor ou raça (porcentagem)

	1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991	2000	2011
Branca	38,1	44	63,5	61,7	61,09	54,23	51,56	53,74	47,76
Preta	19,7	14,6	14,6	11	8,71	5,92	5	6,21	8,21
Parda	38,3	32,4	21,2	26,5	29,44	38,85	42,45	38,45	43,07
Amarela	-	-	-	-	0,69	0,56	0,43	0,45	0,56
Indígena	-	-	-	-	-	-	0,2	0,4	0,4

Nota: Cor ou raça declarada pela própria pessoa, segundo as seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa de origem chinesa, japonesa, coreana, etc.), parda (mulata, cabocla, cafusa, mameluca ou mestiço de preto com pessoa de outra raça ou cor), indígena (pessoa indígena ou índia). Para o ano de 1872, os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada. Em 1940 e 1950 respectivamente, excluiu-se 16.713 e 31.960 pessoas recenseadas cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta. Para o período de 1940 a 1970, população presente. Para 1980, 1991 e 2000, população residente. Para o ano de 2000, população residente, dados do Universo.

Considera as variáveis de população presente e população residente. População presente: população de fato, constituída pelos moradores presentes e não moradores presentes. População residente: população de direito, constituída pelos moradores presentes e moradores ausentes (por período não superior a 12 meses) na data do censo; para o censo de 2000, considera-se moradores do domicílio na data de referência, ou seja, pessoas que tinham o domicílio como local de residência habitual, quer estivessem presentes ou ausentes, naquela data. As pessoas moradoras do domicílio, que estavam ausentes na data de referência, foram recenseadas, desde que sua ausência não tenha sido superior a 12 meses em relação àquela data, por um dos seguintes motivos: viagens; internação em estabelecimentos de ensino ou hospedagem em outro domicílio; detenção sem sentença definitiva declarada; internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; e embarque a serviço (marítimos). No censo de 2010, volta a prevalecer a primeira definição.

Fonte: IBGE – Série Estatística. Acesso em seriesestatisticas.ibge.gov.br

ANEXO (B)

As metodologias a seguir tratam dos cálculos do índice nacional de sobrevivência nacional (RN) e da migração interna líquida, desenvolvidas por Douglas H. Graham e Sérgio Buarque de Hollanda Filho. As informações e dados calculados foram retirados de Graham e Hollanda Filho (1984), e utilizados para análises realizadas no capítulo III, tal como dados presentes nas tabelas do referido capítulo.

O índice global de sobrevivência nacional (RN) para cada período intercensitário, foi calculado dividindo-se o número de brasileiros natos presentes no país no final do período e que já haviam nascido no início do mesmo, pelo número de brasileiros natos presentes no país no início do período. Por exemplo, para o período de 1940/1950, temos:

$$R_N = \frac{B_{N^*}(1950)}{B_N(1940)}$$

Onde B_{N^*} é o número total de brasileiros natos com 10 anos ou mais, em 1950, e B_N é o número total de brasileiros natos em 1940.

Os índices de sobrevivência global estimados para os períodos intercensitários são os seguintes:

$$1872/1890: R_N = 0,7069$$

$$1890/1900: R_N = 0,7611$$

$$1900/1920: R_N = 0,7782$$

$$1920/1940: R_N = 0,6189$$

$$1940/1950: R_N = 8858$$

$$1950/1960: R_N = 9623$$

$$1960/1970: R_N = 9373$$

A imigração interna líquida para cada estado foi calculada pela fórmula $M = P_{t+n} - R_N \cdot P_t$, onde P_{t+n} é a população brasileira nativa, vivendo no estado no final do período intercensitário e que já havia nascido no início do mesmo; R_N é o índice global nacional de sobrevivência intercensitário para este período; e P_t é a população brasileira nativa vivendo no estado no início do período intercensitário.

De forma a excluir a população nativa de 10 a 18 anos em 1890 e de 0 a 9 anos em 1900, subtraímos nossas próprias estimativas de distribuição etária da população estrangeira da população nativa total nestes anos. Em 1987, foram consideradas 181.583 pessoas distribuídas entre os estados do Maranhão, Piauí, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que não foram registrados na data do censo mas avaliadas mais tarde. Destas 181.583 pessoas, foram estimados o número de nativos, considerando sua porcentagem em relação à população total dos referidos estados.

Para 1920 dispõe-se somente do grupo etário de 0 a 20 anos. Entretanto, para aproximar do grupo etário de 0 a 19 anos, que não havia nascido em 1900, foram excluídos aqueles com 1 ano de idade ou menos em 1900.

Visto não estar disponível os dados sobre os brasileiros natos no momento da pesquisa, para muitos estados no censo de 1960 e para nenhum estado nos resultados preliminares do censo de 1970, foram empregados grupos da população total para os dois últimos períodos censitários. Isto é aceitável dado a quantidade insignificante de estrangeiros que ingressou no Brasil durante este período. Por outro lado, uma vez não estar disponível as distribuições etárias detalhadas para 1960 e 1970, supôs-se que a participação do grupo etário de 0 a 9 anos na população de cada estado fosse, nestes anos, idêntica àquela verificada no censo de 1950.

Os resultados para os territórios de Roraima, Amapá, Rondônia e Fernando de Noronha foram incluídos juntos aos dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Pernambuco respectivamente em 1950, 1960 e 1970. Os resultados para o Acre em 1920 foram incluídos aos do estado do Amazonas no período de 1900/1920.

A população registrada na Serra dos Aimorés nos censos de 1940, 1950 e 1960 foi redistribuída entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santos para estes anos, de acordo com o estabelecimento na fronteira em 1963. Os nativos dos grupos etários de 0 a 9 anos, nas distribuições de população total, foram considerados como sendo correspondentes aos da Serra dos Aimorés nos censos anteriores.

Os resultados para Brasília em 1960 e 1970 foram incluídos aos de Goiás.

A soma da migração líquida total para dentro (todos os estados com sinal positivo) deveria ser igual à soma da migração para fora (todos os estados com sinal negativo). A diferença é devida ao arredondamento no cálculo R_N .

ANEXO (C)

O conjunto de dados apresentados no anexo (C) comporta as informações relativas ao mercado de trabalho, incluindo os dados referentes aos anos 1960. Como exposto no texto, tais informações não foram agregadas à análise devido às mudanças ocorridas na metodologia de análise do censo, o que impossibilitou a agregação dos dados das três décadas seguindo a mesma metodologia. Por essa razão, não há informações, para algumas variáveis, relativas à década de 1960, como poderá ser observado a seguir.

Tabela C.1
PEA ocupada, segundo a posição na ocupação

	1940	1950	1960
Total	14.758.500	17.117.400	22.750.100
Empregados	6.614.000	8.667.200	10.895.800
Empregadores	362.800	628.900	425.500
Autônomos	4.699.500	4.877.200	7.977.400
Membros de família	2.779.700	2.908.000	3.406.700
Outros	302.500	36.100	44.700
Atividades agrícolas	9.844.200	10.369.900	12.408.300
Empregados	3.277.800	3.551.500	3.218.300
Empregadores	256.200	332.800	230.600
Autônomos	3.534.300	3.714.800	5.703.600
Membros de família	2.710.400	2.760.300	3.254.900
Outros	65.500	10.500	900
Atividades não-agrícolas	4.914.300	6.747.500	10.341.800
Empregados	3.336.200	5.115.700	7.677.500
Empregadores	106.600	296.100	194.900
Autônomos	1.165.200	1.162.400	2.273.800
Membros de família	69.300	147.700	151.800
Outros	237.000	25.600	43.800

Comentários: Considera-se como “membros de família” os indivíduos não remunerados da família. Nas atividades agrícolas, inclui-se a atividade extrativa mineral, além da indústria extrativa vegetal e da agricultura, pecuária e silvicultura. Nas atividades não-agrícolas estão incluídos 69,5 mil homens e 14,7 mil mulheres classificados na classe de atividade de serviços auxiliares da agricultura e da pecuária no ramo serviços auxiliares das atividades econômicas. Estas pessoas foram distribuídas pelas diferentes posições na ocupação, conforme a participação relativa de cada posição no grupo de atividades agrícolas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.2
PEA ocupada, segundo as grandes regiões

Regiões	1940	1950	1960
Brasil	14.758.500	17.117.400	22.750.100
Norte	534.700	580.400	785.700
Nordeste	5.134.900	5.599.400	7.076.500
Sudeste	6.643.300	7.856.300	10.130.800
Sul	2.019.100	2.561.600	3.814.100
Centro-Oeste	426.500	519.700	943.000

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.3
PEA ocupada, segundo os grupos de idade

Grupos de idade	1940	1950	1960
De 10 a 19 anos	3.995.800	4.064.900	4.707.600
De 20 a 29 anos	4.117.500	4.977.600	6.478.100
De 30 a 39 anos	2.758.700	3.423.600	4.842.700
De 40 a 49 anos	1.981.900	2.395.900	3.422.200
De 50 a 59 anos	1.149.800	1.388.700	2.016.800
De 60 a 69 anos	541.600	660.000	982.200
70 anos e mais	213.200	206.700	300.600
Total	14.758.500	17.117.400	22.750.100

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.4
PEA ocupada - Serviços pessoais e atividades mal definidas

	1940	1950	1960
Serviços pessoais	877.500	1.012.300	1.657.900
Serviços domésticos	620.100	673.600	986.900
Outros serviços pessoais	257.400	338.700	671.000
Atividades mal definidas	102.900	46.400	375.500
Total	980.400	1.058.700	2.033.400

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.5
PEA ocupada, segundo o setor de atividade

Setor de atividade	1940	1950	1960
Agricultura	9.844.100	10.370.000	12.408.300
Agricultura, pecuária, extração vegetal, caça e pesca	9.725.700	10.254.300	12.277.400
Extração mineral	118.400	115.700	130.900
Indústria de transformação	1.617.100	2.191.600	2.948.400
Produção de alimentos, bebidas, etc.	188.200	288.700	301.400
Têxteis, vestuário, calçados, etc.	870.600	874.700	1.250.300
Metalúrgica, material de transporte, etc.	153.500	342.600	642.700
Química, derivados de petróleo, minerais não-metálicos	110.400	240.300	322.500
Outras indústrias	294.400	445.300	431.500
Construção	262.700	584.700	781.200
Serviços de utilidade pública	54.600	118.800	146.300
Comércio	800.900	1.081.800	1.700.000
Produtos agrícolas, farmacêuticos, químicos, máquinas, etc.	84.500	181.100	261.800
Alimentos, bebidas, comércio ambulante, etc.	335.500	656.900	1.058.400
Outras atividades comerciais	329.200	128.300	175.500
Bancos e outras atividades financeiras	51.700	115.500	204.300
Transporte e comunicação	500.200	689.300	1.047.400
Transporte	464.900	635.800	970.300
Comunicação	35.300	53.500	77.100
Serviços	1.576.000	2.034.800	3.343.000
Serviços governamentais	405.700	512.700	713.000
Serviços comunitários, de recreação, etc.	292.800	509.800	972.100
Serviços pessoais	877.500	1.012.300	1.657.900
Atividades mal definidas	102.900	46.400	375.500
Total	14.758.500	17.117.400	22.750.100

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.6**Pessoas de 10 anos e mais, segundo o ramo da atividade principal exercida**

Ramo de atividade	1940	1950	1960
Agricultura, pecuária, silvicultura	9.453.512	9.886.934	11.825.940
Indústrias extrativas	390.560	482.972	582.359
Indústria de transformação	1.400.056	2.231.205	2.809.317
Comércio e mercadorias	749.143	958.509	1.486.797
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	51.777	115.488	204.392
Transportes e comunicações	473.676	697.089	1.056.227
Administração pública, justiça, ensino público	310.726	409.854	658.298
Defesa nacional, segurança pública	172.212	251.877	349.235
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	118.687	158.356	386.601
Serviços, atividades sociais	899.774	1.204.809	2.028.414
Atividades domésticas, atividades escolares	11.909.514	17.137.589	986.923
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	3.108.212	3.023.271	26.454.151
Total	29.037.849	36.557.953	48.828.654

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 (IBGE).

Tabela C.7**Pessoas de 10 anos e mais - Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas**

Classe de atividade	1940	1950
Pensionistas, aposentados, jubilados, reformados	39.407	175.385
Inválidos	21.963	370.303
Inativos por defeitos físicos	6.144	
Alienados	22.812	
Presos (em cumprimento de pena ou aguardando julgamento)	12.076	16.038
Inativos por desocupação	2.859.424	2.290.458
Capitalistas e proprietários	11.277	3.898
Outras condições inativas não compreendidas nas classes precedentes	33.506	120.515
Atividades não compreendidas nos demais ramos	37.064	2.235
Atividades ou condições mal definidas	64.539	44.439
Total	3.108.212	3.023.271

Comentários: Para efeito de compatibilização dos dados, para 1940 considerou-se as atividades ou condição não declarada de membro da família natural e atividade ou condição não declarada de outra pessoa como inativos por desocupação.

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 (IBGE).

Tabela C.8
Pessoas de 10 anos e mais - Condições inativas e serviço doméstico não remunerado

Condição	1940	1950	1960
Inativos	3.058.871	3.017.138	26.454.151
Serviço doméstico não remunerado	9.303.495	13.705.346	
Total	12.363.366	16.722.484	26.454.151

Comentário: Para efeito de compatibilização com os dados de 1960, dentro da condição inativa para os anos de 1940 e 1950 foram considerados também as atividades ou condições mal definidas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 (IBGE).

Tabela C.9
Mercado de trabalho

Condição	1940	1950	1960
População em Idade Ativa	29.037.849	36.557.953	48.828.654
População Economicamente Ativa	14.817.359	19.528.298	22.750.028
População Ocupada	14.758.500	17.117.400	22.198.211
População Inativa	14.220.490	17.029.655	26.078.626
PEA Desocupada	71.146	2.410.973	551.817
Atividades marginais	12.825.835	14.425.578	-
Taxa de Participação	51,03	53,42	46,6
Taxa de População Sem Trabalho	0,48	12,35	2,43

Condição de ocupação			
Ocupados nas atividades primárias	9.844.072	10.369.906	12.408.299
Ocupados na indústria	1.400.056	2.231.205	2.809.317
Ocupados no comércio	800.920	1.073.997	1.691.189
Ocupados no serviço público	482.938	661.731	1.007.533
Ocupados em serviços	1.492.137	1.363.165	2.415.015
Ocupados em atividades domésticas	9.940.367	14.378.905	-
Ocupados em atividades domésticas remuneradas	636.872	673.558	986.923

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do recenseamento geral de 1940 (IBGE)

Tabela C.10
Deflator implícito do PIB

Ano	Deflator	1939 = 100
1939	2,04	100,00
1940	6,70	106,70
1941	10,22	117,60
1942	16,24	136,70
1943	16,61	159,40
1944	20,64	192,30
1945	14,92	221,00
1946	14,57	253,20
1947	9,00	275,99
1948	5,81	292,01
1949	8,30	316,26
1950	9,04	344,85
1951	18,11	407,30
1952	9,60	446,40
1953	13,95	508,67
1954	27,24	647,24
1955	11,53	721,86
1956	22,74	886,02
1957	12,75	998,98
1958	12,32	1.122,06
1959	35,86	1.524,43
1960	25,40	1.911,63

Comentário: Para 1947-1991, resultados preliminares estimados a partir do Sistema de Contas Nacionais Consolidadas. Para 1909-1947, elaborado a partir da série de deflator geral disponível em Haddad (1978).

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
www.ipeadata.gov.br

Tabela C.11

Salários mínimos estabelecidos para os municípios das capitais e demais localidades (em Cruzeiros de 1939, segundo o deflator implícito do PIB)

Estados	1950		1960		Média 1950	Média 1960
	Menor	Maior	Menor	Maior		
Acre	78,30	78,30	401,75	401,75	117,44	602,63
Amazonas	60,90	75,40	334,79	368,27	98,59	518,93
Pará	56,55	69,60	334,79	401,75	91,34	535,67
Maranhão	49,30	58,00	209,25	284,57	78,30	351,53
Piauí	49,30	58,00	175,77	209,25	78,30	280,39
Ceará	56,55	69,60	251,09	309,68	91,34	405,94
Rio Grande do Norte	49,30	62,35	251,09	301,31	80,47	401,75
Paraíba	49,30	62,35	251,09	301,31	80,47	401,75
Permanbuco	52,20	69,60	251,09	376,64	86,99	439,42
Alagoas	49,30	60,90	251,09	301,31	79,75	401,75
Sergipe	-	-	251,09	301,31	-	401,75
Bahia	49,30	69,60	251,09	376,64	84,09	439,42
Minas Gerais	60,90	78,30	318,05	443,60	100,04	539,85
Espírito Santo	56,55	75,40	-	-	94,24	-
Rio de Janeiro	52,20	92,79	451,97	477,08	98,59	690,51
Distrito Federal	110,19	110,19	502,19	502,19	165,29	753,28
São Paulo	71,05	104,39	426,86	493,82	123,24	673,77
Paraná	60,90	84,09	343,16	376,64	102,94	531,48
Santa Catarina	-	78,30	334,79	376,64	39,15	523,11
Rio Grande do Sul	75,40	92,79	410,12	418,49	121,79	619,37
Mato Grosso	52,20	84,09	234,35	318,05	94,24	393,38
Goiás	52,20	69,60	267,83	326,42	86,99	431,05

Fonte: Elaboração própria a partir dos recenseamentos de 1950 e 1960.

Tabela C.12
Estabelecimentos agropecuários segundo a propriedade das terras e a condição do proprietário

Propriedade de terras	1940	1950	1960
Indivíduo	1.530.482	1.747.605	2.888.968
Outra propriedade particular	243.748	161.260	162.161
Entidade pública	100.080	149.277	283.159
Sem declaração	30.279	6.500	3.481
Condição do responsável			
Proprietário	1.376.602	1.553.349	2.234.960
Arrendatário	221.505	186.949	579.969
Ocupante	109.016	208.657	356.502
Administrador	178.376	115.512	166.236
Sem declaração	19.090	175	102
Total	3.809.178	4.129.284	6.675.538

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.13
Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários recenseados, segundo sexo e a categoria

	1940	1950	1960
Homens	7.684.270	7.873.971	11.111.551
Responsáveis e membros não remunerados	3.634.605	3.933.718	6.444.198
Empregados, parceiros e outras condições	4.049.665	3.940.253	4.667.353
Empregados permanentes	3.084.231	1.131.687	1.162.702
Empregados temporários	965.434	1.878.511	2.450.747
Parceiros	930.055	708.962
Outra condição	344.942
Mulheres	3.659.145	3.122.863	4.522.434
Responsáveis e membros não remunerados	2.080.529	2.088.315	3.404.529
Empregados, parceiros e outras condições	1.578.616	1.034.548	1.117.905
Empregados permanentes	1.360.180	289.180	266.648
Empregados temporários	218.436	429.866	532.577
Parceiros	315.502	207.077
Outra condição	111.603
Total	11.343.415	10.996.834	15.633.985

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.14
Valor da produção industrial, segundo as classes e gêneros de indústria (em
Cr\$1000 de 1939, segundo o deflator implícito do PIB)

	1939	1949	1959
Indústria extrativa	199.860	293.244	949.756,3
Indústria de transformação	15.705.295	33.979.612	77.426.182,3
Produtos de minerais não-metálicos	584.196	1.519.562	3.501.856,8
Metalúrgica	987.573	2.572.887	8.150.701,7
Mecânica	166.380	543.399	2.206.127,7
Material elétrico e de comunicação	143.505	474.779	3.078.438,5
Material de transporte	463.446	783.176	5.254.265,8
Madeira	440.329	1.149.128	2.046.891,2
Mobiliário	251.190	562.989	1.424.384,9
Papel e papelão	274.551	674.217	2.303.038,8
Borracha	92.030	544.526	1.957.603,2
Couros, peles e produtos similares	295.911	515.377	837.389,2
Química	909.906	1.759.850	6.938.402,9
Produtos farmacêuticos	261.463	656.879	1.510.958,0
Perfumaria, sabões e velas	322.721	587.880	1.178.990,1
Produtos de materiais plásticos	67.742	524.027,1
Têxtil	3.618.574	6.332.109	9.709.147,4
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	729.792	1.470.102	2.641.791,7
Produtos alimentares	4.927.324	10.849.871	18.694.690,3
Bebidas	408.410	1.074.151	1.833.503,4
Fumo	279.276	466.247	863.764,9
Editorial e gráfica	410.877	958.536	1.768.119,8
Diversas	137.841	416.207	1.002.089,0
Atividades de apoio	-	-	
Indústria em geral	15.905.155	34.272.856	78.375.938,6

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.15
Salários pagos a pessoas ocupadas na indústria, segundo as classes e gêneros de indústria (em Cr\$1000 de 1939, segundo o deflator implícito do PIB)

	1939	1949	1959
Indústria extrativa	58.391	104.601	231.975,4
Indústria de transformação	1.855.203	4.265.096	9.287.885,4
Produtos de minerais não-metálicos	117.080	340.361	661.558,4
Metalúrgica	187.281	468.548	1.143.641,7
Mecânica	131.398	454.151,2
Material elétrico e de comunicação	95.427	73.191	409.247,1
Material de transporte	115.898	639.602,4
Madeira	74.887	178.601	329.642,8
Mobiliário	65.393	137.032	290.596,0
Papel e papelão	30.875	86.710	236.082,5
Borracha	10.797	55.398	155.496,7
Couros, peles e produtos similares	30.816	56.378	110.367,1
Química	73.200	172.381	579.772,7
Produtos farmacêuticos	28.653	-	216.718,6
Perfumaria, sabões e velas	22.590	37.216	82.833,4
Produtos de materiais plásticos	-	11.890	65.612,1
Têxtil	482.909	1.049.622	1.484.231,8
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	109.738	232.253	415.788,0
Produtos alimentares	324.840	548.067	1.101.662,2
Bebidas	47.092	122.092	245.899,6
Fumo	24.863	54.619	71.707,0
Editorial e gráfica	102.745	234.785	383.482,7
Diversas	26.017	81.026	209.791,1
Atividades de apoio	-	-	
Indústria em geral	1.913.594	4.369.697	9.519.860,8

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.16

Salários pagos ao pessoal ocupado ligado à produção industrial, segundo as classes e gêneros de indústria (em Cr\$1000 de 1939, segundo o deflator implícito do PIB)

	1939	1949	1959
Indústria extrativa	44.015	91.258	164.290,6
Indústria de transformação	1.426.374	3.470.527	6.579.403,5
Produtos de minerais não-metálicos	96.978	290.782	510.215,8
Metalúrgica	154.046	378.595	863.183,5
Mecânica	30.932	102.621	289.354,9
Material elétrico e de comunicação	10.446	58.026	250.982,9
Material de transporte	30.519	83.116	400.517,8
Madeira	58.915	156.263	266.363,2
Mobiliário	59.060	122.719	222.219,8
Papel e papelão	22.752	70.881	171.820,7
Borracha	6.954	39.333	89.286,0
Couros, peles e produtos similares	23.481	48.893	85.297,4
Química	147.780	343.186,9
Produtos farmacêuticos	76.483	40.680	69.091,8
Perfumaria, sabões e velas	26.004	41.521,9
Produtos de materiais plásticos	9.248	42.008,3
Têxtil	407.077	903.603	1.240.400,5
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	92.404	202.570	338.611,5
Produtos alimentares	222.857	435.301	772.260,9
Bebidas	25.686	83.811	139.334,0
Fumo	18.789	44.316	51.560,5
Editorial e gráfica	68.876	160.332	249.514,0
Diversas	22.119	65.652	142.671,2
Atividades de apoio		
Indústria em geral	1.470.389	3.561.786	6.743.694,1

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.17
Índice do custo de vida nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (base 1939 = 100)

Especificação	1940	1949
De custo de vida		
Na cidade do Rio de Janeiro	103	282
Na cidade de São Paulo	107	414
De preços por atacado	106	333
Gêneros Alimentícios	104	398
Combustíveis e lubrificantes	120	221
Minerais e produtos metálicos	117	260
Materiais de construção	103	378
Couros e calçados	108	315
Têxteis	105	287
Produtos químicos	109	228
Diversos	120	258
Deflator implícito do produto interno	107	337

Fonte: Estatística Histórica do Brasil (1987).

Tabela C.18
Pessoal ocupado na indústria, segundo as classes e gêneros de indústria

	1939	1949	1959
Indústria extrativa	35.433	36.809	45.714
Indústria de transformação	816.322	1.309.614	1.753.662
Produtos de minerais não-metálicos	57.416	128.928	163.680
Metalúrgica	61.338	102.826	174.279
Mecânica	26.600	62.148
Material elétrico e de comunicação	25.624	15.774	57.904
Material de transporte	20.182	81.876
Madeira	37.303	68.486	87.822
Mobiliário	28.785	38.802	63.471
Papel e papelão	12.318	24.959	40.925
Borracha	4.524	10.861	20.878
Couros, peles e produtos similares	14.598	21.196	24.715
Química	28.605	44.656	76.518
Produtos farmacêuticos	9.442	17.533	27.066
Perfumaria, sabões e velas	7.549	11.283	14.714
Produtos de materiais plásticos	3.057	9.683
Têxtil	233.443	338.035	328.297
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	49.317	76.464	97.999
Produtos alimentares	173.535	234.311	266.103
Bebidas	16.317	39.253	43.880
Fumo	13.615	13.008	13.169
Editorial e gráfica	31.617	49.367	60.625
Diversas	10.976	24.033	37.910
Atividades de apoio
Indústria em geral	851.755	1.346.423	1.799.376

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.19
Pessoa ocupado ligado à produção industrial, segundo as classes e gêneros de indústria

	1939	1949	1959
Indústria extrativa	27.949	33.443	35.843
Indústria de transformação	670.212	1.095.059	1.390.043
Produtos de minerais não-metálicos	46.466	107.372	131.705
Metalúrgica	53.844	89.682	146.991
Mecânica	9.064	22.281	48.420
Material elétrico e de comunicação	4.018	13.939	43.998
Material de transporte	8.453	15.659	60.910
Madeira	27.794	55.265	69.640
Mobiliário	23.107	32.538	48.619
Papel e papelão	10.642	22.261	34.237
Borracha	3.707	8861	15.378
Couros, peles e produtos similares	11.587	17.455	19.833
Química	38.600	54.981
Produtos farmacêuticos	35.142	11.922	13.229
Perfumaria, sabões e velas	8.538	9.475
Produtos de materiais plásticos	2.568	7.482
Têxtil	216.477	308.501	297.303
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	40.677	65.725	82.564
Produtos alimentares	125.736	178.476	192.493
Bebidas	9610	28.919	28.830
Fumo	12141	11.539	10.832
Editorial e gráfica	22120	34.766	42.992
Diversas	9.627	20.192	30.131
Atividades de apoio
Indústria em geral	698.161	1.128.502	1.425.886

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Tabela C.20
Índices anuais da produção industrial, segundo as classes e gêneros da indústria
(ano base: 1949=100)

Classes e gêneros da indústria	1947	1950	1960
Indústria extrativa	84,1	96,8	257,7
Indústria de transformação	80,2	112,7	269,8
Produtos de minerais não-metálicos	75,5	107,9	255,4
Metalúrgica	66,2	127,0	304,9
Mecânica	171,8
Material elétrico e de comunicação	376,7
Material de transporte	632,6
Madeira	145,6
Mobiliário
Papel e papelão	78,8	114,5	219,1
Borracha	81,4	116,2	289,5
Couros, peles e produtos similares	88,8	101,9	126,9
Química	60,8	113,1	850,6
Têxtil	88,8	106,5	169,4
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos
Produtos alimentares	80,0	111,5	199,6
Bebidas	91,1	117,7	175,0
Fumo	81,0	114,7	200,1
Editorial e gráfica	92,2	119,8
Diversas
Indústria em geral	80,4	112,3	269,8

Fonte: Elaboração própria a partir de Estatísticas Históricas do Brasil (1987).